

Marcos Paulo Dhein Griebeler
Mario Riedl
Egon Roque Frohlich
(Organizadores)



DESENVOLVIMENTO
REGIONAL EM
PERSPECTIVA

VOLUME III



MESTRADO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Marcos Paulo Dhein Griebeler
Mario Riedl
Egon Roque Frohlich
Organizadores

Desenvolvimento Regional em Perspectiva

Volume III



1ª ed. Uruguaiana 2018

**Direitos reservados desta edição: Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT
Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste - FEEIN - Mantenedora da FACCAT**

Conselho Deliberativo

Presidente: Nicolau Rodrigues da Silveira

Vice-Presidente: Sirlei Terezinha Silva

Secretária: Marisa Deltrudes Dresch

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente: Victorio Altair Carara Júnior

Diretora-Tesoureira: Kira Macedo Thomaz

Diretora-Secretária: Elena Weber

Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT

Diretor Geral: Prof. Delmar Henrique Backes

Vice-Diretora de Graduação: Profa. Carine Raquel Backes Dörr

Vice-Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Roberto Tadeu Ramos Morais

Vice-Diretor Administrativo e Financeiro: Prof. Sérgio Antonio Nikolay

Vice-Diretor de Extensão e Assuntos Comunitários: Prof. Dorneles Sita Fagundes

G8716 Griebeler, Marcos Paulo Dhein; Riedl, Mario; Frohlich, Egon Roque (Orgs.)
Desenvolvimento Regional em Perspectiva - Volume III
Porto Alegre: Viapampa, 2018
204p.

1. Desenvolvimento econômico

I. Griebeler, Marcos Paulo Dhein

II. Riedl, Mario

III. Frohlich, Egon Roque

IV. Título.

CDD: 338.9

ISBN 9978-85-89569-84-2

Todos os direitos de publicação reservados à Editora Viapampa. Não é permitida a reprodução total ou parcial deste volume, sob quaisquer meios (eletrônico, digital ou mecânico), sem permissão expressa dos autores. Impresso no Brasil, 2018.

CONSELHO EDITORIAL

- Adelar Francisco Baggio (Unijui)
- Almir Arantes (UNEMAT)
- Alessandra Troian (UNIPAMPA)
- Carlos Alberto Diehl (UNISINOS)
- Carlos Fernando Jung (Faccat)
- Cidonea Machado Deponti (UNISC)
- Claudionor Guedes Laimer (Faculdade Meridional - IMED)
- Daniel Knebel Baggio (Unijui)
- Daniel Luciano Gevehr (Faccat)
- Daniel Pacheco Lacerda (UNISINOS)
- Dieter Rugard Siedenberg (Unijui)
- Dilani Silveira Bassan (Faccat)
- Egon Roque Fröhlich (FACCAT)
- Enise Barth Teixeira (Universidade Federal da Fronteira Sul)
- Fernando Luis Gache (Universidad Tecnológica Nacional - Buenos Aires)
- Gerd Wassenberg (UNIJIUI)
- Hugo René Gorgone (Universidad Tecnológica Nacional - Buenos Aires)
- Iván Gerardo Peyré Tartaruga (FACCAT)
- João Carlos Bugs (UNISC/FACCAT)
- Josirene Candido Londero (Centro de Ensino Superior Dom Alberto)
- Lurdes Marlene Seide Froemming (Unijui)
- Marcela Guimarães e Silva (UNIPAMPA)
- Marco André Cadoná (UNISC)
- Marcos Paulo Dhein Griebeler (FACCAT)
- Mario Riedl (FACCAT)
- Martin Coy (Universität Innsbruck - Austria)
- Natalício Pereira Lacerda (UNEMAT)
- Roberto Tadeu Ramos Morais (FACCAT)
- Ronaldo Sérgio da Silva (Universidade do Estado de Minas Gerais)
- Rut Maria Friedrich Marquette (URI)
- Silvio Cezar Arend (UNISC)
- Soraya Tanure (UFRGS)
- Tiago Costa Martins (Unipampa)
- Vera Lucia Spacil Raddatz (UNIJIUI)
- Viviane Rossato Laimer (Faculdades Anhanguera Educacional)

SUMÁRIO

Prefácio: Desenvolvimento Regional em Perspectiva - Vol III | 8

Marcos Paulo Dhein Griebeler

Mario Riedl

Egon Roque Frohlich

1. A dinâmica de (re)produção do espaço urbano de Gramado (RS) a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado | 10

Franciele Berti

Daniel Gevehr

2. Os desafios da diversificação na estrutura produtiva como estratégia de desenvolvimento regional: um estudo sobre a cadeia produtiva do leite no Vale do Paranhana/RS | 29

Alexandre Matte Junior

Roberto Morais

3. Proposta de modelo para formação de consórcios regionais municipais | 54

Jéferson Corá Lorenzão

Carlos Fernando Jung

4. Os desafios da sobrevivência das micro e pequenas empresas e o seu papel no desenvolvimento econômico do município de Capão da Canoa/RS | 77

Gisele da Silva Guimarães

Soraya Tanure

Marcos Paulo Dhein Griebeler

5. Fatores que influenciam a escolha profissional: alunos do ensino médio da região do Paranhana/RS em questão | 95

Jacques André Grings

Carlos Fernando Jung

6. Educação para as relações étnico-raciais como perspectiva de desenvolvimento regional | 116
Darlã Alves
Daniel Gevehr
7. Políticas públicas de crédito e financiamento rural: a estrutura produtiva e tecnológica e a sucessão na agricultura familiar | 129
Alberto Machado de Medeiros
Jorge Luiz Amaral de Moraes
8. Análise das Políticas Sociais da Municipalidade de Taquara - RS | 150
Maria Regina de Pellegrin
Mario Riedl
9. A utilização dos resíduos das indústrias locais na economia criativa do Vale do Paranhana, RS | 168
Mario André Leal dos Santos
Carlos Fernando Jung
10. Formação de Professores: uma contingência para o desenvolvimento local e regional | 184
Shirlei Alexandra Fetter
Daniel Gevehr

PREFÁCIO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PERSPECTIVA VOLUME III

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT/RS, atendendo compromisso assumido junto à sua comunidade acadêmica, lança o Volume 3 da coletânea intitulada “Desenvolvimento Regional em Perspectiva”. Trata-se de artigos produzidos pelos Mestres da Turma de 2016, baseados em suas respectivas dissertações, elaboradas em coautoria com seus professores orientadores. A qualidade e diversidade dos artigos dá uma boa ideia do patamar de excelência alcançado pelo Mestrado em Desenvolvimento Regional da Faccat.

A coletânea inicia com o trabalho de Franciele Berti e Daniel Gevehr, intitulado “A dinâmica de (re)produção do espaço urbano de Gramado (RS) a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”. Como o título permite inferir, trata-se de uma importante análise sobre a ocupação e o crescimento do espaço urbano de Gramado, principal polo turístico do Rio Grande do Sul e que vem experimentando um acelerado processo de desenvolvimento urbano.

O trabalho de Alexandre Matte Junior e Roberto Moraes, cujo título é “Os desafios da diversificação na estrutura produtiva como estratégia de desenvolvimento regional: um estudo sobre a cadeia produtiva do leite no Vale do Paranhana/RS”, procura lançar luz sobre um setor que, no passado recente, constituía um importante setor da economia do Vale do Paranhana e que atualmente encontra-se em processo de estagnação.

O ensaio de Jéferson Corá Lorenzão e Carlos Fernando Jung, “Proposta de modelo para formação de consórcios regionais municipais”, procura construir um modelo teórico que sirva de guia para a formação de consórcios regionais municipais, importante estratégia de desenvolvimento regional.

A coletânea segue com o trabalho de Gisele da Silva Guimarães, Soraya Tannure e Marcos Paulo Dhein Griebeler, intitulado “Os desafios da sobrevivência das micro e pequenas empresas e o seu papel no desenvolvimento econômico do município de Capão da Canoa/RS”. Neste ensaio, os autores analisam o problema recorrente da sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil, que tem apresentado altas taxas de mortalidade, e o papel que desempenham na estrutura econômica do município de Capão da Canoa, no litoral norte do Rio Grande do Sul.

O artigo elaborado por Jacques André Grings e Carlos Fernando Jung, cujo título é “Fatores que influenciam a escolha profissional: alunos do ensino médio da região do Paranhana/RS em questão” analisa o permanente dilema enfrentado

pelos alunos egressos do ensino médio na escolha da trajetória profissional a ser seguida.

O trabalho de Darlã Alves e Daniel Gevehr, intitulado “Educação para as relações étnico-raciais como perspectiva de desenvolvimento regional” tem o mérito de discutir a complexa e crítica educação étnica e racial nas escolas da rede pública e a sua potencial influência sobre o processo de desenvolvimento Regional.

Já o ensaio de Alberto Machado de Medeiros e Jorge Luiz Amaral de Moraes, “Políticas públicas de crédito e financiamento rural: a estrutura produtiva e tecnológica e a sucessão na agricultura familiar” analisa a política pública de crédito rural e seu papel na sobrevivência e na estrutura de sucessão da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.

O artigo de Maria Regina de Pellegrin e Mario Riedl, intitulado “Análise das Políticas Sociais da Municipalidade de Taquara – RS”, procede a uma discussão sobre o alcance e a efetividade das políticas sociais de combate à pobreza no município de Taquara/RS. Os autores concluem que essas políticas não constituem prioridade da municipalidade

A coletânea segue com o trabalho de Mario André Leal dos Santos e Carlos Fernando Jung, cujo título é “A utilização dos resíduos das indústrias locais na economia criativa do Vale do Paranhana, RS”. Este ensaio aborda uma questão crucial para o meio ambiente, qual seja o destino que é dado à enorme quantidade de resíduos produzidos pela indústria calçadista e de mobiliário na região do Vale do Paranhana.

Finalmente, o ensaio de Shirlei Alexandra Fetter e Daniel Gevehr, intitulado “Formação de Professores: uma contingência para o desenvolvimento local e regional”, analisa a política de formação de professores para o ensino fundamental e seu papel no processo de desenvolvimento.

Como se pode constatar, a diversidade de temas e problemas de pesquisa abordados nesta coletânea demonstra a riqueza e a validade de cursos interdisciplinares como o Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT/RS.

A DINÂMICA DA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE GRAMADO (RS) A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

Franciele Berti¹

Daniel Luciano Gevehr²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa discute o (re) ordenamento do espaço no município de Gramado (RS), procurando entender – a partir das leis e diretrizes do planejamento urbano – a criação e manutenção do cenário turístico estabelecido no município. As primeiras experiências de intervenções urbanas ocorreram no final do século XVI, nas áreas centrais da cidade de Roma. No entanto, devido ao início da industrialização europeia no século XVIII e de problemas relacionados à intensificação do processo de urbanização, tais como a concentração populacional das cidades, surtos de peste e insalubridade, o planejamento aparece como uma necessidade de discutir os problemas sociais e do meio urbano (ARANTES, 2015).

No Brasil, as primeiras discussões em torno da questão urbana em âmbito federal remetem à década de 1950, tornando-se mais intensa em 1960; neste período, avaliava-se acerca da necessidade de uma verdadeira reforma urbana (ALMEIDA, 2012). Entretanto, o marco no planejamento urbano no país remete a 1988, devido à implementação da Constituição Federal. Esta inseriu políticas urbanas objetivando regular o direito de todos à cidade, dentre elas, trouxe a obrigatoriedade dos planos diretores para os municípios com mais de 20 mil habitantes (ARANTES, 2015).

De acordo com a Constituição de 1988, o plano diretor é um instrumento básico das políticas desenvolvimento e expansão urbana. No entanto, segundo Arantes (2015), concomitante às decisões do poder público, emergem as deliberações e inovações do poder privado que formam alianças, ou pelo menos omissão, com o poder público, a fim promover um “desenvolvimento urbano”, entretanto, em nome do capital.

Este cenário é agravado com o advento da globalização, o fortalecimento do capitalismo e a introdução de princípios neoliberais. A sociedade atual volta-se para o consumo, o ócio, a cultura e o turismo, assim, a sociedade não consome mais o espaço e sim para a imagem concebida para a cidade, neste sentido, estas enfrentam um processo de transformação, que produz paisagens standardizadas, seguindo um padrão superficial de urbanização (ARANTES, 2015).

Neste contexto insere-se, portanto, a atividade turística. Esta, se mal planejada, desenvolvida ou administrada pode gerar inúmeros impactos socioespaciais prejudiciais em

¹ Mestra em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT - Taquara - RS - Brasil. E-mail: francieleberti@hotmail.com

² Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) - FACCAT-RS. E-mail: danielgevehr@faccat.br

nível local. Dentre as adversidades suscitadas pelo turismo, pode-se destacar a segregação de comunidades (YOUELL, 2002).

Tendo essa conjuntura como ponto de partida para nossa análise, o objetivo deste trabalho é discutir acerca do processo de (re) produção do espaço urbano do município de Gramado (RS) e as repercussões das políticas atuais de (re) ordenamento do espaço da cidade, tendo em vista a reconfiguração da estética urbana visando a promoção do turismo no local. Para tanto, explorou-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do município e a fim de aclarar dúvidas acerca das especificações do PDDI, realizou-se entrevista semi-estruturada com profissional atuante no órgão de planejamento urbano do município (Secretaria de Planejamento, Urbanismo, Publicidade e Defesa Civil de Gramado).

PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O conceito produção do espaço tem sido frequentemente citado na literatura, no entanto, era pouco utilizado no período em que Henri Lefebvre (1974) desenvolveu a teoria fundamentada em tal fenômeno, conforme afirma Schmid (2012), o conceito tem passado por consideráveis releituras nos últimos anos. A tese central de Lefebvre (1991) propõe que o espaço está fundamentalmente vinculado à realidade social. Neste mesmo sentido, Furtado (2011) afirma que todas as atividades humanas, apoiadas em estruturas físicas apropriadas, regras, regulamentações e serviços, implicam no uso de solo.

Cavalcanti (2001) discorre que compreender a produção do espaço urbano implica analisar as diversas facetas inerentes a ele. Além de entender sua forma – na qualidade de cidade, compreendendo localização e arranjo de lugares – é fundamental observá-lo enquanto modo de produção de vida, envolvendo todos os aspectos da vida social: cultural, simbólica, psicológica, ambiental, educacional.

Para a referida autora, a produção do espaço é encaminhada de acordo com as atividades diárias e arranjo espacial resultante dessas atividades, tais como lazer, educação, trabalho e descanso, realizadas pelas pessoas que vivem no local. Nesta perspectiva, o espaço é produzido conforme se produz a vida cotidiana dos indivíduos, é, assim, a materialização do conteúdo das relações sociais. A autora alude, ainda, outros dois elementos responsáveis pela produção do espaço: circulação de pessoas e objetos e moradia.

A moradia, na condição de necessidade humana básica, exerce intensa e complexa influência no arranjo espacial. A terra urbana e a habitação estão envolvidas em constante tensão, tendo em vista que geram interesse contínuo de agentes sociais com ou sem capital, de maneira formal ou informal (CORRÊA, 2014). Neste contexto, a produção do espaço urbano, quando delineado para propósitos habitacionais, segue a racionalidade econômica, envolvendo o Estado, agentes imobiliários e outros (CAVALCANTI, 2001).

Nesta perspectiva e visando estabelecer relações entre agentes sociais, escala e produção do espaço, Corrêa (2014) descarta que a produção do espaço – urbano ou intraurbano – seja resultado da “mão invisível do mercado”, do Estado como entidade máxima ou de um capital aparte das relações sociais. Para o autor, o espaço é resultado de complexas interações de agentes sociais, como os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Esses agentes possuem interesses, estratégias e práticas que em alguns momentos são específicos de cada um e em outros são partilhados entre os mesmos.

Coriolano (2006) discorre que a produção de um espaço é fruto de relações socioespaciais e de poder. Dos Santos (2008) complementa que o espaço urbano é artificial, construído no meio antes natural, sendo assim, é resultado de relações contraditórias do capitalismo, em que acontecem “jogos de interesses” entre os agentes sociais.

A complexidade no que se refere à produção do espaço também é destacada por Carlos (2014). Para a autora, o fenômeno compreende vários níveis da realidade como com momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade; neste sentido, assim como já exposto, a autora corrobora que a produção do espaço implica considerar o sujeito da ação, o Estado; os sujeitos sociais que tem o espaço como condição, meio e produto de sua ação.

Em relação aos meios de organização do espaço, Furtado (2011) menciona as obras públicas, legislação do uso do solo - estes dois sendo administrados pelo Estado - e o preço de localização, este último primeiramente sob responsabilidade do mercado, complementado com medidas do Estado quando necessário. Também, subsídios ou a concessão ao direto de uso de localizações privilegiadas e, em situações extremas, a utilização da força policial, como, por exemplo, na erradicação das favelas.

No que tange especificamente a participação do Estado na produção e organização do espaço, Corrêa (2014) discorre que a partir da racionalidade capitalista, o Estado desempenha diversos papéis no que se refere à essa dinâmica. Citando Samson (1980), o referido autor apresenta a complexidade da ação do Estado na produção do espaço, uma vez que este pode estabelecer leis, regras, normas em relação à produção e uso do espaço, controlar o mercado fundiário, tornar-se promotor imobiliário, entre outras possibilidades e interesses.

O Estado capitalista – seja em esfera federal, estadual ou municipal – estabelece alianças com outros agentes sociais, como empresas industriais e de consultoria, bancos, empreiteiras, universidades e proprietários de terras, envolvendo mecanismos de negociação (CORRÊA, 2014). É possível observar diversas maneiras por meio das quais o Estado interfere no processo de reorganização urbana, em numerosos casos apresentando uma postura controversa. Este deveria intervir no sentido de atenuar possíveis problemas de uso de solo, reduzindo contradições na sociedade, entretanto, percebe-se que comumente o Estado reforça a segregação socioespacial (FURTADO, 2011)

O papel do Estado na governança urbana é explorado por David Harvey na obra “A produção capitalista do espaço” (2005). O autor discorre que, visando abrandar situações de algumas cidades economicamente estagnadas e, por conseguinte, garantir o desenvolvimento sustentável das localidades, o poder público de países do capitalismo avançado tem adotado, desde a década de 1970, uma postura “empreendedora”.

Segundo o autor, houve uma evidente reorientação de ações políticas de gerenciamento urbano, percebendo-se uma transição de enfoque administrativo – que perdurou até a década de 1960 – para uma abordagem empreendedora, em que os governos devem priorizar estratégias inovadoras e empreendedoras, tornando o município propício para os negócios e, por consequência, ao desenvolvimento econômico.

O empreendedorismo urbano mencionado por Harvey (2005) está alicerçado em três elementos básicos: o primeiro se refere a parceria público-privada, em que o poder

local faz alianças com o poder público a fim de atrair capital, novos investimentos ou novas fontes de empregos.

No que se refere a parceria entre o público-privado vale ressaltar que, em se tratando da lógica urbana atual, a expressão “privado”, embora dê margem para múltiplas interpretações, não se refere a interesses de grupos ou indivíduos em geral – tendo em vista que neste caso o termo contemplaria todos os cidadãos, dado que cada indivíduo é portador de interesses privados –, mas sim o interesse privado dos capitalistas. Em outras palavras, alianças entre o poder público e o privado quer dizer participação direta dos capitalistas e empresários nos processos de decisões referentes ao planejamento urbano e políticas que seriam públicas (VAINER, 2013). Neste contexto, há a intensificação da prática indiscriminada do planejamento urbano como ferramenta do capital, uma vez que as políticas urbanas sofrem mudanças de acordo com a necessidade de pequenos grupos (ARANTES, 2015).

Na sequência, Harvey (2005) menciona que a execução e o projeto resultantes da parceria entre o poder público e a iniciativa privada é especulativo, e, portanto, sujeito a riscos, diferindo-se, portanto, do desenvolvimento planejado e coordenado. Neste contexto, é habitual que o risco comprometa apenas o poder público local, isentando o capital privado de riscos.

Por fim, Harvey (2001, p.173) sugere que comumente os projetos de um determinado lugar tornam-se foco da atenção pública e política, desviando a atenção – e recursos – de problemas mais amplos, que possivelmente afetem a região de uma maneira global, tendo em vista que o “empreendedorismo enfoca muito mais a economia política do lugar do que o território”. Harvey (2005) acrescenta que existem quatro estratégias do empreendedorismo urbano, dentre as quais destacamos duas, devido à sua pertinência ao tema tratado neste trabalho:

a) Criação da exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços – quando o lugar não possui vantagens genuínas (tal como localização e recursos naturais), parte-se da premissa de que as vantagens podem ser criadas por meio de investimentos públicos e privados, como o investimento em educação, novas tecnologias e criação de novos produtos;

b) Melhorar a posição competitiva – Fruir do consumo de massa presente na sociedade desde a década de 1950, atraindo renda para o território por meio de valorização de regiões degradadas, melhoria física do ambiente urbano (incluindo, aqui, arquitetura e *design* urbano); atração para o consumo, tais como centros de convenção, *shopping centers* e entretenimento.

Neste contexto, atentamos aqui para um novo conceito, a “cidade-empresa”. Conforme elucidou Lefebvre e, mais recentemente, diversos estudos, especialmente na área da geografia, não há dúvidas quanto à significância da produção e reprodução do capital na configuração espacial urbana, além disso, a exploração da propriedade do solo não é característica somente da contemporaneidade. No entanto, nessa nova forma de conduzir as cidades, estas passam a ser geridas e consumidas como mercadorias (ARANTES, 2013), incorporando elementos como produtividade, competitividade e dependência de acordo com a racionalidade do mercado, isto é, tomando decisões a partir de expectativas geradas no e pelo mercado (VAINER, 2013).

Vainer (2013, p. 78), por sua vez, afirma que a cidade tornou-se objeto de luxo, destinado à venda para um restrito grupo de elite, uma mercadoria a ser comercializada “[...] num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda. [...]”. Antes as intervenções eram entendidas como uma maneira de regenerar o espaço público, atualmente elas se encontram em um discurso de inserção das cidades no mercado do consumo e da produção global (ARANTES, 2015).

O conceito de cidade-empresa, mais do que uma proposta meramente administrativa, gerencial ou empresarial – como sugerem seus defensores – representa a transformação da cidade em ator econômico, cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados (VAINER, 2013).

A produção do espaço, na verdade, cada vez mais significa a transformação do espaço, uma vez que o produto final das intervenções no espaço não resulta em uma nova estrutura, simplesmente modifica-se uma estrutura já existente. Assim, transforma-se incessantemente os espaços a fim de manter o processo de acumulação (FURTADO, 2011).

Nesta conjuntura, em que o espaço urbano é convertido à mercadoria, elementos como inovação, embelezamento e modernização das cidades são entendidos como essenciais na lógica concorrencial, tornando-se mais ainda evidente, como veremos a seguir, quando inseridas em contexto turístico.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

Com o declínio da chamada era industrial, o século XX foi marcado pela ascensão do setor de serviços. Neste contexto, insere-se a participação do turismo, ramo da economia que tem se desenvolvido continuamente (DIAS, 2013). Tal panorama está associado ao advento da globalização, o fortalecimento do capitalismo e a introdução de princípios neoliberais, que trouxeram mudanças em todas as esferas da vida, inclusive para o meio urbano. A sociedade atual volta-se para o consumo, o ócio, a cultura e o turismo (ARANTES, 2015). O lazer apresenta-se como elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, constituindo-se, hoje, como uma realidade banal nas sociedades evoluídas. Dentre as opções de lazer, viajar é umas das atividades favoritas (DUMAZEDIER, 2012).

Segundo Coriolano (2006), na qualidade de atividade capitalista, o turismo é uma das atuais “modalidades do processo de acumulação”, que por meio de ações do Estado, do empresariado, dos residentes e do próprio visitante, causa novas ordenações territoriais. A autora comenta, ainda, que o turismo é considerado uma atividade social em que há apropriação de espaços, em que uma minoria apodera-se dos espaços, transformando-os em mercadoria. Esse “apoderamento” do território acontece, também, devido à introdução de leis que favorecem o turismo (AGUIAR, 2005).

Considerando-se essa caracterização como uma atividade essencialmente espacial, uma vez que consome, transforma e também produz espaços para que possa acontecer (LUCHIARI, 1998; CORIOLANO, 2006; VARAJÃO e DINIZ, 2014), o turismo pode ser altamente impactante, exercendo influência para modificar inteiramente determinados locais para que possa se desenvolver (OLIVEIRA e VITTE, 2004).

Daí ser possível afirmar que o turismo é um produto que, por conseguinte, acom-

panha as necessidades do mercado (MESQUITA, 2006), incidindo no consumo de “mercadorias turísticas” que compõem a localidade, sejam elas a paisagem cultural, shows, restaurantes, hotéis, entre outros (OLIVEIRA e VITTE, 2004; AGUIAR 2005). Luchiari (1998) e Silva (2012) ampliam a discussão, afirmando que a gama de transformações sobre um núcleo pode ser maior ainda quando não existe vocação natural para o turismo, sendo artificial, “fabricada” ou imposta, tendo em vista que é preciso sobreviver uma profunda reestruturação espacial a fim de reproduzir um novo arranjo do espaço.

A atividade turística tem impacto expressivo no que se refere à forma urbana e, neste caso, a morfologia citadina tende a seguir um padrão em que o núcleo tradicionalmente é dominado pelo varejo e instalações de entretenimento em detrimento de escritórios e, no seu entorno imediato, encontram-se os hotéis de luxo e edifícios residenciais de alto nível. Observa-se também, que centralmente localizados os bairros residenciais de classe trabalhadora são uma raridade (FAINSTEIN e GLADSTONE, 1999).

Da mesma forma, Cruz (2003) atenta para o fato de que incontestavelmente é sobre os núcleos turísticos que o turismo vai impor a maior gama de transformações socioespaciais. Nos territórios receptores de fluxos de turistas multiplicam-se infraestruturas relativas à hospedagem, que podem ser desde pousadas rústicas até hotéis de padrão internacional ou, ainda loteamentos e condomínios de segunda residência. Assim, segundo a autora, o turismo tem o poder de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer.

Evidencia-se a complexidade do fenômeno turístico, uma vez que as destinações turísticas enfrentam episódios conflitantes, tendo em vista que necessitam de infraestrutura para atender a demanda de uso – e, para tanto, há a (re) produção constante do espaço – mas precisam, simultaneamente, preservar aspectos naturais, visando não comprometer os atributos paisagísticos do local (SILVA, 2004). Diante deste cenário, podemos afirmar que a sociedade não consome apenas o espaço, e sim a imagem concebida para a cidade, neste sentido, estas enfrentam um processo de transformação, que produz paisagens estandardizadas, seguindo um padrão de urbanização (ARANTES, 2015).

A problemática central da nova questão urbana é a competitividade urbana e, no que se refere particularmente a atividade turística, a competitividade entre os destinos é fomentada devido à facilidade de acesso para lugares distantes e a rapidez com que as informações sobre os destinos turísticos se propagam (BORGES, ZAINÉ e RUSCHMANN, 2006). Assim sendo, em um ambiente em que a globalização favorece a concorrência, a infraestrutura turística é entendida como essencial para o êxito das estratégias de competitividade dos destinos turísticos (RUSCHMANN e ROSA, 2010).

Bauman (1999, p.81), por sua vez, sugere que a sociedade de consumo visa alimentar a necessidade do consumo, uma vez que os consumidores devem estar continuamente expostos a novos produtos, experiências e [...] em estado de perpétua suspeita e pronta insatisfação”. Sendo assim, o “sucesso” turístico está diretamente apoiado em acentuar aspectos visuais, compondo imagens atraentes para induzir o consumo do destino (SILVA, 2004).

O turismo na contemporaneidade exige constante transformação da paisagem existente. Conforme Harvey (2005, p. 176): “[...] a cidade deve parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir”. No

Brasil, a atratividade visual dos espaços turísticos parece ter um peso ainda mais considerável para os planejadores. De acordo com Silva (2004), tendo em vista as lacunas do país, como mão de obra qualificada, segurança, infraestrutura e outras, as cidades brasileiras se veem pressionadas a driblar e compensar conflitos urbanos banais no cenário nacional. Neste contexto, a autora destaca a “estética do lazer”, tendo em vista que, comumente, as remodelações urbanas em destinos turísticos brasileiros objetivam o aprimoramento estético, ressaltando aspectos visuais mais desejáveis aos olhos do visitante.

Embora os aspectos culturais, históricos e geográficos componham a atratividade das destinações turísticas, estas são habitualmente comercializadas explorando sua paisagem, logo a paisagem urbana deve ser harmoniosa, apresentando aspectos incomuns da vida cotidiana do visitante, sendo composta de construções bem conservadas, ruas arborizadas, praças e jardins bem cuidados (SILVA, 2004).

Para Carlos (1999), a indústria do turismo cria um universo irreal em que cidades inteiras se modificam objetivando atrair turistas, transformando o local em espetáculo e o turista em espectador. Neste contexto, o espaço produzido não expressa vínculo com a cultura local e perde a identidade, assim, a referida autora atenta para a criação do “não-lugar”, pois produzem-se, unicamente, mercadorias para serem consumidas.

Tendo a paisagem um papel essencial para o desenvolvimento do turismo, esta é transformada de acordo com parâmetros estéticos predefinidos. Surgem assim os “cenários de lazer”, compostos de características que possam ser facilmente identificadas pelo turista. Este fenômeno de cenarização tem reação significativa na configuração da paisagem urbana; em alguns casos as destinações turísticas visam consolidar uma determinada imagem e, para tanto, procuram adotar temas próprios, visando formar uma paisagem urbana condizente com a concepção vendida – e conseqüentemente desejada – pelo visitante (SILVA, 2004).

Silva (2004) ainda explica que os cenários turísticos são propositadamente arquitetados, reproduzindo padrões de beleza, frequentemente representando versões de uma realidade idealizada. Assim, cenarização das destinações turísticas, geralmente, apresenta no espaço urbano uma “arquitetura de fachada”, caracterizada por edifícios semelhantes em alguns aspectos, tais como forma e dimensão. Neste contexto, arquitetura é essencial para a “cenarização” do espaço, representando, assim, um campo de atuação do poder público e do mercado. Os elementos paisagísticos são planejados como cenário, tornando-se, também, uma atração turística (SILVA, 2004).

O turismo suscita a criação de novas configurações urbanas e arquitetônicas bem como se utiliza daquelas já existentes no lugar. Assim como a cidade industrial necessitou de uma reestruturação espacial para seu desenvolvimento, as cidades contemporâneas têm passado por transformações visando favorecer a dinâmica do consumo de bens e serviços, bem como do próprio espaço como mercadoria (PAIVA, 2011).

Em muitos casos, a cenarização transcende a fantasia e o embelezamento. Mediante a idealização dos “lugares de lazer”, é comum que a fachada arquitetônica de locais frequentados pelos turistas – hotel, restaurante, entre outros – assumam o papel de mascarar bairros pobres e áreas degradadas. Comumente são (re)construídos bairros ou fragmentos da cidade para o turista, as áreas menos abastadas são desviadas, uma vez que não são instalados atrativos turísticos na área. (SILVA, 2004).

Harvey (2004, p. 77), ao referir-se a arquitetura pós-moderna, discorre que novas formas urbanas hoje são mais exequíveis devido à tecnologia, permitindo uma “produção em massa flexível”, assim, a arquitetura e o planejamento urbano observam novas formas de diversificar a forma espacial. De acordo com Silva (2004), a cenarização das cidades turísticas tem como objetivos: estabelecer e fortalecer diferenças entre o lugar de trabalho e o lugar de lazer, tendo em vista a oposição entre o trabalho e o lazer é uma das características da sociedade capitalista; preconizar as características positivas ambientais e paisagísticas; corresponder às imagens veiculadas pelos meios de comunicação; adequar-se aos planos e projetos oficiais e ao discurso quanto à melhoria da qualidade de vida urbana; estabelecer uma identidade visual na homogeneização de fachadas e estilos arquitetônicos que possa ser reconhecida pelo visitante.

Neste processo de cenarização, em que a estética apresenta-se como diferencial competitivo, alguns danos podem observados. Para Silva (2004) a qualidade do espaço urbano parece fundamentar-se na harmonia da paisagem, seguindo critérios estéticos que prevalecem em detrimento de outras funções urbanas. Observando por uma perspectiva mais global, Carlos (1999) entende que as mudanças transcorrem de tal maneira que suscitam um “sentimento de estranhamento” no morador.

RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

O recorte espacial deste estudo é o município de Gramado (Figura 1), no Rio Grande do Sul. A 885 metros de altitude, na encosta inferior do nordeste, o clima do município é subtropical úmido e apresenta em sua paisagem as florestas de araucárias, atualmente considerada patrimônio cultural do município.

Imagem 1 - Localização do município de Gramado (RS)



Fonte: Abreu (2006)

Com uma população estimada em 32.273 mil habitantes (IBGE, 2010) em uma área de 237,827 km² (IBGE, 2015), Gramado é referência no setor turístico em âmbito nacional. O potencial turístico da localidade é cada vez mais explorado e atualmente configura-se como imagem de destino consolidado (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015). De acordo com a Prefeitura Municipal de Gramado (2014), o município é reconhecido pela sua infraestrutura turística, composta por uma ampla rede hoteleira e gastronômica, apresentando 13 mil leitos e 174 estabelecimentos de alimentação.

A gestão pública de Gramado caracteriza-se como cidade-empresa. Observam-se frequentemente alianças entre o poder público e o privado, tendo como base um planejamento estratégico visando obter vantagens competitivas, neste contexto, Gramado é, atualmente, um produto direcionado um público selecionado e elitizado que compra e gasta e investe na marca “Gramado” (MERCK, 2016).

ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE GRAMADO

O primeiro Plano Diretor da cidade de Gramado foi instituído no ano de 1975, pela Lei 457/75. No entanto, em análise à referida Lei, observa-se que o Art. 40 cita a existência de um Conselho do Plano Diretor. Ora, se a Lei do Plano Diretor de 1975 faz menção a um Conselho, é de se presumir que exista uma legislação ainda mais antiga. De acordo com a Secretaria de Planejamento, Urbanismo, Publicidade e Defesa Civil de Gramado (2016), não há documentação acerca da criação do referido Conselho, entretanto, infere-se que a criação tenha sido em 1957.

O plano diretor do município sofreu alterações nos anos de 1988, 1999, 2006 e 2014. O atual Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de Gramado, instituído pela Lei 3.296 e aprovado no ano de 2014, delibera nove Zonas de Uso: (i) Zonas Residenciais; (ii) Zonas Comerciais; (iii) Zona Industrial; (iv) Zona de Proteção Ambiental; (v) Zonas Especiais; (vi) Zona de Expansão Urbana; (vii) Núcleos Urbanos; (viii) Zona Rural; (ix) Zona Temática.

No que se refere ao zoneamento, vale lembrar que, visando o planejamento urbano, as cidades são comumente parceladas em zonas, assim, determina-se quais atividades podem ou não se estabelecer em cada fragmento da cidade. Tradicionalmente, o perfil de cada zona é traçado de acordo com atividades já existentes, bem como a representação que o planejamento urbano almeja que a cidade conquiste (DUARTE, 2012).

Saboya (2007) comenta que o zoneamento tem sido alvo de críticas, uma vez que especialistas o consideram, em muitos casos, um instrumento excludente, que incita a segregação entre as classes sociais. Tal crítica se refere ao direcionamento das zonas de uso, dado que estas tendem a ser compostas por grupos homogêneos –seja de classe alta ou grandes zonas destinadas às camadas mais pobres-. No entanto, o autor enfatiza que, ainda que o instrumento tenha falhas, este tem sido útil no controle de crescimento e ocupação de áreas inadequadas, contribuindo, também, para evitar a instalação de empreendimentos impactantes em locais impróprios.

Gramado tem sua economia embasada fortemente na atividade turística e a partir da análise do PDDI do município, percebemos que o planejamento está voltado para fortalecer a imagem de Gramado perante o cenário nacional e internacional. Já no Título

I - Das disposições preliminares - o Art. 2º apresenta ente os objetivos gerais do PDDI a ordenação do uso do solo, objetivando a consolidação do município de Gramado como polo regional, nacional e internacional de turismo e serviços afins, proporcionando assim, segundo o Plano, o desenvolvimento equilibrado das atividades principais e complementares. Dentre diversas menções à atividade turística no PDDI, destaca-se também no Capítulo IV, Art. 11 a diretriz fundamental do município de Gramado:

É diretriz fundamental do Município de Gramado preservar o meio ambiente e a qualidade de vida dos seus cidadãos, com vistas ao desenvolvimento do turismo, como forma de garantir o direito à cidade e a um Município autossustentável. (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, 2014, p. 10)

Pode-se observar também que, visando intensificar a atividade turística no município, o Plano Diretor destaca fortemente o valor estético cidadão. Em diversos trechos do documento há menção acerca do “embelezamento” do município, como por exemplo, no Título IV, o Art. 10 apresenta que é princípio a ser observado na aplicação das normas do PDDI, a estética, a beleza e a harmonia entre o patrimônio natural e o criado.

Ainda no Título IV, o Art. 12 expõe, como uma das diretrizes gerais do município, a criação de instrumentos que visem aperfeiçoar o embelezamento, ajardinamento e a urbanização característica de Gramado. De acordo com o documento, tais instrumentos seriam voltados para assegurar o desenvolvimento em todas as atividades econômicas. Dorneles (2001) ressalta os aspectos estéticos de Gramado, mencionando que Gramado caracteriza-se como uma “Cidade-paisagem”, admirada e valorizada por sua estética urbana, compreendendo a arquitetura, o intenso cultivo de flores, especialmente hortênsias, flor símbolo da região.

No zoneamento estabelecido pelo município, observam-se Zonas Especiais. Segundo o Art. 39 do PDDI, “As zonas especiais são aquelas que possuem uma característica especial, podendo ser parte do zoneamento principal, e deverão ter os cuidados necessários da administração pública em relação às atividades ali pretendidas” (p. 23). Dentre as Zonas Especiais, existe a Área de Proteção Paisagística e Ambiental. Nessa área, é curioso o detalhamento das diretrizes estéticas, como, por exemplo, a obrigatoriedade à destinação de 30% da área do recuo frontal, exigido para fins exclusivamente paisagísticos e ajardinamento com canteiros e plantio de vegetação.

A fim de minimizar o impacto visual, o documento também estabelece a altura máxima das edificações, visando constituir um padrão, de acordo com as características urbanísticas da cidade, assim, a volumetria da edificação deve adequar o dimensionamento à fisionomia da paisagem natural e edificada no município. Interessante observar que o município prima pelo “Estilo Arquitetônico predominante de Gramado”. No Título V, em seu capítulo I - obras públicas e publicidade - o PDDI expressa que obras públicas deverão necessariamente apresentar o Estilo Arquitetônico estipulado.

O Estilo Arquitetônico também é citado no Título VI, Capítulo V, que trata dos requisitos urbanísticos, expõe na Seção I, Art. 66, que as edificações, segundo as características próprias de cada zona, são reguladas através dos seguintes requisitos urbanísticos: (i) Coeficiente Ideal; (ii) Área Construída; (iii) Índice de Aproveitamento; (iv) Taxa de

Ocupação; (v) Área de Proteção Paisagística e Ambiental; (vi) Taxa de Permeabilidade; (vii) Altura das Edificações; (viii) Recuos Obrigatórios de Ajardinamento e Viário; (ix) Restrições para Grandes Obras; (x) Comprimento das edificações; **(xi) Características Arquitetônicas Predominantes** (Grifo nosso).

Segundo o PDDI, Título VI, Seção XII, Art. 96, o município, em todas as zonas de uso, tem o direito de exigir que as construções apresentem as “características arquitetônicas” predominantes da cidade. Para tanto, por meio das suas secretarias e com a assistência de historiadores, associação de profissionais da construção civil, conselho de desenvolvimento rural e outros, realiza-se estudo técnico para identificar as características que devem ser mantidas, neste sentido, são observados aspectos relacionados à colonização da cidade, tais como arquitetura, cultura, costumes, tradições, floreiras, ajardinamento, entre outros.

A arquitetura urbana está fortemente vinculada à atividade turística, pois, conforme Paiva (2016), esta apresenta-se como um dos principais elementos que qualificam o espaço enquanto mercadoria com intensa vinculação com o turismo. Na percepção de Vargas (2016) a paisagem artificial, criadas para o turismo, trata-se de uma “[...] tentativa de reproduzir os signos que povoam o imaginário de turistas, e não a realidade dos locais [...]” (p. 24). Para a autora, essas paisagens artificiais são tão somente produtos para consumos, tendo em vista que são reproduzidas apenas em sua aparência e superficialidade, desprovidas de ligação com a história local.

O rigor no que se refere ao estilo arquitetônico está atrelado, segundo Dorneles (2001, p. 65), ao planejamento arquitetônico de Gramado, que tem entre os objetivos evitar a proliferação de edifícios de “estilo comum”, encontrado em quase todas as cidades. Para tanto, foi estabelecido um projeto arquitetônico para a cidade cuja proposta tende a direcionar o estilo das edificações e caracterizá-las em um processo de “europerização” da arquitetura local.

Silva (2004) argumenta que é possível perceber características análogas em determinados cenários, podendo assim ser definida de acordo com o ambiente físico, os hábitos de lazer e o estilo arquitetônico preponderante. A partir de uma análise de publicações voltadas para o turismo e em materiais de publicidade veiculados em jornais, revistas e internet, a autora propõe uma classificação de sete tipos de localidades turísticas brasileiras: cidades com temática europeia, cidades históricas, praias urbanizadas, praias rústicas, cidades do interior, complexos turísticos e centros metropolitanos. Ateremo-nos ao cenário nomeado europeu, tendo em vista que este é o padrão identificado no objeto deste estudo.

Os cenários europeus estão localizados essencialmente nas regiões serranas do Sul e Sudeste do Brasil, representam uma reprodução de um tipo específico de paisagem europeia, encontradas em países como França, Suíça, Alemanha, e outros. A paisagem urbana é constituída de jardins floridos, calçadas e praças bem preservadas. As construções seguem, relativamente, os estilos da arquitetura do interior europeu, como o “chalé alpino”³. Tal arquitetura típica é presente em hotéis, restaurantes, lojas e algumas residências. Uma característica marcante das construções é o gabarito baixo, aspecto valorizado pelo mercado turístico como aspecto de qualidade paisagística de uma cidade aconchegante (SILVA, 2004).

³ Pequeno sobrado, com telhados inclinados (SILVA, 2004).

No caso de Gramado, torna-se ainda mais evidente a construção de paisagens para fins de consumo turístico, tendo em vista que, segundo o mesmo autor, o estilo de construção arquitetônico em Gramado é denominado “*bávarafalk*”, referindo-se a uma estilização de um estilo apenas para turista ver.

As intervenções, comumente, têm o objetivo de moldar a realidade cotidiana de uma seleta população, transformando-se em “cenários de um espetáculo”, para tanto, busca-se rebuscar as regiões, dotando-as de glamour, atraindo essencialmente um público elitizado (ARANTES, 2015). Gramado tem atraído um público cada vez mais elitizado, especialmente por ser núcleo de turismo de eventos e negócios. A evidência de tal dado pode ser constatada nas pesquisas desenvolvidas pelo Gramado, Canela e Região das Hortênsias *Convention & Visitors Bureau*⁴ (GCRHC&VB). Buscando traçar o perfil do turista de eventos e negócios que o município atrai, a entidade tem aplicado, desde o ano de 2012, pesquisas nos participantes dos eventos captados pela instituição. Nos quatro anos – 2012, 2013, 2014, 2015 - pesquisados, os resultados evidenciaram que mais de 50% do público tem renda mensal superior à R\$ 4001,00. Em análise mais aprofundada no ano de 2015, o GCRHC&VB conclui que 28% possuem uma renda superior a R\$7.000,00 mensais.

Vale lembrar, também, que o participante da referida tipologia de turismo, apresenta características comuns, tais como: escolaridade superior; poder aquisitivo elevado; exigência de praticidade e comodidades, atendimento e equipamentos de qualidade; realização de gastos elevados em relação a outros segmentos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

No que se refere à Zona Rural, é estabelecido um critério para preservação e manutenção das características próprias inerentes à zona. No que tange especificações acerca de novas construções na Zona Rural, estas “[...] não devem agredir a vista panorâmica e a paisagem existentes, mas sim nelas se integrar harmonicamente [...]” (p.30), assim, dentro de outras especificações, delimita-se que a inspiração para as construções novas deverão seguir os estilos predominantes nas regiões de origem dos colonizadores de Gramado bem como serem feitas de alvenaria, madeira ou mistas madeira ou alvenaria sendo proibido o uso de concreto à vista ou construções cubísticas, os detalhes decorativos externos deverão ser, preferencialmente, em madeira.

§1º A inspiração para as construções novas deverão seguir os estilos predominantes nas regiões de origem dos colonizadores de Gramado, quais sejam: Italiana, Alemã e Portuguesa.

§2º As construções novas deverão ser feitas de alvenaria, madeira ou mistas (madeira ou alvenaria), sendo vedado o uso de concreto à vista ou construções cubísticas.

§3º As paredes externas não deverão ser exclusivamente de vidro.

§4º Os detalhes decorativos externos serão, preferencialmente, em madeira.

§5º Os telhados terão duas ou mais águas aparentes com caimento de no mínimo 30% (trinta por cento).

⁴ Fundação Civil sem fins lucrativos que objetiva fomentar o turismo na Região das Hortênsias como destino, através de ações de apoio a captação de eventos de natureza técnico-científicas (nacionais e internacionais), além de atrair visitantes através de ações planejadas e integradas de marketing (GRAMADO, CANELA E REGIÃO DAS HORTÊNSIAS CONVENTION & VISITORS BUREAU, 2016).

§6º A cobertura será feita, preferencialmente com telhas de cerâmica, evitando-se telhas metálicas, de cimento amianto ou similares.

(Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, 2014, p. 30)

O PDDI faz menção ao agroturismo como atividade econômica complementar na Zona Rural, no entanto, não explicita a motivação para a preservação do ambiente rural. Não obstante, segundo a Secretaria de Agricultura de Gramado, o PDDI busca evitar a descaracterização do ambiente rural, uma vez que estão surgindo novos empreendimentos, devido à valorização imobiliária (LIMA, 2013).

Infere-se, então, que tais normativas tenham em vista fomentar o desenvolvimento turístico do interior do município, posto que Gramado dispõe do turismo na modalidade rural, segundo Lima (2013), desde a década de 1990. Atualmente existem seis roteiros turísticos rurais organizados e planejados por meio de aliança entre o poder público, a iniciativa privada e as comunidades rurais.

Embora com abordagens menos frequentes quando comparado às questões estéticas, o PDDI de Gramado também apresenta orientações direcionadas à função social da propriedade – mesmo porque nos termos do artigo 182 da Constituição Federal consta que o objetivo político do desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, é ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes -. Sendo assim, dentre algumas dessas diretrizes, pode-se citar o Art. 10, sobre os princípios a serem observados na aplicação das normas do PDDI, dentre ele, o primeiro sugere o desenvolvimento equilibrado e sustentável, em âmbito físico, social, cultural e econômico.

Igualmente, o Art. 12 traz as diretrizes gerais do município de Gramado. A primeira refere-se ao uso adequado da propriedade e a sua função social, para tanto, cabe ao Poder Público municipal realizar o zoneamento e o parcelamento do solo urbano e rural. Em seu Art. 132, faz menção aos espaços vazios urbanos, desprovido de função social, puramente especulativos, que geram crescimento desordenando, limitando a população a locais demasiadamente ocupados, sendo assim, incompatível com a qualidade de vida sugerida nas diretrizes do PDDI. Assim, o município poderá aplicar o disposto na Lei Federal no 10.257/2001, denominado parcelamento, edificação ou utilização compulsória.

O PDDI assegura, também, o “direito de preempção”, ou seja, o município terá a preferência para aquisição de imóveis urbanos. Assim, o mecanismo poderá ser exercido quando o Poder Público necessitar de áreas para, dentre outras finalidades, executar projetos habitacionais de interesse social.

O Estatuto da Cidade previu em seu artigo 25 que o município terá preferência na aquisição de imóveis quando houver interesse urbanístico, ambiental, histórico, artístico, paisagístico, social ou de utilidade pública (SANT’ANA, 2006). Observa-se que, no caso de Gramado, o “direito de preempção” também poderá ser praticado em caso de áreas de interesse turístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se o processo de produção do espaço urbano no município de Gramado (RS) – conhecido nacionalmente como a cidade do Festival de Cinema – e as repercus-

sões das políticas atuais de (re) ordenamento do espaço da cidade, tendo em vista a reconfiguração da estética urbana visando a promoção do turismo na cidade. Para tanto, explorou-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do município, dando ênfase à leitura crítica das especificações do Plano. Num momento seguinte, procuramos confrontar esses dados com as afirmações levantadas através da entrevista realizada com o profissional atuante no órgão de planejamento urbano do município (Secretaria de Planejamento, Urbanismo, Publicidade e Defesa Civil de Gramado).

A análise revelou que na conjectura atual, em que a globalização estimula a concorrência, os empreendimentos turísticos são entendidos como essenciais para o êxito das estratégias de competitividade nos destinos turísticos. A política pública pode ser utilizada como mecanismo para gerar lucro ao poder público e privado, priorizando as exigências economicistas em detrimento das necessidades do território local. O município de Gramado quer fortalecer sua imagem de destino turístico perante o cenário nacional e internacional. Assim, o PDDI da cidade traz diversas diretrizes e normas acerca da reconfiguração da imagem do município.

Apesar de o poder público do município enfatizar a relevância do embelezamento e estética da cidade, tendo em vista que no mundo globalizado a imagem da cidade é vetor para desenvolvimento da atividade turística – que por sua vez seria responsável pelo desenvolvimento do município e melhoria na qualidade de vida dos autóctones -, percebe-se que o município tem priorizado as perspectivas mercadológicas, intensificando projetos urbanísticos como forma de promoção da cidade, atendendo essencialmente aos interesses de pequenos grupos e promotores imobiliários. Neste sentido, o município de Gramado insere-se na lógica capitalista de produção de espaço, visto que prima pela paisagem artificial, tornando-a meramente um produto de consumo, que pouco retrata a história do lugar, tampouco representa a realidade dos municípios.

É claro que o PDDI do município também traz normas e diretrizes que visam às questões sociais, tais como mecanismos para controlar a especulação imobiliária, o uso correto do solo visando respeitar sua função social e áreas passíveis de projetos habitacionais de interesse social. No entanto, nota-se que o Plano é especialmente alimentado com normas e diretrizes que preconizam a estética da cidade, privilegiando o valor estético e o embelezamento das ruas e avenidas. Assim, a exploração do solo, enquanto mercadoria, tem fomentado a especulação imobiliária, aprofundando a segregação socioespacial.

Finalmente, ainda que o PDDI do município de Gramado tenha normas e diretrizes que visam beneficiar a população de menor poder aquisitivo, entendemos que seja necessária uma análise aprofundada para verificar como ocorre a atuação do Poder Público em consonância com a política pública por ele defendida. Certamente, esta é uma tarefa complexa, sendo necessário interpretar a “ação real do governo”, uma vez que, este pode mascarar suas intenções e objetivos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Raphael Lorenzeto de. *Localização de Gramado*. 2006. Disponível em: <Image:RioGrandedoSul MesoMicroMunicip.svg>. Acesso em: 27 mar. 2017.
- AGUIAR, Paulo Henrique. *Representação da natureza, transformações espaciais e turismo em*

- Brotas/SP. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000366695>>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- ALMEIDA, Camila Righi de. *O papel do plano diretor na organização espacial das cidades: o caso do município de Três Rios*. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) - Pós-graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ambienteconstruido/files/2012/03/Dissertação_CamilaRighiDeAlmeida.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.
- ARANTES, Otilia, Uma estratégia falta: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-74.
- ARANTES, Germana de Faria. *Intervenções Urbanas: rumo à cidade neoliberal*. Curitiba: Appris, 2015.
- BARRETO, Margarita. *Cultura e Turismo: Discussões contemporâneas*. Campinas: Papi-rus, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt; PENCHEL, Marcus. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BORGES, Marta Poggi e; ZAINÉ, Mariselma Ferreira. ; RUSCHMANN, Doris Van de Meene Competitividad y turismo sustentable: El caso de Aguas de San Pedro (San Pablo, Brasil). *Estudios y Perspectivas En Turismo*, Buenos Aires, v. 15, p.220-235, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180713888002>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Gramado (RS) aposta na expansão do turismo de negócios*. 2015. Disponível em: < [http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5109-gramado-\(rs\)-aposta-na-expansao-do-turismo-de-negocios.html](http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5109-gramado-(rs)-aposta-na-expansao-do-turismo-de-negocios.html)>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo de negócios e eventos: Orientações básicas*. Brasília: Mtur, 2010. 66 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Negocios_e_Eventos_Orientacoes_Basicas.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocomplado.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- CARLOS, Ana. Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 53-73.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O turismo e a produção do não-lugar*. Turismo: Espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1999
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (Org); MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; RAMOS, Márcia Eliane.; ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar; PEIXOTO, Valéria Maria Ribeiro. *Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia*. Goiânia: Alternativa, 2001, p. 11-32.

- CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *América Latina: cidade, campo e turismo*. Organizado por Amalia Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo y María Silveira. p. 367-378, 2006. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: Segregação socioespacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 41-51.
- CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. *Introdução à Geografia do Turismo*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.
- DACHARY, Alfredo Argentino César; BURNE, Stella Maris Arnaiz. El turismo y la sociedad de consumo. *Turismo y Sociedad*, Bogotá, v. 14, p.65-82, set. 2013. Disponível em: <<http://revistas.uexternado.edu.co/index.php/tursoc/article/view/3715>>. Acesso em: 24 mar. 2017.
- DIAS, Reinaldo. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Atlas S.A, 2013.
- DORNELES, Edson Bertin. *Gramado: a produção e consumo de uma imagem de cidade europeia no sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade federal do rio grande do sul, 2001.
- DOS SANTOS, Cilícia Dias. A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 5, n. 1, 2009.
- DUARTE, Fábio. *Planejamento Urbano*. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FAINSTEIN, Susan S.; GLADSTONE, David. Evaluating urban tourism. *The tourist city*, p. 21-34, 1999.
- FURTADO, Carlos Ribeiro. *Gentrificação e (re)organização urbana em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ufrgs, 2011.
- FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. *Cadernos Metrópole*, [s.l.], v. 16, n. 32, p.341-364, nov. 2014. FapU-NIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3203>
- GRAMADO, CANELA E REGIÃO DAS HORTÊNSIAS CONVENTION & VISITORS BUREAU. A entidade. Disponível em: <<http://www.conventionbureau.com.br/novo-entidade/>> . Acesso em: 10 mar. 2017.
- GRAMADO, CANELA E REGIÃO DAS HORTÊNSIAS CONVENTION & VISITORS BUREAU. Relatório de Pesquisas. Disponível em: <http://www.conventionbureau.com.br/novo-pesquisas/>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- GRAMADO (Município). Constituição (1975). Lei nº 457.75, de 31 de dezembro de 1975. *Institui Plano Diretor e Aprova Diretrizes*. Disponível em: <<http://www.camagramado.rs.gov.br/index.php/leis-municipais/ano-1975?download=4311:lei-45775-institui-plano-diretor-e-aprova-diretrizes>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- HARVEY, David. A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em commo-

dities. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablumme, 2001. p. 219-240.

HARVEY, David. *Produção capitalista do espaço*, Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/NRF>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

JIMÉNEZ, Carlos Cardoso; NECHAR, Marcelino Castillo; VEGA, Carlos Hernández. Sosteniendo al turismo o turismo sustentible (TS): Reflexiones teóricas. *Estudios y Perspectivas En Turismo*, Argentina, v. 23, p.376-395, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180730867009>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Paris: Éditions Anthropos, 1991. 4 v. Tradução de: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Ed anthropos, 1974.

LIMA, Evandro Nunes de. *O turismo rural como alternativa de desenvolvimento e diversificação de renda no roteiro raízes coloniais em Gramado – RS e as motivações para a adoção da atividade turística nas propriedades do roteiro*. 2013. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs, Picada Café, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/87469>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Orgs. SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini, p.105-130, 1998. Disponível em: <<http://www.antropologiasocial.org/conteudos/publicaciones/otautores/fortcon.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017

MERCK, Roberta Gil. *A administração pública municipal de Gramado: um modelo de gestão pública*. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2016. Disponível em: <<https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/RobertaMerck.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

MESQUITA, Westerley Sousa. Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável no turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 6, p.81-89, 2006. Disponível em: <<http://ad.rosana.unesp.br/docview/directories/Arquivos/Cursos/Apoio Didático/Danielli Cristina Granado Romero/Planejamento e Gestao Ambiental/O Turismo e o enfoque Capitalista.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Gramado (RS) aposta na expansão do turismo de negócios. 2015. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5109-gramado-\(rs\)-aposta-na-expansao-do-turismo-de-negocios.html](http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5109-gramado-(rs)-aposta-na-expansao-do-turismo-de-negocios.html)>. Acesso em: 12 set. 2016

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva; VITTE, Claudete de Castro. O fenômeno turístico e suas implicações na cidade de Ouro Preto. In: ENCONTRO ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. *Anais...* Indaiatuba: Anppas, 2004. p. 1 - 18. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/melissa.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. *Plano Diretor de Gramado*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/plano-diretor-gramado-rs>. Acesso em 12 mar. 2017.

- PAIVA, Ricardo Alexandre. *A metrópole Híbrida: o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza*. 2011. 321 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-13012012-160306/pt-br.php>>. Acesso em: 13 set. 2016.
- PAIVA, Ricardo Alexandre. O turismo, produção e consumo do espaço. In: VARGAS, Helena Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre. *Turismo, Arquitetura e Cidade*. Barueri: Manole Ltda, 2016. p. 33-56
- RUSCHMANN, Doris van de Meene; ROSA, Rafaela Gonçalves. Ilha de Porto Belo / SC Um destino turístico de excelência. *Revista de Estudos Politécnicos*, Portugal, v. 8, p.9-20, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3496735-Ilha-de-porto-belo-sc-um-destino-turistico-de-excelencia.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- SABOYA, R., 2007. Zoneamento e Planos Diretores. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2007/11/zoneamento-e-planos-diretores/>>. Acesso em 3 mar. 2017.
- SANTA'ANA, Ana Maria. *Plano Diretor Municipal*. São Paulo: Leud, 2006
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: Segregação socioespacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59
- SAMSON, A. - Le Role et les Instruments de la Planification Urbaine Face dux Mechanismes Fonciers et Immobiliers des Villes du Tiers Monde. In: *La Croissance Périphérique des Villes du Tiers-Monde: Le Role de la Promotion Foncière et Immobilière*. Travaux et Documents de Géographie Tropicale, 40, Talence, CEGET, 1980
- SANTOS, André da Rocha. Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos. *Cadernos Metrópole*, v. 16, n. 32, p.587-607, nov. 2014.
- SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, n. 32, p. 89-109, 2012.
- SILVA, Carlos Henrique Costa da. Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 16, p.47-63, ago. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7334>>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- SILVA, Carlos Henrique Dantas da. *Plano Diretor: teoria e pratica*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SILVA, Maria da Glória Lanci da. *Cidades Turísticas: Identidades e Cenários de Lazer*. São Paulo: Aleph, 2004.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 75-104.
- VARAJÃO, Guilherme Fortes Drummond Chicarino; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Turismo, produção do espaço e urbanização: evolução do uso e ocupação do solo de Lavras Novas, Ouro Preto-MG. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 24, p.73-89, mar. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/6660>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

- VARGAS, Heliana Comin. Turismo: reflexões disciplinares. In: VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre. *Turismo, Arquitetura e Cidade*. Barueri: Manole Ltda, 2016. p. 3-32.
- VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986. 123 p.
- YOUELL, Ray. *Turismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.

OS DESAFIOS DA DIVERSIFICAÇÃO NA ESTRUTURA PRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO VALE DO PARANHANA/RS

Alexandre Aloys Matte Júnior¹

Roberto Tadeu Ramos Moraes²

INTRODUÇÃO

O Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul, é formado pelos municípios de Três Coroas, Igrejinha, Parobé, Taquara, Rolante e Riozinho, tendo seu nome proveniente do rio que banha os municípios da região. O território possui sua economia baseada na produção industrial, principalmente de calçados e confecções em couro e bebidas, preenchendo cerca de 50% de sua economia. Além da produção de calçados e componentes, há também a planta industrial do grupo Heineken, uma das grandes empresas produtoras de cerveja e refrigerantes do Brasil (FEE, 2016). A Figura 1 apresenta o mapa com os municípios que compõem a região do Vale do Paranhana.

Figura 1 - Região do Vale do Paranhana/RS



Fonte: Adaptado de SkyscraperCity.com (2017)

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT/RS. E-mail: alexandrejr1408@gmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT-RS. E-mail: masprm@faccat.br

Morais (2012) discorre sobre a colonização da região, que tem como característica básica a presença, inicialmente, de imigrantes alemães, identificados principalmente com a produção agropecuária e a industrialização proporcionada pela produção calçadista. Galvão (1999) cita que a partir da década de 1940, com a diminuição das exportações de piretro, a região passou a dedicar-se à fabricação de arreios e calçados. Uma das principais características do setor coureiro-calçadista é a necessidade de um número de processos, o que acaba gerando a necessidade de um volume de mão de obra, já que diversas tarefas são praticamente artesanais e, dessa forma, o setor industrial passou a ser o centro gerador de renda do Vale do Paranhana, sendo a disponibilidade de mão de obra um fator motivador à instalação de um número de empresas na região (GALVÃO, 1999).

Porém, com as dificuldades enfrentadas pelo setor coureiro-calçadista no final da década de 1990 e de 2000 em diante, decorrentes principalmente da globalização e valorização do real, tornando a concorrência enorme a nível mundial no campo das exportações, em grande parte devido aos baixos custos de produção conquistados pelos países asiáticos, o setor calçadista foi impactado, resultando no fechamento de empresas e extinção de postos de trabalho. Nesse sentido, as maiores perdas ocorreram nos municípios onde a estrutura industrial é concentrada na atividade coureiro-calçadista, enfrentando graves problemas em relação a crise no setor, ocasionando em desemprego e expressiva perda de participação no PIB (Produto Interno Bruto) do Rio Grande do Sul (CALANDRO e CAMPOS, 2013). Dentro desse panorama, em uma região com predominância da atividade industrial calçadista, o fechamento de fábricas e aumento do índice de desemprego acabou desacelerando a economia local e influenciando diretamente o comércio e o giro de produtos no mercado.

Tornam-se necessários estudos sobre as possibilidades de diversificação da estrutura produtiva do Vale do Paranhana, procurando, através disso, gerar desenvolvimento a toda a região através da expansão de outros segmentos além do calçadista. Nesse sentido, sugere-se o debate e estudo da viabilidade da produção leiteira como alternativa de diversificação e captação de renda, além de analisar os desafios pelos quais as pequenas propriedades passam. Atrela-se a diversificação produtiva do vale à possibilidade de desenvolvimento da pecuária leiteira, pois o Paranhana já foi uma das maiores bacias leiteiras do Rio Grande do Sul, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, produzindo mais de 100 mil litros diários de leite (Município de Taquara, 2017; CUNHA, 2011), além do fato de que o leite possui importância estratégica, tanto para o estado como para o País.

Conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao ano de 2014, a produção leiteira chegou à marca de 35,17 bilhões de litros, sendo a região Sul a maior produtora do país, representando 34,7% do total nacional. Principalmente na Região Sul do Brasil, destaca-se o sistema de produção familiar. Consoante Berro *et al.* (2014) a produção de leite consolidou-se como atividade âncora na composição da renda dos pequenos agricultores, impactando no desenvolvimento regional, em especial, por fatores ligados a absorção de mão de obra, grande alcance social e agregação de valor na propriedade, possibilitando o uso de terras de qualidade inferior para o desenvolvimento dessa atividade.

Assim, a temática desse trabalho está relacionada à análise da diversificação da estrutura produtiva como estratégia de desenvolvimento regional, buscando analisar os

desafios enfrentados por esta na cadeia leiteira no Vale do Paranhana/RS. Dessa forma, primam-se pelo estudo da competitividade, políticas públicas e espaço regional do Vale do Paranhana, incentivando o aprofundamento sobre a agricultura familiar, debatendo as possibilidades de diversificação produtiva e identificando portfólio de fontes de ingressos de rendas para os produtores, também incentivando o estudo de novas estratégias para o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, o objetivo central do trabalho é avaliar a percepção dos pequenos produtores de leite sobre a viabilidade da diversificação da estrutura produtiva para a região do Vale do Paranhana por meio da produção leiteira em pequenas e médias propriedades rurais, como alternativa de desenvolvimento regional. Buscando contemplá-lo, foram estruturados objetivos específicos, a) caracterizar os produtores de leite do Vale do Paranhana, através das características de propriedade, produção e renda; b) analisar a percepção dos produtores rurais do Vale do Paranhana em relação à possibilidade de diversificação produtiva para a região; c) identificar a aderência e percepção dos pequenos produtores de leite desta região em relação às estratégias e políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul e Brasil voltadas às pequenas propriedades leiteiras, e d) analisar a viabilidade econômica e social da produção leiteira, através do panorama de sua evolução, como alternativa à reconfiguração do modelo de desenvolvimento deste recorte territorial. Nessa linha, o questionamento central que busca ser respondido através desse trabalho é: Qual a percepção dos pequenos e médios produtores rurais do Vale do Paranhana quanto à diversificação da estrutura produtiva por intermédio da produção leiteira?

Sobre a organização desse artigo, este, do Capítulo 2 ao 4, se apresentam os conceitos de diversificação produtiva, caracterização da produção leiteira no Brasil e no Rio Grande do Sul, agricultura familiar e Políticas públicas voltadas à agricultura familiar e produção leiteira, necessários para o embasamento deste estudo. O Capítulo 5 detalha os procedimentos metodológicos empregados, bem como número de indivíduos selecionados e instrumentos de coleta utilizados. Já o capítulo 6 apresenta os resultados obtidos e análises de dados realizada. Por fim, apresentam-se as conclusões obtidas após o desenvolvimento da pesquisa.

2. DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

A estratégia de diversificação produtiva torna-se importante matéria de estudo, objetivando avaliar sua relação às decisões tomadas em diversos âmbitos e setores, tanto por empresas do ramo industrial, como pelo setor de agropecuária e planejamento voltado ao desenvolvimento regional. A diversificação compreende incrementos na variedade de produtos finais fabricados, incrementos na integração vertical e nas áreas básicas de produção nas quais a organização opera (GIANEZINI *et al.*, 2013; PENROSE, 1979; PORTER, 1989). Além disso, para determinadas organizações produtivas, a diversificação constitui-se, além de uma oportunidade de crescimento, uma condição de sobrevivência, atuando em segmentos, por vezes, completamente diferentes da sua especialização inicial (PENROSE, 1979). Um território diversificado oportuniza que segmentos com melhor desempenho substituam aqueles que passam por dificuldades. O desemprego em um se-

tor pode significar em absorção dessa mão de obra por outro, mantendo-se o dinamismo da região diversificada, mesmo que não em níveis tão elevados quanto às especializadas. Esse dinamismo pode ser caracterizado por sua base em aproveitamento de recursos locais, onde, com o decorrer do tempo, é capaz de gerar outras alternativas frente as adversidades do mercado, sem ver suas bases de sustentação ameaçadas (BREITBACH, 2007).

A própria organização regional em torno da diversificação produtiva torna-se fator determinante. Gianezini *et al.* (2013) citam em sua pesquisa a organização de determinada região que, experimentando respectivamente momentos de prosperidade e de estagnação econômica, apostou em estratégias locais visando o desenvolvimento baseado na introdução de estruturas produtivas diversificadas, buscando sua reorganização produtiva. Além disso, o impacto regional promovido pela diversificação pode ser mais amplo se houver um compromisso dos municípios e empresas em relação a divulgação e fomento dessas atividades diversificadas realizadas (GIANEZINI *et al.*, 2013). A importância dada pelos entes governamentais à questão da diversificação se refletirá no âmbito social, em especial, dos pequenos agricultores. Sambuichi *et al.* (2014) afirmam que essa estratégia colabora para a permanência destes no campo, o que gera externalidades positivas, evitando problemas sociais como o êxodo rural e conseqüente inchamento das favelas e aumento da violência urbana, que por sua vez gerariam maiores custos governamentais relacionados a urbanização e segurança.

Conforme Exterckoter e Niederle (2012), a estratégia de diversificação das atividades ocupacionais, bem como das rendas, representa proteção às famílias, onde, à medida que diversificam suas opções de trabalho, adquirem maior estabilidade. Além de apresentar benefícios econômicos e sociais, a diversificação produtiva traz importantes melhorias ambientais, fundamentais quando se tratando da sustentabilidade do desenvolvimento rural a longo prazo (Sambuichi *et al.*, 2014). Focando especificamente na produção leiteira, a diversificação produtiva é abordada por Pocard-Chapuis *et al.* (2000), os quais afirmam que propriedades produtoras de leite são as que também apresentam os sistemas de produção mais diversificados, explorando culturas anuais e perenes. Além disso, os autores frisam a importância da diversificação, uma vez que o produtor fica constantemente exposto a variações e/ou quedas de preço e de safra.

3. A PRODUÇÃO LEITEIRA NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

O leite é um componente essencial à alimentação humana, sendo produzido em todo o mundo. Sua importância pode ser observada no ambiente produtivo e econômico mundial, principalmente em países considerados em desenvolvimento e em sistemas de agricultura familiar. Nas últimas três décadas, a produção mundial de leite teve aumento de mais de 50%, chegando a 769 milhões de toneladas em 2013 (FAO, 2016). Segundo a FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*³ (2016), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), aproximadamente 150 milhões de lares em todo o mundo estão envolvidos na produção leiteira, sendo característica da maioria dos países em desenvolvimento a produção a partir de pequenos agricultores de base familiar, pois fornece

³Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

retorno rápido aos produtores de pequena escala. O Brasil é o 5º maior produtor de leite do mundo, ficando atrás da Índia, Estados Unidos da América, China e Paquistão (FAO, 2016). Para o Brasil, o leite desempenha um papel vital, uma vez que se caracteriza como um dos seis produtos mais importantes da agropecuária brasileira, sendo essencial no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2016).

A atividade leiteira pode ser considerada uma das mais importantes da agropecuária brasileira, já que se encontra presente em cerca de 1,3 milhões de propriedades do país (SILVA *et al.*, 2011). Segundo Costa *et al.* (2015) o setor de leite e derivados possui grande volume na geração de empregos, superando áreas como a construção civil e indústria de automóveis, por exemplo, o que acaba sendo fato gerador de renda. Os autores também apresentam a estimativa de que a cada R\$ 1 milhão em produtos demandados, o leite gere 197 empregos, superando os demais setores. Viana e Ferras (2007) colaboram com essa informação ao citarem, como fator importante da atividade leiteira, o alto grau de concentração de mão de obra, dada a necessidade de utilização de um significativo número de trabalhadores no decorrer de sua cadeia produtiva. Nesse sentido, conforme os autores, através da geração de empregos, a atividade leiteira também acaba por gerar renda, onde o setor de leite assume papel de destaque na economia.

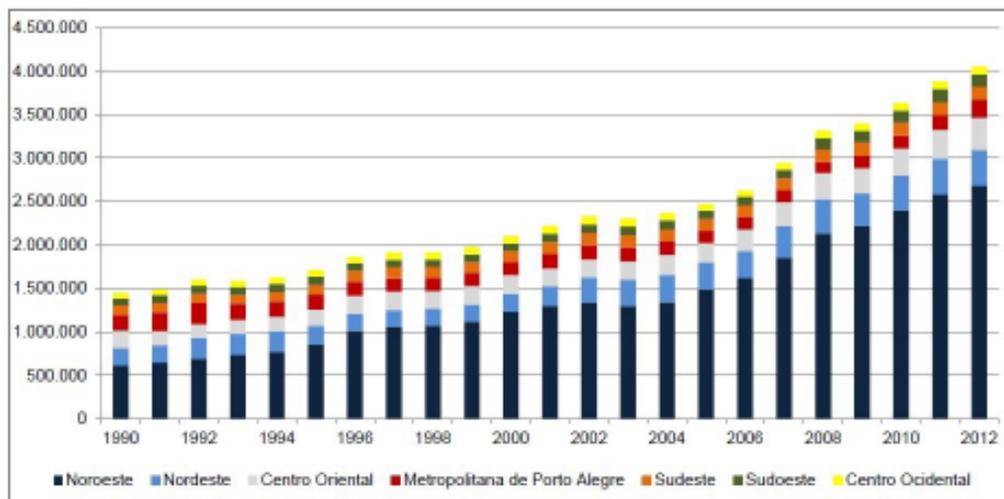
Após passarem por transformações profundas, em sua maioria causadas pela questão econômica, atualmente, a cadeia se estrutura basicamente através da venda do leite de produtores primários aos laticínios, que por sua vez o utilizam para a fabricação de diversos produtos lácteos. De acordo com o trabalho de Viana e Ferras (2007), o fluxo de comercialização da Cadeia Produtiva do Leite, bem como seus canais de comercialização consistem em dois fluxos distintos, por canais mais comuns, que praticamente ligam todos os elos da cadeia e, também por meio de canais alternativos, que ocorrem em menor proporção, ligando o produtor ao consumidor final. Este pode ser também caracterizado como mercado informal, onde a cadeia se resume ao Produtor-Consumidor. O “mercado informal”, que consiste no comércio direto do leite e derivados por parte do produtor ao consumidor doméstico ou fabricantes de produtos lácteos, principalmente queijos.

Para Couto (2003) a Região Sul do Brasil é uma das principais produtoras de leite do Brasil, com presença da agricultura familiar como principal sistema de produção, em parte devido à colonização europeia. As mesorregiões do oeste e sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul respondem por mais da metade da produção de leite da Região Sul do Brasil, principalmente por contarem com características propícias ao desenvolvimento da atividade leiteira, podendo-se citar a predominância da mão de obra familiar, clima temperado, estrutura baseada em pequenas propriedades, acesso a crédito subsidiado, como o PRONAF e falta de alternativas mais rentáveis à região (FAUTH e FEIX, 2015).

Nos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000, a produção leiteira do Rio Grande do Sul aumentou em todas as regiões, valendo-se de ganhos em relação a produtividade, conforme demonstra a Figura 2. Em 2012, a Mesorregião Noroeste já respondia por dois terços da produção estadual, contando também com aumento do rebanho, enquanto que as demais regiões estabilizaram ou reduziram a quantidade de vacas leiteiras (FAUTH e FEIX, 2015). É uma atividade predominante em pequenas propriedades no

Rio Grande do Sul, havendo representatividade de estabelecimentos com área aproximada de 20 hectares (CASTRO *et al.*, 1998).

Figura 2 – Evolução da produção leiteira em regiões do RS (em litros), 1990-2012



Fonte: Adaptado de Fauth e Feix (2015).

Em estudo conduzido no ano de 2015, o Instituto Gaúcho do Leite (IGL) identificou que a produção leiteira se apresenta em 94% dos municípios do Rio Grande do Sul, sendo o tamanho médio das propriedades de 20 hectares e 95% dos produtores gaúchos considerados agricultores familiares. A pesquisa também apontou que o número de produtores que estão ligados a cadeia do leite no estado é de 198.817 indivíduos e o volume de leite produzido é de 4,6 bilhões de litros por ano, o que equivale a uma média de 12,62 milhões litros/dia. O tamanho do rebanho leiteiro gaúcho é de 1.427.730 vacas predominando as raças holandesa (60%) e Jersey (16%). Além disso, o estudo indicou que, em sua maioria, a produção assume duas situações, onde 51% dos produtores produzem o leite apenas para consumo familiar e 42,4% deles vendem leite cru para indústrias, cooperativas ou queijarias. Do total daqueles que comercializam ou processam, 45,3% deles produzem até 100 litros de leite ao dia (IGL, 2015).

4. AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

Como características da agricultura familiar, Neto e Basso (2005), Couto (2003) e Gobbi e Pessoa (2009) definem que esta caracteriza-se pela família ser proprietária da terra e dos meios de produção, assumindo o trabalho no seu estabelecimento produtivo, assegurando-se a alimentação da família através do próprio processo de diversificação de cultivo. O tamanho da propriedade é estabelecido pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho, associado a tecnologias e meios dos quais dispõe (NETO e BASSO, 2005). Schneider (2001) observa que esta pode ser entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma mesma habitação) e

possui em comum a propriedade de um pedaço de terra, ligado por laços de parentesco entre si, podendo pertencer a esse coletivo membros não consanguíneos. O coletivo, a família, organiza a produção e gerencia a propriedade, estabelecendo estratégias individuais e coletivas que visem a garantir a reprodução social.

Ainda sobre sua organização, Conterato, Gazolla e Schneider (2007) classificam os agricultores familiares em três tipos distintos, onde a diferenciação ocorre no aspecto econômico-produtivo, ocasionando reflexos na reprodução dos indivíduos e de seu grupo familiar. Conforme os autores, podem ser entendidos como: a) monoativos - grupo trabalha exclusivamente na agricultura; b) pluriativas - ao menos um membro da família dedica-se ao exercício de outras atividades além das agrícolas e c) pluriativas de base agrária - famílias em que ao menos um dos membros exerceu atividades de caráter agrícola, como prestação de serviços de maquinaria em épocas de plantio e colheita. Nesse sentido, a pluriatividade se apresenta como importante estratégia para as famílias de agricultores, principalmente para aquelas que acabam ficando excluídas e à margem dos processos de modernização da agricultura e tecnificação, conseguindo, assim, elevar seus rendimentos de forma considerável se comparado à monoatividade. Esta não é uma realidade apenas de países ricos e desenvolvidos, sendo bastante comum no território brasileiro. Pode ser caracterizada como situações em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a desempenhar variadas atividades econômicas e produtivas, mas não necessariamente ligadas a agricultura e cultivo, e executadas cada vez menos dentro da propriedade rural (SCHNEIDER, 2006). Já a pluriatividade de base agrícola sintetiza-se como uma forma de geração de renda disponível basicamente aos agricultores que possuem acesso a tecnologias e equipamentos, conseguindo, dessa forma, ascender socialmente mais que a maioria (CONTERATO *et al.*, 2007).

Para Abramovay e Veiga (1999), a agricultura familiar exerce papel fundamental no que diz respeito à segurança alimentar e ocupação da população rural. Além disso, o portal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2016) cita que, no Brasil, o setor engloba 4,3 milhões de unidades produtivas, o que representa 84% do total destas, e 14 milhões de pessoas ocupadas, representando cerca de 74% do total das ocupações, distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total). A produção que resulta da agricultura familiar se destina basicamente para as populações urbanas, locais, garantindo a segurança alimentar e nutricional (EMBRAPA, 2016). Ainda, em 2006 os estabelecimentos de agricultura familiar eram responsáveis por 58% do total de leite produzido, demonstrando a importância das pequenas escalas produtivas para o cenário nacional do leite (MAIA *et al.*, 2013). Assim, a pecuária leiteira caracteriza-se como uma das principais atividades realizadas em sistemas de produção familiar. Um dos motivos dos pequenos produtores organizarem-se em relação à produção leiteira é o fato de que essa cultura é adaptável a diferentes condições ecológicas, mudanças climáticas e socioeconômicas, pois permite a viabilidade através de diferentes escalas e sistemas de produção, diferente de outras produções animais, como a suinocultura e avicultura, onde se pressupõe a existência de estruturas tecnológicas e exigências de agroindústrias receptoras da produção (NETO e BASSO, 2005; GOBBI e PESSOA, 2009).

Em pesquisa conduzida com o intuito de levantar dados e características das propriedades rurais e produção de leite no Rio Grande do Sul, constituídas em sua maioria

por base produtiva familiar, o IGL (2015) afirma que, apesar de evidências que demonstram crescimento na produção leiteira do estado, existem dificuldades que permeiam a cadeia leiteira gaúcha. O estudo aponta principalmente a falta de mão de obra e a ausência de sucessão familiar nas propriedades, mas também cita outros empecilhos ao setor, como dificuldades no acesso ao crédito, o preço de leite e o desinteresse das indústrias na compra.

Bueno *et al.* (2004) destacam que os pequenos produtores de leite são sensíveis a alterações nos preços dos insumos relevantes à produção, sendo que reduzem a sua produção quando custos como mão de obra e alimentação do rebanho são reajustados. Como forma de minimizar esses impactos e promover uma forma mais organizada de participação no mercado, Costa *et al.* (2015) destacam a organização dos produtores, principalmente os que utilizam base familiar de produção, através de cooperativas, centralizando a produção e proporcionando maior poder de venda e negociação junto a compradores e vendedores de insumos, necessários ao manejo do rebanho. Estratégias relacionadas à constituição de cooperativas municipais e regionais de produtores permeiam a literatura, objetivando, principalmente, a potencialização da atividade leiteira com a união de produtores e a redução de riscos e obstáculos enfrentados por estes. Também, Pocard-Chapuis *et al.* (2000) citam a importância desse tipo de organização no caso de regiões mais distantes dos centros urbanos, caracterizadas também pela precariedade estrutural, o que acaba por estimular o surgimento de estruturas coletivas de organização, como cooperativas e associações, visando a captação de recursos externos.

A Constituição de 1988, segundo Mattei (2005), passou a considerar novas possibilidades e mecanismos de organização das políticas públicas, objetivando o acesso universal aos recursos públicos de forma igualitária a todos os seus potenciais beneficiários. Segundo Pitaguarí e Lima (2005), as políticas públicas voltadas para as atividades produtivas possuem o papel de distribuir recursos em benefício de viabilizar a produção agrícola através da redução dos custos e aumento, qualificação da estrutura e melhoria da qualidade. O fato da agricultura familiar possuir por característica a dificuldade de acessar recursos, implantar tecnologias e competir no mercado, justificam a sua dependência da esfera pública onde esse fator determina o desenvolvimento local nos aspectos econômico e social. Para superar os grandes desafios presentes na trajetória da agricultura familiar no Brasil, é vital que hajam políticas públicas atuantes que possibilitem a continuidade da produção nesses estabelecimentos. O êxodo rural ainda impacta negativamente nas propriedades da agricultura familiar brasileira, onde a saída encontrada por muitas famílias foi debandar do campo, migrando para as cidades, ou atrelar sua atividade aos grandes complexos agroindustriais, valendo-se de contratos de integração vertical (ANJOS e BECKER, 2014).

Abramovay e Veiga (1999) argumentam que a agricultura familiar passa a se fortalecer a partir do momento que o Estado considera esse segmento como peça fundamental para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, o PRONAF foi determinante na transferência de renda para a agricultura familiar, consistindo em uma conquista dos movimentos sindicais e dos trabalhadores rurais. Schneider (2006) afirma que, a partir do surgimento do programa, em 1996, o sindicalismo rural brasileiro passou a enfatizar a defesa de propostas que contemplassem ainda mais o compromisso do Estado com essa categoria social, necessitando de políticas públicas específicas, como juros menores, apoio institu-

cional, etc. As diretrizes do PRONAF tiveram como base experiências europeias, principalmente francesas, onde foram implementadas a modernização da produção agrícola e da sociedade rural no pós-guerra (CARNEIRO, 1997).

O objetivo do PRONAF esteve atrelado à necessidade de fortalecer a competitividade da agricultura familiar em contrapartida ao agronegócio. Através da oferta de crédito buscava-se atender às necessidades produtivas e estruturais das propriedades, além de aliar esforços por meio de ações estatais e municipais em benefício de eliminar os gargalos que impediam o desenvolvimento do meio rural onde se encontrava presente a produção familiar (BUIANAIN, 1999). O microcrédito tem grande importância dentro da dinâmica do desenvolvimento rural e da agricultura familiar, constituindo-se como alternativa a este grupo, uma vez que muitas vezes não conseguem acessar outros canais de financiamento. Isso evidencia-se principalmente em regiões onde prevalece o sentido de cooperação, caracterizada pela mobilização e ação política dos agricultores, criando formas institucionalizadas de buscar o fortalecimento da agricultura familiar e melhorar os índices de desenvolvimento, não só através do cooperativismo de crédito, mas também o de produção (CONTERATO *et al*, 2007). O período posterior à implementação do PRONAF representam mais avanços para a agricultura familiar, evidenciando-se através da criação, em 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), caracterizada como política pública onde o governo federal assegura a compra antecipada dos produtos da agricultura familiar, destinados aos beneficiários consumidores, como asilos, creches, albergues, hospitais, entre outros, adquirindo alimentos sem a necessidade de licitação, a preços de referência (ANJOS e BECKER, 2014).

Ainda, analisando o PRONAF Investimento, nota-se a sua importância para as atividades ligadas à fruticultura e do leite como estratégias de fortalecimento das pequenas atividades familiares. O leite reforça sua importância em relação a reprodução social e alimentar das famílias rurais, diversificando as estratégias de vivência dos agricultores e possuindo caráter de alternatividade. Os principais empreendimentos financiados na atividade leiteira são a aquisição de ordenhadeiras mecânicas, construção de estábulos para ordenha e de cercas, aquisição de matrizes leiteiras, compra de resfriadores de expansão ou congeladores, entre outros. Através do PRONAF Investimento, isso pode ocorrer de forma direta, como no caso da aquisição das matrizes leiteiras, ou indiretamente como na compra de equipamentos e de pequenas inovações tecnológicas para o desenvolvimento da atividade (CONTERATO *et al*, 2007).

Outra política pública que merece destaque é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que existe oficialmente desde 1950, mas passa a adquirir grande importância a partir da Lei nº 11.947 de 16/6/2009, quando fica estabelecido que a alimentação escolar é um direito fundamental, determinando que pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo governo federal sejam utilizados na compra direta dos produtores da agricultura familiar, priorizando os produtores locais. Também, caso os produtos sejam obtidos através da agricultura orgânica ou ecológica, há o pagamento aos produtores de preço prêmio de até 30% do valor médio praticado regionalmente (ANJOS; BECKER, 2014). Em seu trabalho, Anjos e Becker (2014) demonstram a evolução do PNAE, baseando-se nos recursos e número de alunos atendidos pelo programa entre 1995 e 2013, sofrendo um incremento de mais de 30% e uma grande multiplicação na aplicação de recursos.

Por outro lado, citam-se problemas relacionados aos entraves burocráticos, atraso na liberação dos recursos e fragilidade das organizações que participam do processo, frisando-se, inclusive, resistência dos gestores públicos em relação à modificação de uma cultura estabelecida no âmbito escolar de atribuição superior de valor aos produtos industrializados em relação aos alimentos provenientes da agricultura familiar regional (ANJOS e BECKER, 2014). Os programas têm inegável importância no sentido de valorização da agricultura familiar e da produção proveniente desses estabelecimentos. Porém, ainda se necessitam de avanços na remoção dos entraves burocráticos. Além disso, os autores citam a importância de se fomentar a capacitação dos agricultores e agentes envolvidos nesses programas, visando sua pró-atividade na construção de novas redes, superando a dinâmica estrita dos mercados institucionais. Também, falando sobre as políticas públicas existentes, Conterato *et al* (2007) afirmam que estas estão centradas ao apoio a esfera econômica e produtiva da agricultura familiar, esquecendo-se de considerar a importância social dos grupos familiares, principalmente no que diz respeito a considerar suas características culturais, privilegiar a diversificação dos modos de vivência, assegurar a segurança alimentar e produção para autoconsumo.

5. METODOLOGIA

Com relação ao processo de pesquisa, ela valeu-se de método quantitativo, caracterizando-se como estudo exploratório baseado em um estudo de caso múltiplo Roesch (2009) afirma que o estudo de caso permite o estudo de fenômenos em profundidade dentro de seu contexto, explorando-os por vários ângulos. Além disso, o método do estudo de caso tem se mostrado válido às questões relativas ao Desenvolvimento Rural, uma vez que o pesquisador consegue abordar e analisar sua amostra *in loco*, observando a realidade dos fenômenos estudados (FRÖHLICH e FRÖHLICH, 2014).

A primeira parte da coleta de dados utilizou como recurso a pesquisa bibliográfica, valendo-se de diversos tipos de consulta para que se pudesse sustentar argumentos e informações sobre o tema estudado. Também foi realizada a pesquisa documental de dados e informações referentes às pequenas propriedades rurais e produtores de leite situados no Vale do Paranhana, sendo consultados órgãos como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Rio Grande do Sul, Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A segunda parte da coleta consistiu na aplicação de questionários, que possuíam questões tanto qualitativas (semiestruturadas) quanto quantitativas (fechadas) e foram aplicados diretamente com os produtores nas propriedades rurais. O universo da coleta de dados foi o contingente de pequenos produtores rurais do Vale do Paranhana, tendo como indivíduos selecionados os produtores de leite da referida região, realizando-se visitas a este grupo com o intuito de levantar informações sobre suas propriedades rurais e identificar fatores que possam contribuir para os objetivos da pesquisa. Tal grupo é composto por aproximadamente 1454 estabelecimentos, de acordo com dados do Censo Agropecuário 2006, última edição publicada pelo IBGE (2016). Os dados levam em conta a produção de leite de vaca nos estabelecimentos agropecuários, tendo por condição o pro-

dutor ser proprietário das terras. Foram realizadas 20 visitas e utilizadas seleções não probabilísticas por acessibilidade. O baixo volume de visitas realizadas consiste em uma limitação encontrada, pois, como objetivava-se angariar o maior volume de informações possíveis com os encontros e relatos, teve-se de recorrer a um número menor de participantes.

Para análise das respostas obtidas através dos questionários, recorreu-se à estatística descritiva, objetivando organizar os dados coletados e facilitar a compreensão destes. A estatística descritiva é utilizada para descrever e resumir os dados, permitindo que se tenha uma visão global da variação desses valores, através de tabelas, gráficos e de medidas descritivas, valendo-se de medidas de tendência central, como moda e mediana, e medidas de variabilidade ou dispersão, tais como desvio padrão e variância (LARSON e FARBBER, 2009; ANDERSON e WILLIAMS, 2003).

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a aplicação dos questionários, buscou-se levantar informações gerais sobre os produtores pesquisados, almejando a contemplação dos objetivos de pesquisa. Buscaram-se informações sobre a família do produtor, engajamento desta, faixa de renda, questões relacionadas à pluriatividade do grupo familiar, número de vacas em lactação, volume de produção, tamanho da propriedade, forma de comercialização da produção, uso de linhas de financiamento e participação em programas governamentais, opinião em relação à participação em cooperativas de produtores e também opiniões sobre o potencial econômico da produção leiteira no Vale do Paranhana, bem como sua constituição como alternativa de diversificação produtiva. No que se refere à faixa etária dos participantes da pesquisa, a tabela a seguir apresenta a distribuição deste número por faixas de idade.

Tabela 1 - Idade dos participantes da pesquisa

Faixa de idade	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Até 30 anos	1	5
De 31 a 40 anos	4	20
De 41 a 50 anos	4	20
De 51 a 60 anos	10	50
Mais de 60 anos	1	5

Fonte: autoria própria (2018)

Levando-se em conta que, na maioria dos casos, o participante da pesquisa era o indivíduo mais envolvido com a produção de leite na propriedade, nota-se predominância de propriedades com pessoas com mais de 51 anos, 55% dos casos, o que sugere a não continuidade dos jovens no meio rural, junto à produção de leite e descontinuidade das propriedades. Tal informação converge com a visão de Anjos e Becker (2014), quando afirmam que o êxodo rural ainda impacta negativamente nas propriedades da agricultura familiar brasileira, contribuindo ainda a pesquisa conduzida pelo IGL (2015), onde consta que uma grande dificuldade que permeia a cadeia leiteira gaúcha é a ausência de sucessão familiar nas propriedades. Também, chama a atenção que em apenas uma proprieda-

de do Vale do Paranhana, 5% dos pesquisados, o produtor responsável pela propriedade possui menos de 30 anos de idade.

Tabela 2 - Quantidade de pessoas que compõem o grupo familiar residente na propriedade

Quant. Pessoas	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
1	0	0
2	2	10
3	5	25
4	5	25
5 ou mais	8	40

Fonte: autoria própria (2018)

Através da Tabela 2, nota-se a predominância de famílias com cinco indivíduos ou mais residindo junto à propriedade, representando 40% dos pesquisados, mas destacando-se também as famílias compostas por três e quatro indivíduos, que juntas constituem 50%. Em 100% das propriedades constatou-se que os envolvidos na produção são os próprios proprietários, o que atesta o viés familiar destas, acordando com Schneider (2001), quando diz que esta pode ser entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma mesma habitação) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra, ligados por laços de parentesco entre si, podendo pertencer a esse coletivo membros não consanguíneos. Também, questionados se suas famílias participavam das atividades relacionadas à produção leiteira na propriedade, a ampla maioria dos participantes, 19 indivíduos, afirma receberem auxílio de seus familiares, enquanto apenas um produtor diz dedicar-se sozinho à produção de leite, encontrando base ainda em Neto e Basso (2005), Couto (2003) e Gobbi e Pessoa (2009), que definem que a propriedade onde predomina a agricultura ou pecuária familiar caracteriza-se pela família ser proprietária da terra e dos meios de produção, assumindo o trabalho no seu estabelecimento produtivo. Além disso, o coletivo, a família, organiza a produção e gerencia a propriedade, estabelecendo estratégias individuais e coletivas que visem garantir a reprodução social, realizando a gestão da propriedade (SCHNEIDER; 2001).

Tabela 3- Tamanho das propriedades em hectares

Área em hectares	Nº de propriedades	Frequência relativa (%)
Menos de 1	0	0
De 1 a 3	0	0
De 4 a 7	2	10
De 8 a 12	3	15
Mais de 13	15	75

Fonte: autoria própria (2018)

Por meio da tabela 3, visualiza-se que dentre as propriedades pesquisadas, 40% destas possuem área com mais de 13 hectares, em que, a partir desse número, há uma disparidade grande entre as propriedades, sendo que algumas apresentam 47 hectares. Porém, a predominância de 15, 16 e 20 hectares, sinalizados por 8 indivíduos, no total, condiz com a afirmação de Castro *et al.* (1998), que reforça a representatividade de estabelecimentos com área aproximada de 20 hectares. Frisa-se a baixa predominância de pequenas propriedades, onde as menores pesquisadas possuem de 4 a 7 hectares.

Tal evidência reforça a diversificação de cultivos por parte dos próprios produtores rurais que, além do leite, dedicam-se a outras culturas. A constatação converge com Exterkoter e Nierdele (2012) quando afirmam que a diversificação produtiva pode ser enaltecida especialmente nas propriedades em que predomina a agricultura familiar, proporcionando a reprodução social dos agricultores, e, por consequência, o desenvolvimento rural, ampliando os portfólios de entrada de renda.

Nesse sentido, essa estratégia também é defendida por Sambuichi *et al.* (2014), os quais afirmam sua colaboração para a permanência dos produtores no campo, o que gera externalidades positivas, evitando problemas sociais como o êxodo rural e consequente inchamento das favelas e aumento da violência urbana. Ainda, conforme reforçam Exterkoter e Niederle (2012), a estratégia de diversificação das atividades ocupacionais, bem como das rendas, representa proteção às famílias, onde, à medida que diversificam suas opções de trabalho, adquirem maior estabilidade. Além disso, ressaltando mais uma benesse, Gianezini *et al.* (2013) citam que, procurando a diversificação de culturas em sua propriedade, o agricultor reduz o impacto de possíveis crises e sazonalidades, comuns na produção agropecuária, já que não fica refém de apenas uma cultura, reduzindo o impacto de crises e sazonalidades, inerentes à produção agropecuária.

Também, informalmente, muitos produtores citaram que, por não conseguirem tempo (uma vez que encontram-se administrando a produção sozinhos ou com pouco auxílio), parte da propriedade está abandonada, com matos, árvores, etc., precisando de trabalho para serem adequadas e constituírem-se pastagens. Os relatos concordam com a literatura pesquisada, encontrando base em Neto e Basso (2005), quando afirmam que no Rio Grande do Sul predominam dois sistemas agrários, sendo a pecuária extensiva nas áreas de campo e a produção através da agricultura familiar em áreas com predominância de floresta. A região do Vale do Paranhana pode ser ligada ao segundo sistema apresentado pelos autores, convergindo com o que expressam os entrevistados.

Tabela 4 - Composição do plantel em lactação

Número de animais	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Até 7	5	25
De 8 a 14	5	25
De 15 a 21	3	15
De 22 a 28	3	15
Mais de 28	4	20

Fonte: autoria própria (2018)

De acordo com a tabela 4, não há faixa que se destaque com amplitude em relação às demais, mas os planteis em lactação constituídos por até 07 animais (25%) e de 08 a 14 (25%), correspondentes a 50% das propriedades analisadas, reforçam o quadro de diversificação produtiva encontrado em diversas propriedades do Vale do Paranhana, onde o leite não é a única atividade. Por outro lado, a Tabela 6 torna evidente a existência de propriedades com menor plantel em lactação, onde o leite convive com outras culturas, e latifúndios dedicados quase que exclusivamente à produção leiteira, representado pelo fato de 20% dos indivíduos respondentes possuir mais de 28 animais apenas em lactação.

Tabela 5 - Volume de produção/dia

Faixa de Litros/dia	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Até 15	0	0
De 16 a 30	1	5
De 31 a 45	0	0
De 46 a 60	1	5
Mais de 60	18	90

Fonte: autoria própria (2018)

No que tange a análise de dados da produção leiteira nas 20 propriedades pesquisadas, a Tabela 5 mostra que apenas 10% da seleção produz menos de 60 litros de leite por dia. Dentro da faixa de produtores com mais de 60 litros/dia, frisa-se a existência de três grandes produtores, entre os pesquisados, dedicados exclusivamente ao leite, que, em média, produzem 1000l/dia, 750l/dia e 700l/dia. Excluindo-se esses três casos específicos, a média de produção dos demais respondentes da quinta faixa corresponde à média simples de cerca de 141 litros de leite por dia.

Valendo-se de um cálculo aproximado, considerando a quantidade de animais apresentada na Tabela 6, usando-se como referência a média da faixa respondida e comparando-se ao volume de produção informado na Tabela 5 e anotações realizadas, chega-se a uma produção média de 14,7 litros/dia por animal, evidenciando que a produção média por animal nas propriedades pesquisadas é baixa. Isso reforça a necessidade de maior profissionalização e melhorias no manejo.

Tabela 6 - Raça predominante do plantel em lactação

Raça do animal	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Jersey	5	25
Holandesa	13	65
Gir	0	0
Cruza Holandesa x Jersey	0	0
Outra	2	10

Fonte: autoria própria (2018)

Os dados contidos na Tabela 6 auxiliam no sentido de demonstrar a preferência dos produtores de leite pesquisados por animais da raça Holandesa, correspondendo a 65% dos participantes. Logo atrás, com 25% das respostas, predomina a raça Jersey. Em apenas 10% dos casos, os produtores recorrem à outra composição do rebanho, nesse caso, cruza Gir com Holandesa, reforçando mais ainda a preferência pela raça com maior frequência apresentada. Tais dados estão em consonância com o apresentado na pesquisa do IGL (2015).

Tabela 7 - Faixa de renda familiar por mês

Renda (em salário mínimo)	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Menos de 1	0	0
1	0	0
2	2	10
3	7	35
Mais de 3	11	55

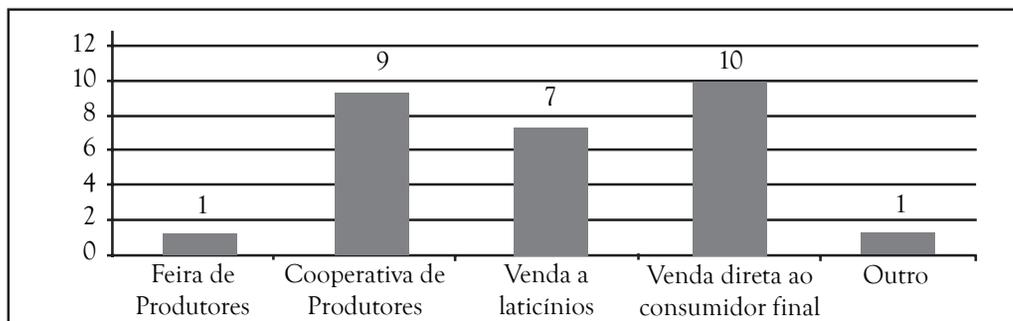
Fonte: autoria própria (2018)

A Tabela 7 permite auferir a faixa de renda familiar com a qual convivem os produtores de leite pesquisados e suas famílias. A maioria, mais de 55% dos respondentes, consegue uma renda composta por mais de três salários mínimos, destacando-se também a faixa composta por produtores que vivem com três salários mínimos mensais, correspondendo a 35% da seleção. A situação dos produtores do Vale do Paranhana vislumbra-se um pouco mais confortável em relação às outras regiões do Brasil, como os do Nordeste, por exemplo. Frisa-se também que apenas 10% vivem com dois salários, um número baixo em relação à amostra geral.

Posteriormente, foram perguntados se algum membro da família trabalhando fora da propriedade, dentro do sentido de pluriatividade do grupo familiar, expresso em Conterato, Gazolla e Schneider (2006). Nota-se uma frequência relevante de famílias que não possuem membros trabalhando em atividades fora da propriedade, representando 35% (ou 7 pesquisados), porém, a maioria dos respondentes 65% possui membros da família trabalhando em atividades diversas, onde, dessa parcela, 15% (3 respondentes) se dedicam ao comércio, igualmente 15% em atividades ligadas à produção calçadista e o restante, 35%, em outras atividades. Informalmente, muitos produtores reforçam que essa renda advinda de outras atividades auxilia em sua permanência no campo, pois a produção de leite auxilia bastante nas despesas da propriedade, mas não se torna suficiente para dar conta de todas as suas necessidades.

Questionados sobre a forma com que comercializam sua produção, oportunidade em que poderiam indicar mais de uma opção, os produtores afirmam que os principais meios são através de cooperativas de produtores e da venda direta ao consumidor final.

Figura 3 – Forma de comercialização da produção de leite dos pesquisados – número de respostas total.

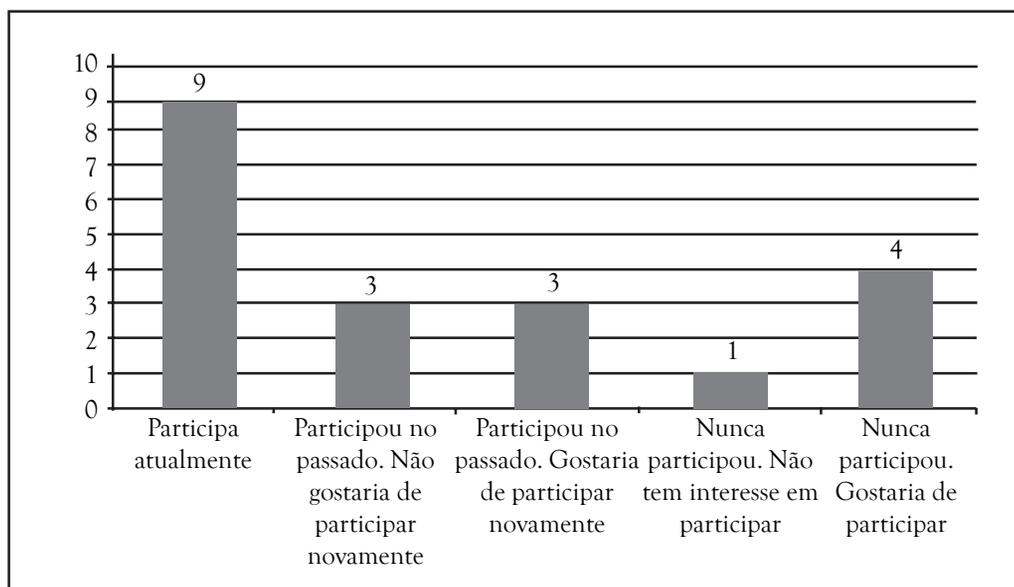


Fonte: autoria própria (2018)

A Figura 3 representa as respostas dadas pelos produtores. Nota-se a diversificação dos canais de escoamento de produção, predominando as cooperativas de produtores (32,2% das respostas) e venda a laticínios (25% das respostas) para processamento, categorias estas componentes da cadeia formal do leite. Porém, chama atenção a composição da coluna de venda direta ao consumidor final, composto por 35,7% das respostas, demonstrando a importância que o mercado informal tem para os produtores pesquisados, principalmente no sentido de obter melhores preços de comercialização e, conseqüentemente, maior rentabilidade, de acordo com o que está disposto na literatura observada nesse trabalho, como expresso em Viana e Ferras (2007). Por fim, com uma resposta cada, as feiras de produtores e outras formas (nesse caso, processamento dentro da propriedade), são citadas.

Perguntados sobre sua participação e opinião em relação às cooperativas de produtores, dada sua importância como alternativa aos laticínios (Maia *et al.*, 2013), muitos dos pesquisados participam atualmente destas, o que pode encontrar amparo no estudo de Gobbi e Pessoa (2009) quando afirmam que, trazendo modos de produção de seus países de origem, a influência de colonizadores europeus também permite observar nessas regiões, como o Vale do Paranhana, uma maior difusão de estruturas de organização como o cooperativismo e associativismo. Porém, chama a atenção à frequência de produtores que participaram no passado e que não gostariam de participar novamente, bem como que nunca participou e não gostaria de participar, totalizando 20% da seleção. Os dados são expressos na Figura 4.

Figura 4 – Participação em cooperativas de produtores



Fonte: autoria própria (2018)

Posteriormente, interpelados sobre suas pretensões em relação a continuarem produzindo leite futuramente, a maioria dos participantes da pesquisa pretende manter a atividade em suas propriedades, totalizando 80% da seleção, 16 indivíduos. Por outro lado, 20% dos produtores diz que pretende deixar de produzir leite, alegando, principalmente, a questão de pouca rentabilidade proporcionada pela atividade (três indivíduos) e pela excessiva carga de trabalho necessária à atividade (um indivíduo).

A pergunta subsequente auxilia a entender os desafios aos quais os produtores são expostos, questionando se enfrentavam, atualmente, dificuldades nos negócios e, em caso afirmativo, em relação a quais questões. Como era permitido assinalar mais de uma opção, avalia-se a frequência destas em relação ao total de respostas, que foi de 27, detalhadas na Tabela 10. O fato de nenhum produtor assinalar a opção “Não enfrento dificuldades”, o que atesta que o ambiente que ronda os respondentes se caracteriza por constantes desafios, principalmente relacionados à rentabilidade, que representou 55,56% das respostas, o que também é expresso pelo IGL (2015) quando afirma, em sua pesquisa, que uma das maiores barreiras encontradas pelos produtores de leite no Rio Grande do Sul é o preço pago pelo leite.

Nesse sentido, Bueno *et al.* (2004) contribuem à questão de rentabilidade da produção, destacando que os pequenos produtores de leite são sensíveis a alterações nos preços dos insumos relevantes à produção, sendo que reduzem a sua produção quando custos como mão de obra e alimentação do rebanho são reajustados. Nas respostas dos participantes da pesquisa, frisa-se que a categoria “Outras” é formada por situações como dificuldades em relação à produtividade, incertezas futuras, clima e saúde do rebanho, temáticas apontadas pelos pesquisados.

Tabela 8 – Dificuldades enfrentadas pelos produtores em seus negócios

Renda (em salário mínimo)	Nº de Respondentes	Frequência relativa (%)
Menos de 1	0	0
1	0	0
2	2	10
3	7	35
Mais de 3	11	55

Fonte: autoria própria (2018)

Questionados sobre a participação em programas de incentivo à produção leiteira, disponibilizados por entidades ligadas ao Governo ou Prefeitura, apenas um produtor diz participar do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), sendo a ampla maioria, 19 produtores, participam de outros programas, como qualificações da EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e programas das prefeituras locais, como Porteira Adentro e Patrulha Rural. Apenas um indivíduo vale-se das alternativas citadas anteriormente ao mesmo tempo em que participa do PAA.

Quando deveriam assinalar se já haviam feito uso de alguma linha de financiamento específica à produção rural disponibilizada pelo Governo, 80% dos produtores pesquisados, ou 16 respondentes, diz já ter usufruído destes, enquanto 20%, ou quatro respondentes, nunca utilizaram nenhuma linha de crédito destinada à produção rural. A pergunta subsequente complementa o quadro relacionado ao apoio governamental, seja através de programas ou linhas específicas de financiamento, uma vez que questiona se o produtor acredita que os incentivos do Governo à produção leiteira são suficientes.

Nesse quesito, 8 indivíduos (40%) acreditam que os incentivos são suficientes, enquanto 12 produtores (60% da seleção), acham que as ações não contemplam as necessidades da produção leiteira, alegando, como justificativa a pouca divulgação dos incentivos e programas (1 citação), a não contemplação de problemas da cadeia como preço do leite, incluindo-se incentivos à isenção de impostos e taxas (8 citações), burocracia (1 citação) e poucos programas ou incentivos que levem em conta a real situação e necessidades do produtor de base familiar (2 citações). As respostas mostram o sentimento dos produtores em relação às atuais políticas praticadas, onde estas se encontram fora de sintonia aos desafios enfrentados, na visão dos produtores.

Pitaguari e Lima (2005) auxiliam nessa questão, afirmando que as políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar podem ser determinantes para minimizar as dificuldades presentes nesse segmento. Ainda, dentro desse contexto, Conterato *et al* (2007) sinalizam que as políticas públicas possuem papel fundamental na redução da vulnerabilidade e dependência política da agricultura familiar, devendo primar-se por ações que procurem atingir tais objetivos. As informações angariadas junto aos respondentes da pesquisa permitem concluir que acreditam que as políticas atuais não se enquadram nos desafios que enfrentam, contribuem para um quadro marcado pelo desânimo em relação à produção leiteira no Vale do Paranhana, expressa pelos respondentes, uma vez que não se sentem privilegiados pelos entes governamentais e programas desenvolvidos.

As duas últimas questões do instrumento quantitativo eram focadas na questão de viabilidade da produção leiteira no Vale do Paranhana, buscando auferir a opinião dos produtores em relação ao potencial desta e possibilidade de constituir-se como opção de diversificação produtiva regional. As opiniões são divergentes em alguns pontos, o que se expressa pela frequência das respostas. Sob a pergunta “Você acredita que a produção leiteira pode ser uma opção de diversificar a produção da região do Vale do Paranhana?”, nota-se que alguns produtores são mais pessimistas em relação a essa possibilidade, representando 25% da seleção. Por outro lado, 15 produtores rurais, ou 75% da seleção, acreditam que apesar das dificuldades enfrentadas, a produção de leite pode sim representar uma opção de diversificar a produção regional além do calçado.

Posteriormente, quando questionados se acreditavam que a produção leiteira teria potencial econômico na região do Vale do Paranhana, o quadro geral mostrou-se semelhante ao da pergunta anterior, mas com aumento no número de produtores que não acreditam nesse potencial do leite, expresso por 8 indivíduos, 40% da seleção. Como justificativa para essa resposta, os produtores citaram as questões relacionadas ao recebimento de pouco incentivo por parte de prefeituras e do próprio Governo (4 citações) e poucos interessados em dar continuidade à produção de leite nas propriedades, frisando que cada vez menos jovens participam dela (4 citações). Apesar de 60% dos indivíduos citarem que a produção leiteira possui potencial econômico para a região, é possível perceber novamente o desânimo e temor dos produtores em relação à produção leiteira, seja em suas propriedades ou em toda região do Vale, já que 40% dos consultados acreditam que a produção leiteira não possui potencial econômico na região.

Findada a parte de análise dos dados coletados através do preenchimento dos questionários, é possível, levando-se em conta as opções com maior frequência, construir um perfil em relação aos produtores de leite do Vale do Paranhana respondentes. Este pode ser caracterizado como estando na faixa de 51 a 60 anos, cuja família possui cinco pessoas ou mais morando junto à propriedade, sendo que estes participam das atividades relacionadas à produção leiteira. Além disso, a faixa de renda de sua família é composta por mais de três salários mínimos, sendo que há membros da família que trabalham em atividades fora da propriedade rural, dentro do conceito de pluriatividade, garantindo renda à família, em atividades diversas. Em relação à produção leiteira, sua propriedade possui mais de 13 hectares, possuindo cerca de 10-12 animais em lactação, predominantemente da raça Holandesa, gerando cerca de 141 litros/dia de leite, em média. Em relação à forma com a qual comercializa a sua produção, ocorre principalmente através da coleta por parte de cooperativas de produtores, das quais participa atualmente, e da participação no mercado informal, caracterizada pela venda direta ao consumidor final. Também, como forma de qualificar-se, participa de cursos e treinamentos oferecidos pela EMATER.

Enfrenta dificuldades principalmente em relação à rentabilidade da produção leiteira, o que justifica sua inserção no mercado informal, buscando garantir preço maior pelo litro de leite. Já fez uso de linhas de financiamento específicas à produção rural, disponibilizadas pelo Governo, mas não acredita que os incentivos à produção leiteira são suficientes, devendo, especificamente, trazer mais opções que atendam obstáculos à produção, caracterizados pelo preço pago pelo litro do leite e garantir a isenção de impostos e taxas sobre o produto e insumos, impactando a rentabilidade. Apesar das dificuldades

que enfrenta, pretende continuar produzindo leite e acredita que esta se caracteriza como uma possibilidade de diversificação produtiva para a região do Vale do Paranhana, mas mostra-se levemente pessimista em relação à crença de que a produção leiteira possui potencial econômico na referida região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa, foi possível constatar que, a partir dos casos observados, o produtor de leite pode ser caracterizado como estando na faixa de 51 a 60 anos, cuja família possui cinco pessoas ou mais morando junto à propriedade, sendo que estes participam das atividades relacionadas à produção leiteira. Além disso, a faixa de renda de sua família é composta por mais de três salários-mínimos, sendo que há membros da família que trabalham em atividades fora da propriedade rural, dentro do conceito de pluriatividade, garantindo renda à família, em atividades diversas. Em relação à produção leiteira, sua propriedade possui mais de 13 hectares, possuindo cerca de 10-12 animais em lactação, predominantemente da raça Holandesa, gerando cerca de 141 litros/dia de leite, em média. Em relação à forma com a qual comercializa a sua produção, ocorre principalmente através da coleta por parte de cooperativas de produtores e da participação no mercado informal, caracterizada pela venda direta ao consumidor final. Também, como forma de qualificar-se, participa de cursos e treinamentos oferecidos pela EMATER.

Os relatos também indicam desconfiança em relação à participação em cooperativas, muito em virtude de experiências anteriores vivenciadas por parte dos entrevistados. Tal cenário tende a ter colaborado para um enfraquecimento geral da bacia leiteira do Vale do Paranhana. Também, pôde-se averiguar que o produtor enfrenta dificuldades principalmente em relação à rentabilidade da produção leiteira. O apoio por parte dos governos municipais é frisado, comentando-se a falta de incentivo na disponibilidade de máquinas para organização de pastagens. Questões como a saúde animal e requisitos de qualidade aparecem em menor escala. Tais relatos demonstram, em suma, que a maior dificuldade dos produtores do Vale do Paranhana está relacionada a rentabilidade da produção e que, havendo aprimoramentos nessa questão, uma série de insatisfações por parte dos produtores seriam sanadas.

O perfil do produtor de leite do Vale do Paranhana indica que este já fez uso de linhas de financiamento específicas à produção rural, disponibilizadas pelo Governo, mas não acredita que os incentivos à produção leiteira são suficientes, devendo, especificamente, trazer mais opções que atendam obstáculos à produção, caracterizados pelo preço pago pelo litro do leite e garantir a isenção de impostos e taxas sobre o produto e insumos, impactando a rentabilidade. Apesar das dificuldades que enfrenta, pretende continuar produzindo leite e acredita que esta somente poderá se caracterizar como uma possibilidade de diversificação produtiva regional caso mudanças ocorram. A opinião dos produtores, de maneira geral é que se houverem mudanças e um maior apoio, a atividade pode adquirir potencial econômico importante para a região do Vale do Paranhana, já que existem propriedades e animais adequados para a atividade. Acreditam que essa atividade possa ser uma boa opção de diversificar a região desde que haja trabalhos sérios a longo prazo por parte do Governo e prefeituras, no sentido de apoiá-los, estabelecendo preços

mínimos e também desburocratizar questões como documentações exigidas e contratação de funcionários, estabelecendo regimes especiais para o trabalho no campo.

Levando em conta o panorama apresentado, buscou-se responder ao questionamento central estabelecido: Qual a percepção dos pequenos e médios produtores rurais do Vale do Paranhana quanto à diversificação da estrutura produtiva por intermédio da produção leiteira? Assim, após a realização do levantamento teórico e aplicação dos questionários, conclui-se que a produção leiteira na região do Vale do Paranhana poderá se apresentar como uma alternativa viável à diversificação produtiva. Para tanto, o autor sugere que ocorra através da constituição de cooperativas regionais ou pequenas agroindústrias voltadas à captação da produção regional e seu posterior processamento. Poderá encontrar respaldo ainda na diferenciação do produto, apostando na produção orgânica do leite, mercado que se encontra em crescimento.

Tais organizações tornam-se importantes para o desenvolvimento regional, bem como para a viabilidade da produção leiteira no Vale do Paranhana, levando-se em conta autores como Pocard-Chapuis *et al.* (2000), quando afirmam que a produção leiteira promove e estimula a união de produtores através de associações ou cooperativas em razão da necessidade destes unirem-se para otimizar a coleta do leite, acesso a insumos, capacitação de produtores, suporte, entre outras benesses. Os autores aconselham que as administrações públicas regionais realizem um esforço conjunto para a instalação tanto de cooperativas como agroindústrias regionais, dada a pouca distância entre os municípios que compõem o Paranhana. A participação do poder público torna-se decisiva para manutenção dos produtores junto ao campo, proporcionando perspectivas para que os jovens também se dediquem à atividade rural. A constituição de cooperativa regional captadora de leite para processamento auxiliaria na reestruturação da bacia leiteira do Paranhana, levando-se em conta que sua sede seria próxima aos produtores, facilitando questões como logística e apoio adequado à produção. Além disso, a gestão da cooperativa coordenaria as questões relacionadas aos mercados-alvo, as estratégias e plano de ação recomendados, manejo adequado, sendo isso fundamental para o desenvolvimento concreto das suas atividades no mercado consumidor. Recomenda-se também a instituição de uma cultura cooperativista regional, valorizando-se tais iniciativas e difundindo-as em escolas e entidades, educando e estimulando os produtores a pensarem no coletivo seja através de palestras, de oficinas, entre outros.

Para concluir, os objetivos apresentados no estudo podem ser considerados como atingidos, porém, é importante ressaltar que o estudo encontrou limitações, pois se faz necessário um maior aprofundamento sobre as propriedades e produtores que compõem a bacia leiteira da região (ou um volume maior de visitas), buscando angariar uma visão mais concreta da realidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). IPEA. *Texto para discussão n° 641/Convênio FIPE/IPEA 07/97*. Brasília, 1999. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf>. Acesso em: 09 set 2016.

ANDERSON, D. R.; WILLIAMS, T. A. *Estatística aplicada à administração e economia*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ANJOS, F. S. dos, BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v.45, suplemento especial, p. 107-117, out/dez 2014. Disponível em <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/502/398>>. Acesso em 30 mai 2017.

BERRO, R. *et al.* Sistema local de produção de leite em Itaquí, Rio Grande do Sul: caracterização e diferenciação dos estabelecimentos formais. *7º Encontro de Economia Gaúcha – FEE*, Porto Alegre, 2014. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405237eeg-mesa5-producaoiteitaqui.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2016.

BUENO, P. R. B, *et al.* Valor econômico para componentes do leite no Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Zootecnia*, Viçosa, v33, n.6, p. 2256-2265, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbz/v33n6s3/23427.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2016.

BUAINAIN, A.M. Trajetória Recente da política Agrícola Brasileira. Campinas: UNICAMP, 1999. 326p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia.

BREITBACH, A. C. M. A diversificação industrial como fator de crescimento da região de Caxias do Sul. *Análise*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 22-35, jan/jun. 2007. Disponível em <>. Acesso em: 24 out. 2016.

CALANDRO, M. L.; CAMPOS, S. H.. Arranjo Produtivo Local calçadista Sinopara-hana. Relatório I. Porto Alegre: FEE, 2013. *Relatório do Projeto Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no RS*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/relatorios/>>. Acesso em 09 set 2016.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos Sociedade e Agricultura*, N. 8, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>> Acesso em 12 set 2016.

CASTRO, C.C. *et al.* Estudo da cadeia láctea do Rio Grande do Sul: uma abordagem das relações entre os elos de produção, industrialização e distribuição. *Revista de Administração Contemporânea*, v.2, n.1, p. 143-164, Jan/Abr. 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v2n1/v2n1a09.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2016.

CONTERATO, M. A.; GAZOLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: suas metamorfoses e reações locais. In: Sabourin, E. e Tonneau, J. P. (org.). *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*, v.1, 1ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

COSTA, V. S. *et al.* Análise de custos a partir da cadeia do valor do leite e seus derivados na região Seridó do Rio Grande do Norte. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v.7, n.1, jan-jun., 2015. Disponível em <<http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/5602/5060>>. Acesso em 25 jun. 2016.

COUTO, A. T. Agricultura familiar e produção leiteira: análise do sector cooperativo leiteiro da região norte de Portugal e do sector familiar produtor de leite no sul do Brasil. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v.23, n.2, jul-dez, 2003. Disponível em <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4178/3672>>. Acesso em 23 jun. 2016.

CUNHA, G. B. da. Análise agroeconômica de dois sistemas de produção de leite no

município de Taquara/RS; 2011. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Disponível em <<https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>> Acesso em 24 jun 2016.

EXTERCKOTER, R. K., NIEDERLE, S. L. A importância da diversificação produtiva para a reprodução social da agricultura familiar: o oeste catarinense. *Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Uberlândia/MG, 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1209_1.pdf>. Acesso em 24 out. 2016.

FAUTH, E. M.; FEIX, R. D.. Aglomeração produtiva de laticínios nos Coredes Fronteira Noroeste e Celeiro. Porto Alegre: FEE, 2015. *Relatório do Projeto Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no RS*. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/201606068-laticinios-fronteira-noroeste-e-celeiro-relatorio1.pdf>> Acesso em 25 jun. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Dairy Production and Products – Milk Production. Disponível em <<http://www.fao.org/agriculture/dairy-gateway/milk-production/en/#.V3AZwbgrLIV>> Acesso em 24 jun. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Vale do Paranhana**. Disponível em <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

FRÖHLICH, E. R.; FRÖHLICH, C. *Metodologia de pesquisa em estudos rurais: investigando a partir de um estudo de caso* in CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (org) *Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

GALVÃO, C. A. Sistemas Industriais Localizados: O Vale do Paranhana - Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul. Texto para discussão N° 617. *Textos para Discussão IPEA*. Brasília, 1999. Disponível em <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0617.pdf> Acesso em 13 de abril de 2016.

GIANEZINI, M. *et al.* Diversificação produtiva e estratégias competitivas para o desenvolvimento regional: um estudo na Quarta Colônia-RS entre os anos de 2000 e 2010. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v. 7, n. 4, Nov-2013. Disponível em <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/download/174/144>>. Acesso em 24 out. 2016

GOBBI, W; A. O; PESSOA, V. L. S. A pecuária leiteira e a agricultura familiar em Ituiubá (MG): as transformações na comunidade da Canoa. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, ano 11, v.1, n.19, 1º semestre, p. 79-110, 2009. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1405/1195>> . Acesso em 22 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2016.

INSTITUTO GAÚCHO DO LEITE; EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. *Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/RS, 2015. Disponível em <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/IGLpara%20biblioteca 2015.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/IGLpara%20biblioteca%202015.pdf)>. Acesso em 21 out. 2016.

LARSON, R.; FARBER, B. *Estatística Aplicada*. 4ª ed. São Paulo: Pearson, 2009.

MAIA, G. B. S. *et al.* Produção leiteira no Brasil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, v.37, p. 371-398, 2013. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3709.pdf> Acesso em 24 ju. 2016.

MAPA DA REGIÃO DO PARANHA, RS. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1776564>> Acesso em 08 mar. 2017.

MATTEI, L. Impactos do PRONAF: análise de indicadores. Brasília: MDA/NEAD, 2005. 136 p. Disponível em: <http://www.reforma agrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204229-74145-1t_Impactos_do_Pronaf_An-2889335.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

MORAIS, R. T. R. *Gestão Democrática como instrumento de planejamento estratégico regional: Estudo das experiências no Conselho Regional de Desenvolvimento Paranhana-Encosta da Serra*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012.

MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS- História. Disponível em <www.taquara.rs.gov.br> Acesso em 21 jul 2017.

NETO, B. S.; BASSO, D. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. *Desenvolvimento em questão*, 3(5), 53-72. 2005. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/752/75230504.pdf>> Acesso em 22 jun 2016.

PENROSE, E. A economia da diversificação. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 19 (4), p. 7-30, out/dez.1979. Disponível em <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S003475901979000400002.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016

PITAGUARI, S. O.; LIMA, J. Ferrera de. As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 11-20, 2005. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/ret/article/viewFile/28935/18904>> Acesso em 19 out. 2016.

POCCARD-CHAPUIS, R. *et al.* Produção leiteira e Desenvolvimento Regional na Amazônia brasileira. *Revista de Política Agrícola – Ano IX*, n. 03, Jul-Ago-Set, 2000. Disponível em <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1053061/1/ProducaoLeiteira.pdf>>. Acesso em 19 out. 2017.

PORTER, M. *Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1989.

ROESCH, S. M. A. *Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. Capítulo 3 in *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília, Ipea, 2014. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/web_bd_vol2.pdf>. Acesso em 24 out. 2016.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, N. 16, p. 164-184, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/schneid16.htm>> Acesso em 12 set 2016.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J. M.; Diesel, V. (org.). *Desenvolvimento Rural – tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijui, 2006.

SILVA, D.A. R *et al.* Produção de leite de vacas da raça Holandesa de pequeno, médio e grande porte. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 41, n.3m p. 501-506, mar. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v41n3/a888cr4032.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2016.

VIANA, G., FERRAS, R. P. R. A cadeia produtiva do leite: um estudo sobre a organização da cadeia e sua importância para o desenvolvimento regional. *Revista Capital Científico*, Guarapuava/PR, v. 5, n. 1, jan./dez. 2007. Disponível em <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/718/841>>. Acesso em 27 out. 2017.

PROPOSTA DE MODELO PARA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIOS REGIONAIS MUNICIPAIS

Jeferson Corá Lorenzão¹

Carlos Fernando Jung²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, a gestão pública tem evoluído e obteve resultados mais eficazes com custos mais racionais. O administrador público passou a se deparar com um novo ambiente global, novas exigências sociais, novas tecnologias e novos conceitos de desenvolvimento de projetos, o que o forçou a buscar novas alternativas para atendimento das demandas e, conseqüentemente, da população.

A formação de consórcios regulada pela a Lei nº 11.107/2005 tem gerado benefícios diretos por congregar pequenos municípios, possibilitando serem contemplados por diversos programas dos governos estaduais e federal nas mais diversas áreas (meio ambiente, saúde, segurança pública, mobilidade urbana e outros serviços) destinados costumeiramente a municípios com população superior a cem mil habitantes (RIBEIRO *et al*, 2013).

Medauar e Oliveira (2006) ressaltam a importância da inovação trazida pela Lei 11.107/05, ao preverem a instituição de consórcios com personalidade jurídica, “pois veio suprir uma lacuna no ordenamento, determinando a personalização dos consórcios públicos” (p.26), propiciando maior agilidade na operacionalização de suas atividades “e maior certeza e segurança para os consorciados e perante terceiros nas relações jurídicas com os consórcios públicos” (p.26).

Os consórcios públicos passaram a se constituírem a partir dos anos 90 como um importante instrumento de política pública para o desenvolvimento econômico e melhorias no sistema de saúde, saneamento, meio ambiente, entre outros. Tais objetivos implicaram em crescente pressão de recursos financeiros para os entes federados, sobretudo para o ente municipal, que teve que assumir, a partir da nova Constituição de 1988, uma série de compromissos que antes eram financiados fundamentalmente pelo governo central (PRATES, 2013).

A formação de consórcios entre municípios tem o objetivo de prover uma estrutura compacta com a junção de municípios para atendimentos mais eficientes aos cidadãos. Essa estrutura poderá possibilitar aos governos locais a geração de sinergia em que a atuação conjunta de diversos entes públicos possibilita a ligação entre os elos gerencial, político e social.

Esta pesquisa teve por finalidade desenvolver uma proposta de modelo de formação de consórcios regionais municipais e aplicar uma etapa do modelo proposto com a

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT/RS. E-mail: corajeferson@gmail.com

² Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT-RS. E-mail: carlosfernandojung@gmail.com

finalidade de validar o processo e contribuir para a efetivação do mecanismo adaptado a determinada realidade local. Face às grandes dimensões e à estrutura federativa do Brasil, o modelo foi aplicado no município de Taquara, pertencente ao Vale do Paranhana, no Estado do Rio Grande do Sul, o que não impossibilita a aplicação e em outras estruturas regionais ou estaduais do país, sem prejuízo de avaliação tanto no nível federal, estadual ou mesmo local.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta de modelo de formação de consórcios regionais municipais foi desenvolvida no município de Taquara, que pertence ao Vale do Paranhana, RS (Ver Figura 1), que é composta também pelos municípios de Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Rolante e Riozinho, todos pertencentes ao Consórcio Regional do Vale do Paranhana – CONREPAR. Em seus seis municípios, a região possui 185.468 habitantes (ver Quadro 1). Dos habitantes da região, 162.700, ou seja, a maioria, encontra-se na área urbana e 22.768 na área rural (FEE, 2015).

Quadro 1 – População dos municípios.

Município	População (Censo, 2010)
Igrejinha	31.660
Parobé	51.502
Riozinho	4.330
Rolante	19.485
Taquara	54.643
Três Coroas	23.848
TOTAL	185.468

Fonte: FEE, 2015.

A região do Paranhana caracteriza-se, no aspecto econômico, por pequenas, médias e grandes indústrias, com destaque para as de calçados, produtos alimentícios, móveis, metal, madeira e têxteis. O território abrange parte das regiões geomorfológicas do Litoral, Depressão Central, Patamares da Serra e Serra Geral. Na área de transportes, há uma malha rodoviária interligando as BR 101 e BR 116 com as ERS 239, ERS 020 e ERS 115. A região é leito do gasoduto Brasil – Bolívia, que atravessa os municípios de Taquara, Igrejinha e Três Coroas (FEE, 2015). Na sequência, é realizada a apresentação da proposta de modelo bem como o detalhamento das etapas.

PROPOSTA DE MODELO

O modelo de formação de consórcios regionais municipais é apresentado na Figura 2 (a seguir) em forma de fluxograma, que está dividido em etapas e atividades. O modelo estabelece, por meio da representação gráfica, todos os passos a serem seguidos durante o processo. O sequenciamento de atividades definido por meio das relações de precedência e o grau de envolvimento dos principais intervenientes na execução das ativi-

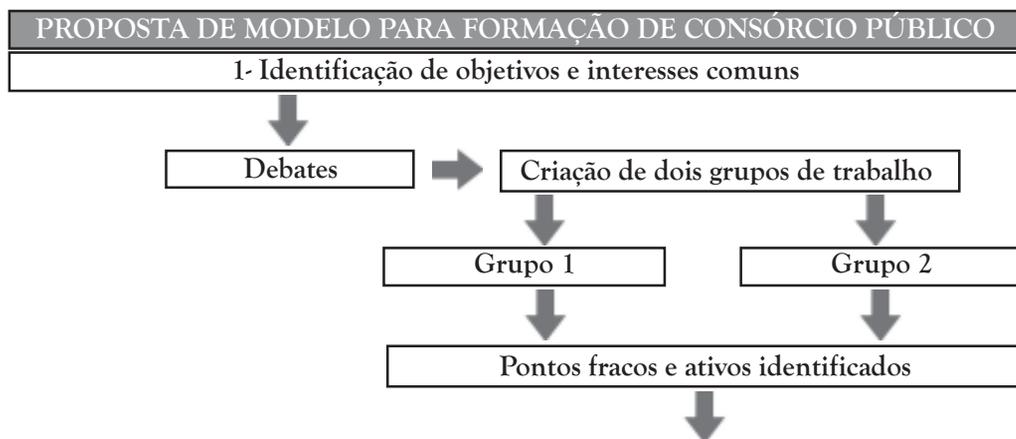
dades são totalmente claros dentro da proposta de modelo. As relações de precedência entre as ações descritas nos fluxogramas são representadas por meio das etapas criadas para a identificação de tarefas que ocorrem de forma sequencial. Conforme descrito por Austin et al. (1994), “todos os fluxogramas iniciam em “vem de” e terminam em “vai para”.” Dessa forma, o início, meio e fim do fluxograma explicita a sequência de etapas do processo, considerando a importância do desenvolvimento de cada etapa para aplicação correta da proposta de modelo.

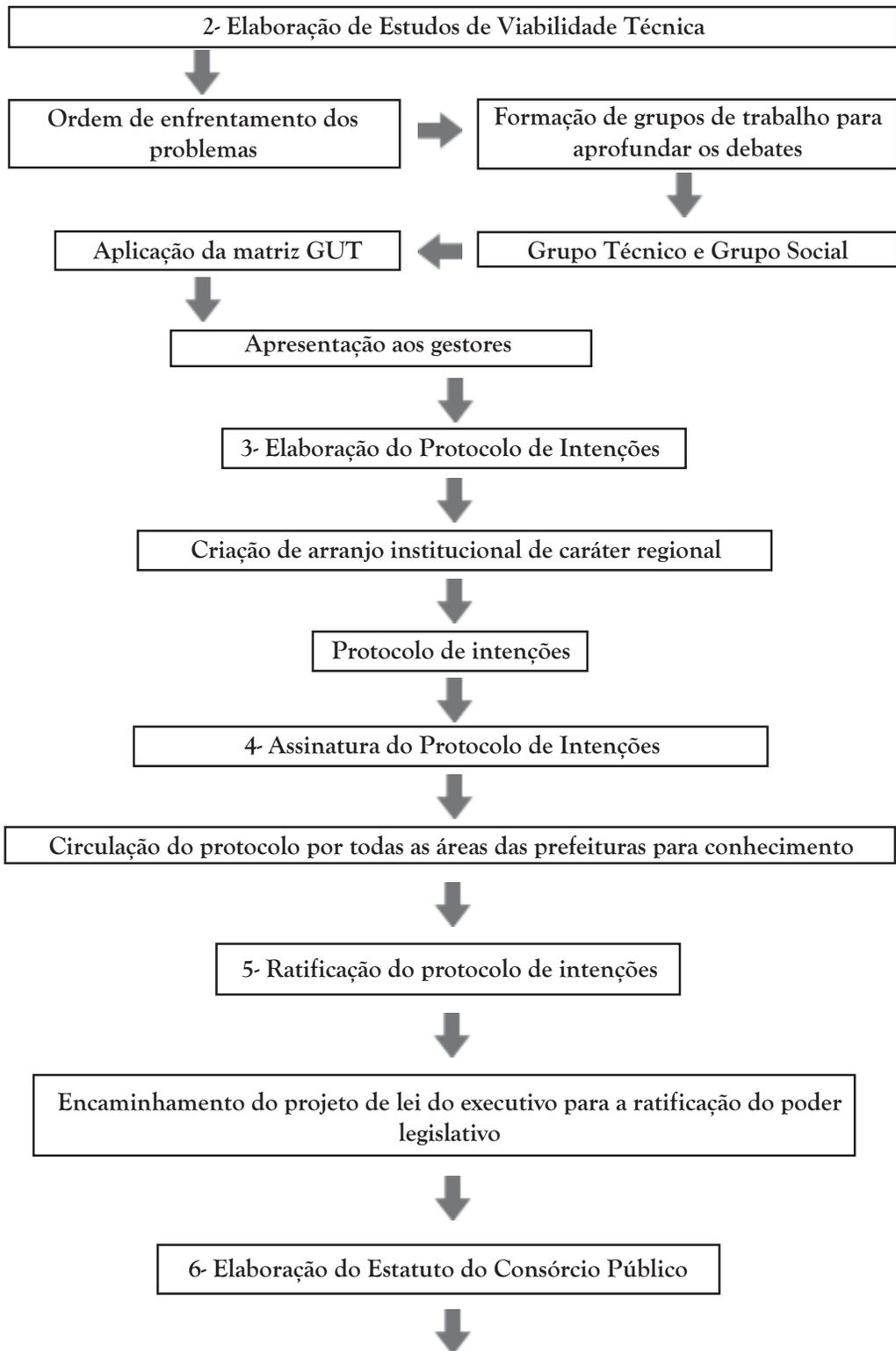
O primeiro passo para a elaboração da proposta de modelo foi a definição do fluxograma de etapas, que tem como objetivo estabelecer a visão geral do processo para entendimento. A definição das etapas do processo foi baseada na análise da legislação vigente, seguido de pesquisa bibliográfica e documental do assunto. A partir do fluxograma de etapas, iniciou-se a descrição das referidas etapas que compõem a proposta de modelo de formação de consórcios regionais municipais por meio de um trabalho prévio de coleta de dados e avaliação com relação à definição de cada uma das etapas que deveriam ser previstas. As atividades propostas por autores para elaboração do modelo pesquisadas por meio da bibliografia existente e os dados provenientes da aplicação de uma das etapas foram utilizados para gerar uma listagem final de atividades. Esses forneceram subsídios para a definição de cada etapa da proposta de modelo, objetivando simplificar sua elaboração, o que possibilitou a definição de dados mais precisos para sua posterior aplicação.

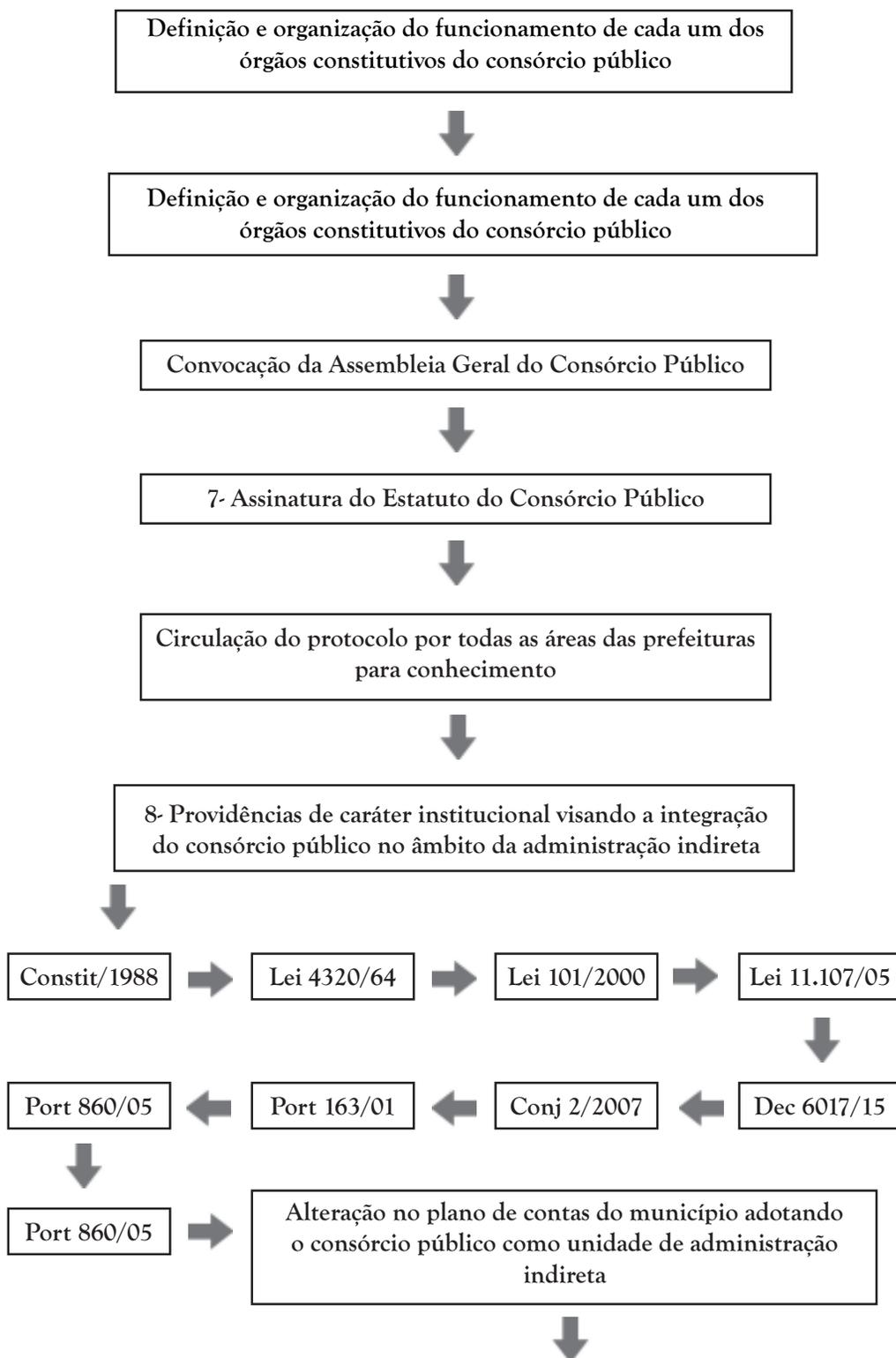
A definição inicial da proposta de modelo de formação de consórcios regionais municipais envolveu discussões e estudos bastante longos em função de diversos fatores. Entre eles, podem ser citados: (a) a complexidade do processo; (b) ser um processo pioneiro no país; (c) a dificuldade na definição das atividades de forma homogênea; e (d) dificuldades com relação a dados e bibliografia específicos sobre o assunto. Por isso, o período de tempo utilizado para essas definições acabou sendo maior do que havia sido inicialmente previsto na pesquisa. Cabe ressaltar também que o fluxograma representando etapas não pode ser restrito a uma página de tamanho A4, produzindo um modelo compacto, conforme recomendado por Austin et al. (1994).

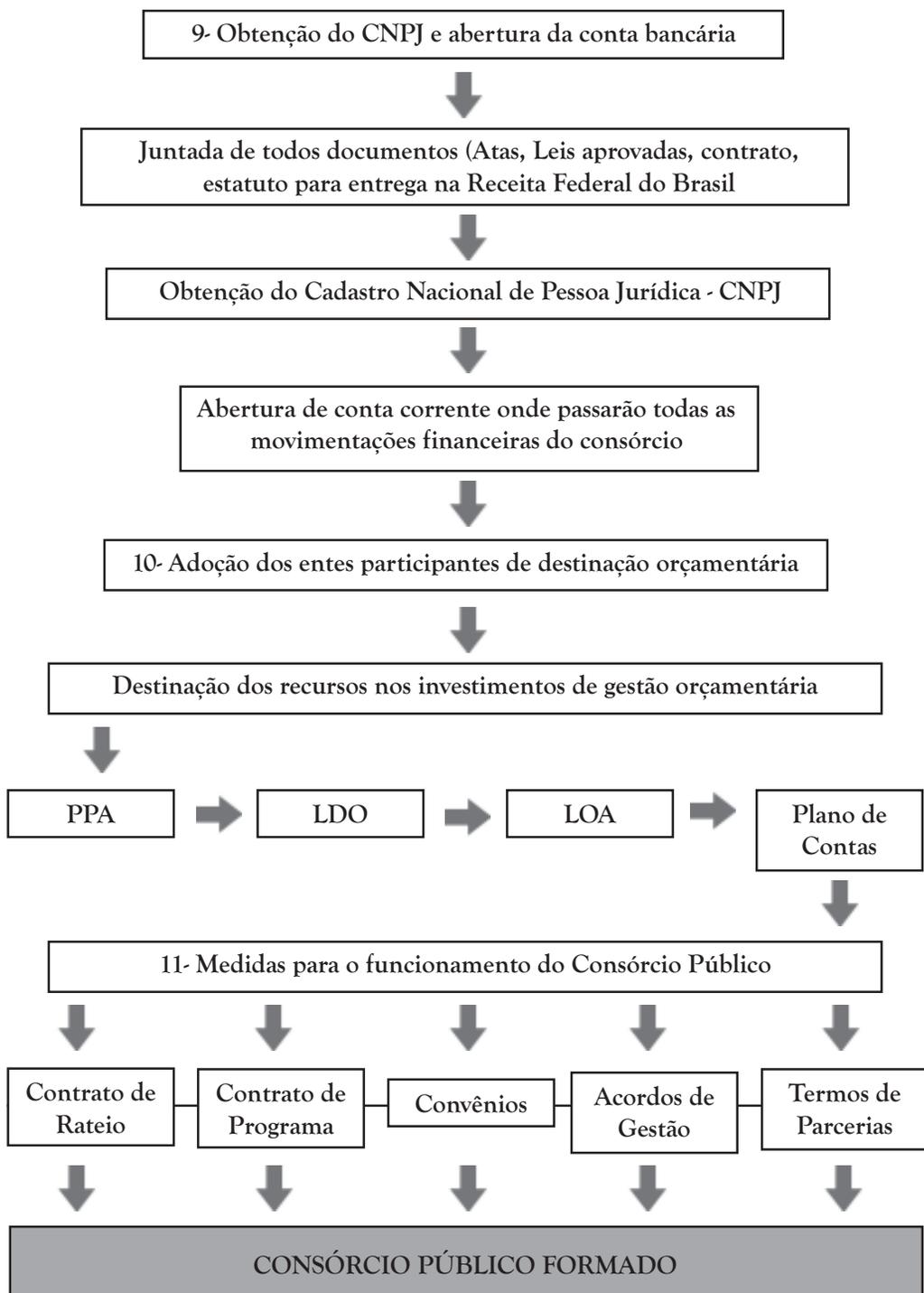
Figura 2 – Fluxograma do Modelo para Formação de Consórcio Público

DETALHAMENTO DAS ETAPAS DO MODELO









Conforme Tzortzopoulos (1999), “a etapa é uma parte do processo composta por um conjunto de atividades em interação que contribuem para alcançar um produto bem definido” (1999, p.77). As diversas etapas desta proposta de modelo ocorrem linearmente, ou seja, o início de uma etapa é normalmente dependente do final da etapa anterior na maioria dos casos.

1ª Etapa – Identificação de objetivos e interesses comuns

Esta etapa deverá ser constituída especialmente pela sistematização das informações que deverão ser colhidas sobre a região que abrange o consórcio. Ela terá que congrega os dados e informações que foram frutos de debates realizados no âmbito de fóruns, reuniões de conselhos e audiências que são costumeiramente parte das rotinas de Prefeitos e das entidades que auxiliam os gestores (associação de dirigentes municipais, conselhos de educação, de saúde, de saneamento básico, de habitação, de segurança pública, de transportes coletivos, etc.) sobre os problemas comuns dos municípios.

Ao sistematizar o conteúdo dos debates, esta proposta de modelo de formação sugere a criação de dois grupos distintos de trabalho, descritos a seguir.

O grupo 01 deverá tratar da realização do levantamento dos pontos fracos existentes na região e da quantificação dos problemas, especialmente no que se refere aos seguintes itens: I) levantar a natureza dos problemas; II) indicar em que áreas das políticas públicas estão situadas; III) identificar em quantos e em quais municípios reproduzem-se; IV) identificar qual o tamanho da área afetada; V) identificar qual a população atingida; VI) colher indicativos e noções gerais sobre quais ações são necessárias para a solução do problema; VII) identificar indicativos de custos dessas ações e: VIII) identificar outros elementos que ajudem a formar uma imagem, que deve ser assimilada por todas as pessoas envolvidas na região de abrangência do consórcio.

Para a realização dessas atividades, sugere-se que seja organizado um Grupo de Trabalho integrado por servidores e técnicos de todas as prefeituras envolvidas no debate da formação e organização do consórcio público, cuja missão deverá ser a de consolidar e sistematizar os dados, de modo a construir um documento respondendo as questões apontadas acima.

O grupo 02 irá tratar da realização do levantamento dos “ativos” disponíveis na região. Por mais precária e carente que possa ser o município, podem ser encontrados valores (culturais, políticos, sociológicos, religiosos, entre outros) que ajudarão na construção de um pensamento e estratégias em torno da busca de soluções para os problemas que afligem a região. Trata-se de inventariar o que existe em termos de estudos locais sobre os problemas, as iniciativas em curso que podem e necessitam ser potencializadas, os recursos técnicos, financeiros e humanos que podem ser mobilizados para a causa.

O objetivo da primeira etapa é a construção de um documento que terá informações sobre o problema a ser enfrentado e todas as suas dimensões. Esse documento não poderá ser estático ou de versão única. Como se trata da construção de conhecimento da região é importante que tenha as várias versões do estudo, tendo em vista as mudanças que ocorrem seguidamente em diversas áreas. O roteiro contido nessa etapa poderá ser aplicado como atividade na constituição de qualquer modalidade de consórcio público,

entretanto, ele está sendo desenvolvido para os consórcios públicos que queiram abranger todas as áreas (saúde, segurança, educação, etc).

De maneira que possa ficar registrada a evolução da percepção dos problemas pelos integrantes do grupo, sugere-se que esse documento possa ser materializado num texto de apresentação dos problemas, dos potenciais e das estratégias de enfrentamento, sendo subsidiados por técnicos e materiais didáticos, tais como mapas, plantas, diagnósticos sociais, ambientais e outras formas, para que se possa ampliar o conhecimento e domínio sobre a realidade a ser trabalhada.

2ª Etapa – Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica

Esta etapa deverá responder de forma adequada a todas as questões apontadas na anterior. O Estudo de Viabilidade Técnica será o instrumento pelo qual os Prefeitos e Prefeitas deverão ter esclarecidas todas as suas dúvidas sobre a viabilidade da organização e da formação do Consórcio Público. É nesta etapa que todos os questionamentos deverão ser debatidos, esclarecidos e resolvidos. Sugere-se a utilização do Grupo 01 para a realização do Estudo Técnico de Viabilidade.

Possivelmente, a situação necessitará da incorporação de mais especialistas. Assim, recomenda-se a incorporação de profissionais dos entes participantes com conhecimento técnico sobre o tema para auxiliar na condução dos trabalhos (biólogos, engenheiros, arquitetos, administradores, contabilistas, etc). Durante os estudos de viabilidade técnica, não poderá haver dúvidas junto aos Prefeitos quanto às possibilidades de execução das atividades. A intenção da formação do consórcio é a de valorizar e fortalecer a capacidade local e regional na solução dos problemas comuns. Assim, é de extrema importância que o Grupo de Trabalho esteja sob supervisão dos Prefeitos e que preferencialmente sigam as atividades do roteiro abaixo indicado:

I – Definir a ordem de enfrentamento dos problemas: Como os recursos não são fartos, definir prioridades é o primeiro passo para aplicar bem o pouco que se tem. Dessa forma, uma ferramenta importante conforme já explicado no decorrer deste trabalho é a aplicação da matriz GUT – gravidade, urgência e tendência – para a definição das prioridades.

II – Formação de grupos de trabalho para aprofundar os debates: Para cada problema relacionado, deve-se constituir um grupo de trabalho com duas representações distintas. A primeira representação envolve o corpo técnico existente entre as Prefeituras que estão envolvidas na solução do problema. Obrigatoriamente as pessoas que lidam com esses problemas deverão ser técnicos e profissionais em suas áreas. A segunda representação cumpre o desafio de envolver e agregar elementos da sociedade atingidos pelo problema.

III – Desenvolvimento de dinâmicas de trabalho: O grupo de trabalho formado pelos técnicos deverá aprofundar o detalhamento, chegando ao nível dos dimensionamentos quantitativos, indicando as tecnologias mais adequadas para enfrentar o problema, os custos necessários para solucioná-lo, os prazos envolvidos, etc.

IV – Apresentação dos estudos aos Prefeitos: O grupo técnico deverá apresentar os estudos aos Prefeitos, esclarecendo as dúvidas, afastando hipóteses e consolidando estratégias para sequencialmente iniciar a etapa de redação do projeto de intervenção.

Resolvidas as questões relacionadas ao âmbito dos Prefeitos, esses – ou uma representação – deverão apresentar e debater as soluções identificadas pelo grupo técnico para os problemas que foram detectados nos passos anteriores. Essa medida é de extrema importância para validar as ações a serem materializadas junto aos principais envolvidos e futuros beneficiados.

Concluídas essas atividades, estão identificadas as bases para a elaboração do Protocolo de Intenções, objeto da próxima etapa.

3ª Etapa – Definição e elaboração do Protocolo de Intenções

Inicialmente, os municípios deparam-se com problemas comuns que demandam ações conjuntas no sentido da obtenção de financiamento, racionalização do uso de recursos públicos e ampliação da capacidade técnica e de gestão.

A partir do diagnóstico e da observação dos problemas comuns, é possível a criação de um arranjo institucional de caráter regional. As prioridades regionais diagnosticadas, estabelecidas e acordadas ganham, por meio da formação do consórcio público, o meio adequado para viabilizar a ação regional. Acima das diferenças político-partidárias ou demais divergências que possam existir, os municípios podem fortalecer o debate, avançando na perspectiva de melhorar o desenvolvimento da região.

Construir o consenso, se possível, incluindo maior diálogo com demais segmentos da sociedade civil, tais como: organizações não governamentais, sindicatos, empresas (indústria/comércio/serviços) e instituições de ensino para a definição do protocolo de intenções é indispensável.

Protocolo de Intenções

O Protocolo de Intenções é o instrumento de declaração da vontade de constituição do consórcio. É a causa geradora da pessoa jurídica e dos direitos e obrigações pactuadas. É o instrumento jurídico preliminar e necessário à formação do consórcio público sob a forma de associação pública.

Os entes federados que pretendem participar do consórcio público elaboram e subscrevem o Protocolo de Intenções. Para criar o protocolo, é necessário percorrer os caminhos da negociação, do planejamento e dos acordos preliminares. O conteúdo do protocolo relata esses acordos e dá a base para a constituição do consórcio.

Conforme o Art. 2º, inc. III, do Decreto nº 6.017/2007 conceitua o Protocolo de Intenções como o contrato preliminar que, ratificado pelos entes da federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público. As cláusulas necessárias do Protocolo de Intenções estão disciplinadas no Art. 4º da Lei Federal nº 11.107/2005 e no Art. 5º do Decreto nº 6.017/2007.

O Protocolo de Intenções como documento inicial do Consórcio Público e seu conteúdo mínimo devem obedecer ao previsto na Lei de Consórcios Públicos. Ele é subs-

critos pelos Chefes do Poder Executivo de cada um dos consorciados. O protocolo de intenções deverá ser publicado, para conhecimento público, especialmente da sociedade civil de cada um dos entes federativos que o subscreve.

O conteúdo mínimo disciplinado no dispositivo jurídico acima deverá ser observado, sob pena de nulidade. Após a formalização, o Protocolo de Intenções deverá ser subscrito pelos Chefes do Poder Executivo de cada um dos Consorciados e publicado na imprensa oficial.

A publicação do Protocolo de Intenções poderá ser feita por ementa (de forma resumida) na imprensa oficial de âmbito regional, desde que seja indicado o local e o sítio da rede mundial de computadores – Internet – em que se poderá obter o texto integral.

4ª Etapa – Assinatura do Protocolo de Intenções

As atividades que compõem esta etapa são desempenhadas isoladamente por cada um dos Municípios que integrarão o consórcio público em criação. É de extrema importância que o documento em questão circule por todas as áreas da Prefeitura envolvidas com o assunto e que essas tenham a exata dimensão dos compromissos assumidos pelo governo ao participar de um consórcio público. Todas as áreas das Prefeituras devem estar atentas ao tema, em particular, as áreas de administração, planejamento, finanças, procuradoria jurídica, além daquela que irá gerir a política pública diretamente envolvida como consórcio.

É recomendável que o assunto criação do consórcio público não seja objeto de debate apenas entre os Prefeitos e os dirigentes dessa política, tais como os secretários, coordenadores e diretores. As discussões devem ser feitas também em conjunto com as equipes executoras das ações, de modo a evitar que os entendimentos circulem apenas na esfera da articulação política, evitando, assim, que pessoas responsáveis pela execução e produção dos serviços não as incorporem. Essa etapa é finalmente encerrada com a assinatura do Protocolo de Intenções pelos Prefeitos.

5ª Etapa – Ratificação do Protocolo de Intenções

Após a assinatura do Protocolo de Intenções pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes Consorciados, ele deverá ser encaminhado por meio de projeto de lei do Executivo para a ratificação dos respectivos Legislativos.

O encaminhamento ao Poder Legislativo deverá ter mensagem e texto legislativo únicos, juntando o Protocolo de Intenções original como anexo. Da mesma forma, se houver a participação de Estados e da União no consórcio público, os projetos de Lei seguem para as Assembleias Legislativas e para o Congresso Nacional.

O Art. 2º, inc. IV do Decreto nº 6.017/2007 conceitua a ratificação como a aprovação pelo ente da federação, mediante lei, do Protocolo de Intenções. A ratificação poderá ser realizada com reserva que, se aceita pelos demais entes subscritores do Protocolo de Intenções, implicará no consorciamento parcial ou condicional daquele ente federado. As Leis podem ser ratificadas em datas diferentes. Assim, no texto das Leis ratificadoras é aconselhável o estabelecimento de uma data comum para a entrada em vigor da Lei.

O ente federado tem até 2 (dois) anos para ratificar sua adesão ao consórcio. A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do Protocolo de Intenções dependerá de homologação da Assembleia Geral do Consórcio Público. Após esse prazo, o ente federado só será novamente admitido no consórcio por aprovação da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral. Sempre que um novo membro for admitido, deve haver um termo aditivo ao contrato.

Com a ratificação, por lei, o Protocolo de Intenções converte-se imediatamente no Contrato de Consórcio Público. Portanto, o Contrato de Consórcio Público será tido como celebrado com a promulgação da lei ratificadora.

Os entes federativos que participaram da ratificação do Protocolo de Intenções, mas não tiveram sucesso na aprovação da Lei nos seus poderes legislativos não poderão fazer parte do consórcio. Fatos dessa natureza não impedem que os demais entes prossigam na sua tarefa de consolidar a formação do consórcio. Se mais tarde o ente federado superar a etapa de aprovação no legislativo, pode vir integrar o consórcio.

A dinâmica de aprovação no Legislativo de cada ente federado pode obedecer a diferentes ritmos. Se houver um número adequado de participantes, a constituição do consórcio público pode ser iniciada sem prejuízo da adesão posterior dos demais entes federativos.

6ª Etapa – Elaboração do Estatuto do Consórcio Público

A materialização de uma instituição de direito público ou de direito privado ocorre por meio de seu Estatuto. De acordo com o disposto do Art. 7º da Lei Federal nº 11.107/2005 e no Art. 8º do Decreto nº 6.017/2007, o consórcio público será organizado por estatutos cujos dispositivos devem atender às cláusulas do Contrato de Consórcio Público.

O Estatuto disporá sobre a organização e o funcionamento de cada um dos órgãos constitutivos do consórcio público, devendo ser aprovado pela Assembleia Geral. O Estatuto do consórcio público, sob a forma de Associação Pública, deverá ser publicado na imprensa oficial, de forma resumida, desde que indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – Internet – em que se poderá obter o texto integral.

Art. 7º – Os estatutos disporão sobre a organização e o funcionamento de cada um dos órgãos constitutivos do Consórcio Público.

Após a convocação da Assembleia Geral do Consórcio Público, a essa caberá, conforme edital de convocação, aprovar o Estatuto e esse disciplinará a eleição do Presidente dentre outros dispositivos, devendo todos esses obedecerem às normativas presentes no contrato de constituição do consórcio público.

7ª Etapa – Assinatura do Estatuto do Consórcio Público

Novamente as atividades que compõem esta etapa são desempenhadas isoladamente por cada um dos municípios que integrarão o consórcio público em criação. É importante que o Estatuto do consórcio volte a circular novamente pelas áreas que o analisaram

enquanto “Protocolo de Intenções” para confirmarem que os compromissos e diretrizes assumidas pelos Prefeitos e Prefeitas estão mantidos.

A etapa completa-se com a assinatura do Estatuto do Consórcio pelo Prefeito e demais Chefes de Executivo Estadual e União, se houver.

8ª Etapa – Providências complementares de caráter institucional visando à integração do Consórcio Público no âmbito da Administração Indireta

Esta etapa é constituída por um conjunto de providências administrativas, financeiras e contábeis que a Prefeitura deverá tomar, de modo a integrar o Consórcio Público no âmbito da administração indireta.

Para o desenvolvimento dessa atividade, é fundamental que os gestores municipais verifiquem junto ao respectivo Tribunal de Contas de seu Estado ou Município a existência de normas e recomendações específicas sobre consórcios públicos. Caso existam, elas devem ser seguidas sem, no entanto, desconsiderar ou descumprir as exigências contidas na legislação federal sobre o assunto.

O regime jurídico para a gestão financeira e contábil dos consórcios é o estabelecido no direito público. Especial atenção deve ser dedicada ao conteúdo do Artigo 9º da Lei nº 11.107/2005 que estabelece que a execução das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, ou seja, como se fosse uma “mini prefeitura”.

Conforme Graça Souto (2007), a gestão financeira dos consórcios públicos está no campo das finanças e da contabilidade pública sustentadas, reguladas e regulamentadas por legislação específica, em particular a:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que dá normas gerais do Direito Financeiro Brasileiro;
- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece parâmetros para a gestão das finanças Públicas;
- Lei nº 11.107/2005 que regulamenta os Consórcios Públicos;
- Decreto nº 6.017/2007 que regulamenta a Lei nº 11.107/05;
- Manual de Receitas Públicas da Secretaria do Tesouro Nacional, editado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2007, que estabelece os Consórcios Públicos como entidade multigovernamental;
- Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, que atualiza a discriminação da despesa por funções, estabelece os conceitos de função, subfunção, programas, projetos, atividades, operações especiais e dá outras providências;
- Portaria nº 860, de 12 de dezembro de 2005, que determina regras para a contabilização dos Consórcios Públicos;
- Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, que classifica a Natureza de Despesa.

Independentemente de sua natureza jurídica, o consórcio público é regido pelos preceitos da administração pública e da gestão fiscal. As contribuições financeiras devem

ser formalizadas seguindo preceitos do direito público e as responsabilidades dos gestores dos consórcios são as do administrador público (GRAÇA SOUTO, 2007).

A etapa completa-se com o ajuste no Plano de Contas do Município, adotando o Consórcio Público como unidade da Administração Indireta.

9ª Etapa – Obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e abertura de conta bancária.

Para a obtenção do CNPJ, deverão ser perseguidos os passos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil como em qualquer outro caso.

A documentação de constituição da nova pessoa jurídica, o consórcio público, é aquela que se elaborou até aqui: protocolo de intenções, atas de Assembleias, leis aprovadas pelos legislativos dos entes consorciados, contrato e estatuto. Todas as etapas formais geram documentos que registram os acordos que foram feitos, aprovados e referendados cada qual pela instância competente conforme o estabelecido em Lei.

Esse conjunto de documentos formaliza a existência “de fato” do consórcio público enquanto vontade política dos entes federados. Esse somente passará a existir “de direito” quando toda documentação acima descrita tramitar pelos órgãos públicos responsáveis pelo registro da nova entidade junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Consórcio materializa a sua existência quando obtém o CNPJ expedido pela Receita Federal do Brasil. Só então ele passa a ter uma existência como organização e pode comprar, alugar, contratar, etc., da mesma forma que os órgãos da administração pública indireta o fazem.

Expedido o CNPJ pela Receita Federal do Brasil, o consórcio deverá dirigir-se a uma agência bancária para abrir a sua conta corrente, por onde passarão todas as movimentações financeiras que, por ventura, fizerem-se necessárias.

10ª Etapa – Adoção pelos entes participantes de destinação orçamentária

A consolidação desta etapa dá-se mediante a combinação da execução das atividades contidas nas etapas oito e nove. O resultado final estará espelhado na presença do consórcio público como entidade da Administração Indireta e com recursos destinados pelos instrumentos de gestão orçamentária (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelo Plano de Contas na contabilidade municipal.

11ª Etapa – Medidas para o funcionamento do Consórcio Público

Após a constituição do consórcio, tem início o seu funcionamento, sendo necessário organizar a estrutura que assegurará a capacidade de financiamento das atividades previstas no Protocolo de Intenções e ratificadas nas leis.

Conforme estabelecido na Lei nº 11.107/2005 e no Decreto nº 6.017/2007, são sugeridos caminhos que podem levar ao bom funcionamento que é necessário assegurar:

Contrato de Rateio: É o instrumento jurídico firmado anualmente, por meio do qual os Consorciados entregarão recursos ao consórcio público. Esses recursos devem ser previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ente Consorciado (ver apêndice A).

Contrato de Programa: É o instrumento por meio do qual serão previstas as obrigações e direitos dos entes consorciados no âmbito da gestão associada de serviços públicos (ver apêndice B).

Firmar convênios de cooperação entre entes federados: Pacto firmado exclusivamente por entes da federação com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles (ver apêndice C).

Firmar acordo de gestão associada de serviços públicos: Exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhadas ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Firmar termos de parcerias: Instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas em Lei (ver apêndice D). Um exemplo a ser citado é o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas que costumeiramente é realizado por Organizações que não possuem fins lucrativos e são referendados por termos de parcerias entre o poder público e a entidade.

APLICAÇÃO DO MODELO

A aplicação e validação parcial da proposta de modelo de formação de consórcios regionais municipais foi realizada no dia 28 de agosto de 2017, às 20 horas, no auditório das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. O evento estruturado na forma de debate, denominado “Novas Tecnologias de Gestão Pública – Consórcios Regionais Municipais”, contou com a participação de 103 pessoas divididos em alunos de graduação, professores, empresários e população em geral e teve a participação das seguintes autoridades, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Convidados para o debate

Entidade	Código	Sujeito
Prefeitura Municipal de Igrejinha - RS e Associação dos Municípios do Vale do Paranhana - AMPARA	A1	Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Paranhana - AMPARA e atual prefeito de Igrejinha

Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - Pró-Sinos	B1	Diretor Técnico do Pró Sinos
Consórcio Regional dos Municípios do Vale do Paranhana - CONREPAR	C1	Secretário Executivo do Conrepar e ex-prefeito do Município de Taquara - RS
Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul - FEE	D1	Economista da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul - FEE
Conselho Regional de Desenvolvimento - Paranhana/Encosta da Serra - COREDE	E1	Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento - Paranhana/Encosta da Serra - COREDE

Fonte: Os autores (2017).

A realização do debate vem ao encontro do que está previsto na proposta de modelo de formação de consórcios regionais municipais. As autoridades convidadas fazem parte de um grupo que participa efetivamente de instituições de desenvolvimento regional e estadual. Além das autoridades que participaram do debate descritas no Quadro 2, foram convidados também os prefeitos de Taquara, Parobé, Três Coroas e Riozinho que não justificaram suas ausências.

Como instrumento de pesquisa, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, composto por perguntas abertas aos convidados. Os questionamentos foram feitos durante a realização do debate, que teve a duração de aproximadamente duas horas e meia. A análise dos dados foi realizada com base nos princípios metodológicos de Bardin (2016), consistindo na elaboração de quadros-síntese a partir das similaridades das respostas que vão ao encontro do que está previsto etapa 1 da proposta de modelo de formação de consórcios regionais municipais.

RESULTADOS DA APLICAÇÃO

Os gestores responderam a sete questões sobre consórcios públicos municipais, bem como a respeito das ações e projetos governamentais, no âmbito do desenvolvimento das regiões as quais fazem parte. A análise foi subdividida de acordo com o tema da questão.

Na sequência, é apresentado no Quadro 3 a síntese de cada questão, com as referências mais relevantes.

Quadro 3 - Síntese das Respostas

Quadro Síntese

Gestores	Questão 1
	Atuando no Consórcio Regional do Paranhana, qual sua opinião sobre o tema?
C1	A formação de consórcios é plenamente justificável e eu sou um entusiasta da matéria porque é uma solução sim, em termos de uma região, sim, porque é um exemplo de desenvolvimento financeiro e econômico.
A1	O consórcio só da certo quando se consegue trabalhar regionalmente e quando todos tem o discernimento de saber que precisamos trabalhar coletivamente e é isso que nós estamos construindo.
Gestores	Questão 2
	Atuando no Consórcio Pró-Sinos, qual a sua opinião sobre o tema?
B1	Precisamos de inteligência, processos e pessoas capazes de implementar projetos. É uma satisfação estar falando de governança regional partilhada através dos consórcios que é um modelo importante e novo, ainda desse século aqui nos pais, é recente.
Gestores	Questão 3
	Atuando como economista e professor, qual a sua opinião sobre o tema?
D1	Eu acho que os consórcios podem ser uma estrutura mais ordenada e mais técnica no que refere à elaboração de projetos estruturais. Pode servir para consolidar um sistema de planejamento forte.
E1	A importância do consórcio assim como são as redes na iniciativa privada, como são as cooperativas na agricultura e que só através da união de todos é que as coisas poderão acontecer.
Gestores	Questão 4
	Quais as duas áreas da Administração Pública que, em sua opinião, estão mais propensas a atuarem, com êxito, num Consórcio Público?
C1	Segundo os dados que tenho da Confederação Nacional dos Municípios, em 14 tipos de consórcios que existem o que mais tem a sua formação é na área da saúde com 1969 consórcios. O segundo tipo de consórcios é para aquisição de máquinas e equipamentos com 669.

A1 Na área da saúde nos acreditamos que já estamos trabalhando na prática com os consórcios e acreditamos que agora no segundo mandato vamos conseguir mais coisas com a união dos municípios. Na área da segurança estamos começando a trabalhar neste sentido, onde que Taquara já possui videomonitoramento, Igrejinha e Três Coroas também, e em breve será disponibilizado recursos para Parobé e Rolante fazer a implantação do serviço e trabalharmos regionalmente essa questão.

B1 Com o amadurecimento que hoje tem o consórcio ele também pode ser uma agencia reguladora de serviços de saneamento. O objetivo comum é água da bacia hidrográfica que é água de todos e objeto final é qualidade de vida e o atendimento de toda a população, por isso eu acredito que o saneamento seja vital para a atuação de consórcios.

Questão 5

Quais são outros projetos que existem hoje no PRÓ-SINOS? Eu particularmente teria interesse em fazer parte, inclusive, dando a minha contribuição acadêmica pra isso que é sempre importante.

B1 No consórcio Pró-Sinos temos esses projetos de educação ambiental integrada, de planos de saneamentos integrados, de processos de usina de resíduos da população e estamos recebendo e fazendo reuniões colegiadas com os municípios e com as comunidades para receber força de trabalho, opiniões e colaborações de quem possuir interesse.

Questão 6

Está sendo proposto esse modelo e certamente muitos fatores estão sendo analisados. Em sua opinião, quais os fatores que podem e afetam os consórcios, não só a formação, mas de gestão de parceria entre os participantes.

A1 O maior desafio é como o consórcio pode se sustentar para efetivamente poder investir, no caso do Pró-Sinos em toda a bacia. Em cima disso, nós encontramos a dificuldade quando começamos a participar e esse ano mais efetivamente, nós notamos que o consórcio estava vivendo praticamente com a contribuição de todos os municípios, sendo que isso não é um recurso “novo”, pois investimos os próprios recursos dos municípios no consórcio e isso não é resolutividade.

E1 O grande desafio é todo mundo sair do seu cercado, de cada prefeito, cada administração sair da sua paróquia do seu cercado, porque normalmente o prefeito tem o compromisso de trabalhar juntamente com seus vereadores, seus secretários, para os próprios eleitores, então a

tendência de trabalhar em termos regionais a partir de um consórcio ou outras entidades ela não é fácil não, não é simples.

Questão 7

Gestores Como é que vocês veem a consolidação de um consórcio, porque um consórcio de empresa privada as regras são claríssimas cada um tem o seu regramento e cada um tem a sua contribuição clara, está escrito, está na junta comercial o que cada um participa desse consórcio e aqui temos uma realidade um pouco diferente, pois existe o fator político no processo, porque a cada quatro anos a uma alteração periodicamente e como é que vocês veem dentro da realidade de montagem de um consórcio onde tenha a princípio de ter regras muito claras, essa troca de interesses dos municípios até por um aspecto partidário.

A1 Então, nos vamos ter um planejamento para 30 anos, ele vai ser colocado em ata, vai ser assinado por todos e esse planejamento vai precisar ser seguido, seja ele administrativamente ou financeiramente, e da questão de quais os projetos que nós iremos seguir para que possa objetivar o consórcio e que ele não tenha uma descontinuidade na sequência com a troca de presidente ou com a troca de prefeitos.

Fonte: Os autores (2017).

O pressuposto para a criação de consórcios é a existência de interesse comum entre os municípios, entretanto, para o consórcio ser eficiente, é necessário que exista articulação entre os gestores do consórcio para que haja uma atuação eficaz e capaz de dar resolutividade aos problemas a serem enfrentados. Para Caldas (2007), os consórcios são formas de organização tanto vertical quanto horizontal e nessa definição está embutida a ideia de cooperação entre os entes.

Sobre a atuação em um consórcio público municipal regional formado por municípios de uma mesma região, os participantes foram categóricos ao afirmar a importância de desenvolver a região por meio da união dos municípios, bem como do ganho que uma região pode obter tanto financeiramente como economicamente por meio do caráter regional que a figura do consórcio proporciona.

Conforme Teixeira e Meneguim (2006), os consórcios públicos são justamente parcerias entre os entes para a realização de ações conjuntas que podem alavancar a qualidade dos serviços públicos prestados à população pertencente ao consórcio. Os autores ainda complementa que “a integração de municípios faz aumentar a eficiência na captação e aplicação dos recursos públicos.”

Com relação à atuação em um consórcio público municipal regional que abrange mais de uma região, o entrevistado manifestou a necessidade de se trabalhar com pessoas capacitadas, especialmente na área da qualidade de projetos. Citou ainda a importância de se trabalhar o conhecimento de forma partilhada, que é uma das ferramentas que um modelo de consórcio pode proporcionar em grande escala.

No que se refere à atuação do órgão de assessoramento e planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, o entrevistado colocou que os consórcios públicos regionais municipais podem ser uma estrutura mais técnica e ordenada, consolidando um forte sistema de planejamento dos municípios e da região. Já para o representante do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE, os consórcios são exemplos de desenvolvimento em rede como acontece na iniciativa privada.

Spink (2006) destaca que “um consórcio público aproxima-se a um acordo de cooperação entre dois ou mais municípios, semelhante ao que acontece na iniciativa privada.” Os consórcios adotam figuras de “empresas” dentro da federação brasileira, uma vez que cada membro possui a sua autonomia, competências, atribuições e políticas públicas de desenvolvimento, o que necessita uma análise das competências concorrentes e específicas de cada um para que sejam implementadas novas políticas públicas em conjunto.

A existência de um espaço institucional em busca de formas bem-sucedidas de gestão compartilhada entre municípios, que procure solucionar problemas em comum ou defender interesses coletivos, depende também de um bom nível de coesão interna entre os atores, ou seja, necessita-se de cooperação horizontal. Para Ismael (2005), “os consórcios intermunicipais são formados por uma rede federativa em que se constituiu uma arena política, voltada para a produção compartilhada de decisões sobre políticas públicas.”

No que tange às áreas mais propensas à atuação dos consórcios públicos regionais municipais, um gestor apontou que atualmente, no Brasil, existem 14 áreas que são abrangidas pelos consórcios, dando destaque aos consórcios ligados a área da saúde e de aquisição de equipamentos. Já para o representante do consórcio regional de municípios da mesma região, as áreas de atuação do consórcio estão concentradas na saúde e segurança com programas já em andamento. O gestor do consórcio regional de municípios pertencentes à diferentes regiões estão focados na área ambiental através de programas de saneamento e abastecimento de água também já em desenvolvimento pelo consórcio.

Para Cruz (2002), “o consórcio público é a ferramenta que desponta como um meio para que os municípios trabalhem de forma integrada em uma associação, união ou pacto celebrado, de caráter temporário ou permanente.” Corroboram com os autores os objetivos de um consórcio que visa à consecução de obras, serviços, programas e atividades de interesse comum das mais variadas áreas de abrangência. Dentro desta perspectiva é preciso destacar que os consórcios têm preferências por órgãos financiadores de projetos que envolvam mais de um município ou região, o que significativamente pode agilizar processos de liberação de recursos para execução de projetos.

Desta forma, o desenvolvimento de projetos é um fator importante quando se trata da formação de consórcios, pois são por meio dos projetos que conseqüentemente as ações são implementadas. O consórcio Pró-Sinos, segundo seu gestor, está trabalhando fortemente no desenvolvimento de projetos voltados à área ambiental, em que as áreas abrangidas são: educação ambiental, desenvolvimento dos planos integrados de saneamento dos municípios do consórcio e processo de aproveitamento de resíduos junto à usina de reciclagem do consórcio.

Nesta perspectiva, surgem diversos fatores que precisam ser analisados e desafios a serem superados. Conforme o gestor A1, um dos grandes desafios é poder manter o consórcio efetivo e apresentar resolutividade nas demandas existentes. Para o entrevistado

E1, é necessário que os prefeitos rompam suas próprias barreiras e se unam para buscar o desenvolvimento da região e isso se torna uma tarefa que não é tão simples, mesmo por meio da formação de consórcios ou associações de municípios.

De acordo com Garcia e Reis (2010), a existência de uma “política” ainda arraigada em que os prefeitos pensam individualmente em seus municípios como uma espécie de “feudo” eleitoral e não quererem dividir os bônus políticos de suas conquistas causam enormes danos à formação e manutenção dos consórcios públicos municipais regionais. A base do consórcio deve ser formada por gestores que pensem no desenvolvimento conjunto dos municípios como um todo e não somente no seu território e em seus problemas.

Outro fator questionado e analisado foi à consolidação e o planejamento de um consórcio público regional municipal que inclui alguns fatores de risco, tais como troca de governo e influência político-partidária. Segundo o gestor A1, o consórcio possui um planejamento traçado para os próximos trinta anos, tanto na área administrativa quanto na área econômica e no desenvolvimento de projetos.

A descentralização do consórcio, isto é, a presença, em cada município associado, de uma unidade trabalhando de forma planejada atenta às demandas e aos interesses locais, deve ser capaz de atender às necessidades de todos participantes. O estabelecimento de vínculos entre as equipes administrativas, aproximando os objetivos dos municípios e do consórcio, não permitirá coesões internas o que possivelmente impedirá que as duas partes distanciem-se uma da outra (SCHNEIDER, 2005).

No que se refere às relações políticas, os consórcios que ainda não se encontram estáveis ou que são extremamente dependentes de recursos externos são bastante vulneráveis às alterações no quadro político e administrativo. No relacionamento interinstitucional que o consórcio venha a estabelecer, as entidades regionais devem evitar sobreposições e confusões de competências, seguindo, assim, mais a lógica da complementaridade do que a do conflito. Contudo, o desentrosamento entre os dirigentes que realizam a gestão do consórcio e definem seus objetivos com as administrações municipais pode introduzir uma distância e um descompasso entre as equipes, prejudicial à coesão necessária para que se mantenha a legitimidade do consórcio enquanto entidade política que representa seus municípios associados (ABRUCIO e SOARES, 2001).

Por fim, o sucesso e a motivação maior de um consórcio deve residir justamente no ganho de escalas que os serviços prestados pelo consórcio podem gerar. Outro ponto importante a ser destacado é que, quanto maiores forem às responsabilidades dos municípios na prestação de serviços públicos, maior é o incentivo para a realização dos consórcios públicos o que possivelmente colaborará com o desenvolvimento de maneira integrada entre seus entes participantes.

CONCLUSÕES

Este artigo versou sobre o desenvolvimento de uma proposta de modelo de formação de consórcios regionais municipais que poderá ser utilizada em todo território nacional. Os estudos científicos abordaram pesquisas teórico-conceituais, pesquisas bibliográficas e documentais. Também foi realizada aplicação e validação parcial da proposta de modelo com a participação de gestores públicos da região do Vale do Paranhana e Vale do Sinos por meio da realização de um debate.

Os estudos identificaram que, no Brasil, a prática do consorciamento, sobretudo a partir da Constituição de 1988, elevou o município à categoria de ente federado, o que se expandiu significativamente em todas as áreas cujo consorciamento pode proporcionar a seus participantes algum benefício. Consoante a isso, com a criação da Lei nº 11.107/2005, surgiu uma nova regulamentação aos processos de cooperação horizontal e vertical entre as três esferas de governo para a gestão compartilhada de políticas públicas, cuja previsão na constituição ainda carecia de regulamentação.

Foi evidenciado que os consórcios públicos constituídos são novos instrumentos de gestão pública que possibilitam maior articulação entre as diferentes esferas de governo. A Lei nº 11.107/2005 disponibiliza aos entes federados um arranjo institucional que oportuniza uma nova prática de administração cooperada. A Lei ainda propicia compatibilizar a autonomia que deveria existir entre entes federados, o que possibilita o fomento da articulação entre as esferas de governo face às grandes desigualdades regionais existentes entre as mais variadas administrações públicas que compõem o sistema federativo brasileiro.

Nesse sentido, os consórcios públicos expressam essa maior articulação e cooperação entre os entes federados por meio da gestão compartilhada e também sobre as responsabilidades públicas que existem. Ressalta-se ainda que a Lei dos Consórcios Públicos passou a ser um instrumento de reforma do Estado que pode ajudar a fortalecer o país, constituindo um mecanismo de cooperação que tem potencial para alavancar a resolução de diversos problemas, seja na área econômica, territorial ou de políticas públicas que necessitam ser implantadas.

No que se refere ao desenvolvimento de uma proposta de modelo de formação de consórcios regionais municipais, um dos pontos iniciais da pesquisa foi elaborar um plano que previu as principais atividades e suas relações de precedência, assim como os papéis e responsabilidades dos principais intervenientes do processo de formação de um consórcio. Dessa forma, por meio da modelagem deste plano foi possibilitado o seu planejamento e controle efetivo de cada etapa. Os objetivos deste estudo foram, de forma geral, atingidos, embora a pesquisa tenha limitado-se à elaboração do modelo e sua aplicação parcial.

Outra importante contribuição refere-se à definição mais adequada do envolvimento de equipes técnicas de cada ente federado que devem participar de todas as etapas do processo. A ferramenta de desenho do fluxograma possibilitou a descrição de cada etapa e sua representação gráfica. Pode-se observar ainda que existem atividades ao longo do processo que podem ocorrer em variadas etapas do mesmo, dependendo de características específicas de cada ente federado participante. Entre elas, podem ser citadas a carência de corpo técnico, a morosidade no andamento dos processos internos que cada ente deve fazer, situação de animosidade entre poder executivo e legislativo, entre outros.

Desta forma, uma contribuição deste estudo residiu na confirmação de que é essencial a proposição do modelo adaptado à realidade dos municípios, o que fatalmente a Lei 11.107/2005 não previu. Entretanto, é possível que o modelo desenvolvido possa ser utilizado como ponto de partida em trabalhos semelhantes ou específicos para uma determinada região, como municípios que possuam alguma particularidade ou mesmo consórcios já existentes que necessitam a correção de algum procedimento que esteja em desacordo com a legislação vigente.

Contudo, o modelo do processo pode ser semelhante mesmo entre municípios de diferentes portes, pois as atividades necessárias para a formação de um consórcio são basicamente as mesmas, independentemente do tamanho do município e do número de envolvidos no processo. Com relação ao modelo de gestão adotado na maioria dos municípios brasileiros, esse tem sua função fortemente relacionada à troca de informações entre os diversos intervenientes envolvidos e, assim sendo, ao controle da aplicação de cada etapa do processo de formação do consórcio. Em municípios com até 50 mil habitantes, ele assume papel mais relacionado à extensão da memória dos envolvidos, tendendo a apresentar-se mais simples.

Finalmente, a formação de consórcio por meio do modelo desenvolvido envolverá muitos intervenientes, que devem ser ouvidos ao longo do processo e suas necessidades respeitadas. A eficácia da utilização do modelo desenvolvido depende fortemente de uma mudança na forma de trabalho daqueles que se envolvem no desenvolvimento desse propósito.

Sob esses diferentes enfoques, devem-se repensar também as estratégias de manutenção de consórcios públicos, revelando a importância de uma análise diferenciada para cada arranjo, respeitando as características histórico-culturais dos municípios e, não menos importante, deve-se compreender o funcionamento do processo de planejamento da gestão de um consórcio público e especialmente das leis que orientam a formação dos consórcios.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, L. F.; SOARES, M. M. *Redes Federativas no Brasil: Cooperação Intermunicipal no Grande ABC*. São Paulo: Fundação Konrad Adenaur, Série Pesquisas, n. 24, 2001. 88 p.
- AUSTIN, S.; et al. *Manipulating the Flow of Design Information to Improve the Programming of Building Design*. *Construction Management and Economics*, n. 5, Set 1994, p. 445-455.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Editora Edições 70, 2016.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Promulgada em 05 de Outubro de 1988.
- BRASIL. *Decreto n° 6.017, de 17 de janeiro de 2007*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm. Acesso em maio de 2017.
- BRASIL. *Emenda Constitucional 19/1998*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em agosto de 2017.
- BRASIL. *Lei n° 11.107, de 6 de abril de 2005*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm. Acesso em maio de 2017.
- CALDAS, Eduardo de Lima - *Formação de Agendas Governamentais Locais: O caso dos Consórcios Intermunicipais*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2007. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/.../TESE_EDUARDO_LIMA_CALDAS.pdf. Acesso em setembro de 2016.
- CRUZ, M. C.M. T. *Consórcios Intermunicipais: Uma alternativa de integração regional ascendente*. In: CACCIA-BAVA, Sílvio, PAULISC, Veronika e SPINK, Peter (organizado-

res). Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. São Paulo: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE, Porto Alegre. *Dados demográficos*. 2010.

GARCIA, V. M.; REIS, M. C. *Consórcios Públicos e Federalismo Brasileiro: A experiência do CODAP ALTO-PARAOPEBA/MG*. Minas Gerais, Congresso Internacional de Governo, Gestão e Profissionalização em âmbito Local Frente aos Grandes Desafios do Nosso Tempo. 2010.

GRAÇA SOUTO, A. C. *Consórcios Intermunicipais e Federalismo Cooperativo*. Parecer jurídico. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.alcoforadoadvogados.com.br/artigos/Artigo_Os%20Cons%C3%B3rcios%20Intermunicipais_e_Federalismo_Cooperativo.pdf. Acesso em abril de 2017.

IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: Gestão Pública 2015*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

ISMAEL, R. *Nordeste: a força da diferença: os impasses e desafios na cooperação regional*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

MEDAUAR, O; Oliveira, G. J. *Consórcios Públicos: Comentários à Lei 11.107/2005*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. 75 p.

PRATES, A. M. Q. *Os consórcios públicos municipais no Brasil e a experiência Européia: Alguns apontamentos para o desenvolvimento Local*. São Paulo, II CONGRESSO NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA. 2013.

RIBEIRO, H. M. D.; BASTOS, S. Q.; BUGARIN, M. S. *Consórcios Públicos Municipais: Uma análise Institucional*. Brasília, v. 04, n.08, p. 98-116, 2013.

SCHNEIDER, A. C. *Cooperação Intermunicipal: Um estudo sobre o Consórcio de Saúde da Região do Médio Paraíba do Rio de Janeiro*. 2005, 136 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social da UERJ. Rio de Janeiro, 2005.

SPINK, Peter K. *Parcerias com organizações não estatais*. São Paulo: Programa de pós-graduação em gestão pública e cidadania. 2006.

TEIXEIRA, Luciana da Silva; MENEGUIN, Fernando – *Os consórcios intermunicipais aumentam a eficiência no setor público?* 2006. Disponível em <<http://www.brasil-economia-governo.org.br>>. Acesso em outubro de 2016.

TZORTZOPOULOS, Patrícia – *Contribuições para o Desenvolvimento de um Modelo do Processo de Projeto de Edificações em Empresas Construtoras Incorporadoras de Pequeno Porte*. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-RS), 1999. Disponível em <http://www.ufrgs.br/engenharia/dissertacoes>. Acesso em setembro de 2016.

OS DESAFIOS DA SOBREVIVÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA/RS

Gisele da Silva Guimarães¹

Soraya Tanure²

Marcos Paulo Dhein Griebeler³

1. INTRODUÇÃO

O aumento sem precedentes do número de negócios abertos entre o século XX e XXI e o crescimento acentuado de sua importância, demonstra o papel que estes negócios representam para a economia (BIRYUKOV, ROMANENKO e PLOSKONOSOVA, 2016). Neste contexto, as empresas de pequeno porte têm um papel fundamental para a geração de emprego e de renda em qualquer país e, com isso, para o desenvolvimento econômico. Conforme Longenecker, Moore e Petty (1997), as Micro e Pequenas Empresas (MPE's) oferecem contribuições excepcionais, na medida em que fornecem novos empregos, introduzem inovações, estimulam a competição, auxiliam as grandes empresas e produzem bens e serviços com eficiência.

No Brasil, o fechamento prematuro de empresas tem sido uma das preocupações da sociedade, particularmente para as entidades que desenvolvem programas de apoio ao segmento de pequeno porte, como o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas empresas (SEBRAE). A sobrevivência destes empreendimentos é essencial para o desenvolvimento econômico do país, sendo assim é primordial o monitoramento destas empresas pelo menos nos dois primeiros anos de atividades, pois são os mais difíceis em termos de sobrevivência (SEBRAE, 2011).

As empresas dependem cada vez mais da capacitação tecnológica e da geração de inovações para se manterem competitivas. O efeito da inovação sobre o produto, a produtividade e o emprego são de particular interesse para as políticas de inovação, tanto no âmbito nacional como para setores específicos e regiões. Por outro lado, melhores informações sobre as condições de sucesso poderiam auxiliar o aperfeiçoamento de políticas que visam alcançar benefícios econômicos e sociais provenientes da inovação (OCDE, 2005).

Neste contexto, e considerando a importância das MPE's e os desafios da sobrevivência empresarial, buscou-se identificar no presente estudo as razões de sobrevivência empresarial em um grupo de MPE's do município de Capão da Canoa/RS.

¹ Mestra em Desenvolvimento Regional, (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara-FACCAT. E-mail: ecosul-rs@hotmail.com

² Professora Adjunta Nível I, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: sorayat@terra.com.br

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara- FACCAT. E-mail: marcosdhein@faccat.br

A problemática levantada questiona quais os desafios enfrentados para se manterem no mercado e o seu papel no desenvolvimento econômico.

2. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Embora se tenha um grande número de empresas no Brasil, não há um padrão no formato de caracterização das MPE's. Os critérios utilizados geralmente são o número de pessoas ocupadas e a Receita Bruta Anual. Segundo o levantamento de Silva Neto e Teixeira (2014) as instituições de pesquisa e os órgãos representativos do setor utilizam o número de pessoas ocupadas e também a receita bruta, já as instituições financeiras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) utilizam somente a Receita Anual Bruta (Quadro 1).

Quadro 1 – Critérios para classificação das Micro e Pequenas empresas (MPE's) – Ano 2012

Instituição / Porte	Atividade Econômica	
	Indústria	Comércio e Serviços
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)		
Número de pessoas ocupadas		
Micro empresa	0 a 19	0 a 9
Pequena empresa	20 a 99	10 a 49
Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB)		
Receita Bruta Anual		
Micro empresa	Menor ou igual a R\$ 360 mil	
Pequena empresa	Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 3,6 milhões	
Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)		
Receita Bruta Anual		
Micro empresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões	
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões	

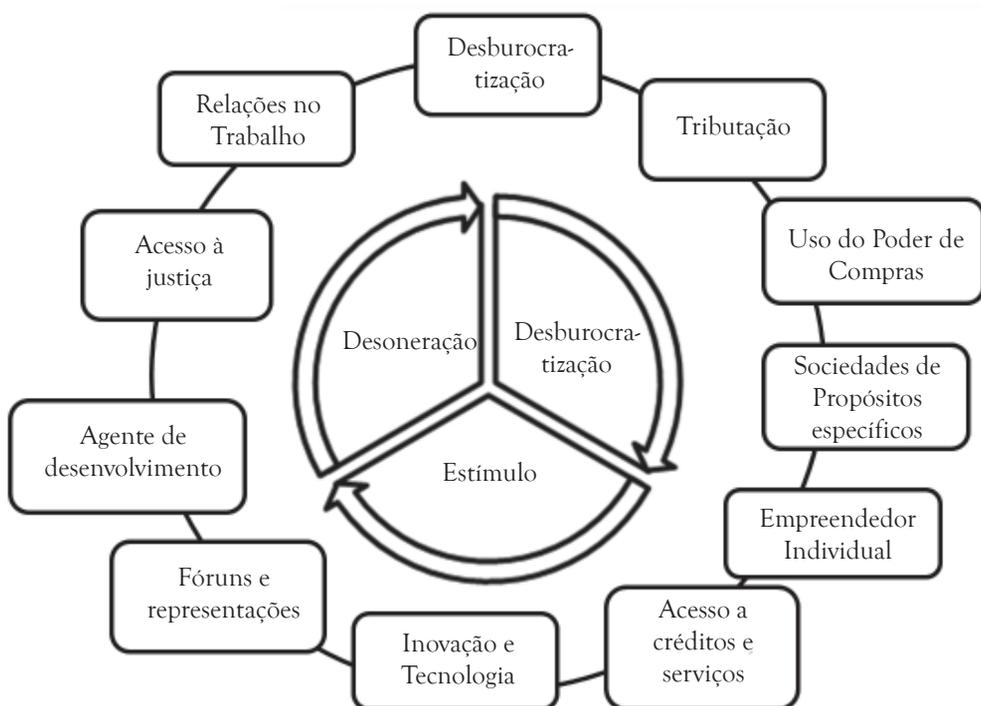
Fonte: Adaptado de Silva Neto e Teixeira (2014).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estabelece o porte das empresas somente pelo número de colaboradores ocupados. Já o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas empresas (SEBRAE), assim como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), selecionam as empresas por meio da receita bruta anual, sendo menor ou igual a R\$ 360 mil para micro empresa e maior que R\$ 360 mil para pequena empresa.

Podese concluir que as MPE's brasileiras são identificadas considerando como faturamento máximo de R\$ 3,6 milhões, ao ultrapassar estes valores já são consideradas médias empresas.

Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e SEBRAE (2011), os pequenos negócios na maioria dos municípios brasileiros representam de 99% a 100% das atividades empresariais. Em municípios com menos de 20 mil habitantes esta realidade é ainda mais presente, representando 72% dos municípios brasileiros. Portanto, são as MPE's que movimentam a economia local, sendo assim as ações públicas devem criar condições para que os pequenos negócios se fortaleçam e gerem mais emprego e renda para os municípios. Diante da importância das MPE's para o desenvolvimento dos municípios, os gestores públicos devem regulamentar a Lei Geral Municipal das MPE's, a Lei complementar nº 123/2006 a qual tem como principal dispositivo de Lei os apresentados conforme Figura 1.

Figura 1 – Dispositivos da Lei Geral



Fonte: Adaptado de SEBRAE (2016).

Para beneficiar as MPE's em relação a inovação, a Lei Geral possui o dispositivo Inovação e tecnologia, o qual estimula tal prática. Contudo, vários dispositivos da Lei Geral dependem de regulamentação para que tenham plena eficácia e possam ser aplicados de forma completa pelas MPE's. São normas a serem elaboradas que têm por finalidade implementar as regras contidas na Lei Geral. Sem estabelecer esses procedimentos e definições, as pequenas empresas e os órgãos envolvidos não terão como pôr em prática vários benefícios da Lei Geral.

Conforme o SEBRAE (2007), os governos terão por meta a aplicação de, no mínimo, 20% dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento das atividades estabelecidas no dispositivo da Lei Geral em todas as MPE's. A maioria dos artigos da Lei Complementar n°123/2006 já é válida para todos os Estados e municípios do Brasil, mas alguns dependem de ser regulamentados obrigatoriamente pelos próprios municípios. A regulamentação municipal do Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa é denominando Lei Geral Municipal (GUIMARÃES, 2008).

3. SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL

Na virada do século XX para XXI houve um crescimento do número de pequenas e Médias empresas, bem como o aumento da sua importância para a vantagem competitiva das regiões (BIRYUKOV; ROMANENKO; PLOSKONOSOVA, 2016).

Segundo Schumpeter (1964), a competição pura é entendida como o desejo de cada indivíduo maximizar sua vantagem líquida (satisfação ou ganho monetário), por meio de reiteradas tentativas de escolha, até encontrar o ponto ótimo de quantidades a serem adquiridas. Sob outra perspectiva, Drucker (1999) enfatiza que a competitividade global deve ser uma meta estratégia para a sobrevivência e para garantir o sucesso de uma empresa frente a grande concorrência, em qualquer parte do mundo.

Na visão de Souza (2009), as constantes transformações do meio socioeconômico, produzidas pelas inovações tecnológicas e pela globalização, repercutem no mercado interno. Os empresários precisam estar em um processo contínuo de adaptação, para assegurar a sobrevivência e, se possível, aumentar sua participação no mercado. O termo continuidade é utilizado na contabilidade quando se refere ao estado, em andamento, das atividades de uma empresa, desde que não haja interrupção definitiva, ou seja, a empresa deve se manter sustentável (CAMPOS; SANTOS; MARTINS, 2013). A sobrevivência das empresas é um desafio para o governo considerando sua importância para o desenvolvimento econômico.

4. A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Em relação à definição de desenvolvimento, Souza (2005) descreve que além da melhoria de indicadores econômicos e sociais o desenvolvimento envolve também a preservação do meio ambiente. O termo desenvolvimento ao ser diferenciado de crescimento traz consigo a ideia de transformação e de evolução, estas mudanças geram novas estru-

turas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, enquanto crescimento traz a ideia de expansão quantitativa do produto ou emprego.

A importância das Pequenas Empresas para a economia local e regional é indiscutível, porém é necessário consolidar as pequenas empresas existentes e diminuir os altos índices de mortalidade observados atualmente (SANTINI *et al.*, 2015). A concentração dos esforços na promoção de novos empreendimentos predestinados a desaparecer em meses ou em poucos anos assemelha-se a um trabalho inútil e interminável. “Por último, deve-se pensar na expansão das empresas de pequeno porte existentes e, sempre que possível, na sua graduação para a categoria de médias empresas” (SACHS, 2004, p. 49). A importância dos pequenos negócios pode ser observada em vários países, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1 – As Pequenas Empresas na Economia Mundial

PAÍS	IMPORTÂNCIA DOS PEQUENOS NEGÓCIOS
Austrália	71% da mão de obra e 99% das empresas constituídas
Brasil	52% saldo de empregos formais e 25% produto interno bruto
Chile	80% da mão de obra e 20% produto interno bruto
Dinamarca	36% da mão de obra e 44% do produto interno bruto
Espanha	80% da mão de obra e 51% do produto interno bruto
EUA	51% da mão de obra e 51% do produto interno bruto
Grécia	86% da mão de obra
Irlanda	70% da mão de obra e 98% das empresas constituídas
Itália	38% das exportações e 98% das empresas constituídas
México	37% da mão de obra
Reino Unido	56% da mão de obra e 40% das empresas constituídas
Suíça	75% da mão de obra e 99% das empresas constituídas
Tailândia	60% da mão de obra e 85% das empresas constituídas

Fonte: Adaptado de Pereira *et al.* (2009) e IBGE (2013).

Como demonstrado pela Tabela 1, as Micro e Pequenas Empresas respondem pela maioria dos postos de trabalho na economia moderna. Porém, isto não significa que o seu coeficiente de capital/trabalho seja necessariamente baixo. Transformar pequenos negócios em empresas organizadas de pequena escala, capazes de competir no mercado capitalista é um desafio. Para tanto, é necessário que existam competências e capacidades administrativas capazes de consolidar tais empreendimentos, bem como melhorar competitividade de forma sistêmica mediante uma série de ações como o acesso preferencial a crédito, tecnologias e mercados (SACHS, 2004, p. 49).

Segundo Oliveira (2015), todo processo de desenvolvimento envolve a participação de agentes internos e externos ao território e distribuem o valor agregado e seu excedente social gerado no interior do mesmo. Para Souza (2005), Desenvolvimento econômico se dá pela existência de crescimento econômico contínuo e maior do que o crescimento demográfico compreendendo uma melhoria nos indicadores econômicos, sociais e ambientais. Tal crescimento ocorre a longo prazo, fortalecendo a economia nacional,

ampliando a economia local, a produtividade, aumento do bem estar da população e com a preservação do meio ambiente.

Segundo Reis et.al. (2006), para que haja o desenvolvimento local é necessário uma infraestrutura suficiente que comporte a instalação de novos empreendimentos que queiram atuar no local. Sem esta infraestrutura o desenvolvimento se torna restrito e muitas vezes inviável para receber estes investimentos.

Tais investimentos segundo os autores Costa Neto, Londero e Massena (2010) são importantes para gerar inovação nas atividades econômicas alternativas se referindo ao turismo. Durante as últimas décadas o turismo tem se intensificado como uma possibilidade de uma nova abordagem de desenvolvimento para determinadas regiões com potenciais turísticos. Com a globalização dos mercados, a migração de capitais, a expansão tecnológica, o avanço da informatização e dos meios de comunicação facilitou o desenvolvimento deste novo ambiente.

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável se dá através do impulso dado a determinada localidade a prosperidade econômica, social, políticas, humanas, ambientais e culturais de acordo com as necessidades dos que vivem e viverão na região. Para que ocorra o desenvolvimento várias atividades devem ser implementadas, como: gestão local, planejamento participativo, programas e ações de acordo com a demanda pública, fortalecimento da sociedade civil, fomento ao empreendedorismo e sistemas de monitoramento e avaliação (REIS et.al. 2006).

Após a revisão das principais teorias abordadas, serão expostos os aspectos metodológicos que serão trabalhados para o levantamento e análise dos dados e, assim, posteriormente apresentar os resultados.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo possui caráter descritivo e exploratório com intuito de construir hipóteses que contribuam para um maior entendimento a respeito dos aspectos sobre a sobrevivência empresarial. Segundo Gil (1996), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

A pesquisa possui natureza aplicada, pois tem como principal objetivo a aquisição de conhecimentos fundamentais a partir do estudo dos fenômenos e seus resultados servirão de base para novos desenvolvimentos aplicados à melhoria da competitividade das empresas por meio da inovação e sustentabilidade financeira das organizações. Segundo Jung (2004) na pesquisa aplicada o resultado obtido é a solução concreta do problema estudado, que contribuirá para o desenvolvimento de novos produtos ou processos.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa constituiu um estudo de caso para que fosse possível descrever e explicar as razões que levam a sobrevivência das MPE's, e possui ainda a finalidade de entender como e por que ocorrem os fenômenos (JUNG, 2004).

O estudo irá basear-se em estatística descritiva, com o objetivo de caracterizar o perfil da amostra, considerando um conjunto amplo de variáveis, como: porte, número de empregados, ramo de atividade, maturidade, número de sócios, escolaridade dos sócios e outros.

Utilizou-se como procedimento a pesquisa bibliográfica e um questionário. O questionário foi estruturado e adaptado do Manual de Oslo e Pesquisa de inovação (PINTEC) do ano de 2011, com adaptações para micro e pequenas empresas de base não tecnológica. O Manual de Oslo foi traduzido e divulgado pela primeira vez no Brasil em 2004, possui como fonte padrão os países desenvolvidos, sendo bastante abrangente e flexível quanto as suas definições e metodologias de inovação.

Conforme estabelece Creswell (2007), em alguns projetos de pesquisa, o pesquisador monta um instrumento a partir de componentes de diversos instrumentos. Desta forma, o primeiro instrumento aplicado foi o questionário que teve como objeto descrever as características das MPE's. Já o segundo questionário por sua vez buscou identificar as razões que levam as empresas a sobreviverem.

Para tanto foi aplicado um pré-teste com três empresas e após a validação foi aplicado o questionário, versão final, com as demais empresas. A seleção da amostra foi não probabilística, o grupo foi escolhido por conveniência, por meio de alguns critérios, como serem empreendedores e intraempreendedores, empresas de micro e pequeno porte e que estivessem em um projeto cooperativo em busca de competitividade. Segundo Malhotra (2006), a amostragem não probabilística é a técnica de amostragem que não utiliza seleção aleatória, confia no julgamento pessoal do pesquisador, ou seja, nesta técnica de amostragem procura-se obter uma amostra de elementos convenientes, a seleção das unidades amostrais é deixada a cargo do pesquisador.

A pesquisa foi aplicada com um grupo de 15 empresários membros da Confraria Business do município de Capão da Canoa/RS. A Confraria Business é um serviço da empresa Soluções Empresariais Inovadoras (SEI), a qual desenvolve um projeto que objetiva reunir mentes empreendedoras que compartilham estratégias de informação, conhecimento e vivências empresariais, partilhando visões inovadoras em busca de competitividade.

Por fim, com vista a facilitar a análise dos resultados, foram elaborados, quadros e gráficos que demonstram por meio dos indicadores a quantidade de implementação de inovação nas empresas analisadas.

6 OS DESAFIOS DA SOBREVIVÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA/RS

A apresentação dos resultados se divide em duas partes: a descrição do perfil das MPE's e posteriormente Razões de sobrevivência empresarial.

6.1 Descrição do perfil das Micro e Pequenas Empresas de Capão da Canoa/RS

Os resultados da pesquisa revelam informações sobre o porte da empresa, o setor de atividade, os principais produtos e serviços comercializados e também o número de funcionários.

Primeiramente, os empresários foram questionados sobre o produto (bem ou serviço) mais importante da sua empresa em termos de faturamento o que possibilitou observar que isso está bem claro para os empresários analisados o que facilita a prática de inovação para as empresas.

Segundo Chiavenato (1995), quanto ao ramo de atividade as empresas são divididas em três tipos de categorias: empresas industriais, empresas comerciais e prestação de serviços. A primeira categoria se refere àquelas que efetuam as transformações de matérias primas em produtos acabados, produções de bens e serviços; a segunda categoria diz respeito às empresas que vendem mercadorias diretas ao consumidor. Por último, a categoria de prestação de serviços condiz com aquelas que oferecem seus trabalhos especializados, como lazer, comunicação, manutenção, transporte e outros itens. Identificou-se na primeira parte do questionário, que os ramos de atividades das empresas são muito variados, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Ramos de atividade e quantidade de colaboradores das empresas da Confraria Business

Confraria Business		
Quantidade	Principais produtos e Serviços	Número de funcionários
1	Projeto Arquitetônico	0
1	Serviços educacionais	6
1	Medicamentos	2
1	Software e equipamentos de informática	4
1	Programa de TV e Revista	5
1	Brinquedos, material escolar e utilidades	9
1	Calçados e Confecções	30
2	Móveis Planejados	4 e 7
1	Alimentos	Não respondeu
1	Construção de casas de madeira e ferragem	5
1	Vendas e Locações de imóveis	2
1	Serviços contábeis	13
1	Vendas de imóveis de alto padrão	Não respondeu
1	Venda de veículos	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

As empresas participantes da Confraria Business são na sua grande maioria da categoria de comércio e serviços. As empresas comerciais analisadas atuam com a venda de produtos diversos e as empresas do setor de prestação de serviços abrangem as áreas de contabilidade, arquitetura, educação, sistemas e outros.

Na realidade do município de Capão da Canoa, temos a evidência de que as microempresas são a grande maioria, as que geram mais emprego e renda para o município, as empresas de serviços, por sua vez dominam o mercado. Grande parte das empresas do setor de serviços estão ligadas ao setor da construção civil, como prestadoras de serviço, conforme verifica-se na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Composição do Mercado por Setor e Porte por Número de Funcionários – 2015

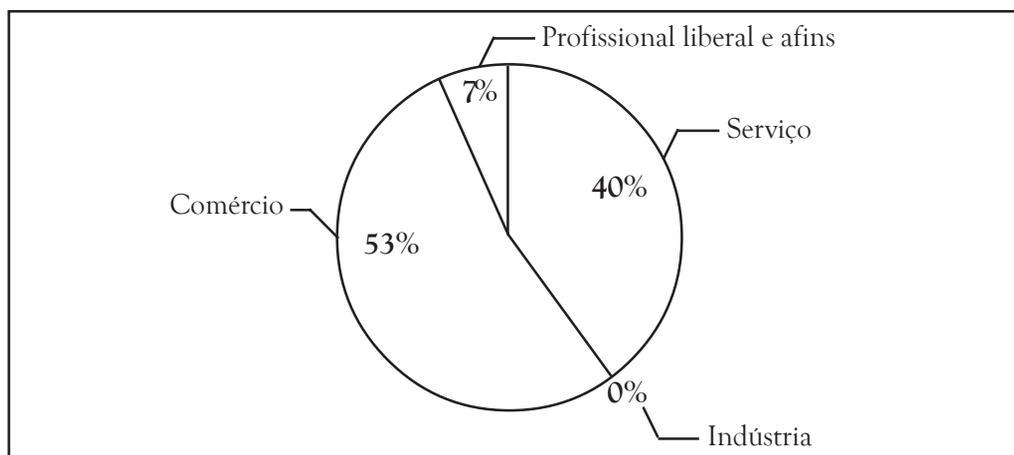
Setor	Microempresa	Pequena empresa	Média e Grande empresa
Indústria de transformação	298	4	
Construção civil	537	5	
Comércio	2.166	87	9
Serviços	2.320	97	10
Agropecuária, Extração vegetal, caça e pesca		27	
Total	5.348	193	19

Fonte: Adaptado de Perfil das cidades Gaúchas (SEBRAE, 2017).

O número de colaboradores nas empresas varia de um até 30 funcionários de acordo com o ramo de atividade. Já o faturamento, respondido apenas por 8 empresas, aponta a falta de informação da amostra no momento de preencher o questionário. Observou-se ainda que a receita varia consideravelmente no grupo de empresários, partindo de R\$ 40.000,00 até R\$ 1.500.000,00 o que indica que os respondentes são micro e pequenas empresas, público alvo da pesquisa.

Para Dallabrida (2010), o desenvolvimento econômico local é um processo endógeno, responsável por promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. O atual estágio de globalização é resultado da capacidade da sociedade em estruturar-se e mobilizar-se de acordo com suas prioridades e especificidades na busca pela competitividade em meio a grandes e rápidas transformações no ambiente externo da empresa. A amostra analisada está relacionada à realidade do município, a distribuição das empresas por ramo de atividade é apresentado no Gráfico 1.

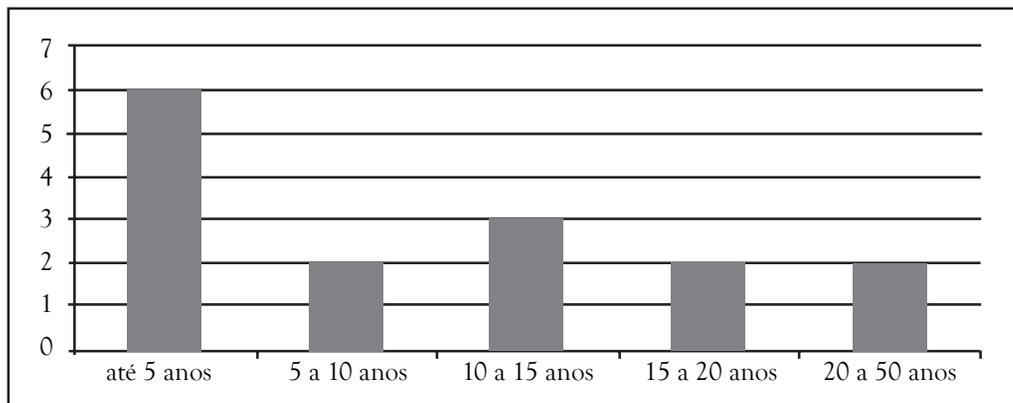
Gráfico 1 – Ramo de Atividade das Empresas



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Em relação a maturidade das empresas, temos uma variação grande. Destacam-se as empresas com menos tempo de existência, como é possível observar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Maturidade das Empresas



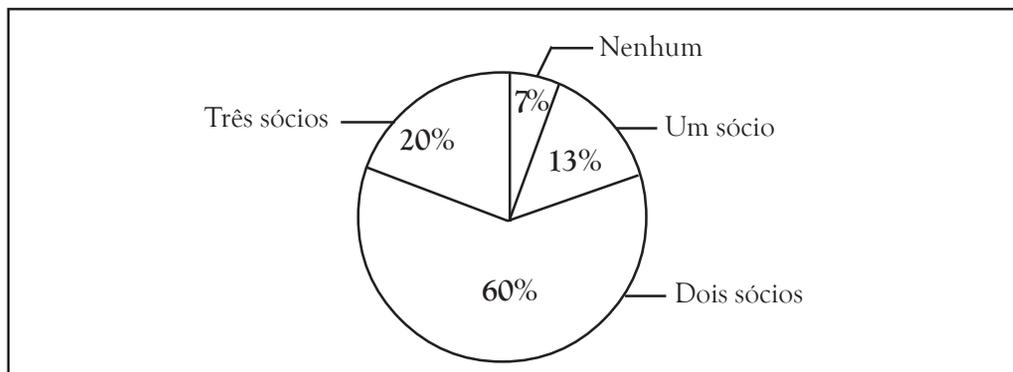
Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Entre as empresas com menos tempo de existência, ou seja, até cinco anos de sua data de criação, correspondem a 40% da amostra. De acordo com o SEBRAE (2007), 22% das empresas encerram suas atividades com até dois anos de funcionamento. Se consideradas as empresas com até quatro anos de existência, os índices sobem para 59,9%.

No que se refere a empreendedorismo, Sarkar (2008, p. 26) define empreendedorismo como um “[...] processo de criação e/ou a expansão de negócios que são inovadores ou que nascem a partir de oportunidades identificadas”. O típico perfil empreendedor é aquele com elevada criatividade, boa motivação e pré-disposição a riscos e incertezas, ou seja, o perfil empreendedor influencia muito a inovação nas organizações.

Quanto ao número de sócios por empresa, este está relacionado muitas vezes ao porte das empresas, pela segmentação e principalmente aos familiares. Nas empresas analisadas, como pode-se ver no Gráfico 3, apresenta em sua grande maioria, dois sócios.

Gráfico 3 – Número de Sócios



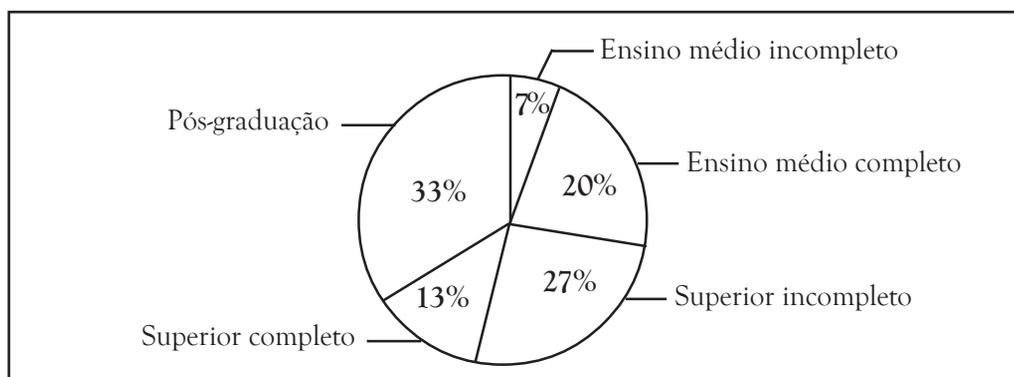
Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Em relação aos familiares, 47% dos empresários responderam que possuem membros da família trabalhando na empresa, ou seja, uma boa parte das empresas incluem seus familiares em suas equipes. Desta forma, questionou-se também o número de familiares atuando na empresa. O resultado surpreendeu, pois 57% das empresas possuem de 3 a 5 familiares trabalhando nas empresas. Por sua vez, 43% possuem de 1 a 3 familiares em atividade.

Os gestores das empresas analisadas possuem idades bem variadas, sendo que 34% dos empresários possuem entre 31 e 40 anos, quase o mesmo percentual temos os gestores com idade de 41 a 50 anos, estas duas faixas etárias representam os gestores mais maduros. Porém, uma parte, bem significativa são bem jovens, característica de empresas inovadoras. Destaca-se que 20% das empresas possuem gestores bem jovens, com idade de até 20 anos e ainda, 13% das empresas analisadas possuem gestores de 21 a 30 anos.

Em relação à escolaridade dos gestores das empresas analisadas, os resultados apresentaram uma realidade interessante, pois o grau de instrução dos empresários geralmente condiz com seu perfil inovador, uma vez que proporciona conhecimentos que possam ser aplicados em seus negócios. O que normalmente acontece é os empresários terem *know how* adquirido de sucessões familiares ou por terem trabalhado em empresa privada. O Gráfico 6 apresenta a escolaridade desses gestores.

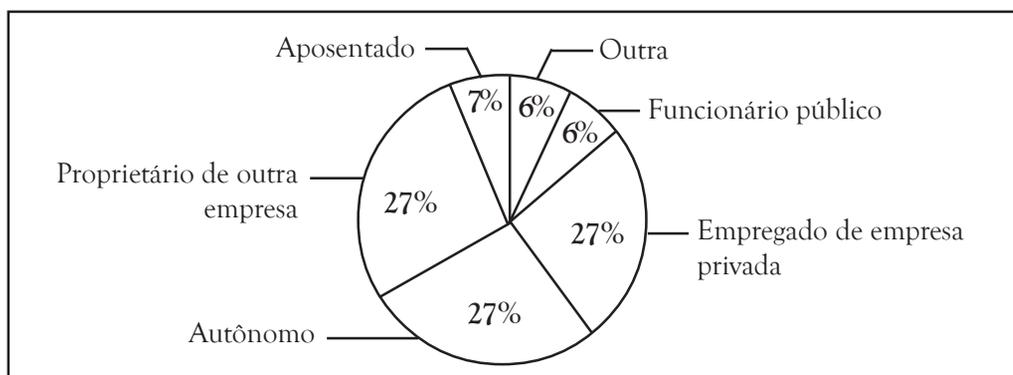
Gráfico 4 – Escolaridade dos Gestores



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Por meio da análise do grau de escolaridade dos gestores que estão à frente das organizações, observa-se que boa parte deles, ou seja, 33% possuem Pós-graduação. Ao analisar a atividade exercida antes de montar o negócio, pode-se observar que predominou entre as atividades, os gestores que eram empregados de empresa privada antes de abrir seu negócio, autônomo ou proprietário de outra empresa formam um conjunto de 81% dos respondentes.

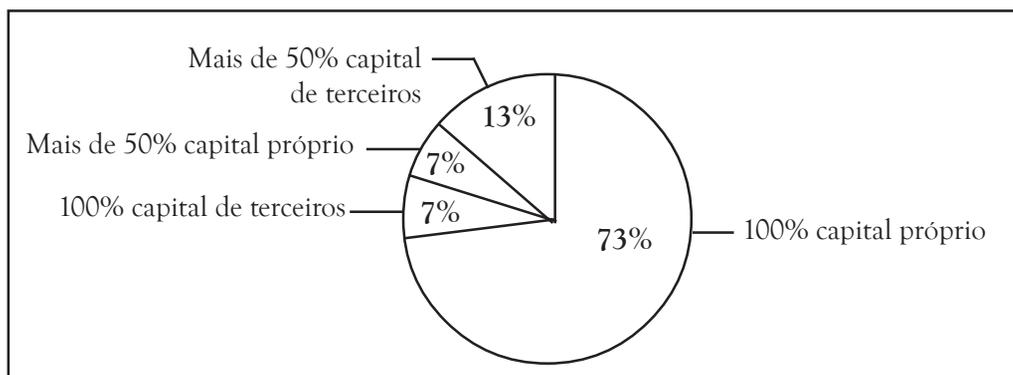
Gráfico 5 – Atividades Exercidas Antes de Montar o Negócio



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

No processo de abertura das empresas, os empresários recorreram mais ao capital próprio do que capital de terceiros (Gráfico 6). Desse modo, pode-se identificar que 73% iniciaram seus negócios com capital próprio. De acordo com Dornelas (2017), a maioria dos empreendedores acreditam que o mais difícil no processo de empreender é a obtenção de capital inicial para o negócio. É uma queixa geral dos empreendedores a restrição ao crédito no país, porém quando conseguem o investimento ou o financiamento sentem-se vitoriosos. Para isso ocorrer, as fases de concepção da ideia (inovação) e elaboração do plano de negócios devem ocorrer com êxito.

Gráfico 6 – Início das Atividades das Empresas



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Em relação aos estudos prévios antes de implantar as empresas, as informações coletadas no estudo revelou uma preocupante realidade, um quadro crítico considerando a realidade observada em empresas bem sucedidas, 80% dos empresários não realizaram pesquisa de mercado antes de abrirem seus negócios e ainda 80% das empresas analisadas não estudaram a viabilidade financeira de seus negócios. Para Sarkar (2008), um plano de negócio deve ser desenvolvido para explorar uma oportunidade, é importante para planejar a ideia do negócio e prever eventuais dificuldades além de contribuir para identificar e

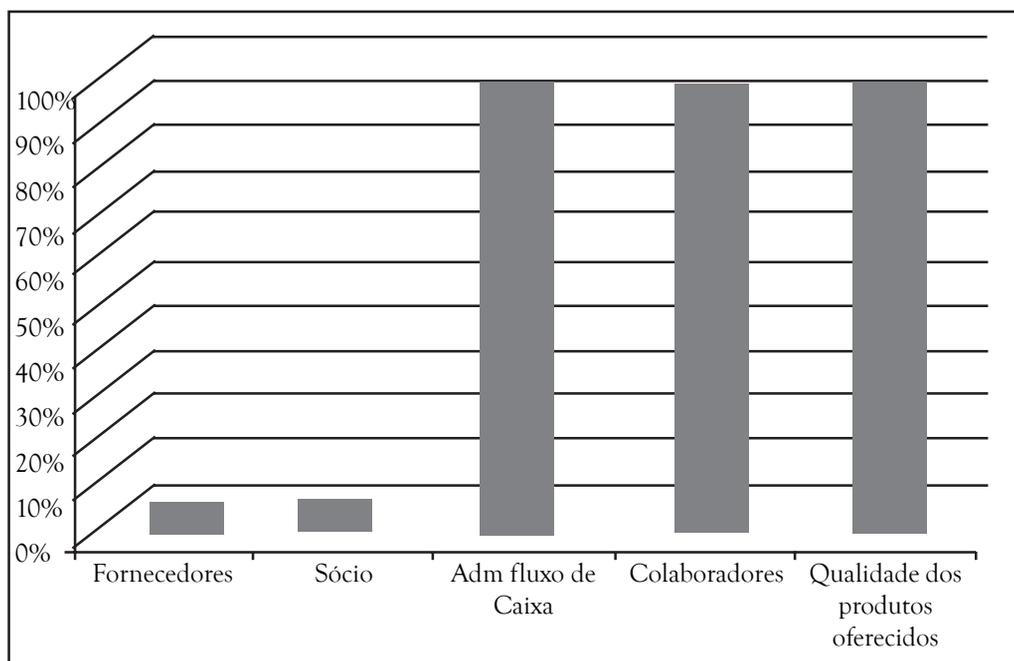
gerir todos os recursos da empresa. O plano de negócio a ser desenvolvido antes da abertura do negócio é importante para a sobrevivência empresarial.

6.2 Razões de sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas de Capão da Canoa/RS

Para identificar as principais razões de sobrevivência empresarial, os empresários foram questionados sobre as seguintes questões: i) Quais os problemas mais frequentes encontrados pela sua empresa? ii) Quais os aspectos que mais tem contribuindo para a sobrevivência da sua empresa? iv) Quais os principais desafios que prejudicam a sustentabilidade econômica de sua empresa?

Quando questionados sobre os problemas mais frequentes encontrados nas empresas, os empresários tiveram que classificar as respostas por ordem de importância, ou seja, foram expostos de 1 a 5 tipos de problemas, entre eles: i) Qualidade dos produtos e serviços oferecidos; ii) Colaboradores; iii) Fornecedores; iv) Sócios e v) Administração do fluxo de caixa (falta de sincronia entre receitas e despesas). Dentre os tipos de problemas citados, eles tiveram que indicar o problema mais enfrentado por sua empresa até o menos encontrado. Desta forma, tem-se o Gráfico 7, que apresenta os problemas mais frequentes encontrado nas empresas respondentes.

Gráfico 7 – Problemas Mais Frequentes Encontrados Pelas Empresas



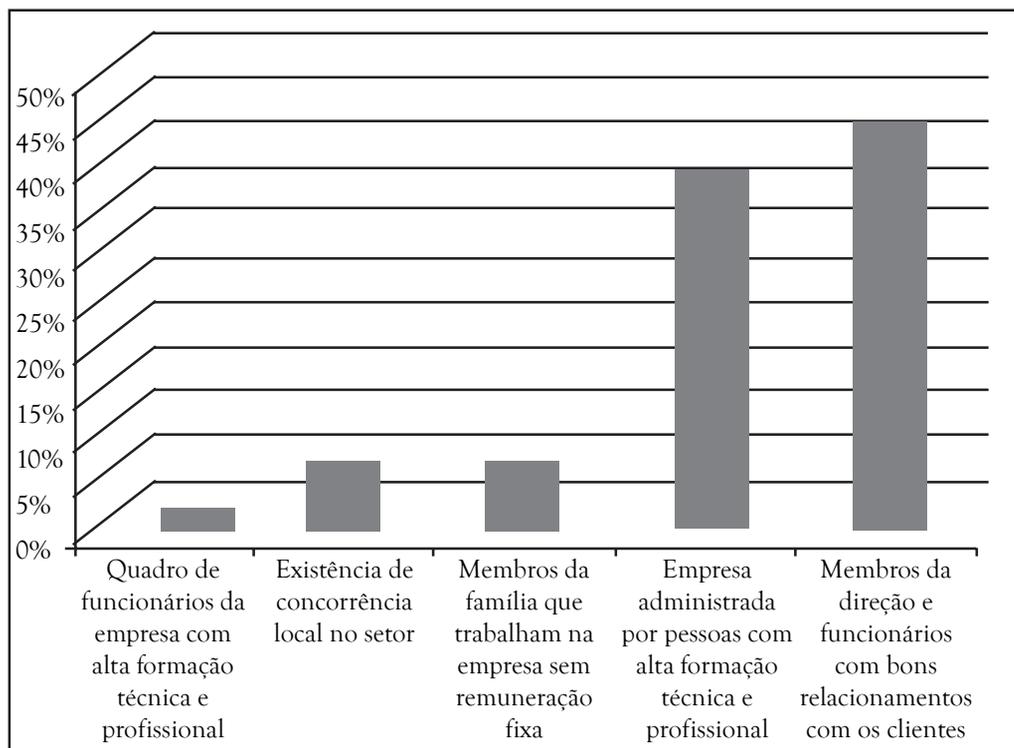
Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Em análise aos resultados, pode-se observar que o problema com maior índice de importância apontado pelos respondentes é a qualidade dos produtos, sendo considerado o problema mais frequente encontrado nas empresas, o que representa 40% dos respondentes, ou seja, seis empresas da amostra. Já o problema considerado como o se-

gundo de maior incidência nas empresas, refere-se aos colaboradores, o qual foi apontado por 33% dos respondentes. Depois dos problemas com a qualidade dos produtos, o segundo problema que afeta as empresas são as pessoas. Por sua vez, o terceiro problema mais frequente encontrado pelos empresários é a administração do fluxo de caixa, a sincronização entre receitas e despesas. Este problema foi apontado por 27% dos empresários, representando também um problema que merece atenção dos empresários. Em relação aos problemas fornecedores e sócios não foi considerado pelos empresários como importante problema a ser visto.

Quando questionados sobre quais os aspectos que mais tem contribuindo para a sobrevivência da sua empresa, os empresários tiveram que classificar as respostas por ordem de importância, ou seja, foram expostos cinco aspectos: i) Membros da família que trabalham na empresa sem remuneração fixa; ii) Membros da direção e funcionários com bons relacionamentos com os clientes; iii) Empresa administrada por pessoas com alta formação técnica e profissional; iv) Quadro de funcionários da empresa com alta formação técnica e profissional e v) Existência de concorrência local no setor. Os respondentes deveriam sinalizar os aspectos que consideravam mais importantes, ou seja, os que mais contribuíssem para a sobrevivência da empresa. Desta forma, o Gráfico 8 representa os aspectos que mais contribuem para a sobrevivência das empresas de acordo com o julgamento dos empresários.

Gráfico 8 – Aspectos que contribuem para a Sobrevivência das Empresas

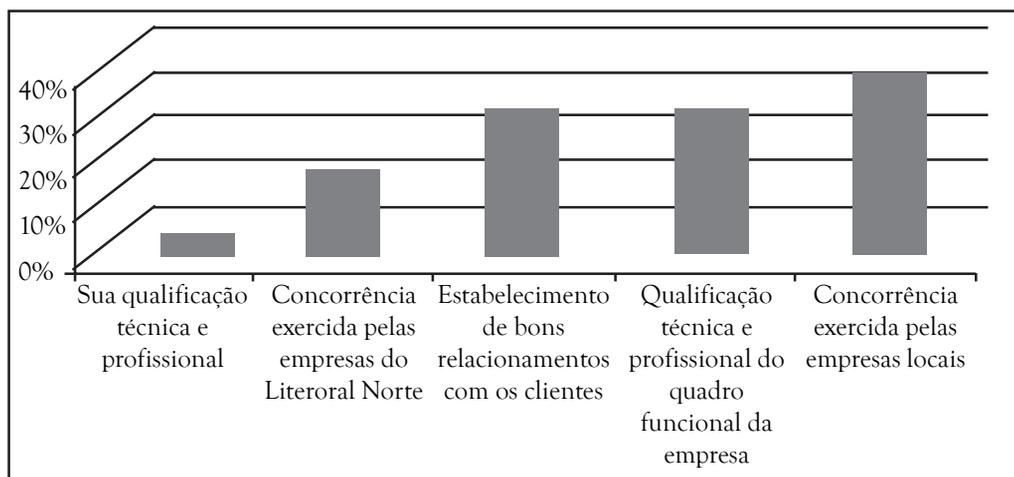


Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

De acordo com os resultados, observa-se que o aspecto que mais contribui para a sobrevivência das empresas na visão dos empresários é o fato dos membros da direção e funcionários possuírem bons relacionamentos com os clientes e, por conseguinte, o aspecto considerado o segundo mais importante é a empresa administrada por pessoas com alta formação técnica e profissional representando esta opinião 40 % dos respondentes. Já o aspecto membros da família que trabalham na empresa sem remuneração fixa e existência de concorrência local no setor, foram poucos considerados como sendo importante como aspecto que contribui para a sobrevivência. Por fim, o aspecto quadro de funcionários da empresa com alta formação técnica e profissional não foi considerado um aspecto relevante como contribuição para a sobrevivência.

Ao serem questionados a respeito dos principais desafios que prejudicam a sustentabilidade econômica de sua empresa, os empresários tiveram que classificar as respostas por ordem de importância, ou seja, foram expostos cinco desafios prejudiciais a sustentabilidade econômica da empresa, entre elas: i) Concorrência exercida pelas empresas locais; ii) Concorrência exercida pelas empresas do Litoral Norte; iii) Estabelecimento de bons relacionamentos com os clientes; iv) Sua qualificação técnica e profissional e v) Qualificação técnica e profissional do quadro funcional da empresa. Em razão disso, os respondentes deveriam sinalizar os desafios que consideravam mais importantes, ou seja, os desafios que em sua gestão empresarial eram considerados como mais importantes. Deste modo, o Gráfico 9 representa a ordem desta visão, apontada pelos respondentes acerca dos desafios que prejudicam a sustentabilidade econômica de sua empresa.

Gráfico 9 – Desafios que Prejudicam a Sustentabilidade Econômica das Empresas



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Os resultados demonstram que concorrência exercida pelas empresas locais é o desafio mais importante na visão dos empresários, representando 33,33% dos respondentes. Para Lima (2013), atualmente o grande desafio para os empresários é a concorrência, a qual está cada vez maior e mais ágil em suas ações, o que coloca os consumidores a frente de inúmeras escolhas tornando a conquista dos clientes muito mais difícil.

Os desafios de estabelecer bons relacionamentos com os clientes e a qualificação técnica e profissional do quadro funcional da empresa obterão o mesmo grau de importância na visão dos empresários da amostra, como sendo um desafio importante a ser enfrentado para atingir a sustentabilidade das empresas. Já a concorrência exercida pelas empresas do Litoral Norte não teve muita relevância em termos de desafios da sustentabilidade econômica, conforme apontado pelos empresários.

Por último, a qualificação técnica e profissional do empresário não é considerada um desafio para a sustentabilidade econômica em sua opinião. Por meio do estudo pode-se identificar os principais problemas enfrentados pelos empresários para se manterem no mercado. As empresas analisadas no estudo também expuseram os principais fatores que contribuem para a sobrevivência e por fim, os desafios que os empresários possuem para se manterem sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de contribuírem significativamente para a economia brasileira, as micro e pequenas empresas (MPE's) também são responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico das regiões em que atuam. No entanto, é notória a dificuldade que os empresários possuem para sobreviver frente a um mercado altamente competitivo, com clientes cada vez mais exigentes. Assim, a sobrevivência das MPE's torna-se um desafio tanto para os empreendedores, quanto para os elos envolvidos em sua cadeia. A busca por novos modelos de negócios é primordial.

Foi possível identificar por meio dos resultados obtidos que a qualidade dos produtos e serviços é um dos fatores que necessita maior atenção por parte dos empresários para a sobrevivência de suas empresas, já que o relacionamento com os clientes se apresentou como ponto principal e a concorrência local é encarada como o principal desafio para a sustentabilidade econômica dos negócios.

Para as empresas da amostra, ficou claro que para elas o fator mais importante em termos de sobrevivência empresarial, considerando ser um dos problemas mais frequentes encontrados por eles, é a qualidade dos produtos e serviços oferecidos e posteriormente os colaboradores e administração do fluxo de caixa. A questão financeira é algo que os empresários não gostam de comentar e até mesmo fornecer as informações, isto gera um problema para a gestão das empresas, pois a falta de conhecimento sobre o setor financeiro, dificulta a tomada de decisões.

Um aspecto que chama atenção nos resultados do estudo é ser considerado pela maioria dos empresários como fator que mais contribui para a sobrevivência empresarial o bom relacionamento dos membros da direção e dos colaboradores com os seus clientes. Por sua vez, o quadro de funcionários com alta formação técnica e profissional e a existência de concorrência local no setor são aspectos deixados de lado pelos empresários enquanto fator que contribui para a sobrevivência empresarial. Portanto, para estudos futuros sugere-se a análise de outros grupos de empresários e também a análise dos segmentos e porte de empresas.

REFERÊNCIAS

- BIRYUKOV, V. V.; ROMANENKO, E. V.; PLOSKONOSOVA, V. P. *Territorial Mechanisms of Innovative Development of Small and Medium-Sized Business Sector: A Value-Oriented Approach*. *Indian Journal of Science and Technology*, v. 9, n. 37, out. 2016.
- CAMPOS, G. M.; SANTOS, A. MARTINS. G. A.; Relação entre fatores do estado contínuo e fatores da sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ambiental. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Paraná, v. 32, n. 3, p. 73-90, set./dez. 2013.
- CHIAVENATO, I. *Vamos abrir um novo negócio?* São Paulo: Makron Books, 1995.
- CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *A integração na busca do desenvolvimento sustentável do litoral*. Torres: COREDE Litoral, 2002.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. *Manual de Desenvolvimento dos Municípios* - Brasília: CNM/SEBRAE, 2011.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DALLABRIDA, V.R. *Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- DORNELAS, J. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 6. ed. São Paulo: Empreende/Atlas, 2017.
- DRUCKER, P. F. *Desafios Gerenciais para o Século XXI*. São Paulo: Cengage Learning, 1999.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.
- GUIMARÃES, F. B. *Manual de implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em seu município*. Belo Horizonte: Sebrae-MG 96 p., 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Inovação 2011 (PINTEC)*. Rio de Janeiro, 2013.
- JUNG, C. F. *Metodologia para pesquisa e desenvolvimento. Aplicada a novas tecnologias, produtos e processos*. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.
- LIMA, A. *Como conquistar, fidelizar e recuperar clientes: gestão do relacionamento*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY J. W. *Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial*. São Paulo: Makron Books, 1997.
- COSTA NETO, E. M.; LONDERO, J. C.; MASSENA, F. S. *Novos olhares para o desenvolvimento regional sustentável: caminhos e perspectivas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- MALHOTRA, N. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- OCDE. *Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico. Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. Tradução FINEP. 3ed. 2005.
- OLIVEIRA, Marco A. F. *Gestão Empresarial e Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: Verlag, 2015.
- PEREIRA, M. F. et al. Fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. *RAI - Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2009.
- PINTEC. *Pesquisa de Inovação 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- PORTER, M. E. *Vantagem Competitiva: criando valor e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

- REIS, D. *et al.* *Empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável*. In: CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO. V. 14, N.2, p. 14-24, JUL/DEZ. 2006.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SARKAR, S. *O empreendedor inovador: faça diferente e conquiste seu espaço no mercado*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- SANTINI, S. *et al.* Fatores de mortalidade em micro e pequenas empresas: um estudo na região central do Rio Grande do Sul. *Revista eletrônica de estratégias & negócios*, Santa Maria, v. 8 n. 1, 2015.
- SEBRAE. Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros. Disponível em : <http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/Home.do> Acesso em set/2016.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. *Lei Geral da Micro e Pequena empresa: Conheça as mudanças, os procedimentos e os benefícios*. Brasília: SEBRAE/SP, 2007.
- _____. *Taxa de Sobrevivência nas empresas no Brasil*. Coleção de Estudos e Pesquisas. Brasília: Unidade de Gestão Estratégica – UGE, 2011.
- _____. *Perfil das cidades gaúchas: Capão da Canoa*. Ambiente digital SEBRAE. 2017. Disponível em: < http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades/Perfil_Cidades_Gauchas-capao_da_canoa.pdf> Acesso em 12 fev. 2018.
- SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Usaid, 1964.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2005.
- _____. *Desenvolvimento econômico*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SILVA NETO, A. T. S; TEIXEIRA, R. M. *Inovação de Micro e Pequenas Empresas: Mensuração do Grau de Inovação de Empresas Participantes do Projeto Agentes Locais de Inovação*. BBR Brazilian Business Review, Vitória, v. 11, n. 4, p. 1-29, jul./ago. 2014.

FATORES QUE INFLUENCIAM A ESCOLHA PROFISSIONAL: ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REGIÃO DO PARANHANA/RS EM QUESTÃO

Jacques André Grings¹

Carlos Fernando Jung²

INTRODUÇÃO

Quem nunca escutou na infância alguém perguntar: o que você será quando crescer? Mas para responder esse questionamento primeiramente deve-se pensar: quem sou? A partir dessa indagação, é possível fazer um projeto de futuro, real ou fantasioso (LISBOA, 1997). Durante o período escolar, o jovem vai se descobrindo, vai traçando sonhos pessoais, enfim, vai imaginando como será seu futuro, o que será na vida. A escola poderia estimular esse processo de interiorização pessoal do jovem, porém não trabalha em aula questões relacionadas com a personalidade do jovem como: o que ele é? O que ele quer? Do que gosta? Trata-se apenas do currículo, do que é aceito socialmente, do que cairá no vestibular (SOARES, 1987).

Então é nesse mundo onde o real e o fantasioso se misturam que o adolescente desenvolverá sua vocação. Dessa forma, o amadurecimento vocacional, por vezes, pode ser visto como um processo acidentado e irregular, já que os indivíduos de um grupo não são iguais: eles planejam o futuro de maneira diferente, aceitam a responsabilidade ou não, retratando, dessa maneira, traços distintos de personalidades, típicos da adolescência (SUPER e JUNIOR, 1975). É natural que o adolescente negue essa mudança, que tente prolongar a estada na casa dos pais – adolescência prolongada –, que evite tomar decisões, mas, em algum momento, ele terá que encarar essa nova fase de sua vida.

A adolescência traz com ela os desafios desse processo de transição, no qual afloram as angústias e incertezas inerentes ao momento em que vive, já que o fantasioso deverá dar lugar ao real. É nesse contexto que o jovem constrói sua identidade ocupacional e precisa definir qual carreira irá seguir (LISBOA, 1997). Nesse cenário de dúvidas, o adolescente está concluindo o Ensino Médio e se preparando para fazer a escolha profissional. Dias e Soares (2009) afirmam que as constantes mudanças no mundo do trabalho, somadas a um aumento expressivo da oferta de cursos de nível superior no Brasil, podem contribuir para tornar a escolha profissional um desafio ainda maior.

Muitas pessoas perseguem, durante boa parte da vida – ou por toda ela –, aquela profissão perfeita, que lhe proporcionará satisfação, tanto pessoal quanto financeira. Porém escolher a profissão não é tarefa simples. Os desafios da escolha profissional se perpetuam em gerações, são muitas expectativas da família, da sociedade e do próprio sujeito,

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT/RS. E-mail: jacques.grings@gmail.com

² Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. E-mail: carlosfernandojung@gmail.com

uma vez que os familiares imaginam e planejam o futuro do jovem, muitas vezes, ainda quando crianças (SOARES, 2007). São esperanças criadas em torno do indivíduo desde muito cedo e que podem gerar mais dúvidas e incertezas no momento de fazer a escolha profissional.

Pode-se entender que o sentimento de dúvida é típico do ser humano, e o jovem sofre com a pressão de ter que tomar a decisão importante de escolher o seu futuro profissional. Considerando que praticamente toda tomada de decisão apresenta um risco de fracasso e que o jovem terá que lidar com a ambiguidade (LEVENFUS, 1997), é natural que em alguns casos venha a se arrepender de suas escolhas. A opção por uma formação que não atenda as suas expectativas pode levar o jovem a trocar de curso ou até mesmo conduzi-lo à desistência. Nesse cenário de incertezas, dificilmente os jovens seguem as carreiras escolhidas no colegial ou na universidade e ficam dando passos sucessivos na tentativa de encontrar um lugar no mercado do trabalho (SUPER e JUNIOR, 1975).

Dessa forma, tomar uma decisão tão importante em uma idade em que o adolescente ainda está se descobrindo pode não ser uma tarefa muito simples, pois terá que decidir se irá cursar o Ensino Superior, em qual instituição irá estudar e qual carreira seguirá. São decisões complexas, típicas do sentimento dúbio causadas pelo processo de decisão, que podem ser comparadas a “[...] um rio caudaloso que recebe de seus numerosos tributários as premissas que passam a integrar a torrente” (SIMON, 1970, p.14). Deverá também se perguntar: será que existe mercado de trabalho para a profissão que escolhi?

Enfim, são decisões a serem tomadas, observando-se que grande parte de nós não se sente a vontade para fazer escolhas complexas. Essas definições apresentam grandes riscos, complexas considerações e nos expõem à apreciação de outras pessoas (HAMMOND, KEENEY e RAIFFA, 1999). O próprio ato da escolha, de ter que optar por alguma coisa em detrimento de outra, passa a sensação de perda, pelo fato de que várias opções tiveram que ser deixadas de lado. No entanto, a perda é aqui vista apenas no sentido figurado, pois, na realidade, o correto sentido é o de transformação, de mudança, de passagem para uma nova fase da vida (GIMENEZ, 2009).

Assim, o artigo buscou analisar os fatores que influenciam os adolescentes na escolha profissional. Para que isso fosse possível, foram realizados dois estudos. O primeiro consistiu em investigar os fatores que influenciam os adolescentes concluintes do Ensino Médio da região do Paranhana/RS, na escolha da profissão, da instituição de Ensino Superior e do curso de graduação. Já o segundo estudo tratou de analisar esses fatores a partir da ótica de diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos das escolas de Ensino Médio da região em estudo.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado na região do Paranhana/RS, sendo formada pelos municípios de Taquara, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Rolante e Riozinho. Em seus seis municípios, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a região possuía 185.475 habitantes, apresentando um aumento de 10% em comparação com o censo de 2000.

A região do Paranhana é uma microrregião do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e se distribui ao longo das rodovias RS 239 e RS 115, demandando a região das Hortênsias e o Litoral Norte. Inicialmente, essa região foi povoada por indígenas de etnia Guarani, que acabaram sendo sucedidos por colonos lusos no município de Taquara, observando-se que, *a posteriori*, foram suplantados por povos germânicos. Com a colônia estabelecida, a região ainda recebeu imigrantes italianos e da Europa Central, configurando, assim, uma população dedicada à agricultura e à produção de instrumentos agrícolas (COREDEPES, 2010). A região do Paranhana caracteriza-se, no aspecto econômico, por pequenas, médias e grandes indústrias, com destaque para as de calçados, produtos alimentícios, móveis, metal, madeira e têxteis (FEE, 2009).

A pesquisa foi composta por dois estudos, com dois grupos distintos de indivíduos. O primeiro estudo foi realizado com todos os adolescentes concluintes do Ensino Médio da região do Paranhana/RS. Já o segundo estudo teve como indivíduos os diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos dessas 18 escolas. Foi decidido aplicar uma entrevista com esses indivíduos devido à *expertise* adquirida por esses profissionais. Entende-se que o fato desses profissionais terem um contato direto com os alunos, confere-lhes uma visão mais panorâmica sobre o tema da pesquisa. Dessa forma, o primeiro estudo foi formado por 1.328 indivíduos de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 15 e 20 anos, o que corresponde a 100% dos alunos que estudavam no ano de 2016 nas 18 escolas de Ensino Médio da região do Paranhana/RS. Dessas 18 escolas de Ensino Médio, três são particulares e 15 públicas.

Desses alunos, 734 deles (55%) eram do público feminino e 594 (45%) masculino. De forma que se tornasse possível melhor compreender e contextualizar o cenário em que os estudantes estavam inseridos na realidade escolar, foram categorizados conforme definição das escolas. Assim, dos 177 alunos que estudavam em escolas particulares, 119 eram do gênero feminino e 58 do masculino. Já em relação aos alunos que cursavam o Ensino Médio em instituições públicas, em número de 1151, 615 deles eram do público feminino e 536 do masculino.

Para o levantamento de dados junto aos entrevistados, utilizou-se a abordagem quali-quantitativa. Quando a amostra for grande - na presente pesquisa foi 100% - e considerada representativa do universo, os resultados que forem encontrados podem retratar a realidade de toda população entrevistada (FONSECA, 2002). Na elaboração do instrumento de pesquisa e análise, empregou-se a abordagem qualitativa, que facilita a descrição da complexidade de um problema, ao mesmo tempo em que possibilita interpretar particularidades e condutas de indivíduos (OLIVEIRA, 2001). Como instrumento para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado, contendo 9 perguntas abertas e fechadas.

O segundo estudo foi realizado com 18 representantes das escolas de Ensino Médio da região do Paranhana/RS. Desses, 3 são de escolas particulares e 15 de escolas públicas. No município de Taquara, existem 9 escolas de Ensino Médio, sendo 3 particulares e 6 públicas. No município de Parobé, são 4 escolas, todas elas públicas. Em Igrejinha, há duas escolas públicas. Já em Rolante, Três Coroas e Riozinho, existem em cada município apenas uma escola pública de Ensino Médio.

Como instrumento de pesquisa, utilizou-se um roteiro de entrevista, semiestruturado, composto por perguntas abertas, desenvolvidas a partir dos resultados encontrados no primeiro estudo. Os questionamentos foram feitos durante entrevistas semipadronizadas, as quais duraram em média uma hora, realizadas nas dependências das próprias escolas. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas. A análise dos dados se deu com base na metodologia de Bardin (2011), consistindo na elaboração de quadros-síntese a partir das congeneridades encontradas em relação aos fatores que influenciam os alunos concluintes do Ensino Médio na escolha da profissão, da IES e do curso de graduação.

REVISÃO DA LITERATURA

A transição da infância para a adolescência pode ser vista como um dos processos mais complexos para o indivíduo devido a mudanças pelas quais ele terá que passar. Essas mudanças geram inseguranças e instabilidades típicas dessa nova fase. As transformações pelas quais o ser humano terá que passar podem ser tanto de ordem biológica – corporais – quanto de âmbito social. As mudanças sociais estão relacionadas com novas posturas do indivíduo, uma vez que ele terá que apresentar um comportamento adulto e assumir responsabilidades. É nesse período permeado por indefinições que o adolescente se depara com a necessidade de se inserir no mercado de trabalho e escolher a futura profissão (LISBOA, 1997).

A escolha profissional não pode ser vista simplesmente como um ato normal, algo corriqueiro. Ela implica escolher uma carreira em detrimento de outra, e isso, em algum momento de sua vida, pode gerar frustração, já que poderá vir a se perguntar: por que não escolheu a outra. “Portanto, quem escolhe não está escolhendo “com o que” trabalhar, está definindo ‘para que’ fazê-lo, está pensando num sentido para a sua vida, está escolhendo um ‘como’, delimitando um ‘quando’ e ‘onde’, isto é, está escolhendo o inserir-se numa área específica da realidade ocupacional” (BOHOSLAVSKY, 1998, p. 56).

É necessário também considerar que o jovem está saindo da casa dos pais cada vez mais tarde. Esse fato é percebido no mundo todo, não somente no Brasil. É o que Levenfus (1997) chama de adolescência prolongada. Esse fenômeno, conforme a autora, pode ser definido como um processo patológico, que, ao invés de deixar a adolescência para trás, acaba sendo transformado em um modo de vida. A adolescência prolongada dessa maneira acaba atrasando o desenvolvimento natural do jovem e pode não contribuir para o seu amadurecimento vocacional.

Uma escolha madura, conforme entendimento de Bohoslavsky (1998) depende de aceitar os conflitos internos e não de negá-los. Passa pela ideia de que o adolescente não deve identificar somente seus próprios gostos e interesses, mas também o mundo exterior, as profissões e as ocupações. Assim sendo, “o amadurecimento vocacional parece ser um processo acidentado e irregular, uma vez que o status dos indivíduos de um grupo varia em traços, como tendência para planejar com vistas ao futuro, aceitação da responsabilidade e consciência das contingências [...]” (SUPER e JUNIOR, 1975, p.144).

A maturidade vocacional pode ser evidenciada nos adolescentes a partir de suas escolhas profissionais, visto que é na fase de transição entre o Ensino Médio e o Superior que deve tomar decisões importantes caso escolha seguir a carreira acadêmica (SUPER e

JUNIOR, 1975). Considerando que geralmente quem escolhe é um adolescente e que ele irá se deparar com muitas mudanças em um momento tão conturbado de sua vida, Bohoslavsky (1998) mostra-se surpreso com o fato de que esse sujeito consiga realizar essas escolhas e definir sua identidade ocupacional.

O indivíduo geralmente paga um preço alto pela falta de experiência nas tomadas de decisão, pois ele não foi preparado para isso. Mesmo que acerte em alguma escolha, isso não é garantia de que irá acertar na próxima (HAMMOUND, KEENEY e RAIFFA, 1999). Já Greca (1998) considera que tomar decisão proporciona ao sujeito o poder do exercício da liberdade, visto que ele determina não somente o seu presente, mas principalmente o seu futuro, porém essa liberdade de escolha implica também ser responsável pelas consequências de suas decisões. Dessa forma, torna-se importante considerar também que as várias opções de escolha, por vezes, contribuem para florescer o sentimento de dúvida no ser humano.

Muitas vezes, também o adolescente quer passar uma imagem de pessoa adulta, responsável e madura em suas decisões, mas continua lutando para realizar seus sonhos. Vai assim adiando a passagem para a vida adulta – adolescência prolongada - o máximo que consegue. Quando se depara com o momento de tomada de decisão, de decidir seu futuro profissional, mesmo tendo que considerar as exigências do mercado de trabalho, ele acaba por investir em profissões que lhe dão prazer, satisfação, buscando trabalhar em algo que possa lhe proporcionar realização pessoal (ROCHA, 2010). As escolhas profissionais, muitas vezes, refletem inúmeras fantasias e imaginações trazidas desde a infância. São sonhos de ser alguém que eles aprenderam a referenciar na infância, de ser alguém bem sucedido e respeitado. Assim, por vezes, acabam escolhendo profissões que refletem seus sonhos de infância sem considerar o momento em que se encontra atualmente e a realidade do mercado de trabalho (TORRES, 2001).

Ribeiro (2003) desenvolveu uma pesquisa com 252 jovens estudantes do Ensino Médio em escolas públicas de São Paulo. Esse estudo buscou identificar novas demandas em orientação profissional por parte desses adolescentes. A pesquisa evidenciou que as principais demandas dos jovens estão relacionadas a possibilidades concretas de inserção no mercado de trabalho, visto que se trata de questões que não são acessíveis a eles. O Ensino Superior ainda continua sendo o alvo da maioria dos alunos de Ensino Médio, mas é fato que muitos ainda relacionam a conclusão do Ensino Médio com o ingresso no mercado de trabalho. A tomada de decisão envolve o acúmulo de variadas informações no sentido de contribuir para que seja feita a melhor escolha. Considerando que a propensão da profissão é vista como um problema a ser resolvido, esse processo de discernimento provoca um sentido de mal-estar, e a pessoa mergulha em comportamentos exploratórios de forma a diminuir a tensão (PELLETIER, BUJOLD e NOISEUX, 1985).

Estudos buscam investigar a influência de fatores socioeconômicos na escolha profissional (MARTINS e NORONHA, 2010; BARRETO e AIELLO-VAISBERG, 2007), apontando que a condição econômica menos favorecida influi de forma direta no processo decisório. Nesse contexto, é importante lembrar que os pais que possuem uma condição econômica menos favorecida acabam ocupando cargos com menor remuneração e não reconhecem o trabalho como fonte de satisfação (SOBROSA *et al.* 2015). Assim, é de

se esperar que os filhos não devam sofrer influência dos pais na escolha da profissão e muito menos irão seguir a carreira dos genitores.

A condição econômica da família pode influenciar de forma direta na vida acadêmica e profissional do adolescente. Na realidade brasileira, a maioria dos jovens acaba, por necessidades de sobrevivência, interrompendo os estudos antes de concluir o Ensino Médio devido à premência de se inserir no mercado de trabalho de forma precoce. Porém, uma parcela dos jovens - com condição econômica favorável - consegue continuar os estudos e escolher a profissão de forma consciente, cumprindo o seu ciclo de evolução de forma gradativa e organizada (LISBOA, 1997).

Hutz e Bardagi (2006), a partir de um estudo com 467 adolescentes concluintes do Ensino Médio no município de Porto Alegre, buscaram investigar a influência que os estilos parentais representam sobre a indecisão profissional desses jovens. Os resultados auferidos pela observação atestam que os estilos parentais afetam de maneira significativa na formação de competências essenciais que influenciam a decisão profissional. Dessa forma, fica evidente a representação da família nas interações com o jovem e na maneira como o influencia na escolha da profissão que seguirá, ratificando estudos de Levenfus (1997), o qual ainda ressalta o papel de superprotetores que os pais representam perante os filhos quanto às escolhas.

Buscando compreender a relação entre a autonomia dos jovens e o tipo de relação existente entre pais e filhos durante o período da adolescência, Reichert e Wagner (2007) propuseram um estudo com 168 jovens de quatorze e quinze anos em uma escola de ensino particular em Porto Alegre. A pesquisa evidenciou que a figura materna, mesmo não permanecendo a maior parte do dia junto ao filho, é a que estabelece o maior vínculo de intimidade com o jovem, contribuindo de forma primordial para a educação. A responsabilidade e o afeto são as dimensões que os jovens consideram mais presentes na relação com os pais. Porém, no sentido oposto, aparece a falta de controle dos pais sobre os atos dos filhos.

Gonçalves e Coimbra (2007) investigaram que tipo de influências os pais possuem no desenvolvimento vocacional de seus filhos e quais são os tipos de ações, intencionais ou não, que realizam para apoiar o adolescente no desenvolvimento vocacional. Salienta-se, com o estudo, a forte influência materna no processo de escolha profissional, corroborando a pesquisa de Reichert e Wagner (2007). Essa dependência materna fica ainda mais evidente em países menos escolarizados, onde a figura paterna configura-se de forma apenas ilustrativa. O que ocorre é que, muitas vezes, não se trata apenas de fazer ou não um curso superior: implica o fato de ter que sair da casa dos pais para realizar um curso que não tem perto de casa e que seja parte de um sonho pessoal. As famílias com uma condição econômica mais favorável deverão influenciar os jovens a escolherem se partem em busca do sonho ou se realizam outro curso perto de casa para depois buscarem a realização pessoal (SOARES, 1987).

A família influencia de forma direta no processo de escolha profissional do adolescente (LEVENFUS, 1997; ALMEIDA e PINHO, 2008; ARRUDA e MELO-SILVA, 2010). No entanto, outro fator é apontado em alguns poucos estudos como decisivo nesse processo: a opinião dos amigos (SANTOS, 2005). No entanto, Pereira e Garcia (2007) buscaram analisar as relações de amizade e a possível influência na escolha profissional. Para

tanto, realizaram uma pesquisa com 96 jovens estudantes do Ensino Médio de uma escola particular. O estudo ratificou a influência da família no processo de escolha profissional do adolescente. Existe uma rede de cooperação e de troca de informações com os amigos, mas estes não influenciam de forma significativa na decisão profissional.

Vale destacar que, ao ingressar no Ensino Superior, o adolescente se vê em um novo mundo, em uma nova realidade, sente-se sozinho e abandonado, muito diferente de quando cursava o Ensino Médio. Nesse novo processo de adaptação social que o adolescente se depara, falta-lhe apoio pessoal, o que acaba refletindo de maneira negativa no seu rendimento escolar (HOIRISCH, BARROS e SOUZA, 1993). As escolas de Ensino Médio poderiam tentar auxiliar o aluno nesse momento de transição para o Ensino Superior, porém o que se verifica, na realidade, é uma tentativa de se eximir da responsabilidade sobre a escolha profissional, direcionando essa tarefa à própria família do discente. Essa questão poderia ser resolvida se as escolas de Ensino Médio inserissem em suas grades curriculares o trabalho de orientação profissional (OLIVEIRA, 2000).

A família apresenta-se como fator determinante e influente na escolha profissional do jovem, uma vez que ela pode auxiliar ou mesmo dificultar esse processo. No entanto, a definição da carreira não acarreta somente escolher o que o sujeito irá fazer na maior parte de sua vida: implica também corresponder a seus desejos e a fantasias e, em diversas situações, as de seus familiares (SOARES, 1988). Diferentes fatores podem ser observados como determinantes na escolha profissional do adolescente, entre eles pode-se citar o contexto socioeconômico no qual está inserido, suas crenças, família entre outros. Considerando que a passagem para o mundo adulto e o momento da decisão sobre a carreira gera muitas incertezas ao adolescente, o auxílio da família torna-se muito importante para definir a direção a seguir e a dirimir conflitos (ALMEIDA e PINHO, 2008).

Manaia *et al.* (2013) realizaram uma intervenção com 22 adolescentes e dois coordenadores com o objetivo de facilitar as decisões de carreira e promover a discussão sobre a influência familiar na escolha profissional. Segundo os autores, a família continua exercendo poder de influência no processo de decisão profissional, haja vista que, no estudo, os adolescentes afirmaram que tinham muito medo de não serem aprovados no vestibular e gerarem frustração para a sua família. Os participantes da pesquisa também relataram a angústia de escolherem uma carreira e virem a se arrepender depois, bem como o medo de optar por uma profissão que não lhes ofereça um salário esperado. Enfim, são expectativas do adolescente quanto ao seu futuro profissional, acompanhadas de esperanças e inseguranças. O indivíduo sonha com uma profissão que possa lhe trazer felicidade e realização pessoal, mas, ao mesmo tempo, possui receio de que essa profissão não atenda aos seus sonhos e expectativas (SOARES, 1987).

Esse passa a ser o grande desafio do adolescente, da família e das instituições de Ensino Médio: orientar o jovem a seguir uma profissão que lhe proporcione realização pessoal e que atenda aos seus sonhos e expectativas. Do contrário, pode vir a ingressar em um curso de graduação e descobrir depois que não era isso que queria para sua vida profissional. Dessa forma, pode ter prejudicado outros jovens que gostariam de estar estudando e que tinham mais segurança na escolha do que ele. Conforme afirma Soares (1987, p.57), “Infelizmente, o que tem acontecido no Brasil é que os jovens entram na

universidade e passam de um curso para outro, perdendo seu tempo, às vezes três a quatro anos, até encontrar aquele que realmente desejam seguir”.

A adolescência é vista como um período de construção da identidade vocacional (ANDRADE, MEIRA e VASCONCELOS, 2002) e de passagem para a vida adulta. Nesse período, permeado de volatilidade, de incertezas e de inseguranças, o adolescente precisa tomar importantes decisões que deverão impactar em sua vida profissional (BOHOSLAVSKY, 1998). Diversos são os fatores que influenciam a sua tomada de decisão, alguns com menor e outros com maior impacto.

A família aparece como o fator de maior influência na escolha profissional do sujeito (LEVENFUS, 1997; ALMEIDA e PINHO, 2008; ARRUDA e MELO-SILVA, 2010; ALONSO e MELO-SILVA, 2013), salientando-se que a figura materna é apontada como a que mais influencia o processo de decisão do filho (REICHERT e WAGNER, 2007; GONÇALVES e COIMBRA, 2007; BARDAGI e HUTZ, 2008 e VENTURA e NORONHA, 2014). O adolescente que possui pais desempregados apresenta um menor grau de exploração vocacional (FARIA, 2013), porém pode vir a influenciar de forma positiva na busca por curso superior.

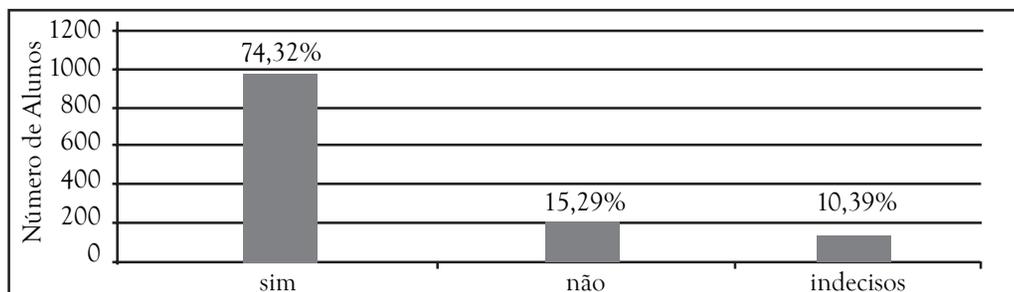
A condição socioeconômica é apontada por diversos autores como fator determinante no processo de escolha profissional (MARTINS e NORONHA, 2010; BARRETO e AIELLO-VAISBERG, 2007; LEAL, MELO-SILVA e TEIXEIRA, 2015), pois os adolescentes que possuem uma condição econômica mais abastada apresentam uma melhor condição de escolha da profissão, diferentemente do adolescente de renda mais baixa, que geralmente acaba por não ter a oportunidade de escolher a profissão. Esse momento de escolher o curso superior é um período de incertezas e angústias, pois, além da existência desses fatores emocionais, o adolescente enfrenta outro desafio, que é a forte competição entre os candidatos, visto que não existem vagas para boa parte dos alunos interessados (OLIVEIRA, 2000).

A dicotomia entre o que a universidade oferta e o mercado de trabalho, gera uma visão distante da realidade, que comumente provoca a evasão dos alunos de alguns cursos universitários ou a busca em massa por outros (LISBOA, 1997). Assim sendo, o sistema de orientação profissional poderia ocupar lugar de destaque no meio acadêmico, auxiliando o adolescente a efetuar suas escolhas de maneira consciente. No entanto, não é o que geralmente ocorre, visto que a orientação profissional ainda nem faz parte das grades curriculares da maioria das escolas brasileiras.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O primeiro estudo apresenta, de forma gráfica, os resultados obtidos com os adolescentes concluintes do Ensino Médio da região do Paranhana/RS, no que tange aos motivos que influenciam a escolha da profissão, da IES e do curso de graduação. Na sequência, analisam-se as informações coletadas junto aos alunos. Na Figura 1, apresenta-se o número de alunos que já escolheram a profissão, os que não escolheram e os que ainda estavam indecisos no momento da pesquisa.

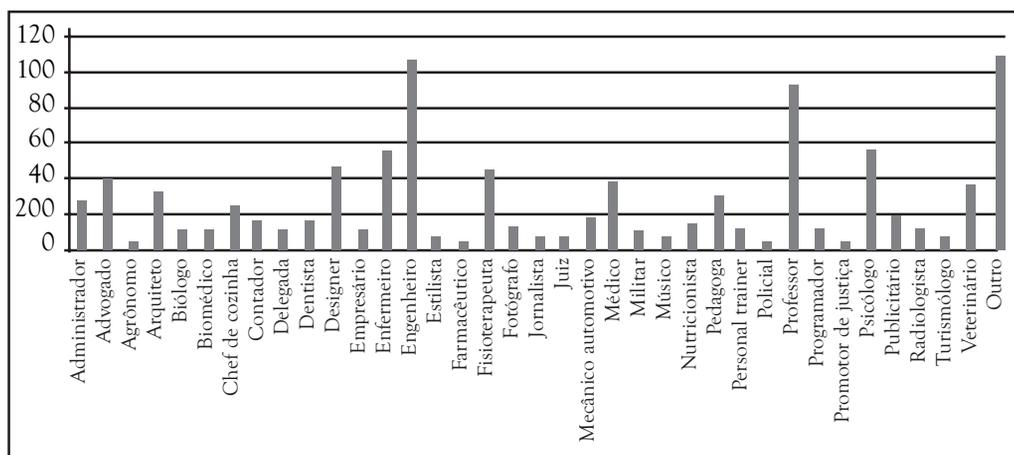
Figura 1 - Escolha da profissão



Fonte: Pesquisa, 2017.

Percebe-se que, dos 1.328 alunos que participaram da pesquisa, 987 (74,32%) já escolheram a profissão que desejam exercer, 203 (15,29%) ainda não escolheram e 138 alunos (10,39%) ainda estão indecisos. Esses resultados estão demonstrando que os alunos não estão indecisos, pelo contrário, pois mais de 74% afirmou que já escolheu a profissão, diferente da literatura afim, que aponta um sentimento de indecisão generalizado. Na sequência, apresentam-se as profissões mais demandadas pelos alunos, conforme Figura 2.

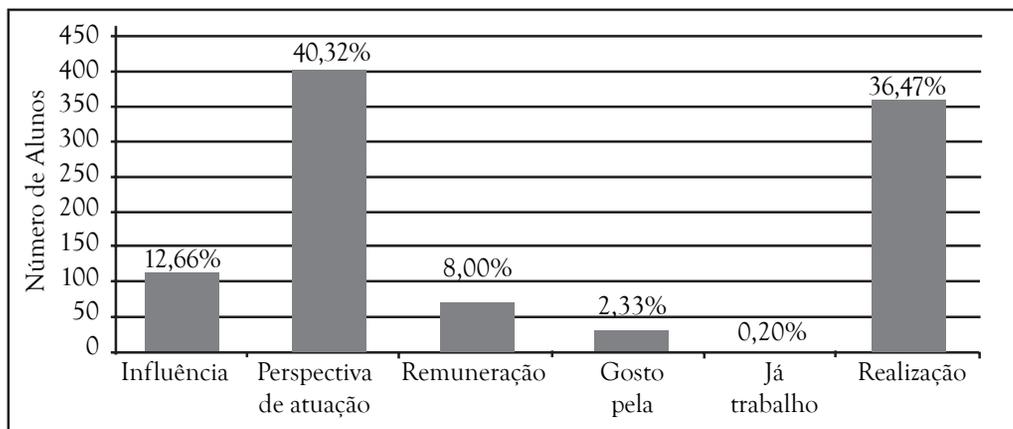
Figura 2 - Profissão escolhida



Fonte: Pesquisa, 2017.

A partir dos dados da Figura 2, percebe-se que a profissão de Engenheiro é a mais demandada pelos alunos (106 - 11%), seguido pela profissão de Professor (93 - 9%) e Psicólogo (55 - 6%). No Brasil, conforme dados do último Censo da Educação Superior (INEP, 2016), as profissões mais demandadas estão relacionadas com os cursos de Medicina, Direito, Administração de Empresas, Engenharia e Pedagogia. É importante lembrar que 108 alunos escolheram profissões que não estão relacionadas na Figura 2, foram diversas escolhas, porém com pouca demanda para cada uma. Esse fenômeno pode estar evidenciando como são variados os desejos dos adolescentes, ou mesmo estar demonstrando um sentimento de indecisão. Dessa forma, na Figura 3, apresentam-se os motivos que levaram os alunos a escolherem a profissão.

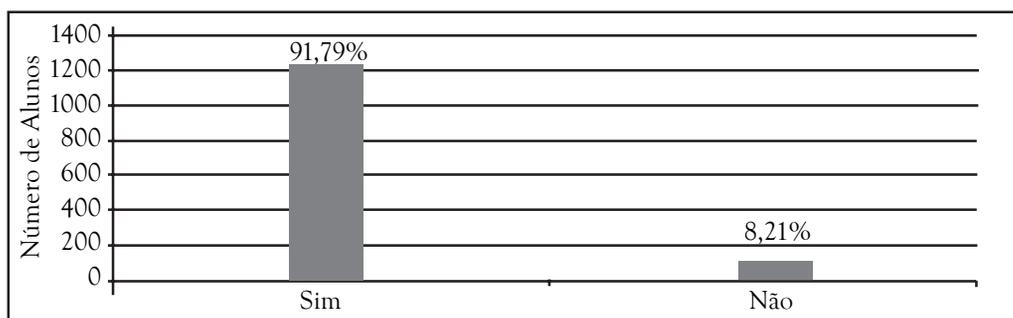
Figura 3 – Motivos da escolha profissional dos alunos



Fonte: Pesquisa, 2017.

Observa-se que 398 alunos (40,32%) elegeram a perspectiva de atuação no mercado como o fator principal da escolha profissional. Em seguida, aparece a realização pessoal, com 360 alunos (36,47%). Os fatores que mais influenciam os jovens na escolha profissional estão demonstrando que ele está atento às condições de ingresso no mercado de trabalho. A grande demanda pelo fator de realização pessoal evidencia que o jovem está colocando a sua satisfação na frente de outros fatores, como por exemplo, a remuneração da profissão. Esses resultados destoam da literatura, que atesta que a família é que mais influencia na escolha profissional. A Figura 4 apresenta o número de alunos que pretendem realizar um curso superior.

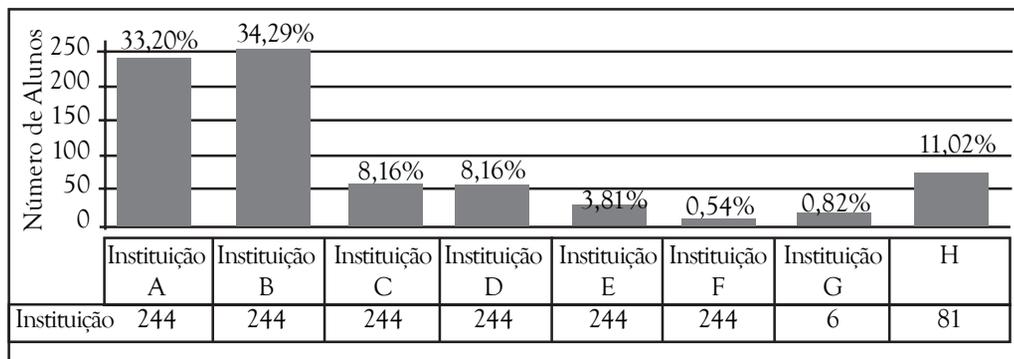
Figura 4 – Alunos que querem cursar o Ensino Superior



Fonte: Pesquisa, 2017.

Observa-se que, dos 1.328 entrevistados, 1219 (91,79%) manifestaram interesse em realizar um curso superior, e apenas 109 (8,21%) responderam que não querem cursar o Ensino Superior. Os alunos demonstraram que reconhecem o Ensino Superior como um caminho natural para o seu desenvolvimento, visto que a maioria manifestou interesse em cursar a faculdade. Dos 1219 alunos que expressaram interesse em realizar um curso superior, 735 escolheram uma determinada instituição, conforme o que demonstra a Figura 5 em relação às principais demandas dos alunos.

Figura 5 - Escolha da IES

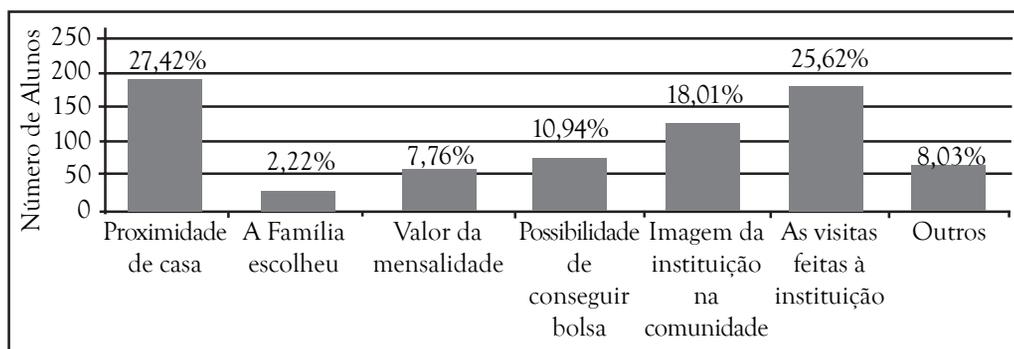


Fonte: Pesquisa, 2017.

Analisando a Figura 5, que representa as IES onde os alunos pretendem realizar um curso superior, percebe-se que duas instituições (privadas) polarizam as demais. A Instituição aqui tratada de A (localizada na região do Paranhana/RS) e a instituição B (localizada na região do Vale do Rio dos Sinos) representam, juntas, 67,49% das escolhas dos alunos. A instituição B aparece como a mais demandada, com 252 opções (34,29%), seguida pela instituição A, com 244 escolhas (33,20%). O fato de a maioria dos alunos escolher estudar em IES privada está alinhado com a realidade brasileira, onde a maioria dos alunos cursa o Ensino Médio em instituições públicas e cursam a faculdade em instituições particulares. É importante lembrar que, na Figura 5, o item H representa as escolhas dos alunos por variadas IES, porém com pouca demanda para cada uma delas.

Dos 735 alunos que escolheram onde pretendem cursar o Ensino Superior, 722 deles indicaram os motivos que determinaram a escolha. A Figura 6 apresenta os dados referentes a esses motivos.

Figura 6 - Fatores que influenciam a escolha da IES

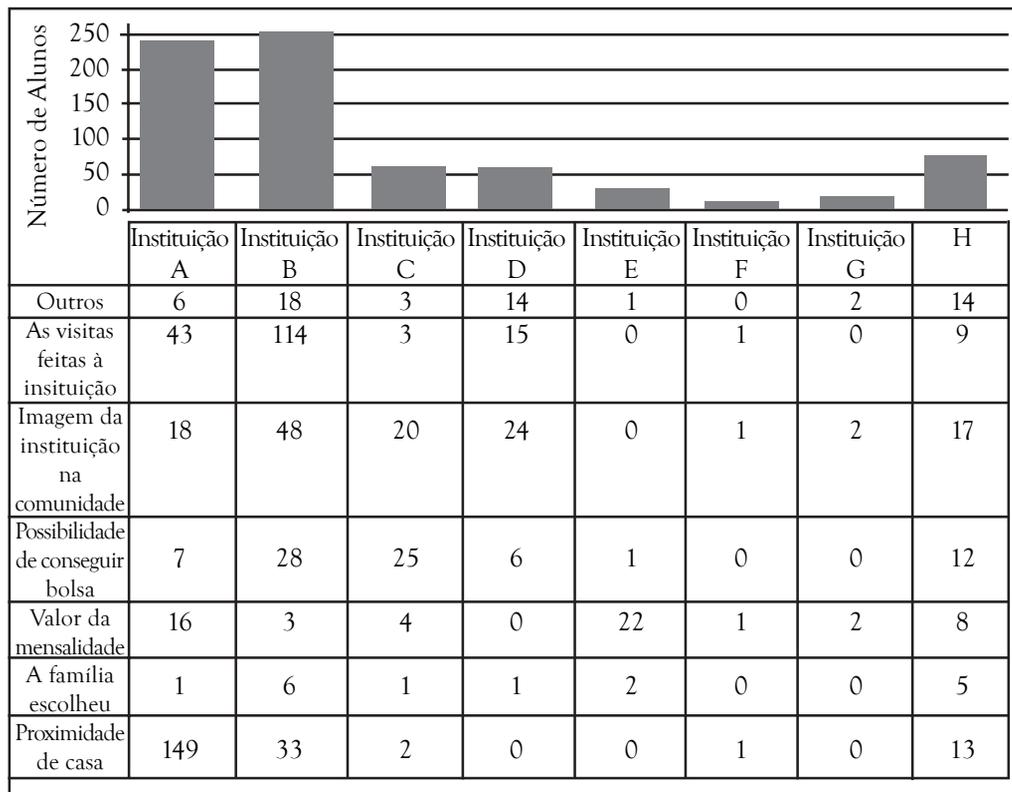


Fonte: Pesquisa, 2017.

Na Figura 6, percebe-se que o que mais influencia os alunos a escolher a IES onde irão estudar é a proximidade de casa, contando com 198 respostas nesse sentido, perfazendo 27,42% do total. Em segundo lugar, ficaram as visitas feitas às instituições, com 185 respostas (25,62%). Cursar uma faculdade custa caro, não somente o valor da mensalidade, mas os custos com transporte, alimentação, material escolar (esses custos ficam

ainda maiores se forem estudar em IES de outras regiões). Então é importante considerar a possibilidade de que os alunos que elegeram “a proximidade de casa” como fator preponderante na escolha da IES o tenha feito levando em conta os fatores financeiros (esse também foi o fator apontado pela maioria dos gestores das escolas). Na Figura 7 apresentaram-se os motivos da escolha da IES, separados por instituição.

Figura 7 - Fatores que influenciam na escolha da IES por instituição



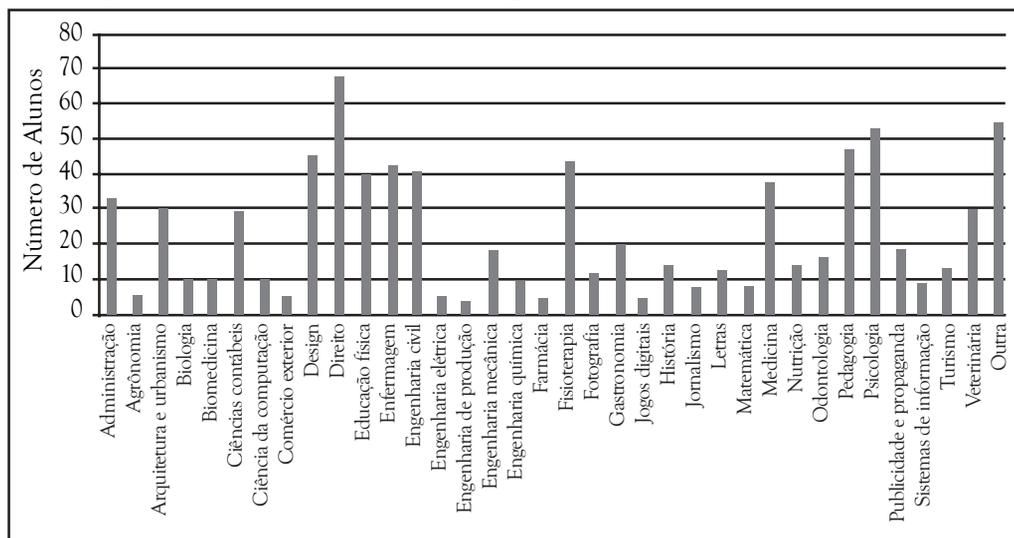
Fonte: Pesquisa, 2017.

Percebe-se que, dos alunos que escolheram a instituição A, 149 (62,08%) deles elegeram a proximidade de casa como fator preponderante na escolha, salientando-se que somente um aluno respondeu que a família influenciou na escolha da IES. Já na instituição B, a maioria dos alunos, 114 (45,60%), afirmaram que o que mais influencia na escolha da IES são as visitas feitas às instituições. Já o valor da mensalidade não se mostrou como fator relevante na pesquisa, visto que apenas três (1,20%) alunos escolheram esse fator, conforme mostra a Figura 7.

É importante lembrar que a pesquisa foi realizada *a posteriori* das visitas que os alunos fizeram às IES. Os alunos que escolheram estudar na instituição A, no total de 43 (17,92%), afirmaram que as visitas que fizeram às instituições foram determinantes para a escolha, contra 45,60% das respostas dos alunos da instituição B. A partir desses dados, pode-se inferir que a metodologia que a instituição B utiliza para receber os alunos é mais eficaz do que a da instituição A.

Dos 1.219 alunos que demonstraram interesse em cursar o Ensino Superior, 867 (71%) já escolheram o curso de graduação e 352 (29%) ainda não. Na Figura 8, estão apresentados os cursos mais demandados pelos alunos.

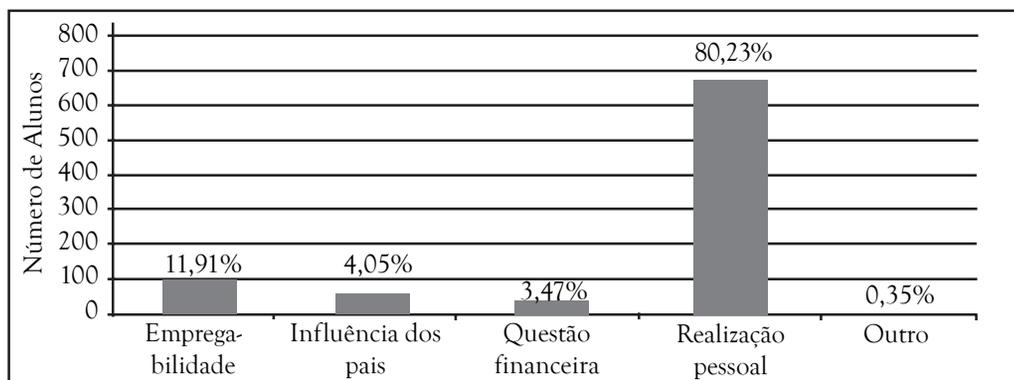
Figura 8 - Cursos mais demandados pelos alunos



Fonte: Pesquisa, 2017.

Percebe-se que os cursos mais demandados pelos alunos foram Direito (68), Psicologia (55) e Pedagogia (46), sendo que as duas IES mais demandadas pelos alunos oferecem os cursos de Engenharia, Licenciaturas e Psicologia. Torna-se importante lembrar que 74 alunos escolheram cursos de graduação que não estão listados na Figura 8, porém novamente não serão desmembrados em outro gráfico, visto que foram diversos cursos de graduação lembrados, mas com pouca demanda para cada um deles. Na Figura 9, apresentam-se os fatores que mais influenciam na escolha do curso de graduação.

Figura 9 - Fatores que influenciam na escolha do curso de graduação



Fonte: Pesquisa, 2017.

Percebe-se, a partir da Figura 9, que o fator que mais influencia os alunos na escolha do curso de graduação é a realização pessoal com 694 escolhas (80,23%), salientando-se que a empregabilidade representa somente 103 respostas (11,91%). Essas respostas dos alunos podem estar demonstrando uma nova realidade, onde o jovem, ao escolher o curso, busca por satisfação pessoal em primeiro lugar. Esses resultados evidenciam como os gestores das escolas desconhecem os sentimentos de seus alunos e como se torna importante analisar o próprio currículo a partir desses dados.

A pressão pelo ingresso no mundo do trabalho não é recente, provavelmente sempre existiu. Já dizia Ford (1926, p.14) que “A lei natural é a lei do trabalho e só por meio do trabalho honesto há felicidade e prosperidade”. Porém são outros tempos, as competências exigidas hoje são outras, e o jovem se vê pressionado para fazer escolhas importantes e adultas em um momento da vida em que ainda é um adolescente. Pode ser que esteja sendo furtada do jovem a oportunidade de desenvolver outras competências que não somente aquelas que irão lhe preparar para o ingresso no mercado de trabalho, competências essas que possam contribuir para formar um cidadão que seja capaz de se tornar um agente transformador da sociedade.

O segundo estudo foi realizado com os representantes (diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos) das 18 escolas de Ensino Médio da região do Paranhana/RS. Na aplicação da entrevista, priorizaram-se os diretores das escolas, mas, na impossibilidade destes, foram entrevistados os vice-diretores ou os coordenadores pedagógicos. Na sequência, apresenta-se o quadro-síntese geral com as respostas dos entrevistados (ver quadro 1), nos quais já estão relacionadas as respostas sintetizadas.

Quadro 1 – Quadro-síntese geral

Quadro-síntese geral	
Serviço de Orientação Profissional	A maioria das escolas, 61%, não oferece aos alunos do Ensino Médio o serviço de orientação profissional. Poucas escolas possuem um serviço específico de orientação profissional, apenas 4, sendo 3 particulares e 1 escola pública. Nessa escola pública que oferece o serviço de orientação profissional, a profissional que trabalha com os alunos durante os dois últimos anos do Ensino Médio afirmou que executa esse trabalho pelo gosto da profissão e por ser formada na área, não por ser obrigatório esse tipo de serviço nas escolas públicas. Algumas escolas possuem uma espécie de convênio com algumas instituições e estas prestam algum tipo de serviço de orientação ao adolescente.
Fatores que influenciam na escolha profissional	Quando perguntados sobre quais fatores mais influenciam o conculinte do Ensino Médio da região a escolher a profissão, 44% dos entrevistados afirmaram que a família é a que mais influencia na escolha profissional do jovem. A empregabilidade

	<p>e a remuneração da profissão aparecem em destaque, com 39%. Novamente se obteve a resposta de que o jovem é muito influenciado pelo modismo, pela mídia.</p>
<p>Comportamento do jovem no último ano do Ensino Médio</p>	<p>Conforme 83% dos entrevistados, o jovem estudante do último ano do Ensino Médio não está pronto para fazer uma escolha profissional consciente. Ele ainda apresenta sinais de imaturidade e indecisão. Esse período é recheado de incertezas e é nesse momento da vida que eles se dão conta de que precisam tomar uma importante decisão e não estão preparados para isso.</p>
<p>Fatores que influenciam na escolha da IES</p>	<p>O que mais influencia o jovem a escolher a IES onde vai estudar é a questão financeira. De 18 entrevistados, 13 citaram essa questão (72%). A proximidade de casa aparece em segundo lugar (50%), seguido pelas visitas feitas às instituições de Ensino Superior (33%). O contexto regional foi citado por diversos representantes de escolas, pois alegaram que os altos custos envolvidos com a logística de estudar fora da região (transporte, alimentação, etc.) e a própria mensalidade mais cara acabam por dificultar o sonho de estudar em outras instituições.</p>
<p>Fatores que levam o jovem a escolher estudar em outra região</p>	<p>Conforme respostas dos entrevistados, os jovens optam em estudar em IES de outra região devido ao conceito dessas instituições (50%). Já 44% dos entrevistados afirmaram que o jovem que opta em estudar em IES da região o faz devido à falta de recursos financeiros, pelos cursos serem mais baratos. 28% dos entrevistados disseram que a existência de cursos variados nas IES de fora da região contribui para atrair esse jovem.</p>
<p>Imagem da instituição na comunidade</p>	<p>A imagem que a instituição representa na comunidade foi um fator de influência bastante escolhido pelos alunos, visto que mais de 18% alegaram que escolheram a instituição devido a esse fator. A imagem que a instituição representa para a comunidade também foi lembrada por representantes das escolas como um fator que influencia na escolha profissional.</p>
<p>Escolha do curso de graduação: 80% realização pessoal</p>	<p>Quando foram apresentados os resultados da pesquisa aos entrevistados, a respeito da escolha do curso de graduação, que 80% atribuíram a realização pessoal como fator de maior influência, novamente causou surpresa para grande parte dos entrevistados. 44% dos representantes das escolas responderam que a questão financeira é preponderante na escolha do jovem, 28% elegeram</p>

	a família como a que mais influencia e 28% responderam que o jovem sonha, mas que a realidade é diferente. Outro fato apontado pelos representantes das escolas e que merece consideração diz respeito à baixa escolaridade dos pais dos jovens.
Conceito da instituição	O conceito das instituições foi outro item lembrado pelos representantes das escolas. A questão dos cursos já consagrados no mercado foi mencionada. Muitos jovens que vão estudar em instituições de outras regiões o fazem devido à qualidade dos cursos e ao conceito da instituição. Alunos que possuem uma condição econômica melhor buscam cursos já consolidados, mesmo que o curso escolhido seja ofertado por instituições da região onde ele reside.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Existem diversos estudos que tornam evidente a existência de um sentimento de indecisão profissional dos adolescentes que estão concluindo o Ensino Médio (LUCCHIARI, 1993; SOARES, 1988; LEVENFUS, 1997) devido à falta de maturidade típica desse período de transição para a vida adulta. As falas dos gestores estão alinhadas com esses estudos, pois conforme entendimento de 83% dos representantes das escolas de Ensino Médio que participaram do segundo estudo, esse adolescente não se encontra preparado para fazer uma escolha profissional consciente, ainda é imaturo e indeciso.

Estudos de autores (LEVENFUS, 1997; ALMEIDA e PINHO, 2008; ARRUDA e MELLO-SILVA, 2010; MAGALHÃES e ALVARENGA, 2012; ALONSO e MELO-SILVA, 2013) atestam que a família é justamente quem mais influencia o adolescente na escolha profissional. Essas pesquisas estão de acordo com as respostas obtidas no segundo estudo, visto que 44% dos representantes das escolas afirmaram que a família é a que mais influencia na escolha profissional do jovem. Outro fator que merece destaque é a empregabilidade e a remuneração da profissão, já que esse item obteve 39% das respostas dos gestores.

Os motivos que influenciam o adolescente concluinte do Ensino Médio da região do Paranhana/RS, a escolher a IES são os mais variados. De modo geral, o fator mais preponderante na escolha é a proximidade de casa, com 27% das escolhas, e, em seguida, as visitas feitas às instituições. Agora, a partir do momento em que analisarmos as escolhas por instituição, percebe-se que o fator que mais influencia os alunos a escolher estudar na instituição A é a proximidade de casa, com 62% das escolhas. Já o maior motivo de escolha da instituição B são as visitas feitas às instituições, perfazendo o total de 46%. Os representantes das escolas afirmaram que a questão financeira prevalece na escolha da instituição onde o jovem vai estudar. Além disso, a proximidade de casa é a segunda opção mais escolhida por eles. É importante aqui considerar que a família possui pouca influência na escolha da instituição, visto que, entre alunos que escolheram estudar na instituição A, apenas um escolheu essa resposta.

O fato de grande parte dos jovens demonstrarem interesse em cursar a faculdade mostra que o adolescente reconhece o Ensino Superior como um caminho natural para ter a oportunidade de uma vida melhor. Demonstra também que o sentimento de realização pessoal é predominante nas escolhas profissionais e que ele também se preocupa com a perspectiva de atuação no mercado, porém não demonstra atenção necessária a outros fatores tão ou mais importantes, tais como as constantes mudanças no mercado de trabalho e das profissões e a própria questão financeira.

NOTAS FINAIS

O artigo buscou analisar os fatores que influenciam os concluintes do Ensino Médio da região do Paranhana/RS na escolha da profissão, da IES e do curso de graduação, sendo, que, para tanto, foram realizados dois estudos, o primeiro com os próprios alunos e o segundo com os representantes de cada escola.

Os resultados demonstraram que a percepção dos indivíduos que participaram da pesquisa sobre os fatores que influenciam na escolha profissional do adolescente em alguns aspectos são comuns, porém, em outros, são contraditórios. A literatura afirma que o jovem se mostra imaturo e indeciso nesse momento de passagem para a vida adulta, quando precisa tomar importantes decisões a respeito do seu futuro profissional, porém não foi isso que se percebeu a partir das respostas dos adolescentes, visto que apenas 11% dos entrevistados alegaram que estavam indecisos quanto à escolha da profissão. Diferentemente dessa convicção do adolescente, 83% dos representantes das escolas de Ensino Médio da região afirmaram que esse jovem não está pronto para fazer uma escolha consciente e que ainda apresenta sinais de imaturidade e indecisão.

Com relação à escolha da profissão, é importante considerar que apenas um aluno escolheu ser funcionário público, demonstrando, assim, que a questão da estabilidade que o serviço público oferece – aqueles regidos pela Lei 8.112/90 – não se mostra como um fator preponderante na escolha profissional desses jovens. O contexto regional também deve ser considerado, tendo em vista a lacuna existente com a esfera pública (principalmente o jovem das periferias). Outro resultado encontrado com a pesquisa e que carece de melhor compreensão diz respeito à quantidade de opções que os alunos fizeram tanto em número de profissões como em número de cursos de graduação, porém com pouca demanda para cada um deles. Isso pode estar mostrando como são variados os desejos dos alunos e um sentimento de indecisão típico da adolescência. Aventa-se também a possibilidade da influência cultural da região e de oportunidades que a economia local oferece.

Os resultados da pesquisa apontam que a maioria dos jovens pretende cursar a faculdade – as IES mais demandadas foram privadas – demonstrando que o adolescente reconhece a importância do Ensino Superior para o desenvolvimento de sua vida profissional. É possível que, o fato de não existir na região nenhuma Instituição Federal, contribua para que os alunos manifestem interesse em cursar o Ensino Superior em instituições privadas. Mesmo que nos últimos 10 anos (entre 2005 e 2015) o total de matrículas na Rede Federal tenha apresentado crescimento de mais de 100%, em 2015 mais da metade

das vagas (57,9%) oferecidas no Ensino Superior – aqui consideradas todas as redes - não foram preenchidas (INEP, 2016).

A maioria dos representantes das escolas (72%) afirmou que a condição econômica da família e a proximidade de casa são os motivos que mais influenciam o jovem a escolher onde vai cursar o Ensino Superior. Cabe considerar que 80% dos jovens afirmaram ter escolhido o curso de graduação motivado pela realização pessoal. Importante também aventar a possibilidade de que os gestores das escolas desconhecem os sentimentos dos alunos, outrora, o que motivava o adolescente em sua escolha profissional poderia ser a família ou até mesmo a questão financeira, porém, é possível que hoje, o jovem busque uma profissão que lhe proporcione realização pessoal.

A realidade escolar de alunos que frequentam escolas públicas por vezes se apresenta de forma diferente da realidade dos estudantes de escolas particulares. Essas escolas, além de oferecerem o serviço de orientação profissional aos seus alunos, cultivam um ambiente de disciplina e de estudos, o que pode servir de apoio e preparo para o ingresso no Ensino Superior – grande parte dos alunos das escolas particulares da região segue a vida acadêmica -. Assim, além do acompanhamento escolar, esses alunos, quase sempre, ainda contam com o apoio emocional e financeiro da família. Já a sorte dos alunos que estudam em escolas públicas geralmente é diferente: não possuem o serviço de orientação profissional que poderia prepará-los para as tomadas de decisão e muitas vezes não contam com o apoio financeiro da família, o que acaba levando-os a ingressar no mercado de trabalho de forma prematura para tentar custear um curso superior.

Dessa forma, considerando a possibilidade de que o adolescente ainda não esteja preparado para fazer as escolhas relacionadas ao seu futuro profissional em um momento conturbado de sua vida, permeado por sonhos e incertezas, tornar compulsório o serviço de orientação profissional nas escolas de Ensino Médio poderia contribuir para diminuir o número de evasão no Ensino Superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elisa Grijó Guahyba de; PINHO, Luís Ventura de. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. *Psicologia Clínica*. v. 20, n.2, p. 173-184, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a13v20n2.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

ALONSO, Wadson do Carmo; MELO-SILVA, Lucy Leal. Avaliação de uma intervenção em orientação profissional na perspectiva de ex-estagiários. *Psicologia – ciência e profissão*. v. 33, n.1, p. 84-99, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n1/v33n1a08.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

ANDRADE, Josemberg M. de; MEIRA, Girlene R. de Jesus Maja.; VASCONCELOS, Zandre, B. de. *O processo de orientação vocacional frente ao Século XXI: perspectivas e desafios*. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 22, n.3, p. 46-53, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300008> Acesso em: 15 de maio de 2016.

ARRUDA, Marina Noronha Ferraz de; MELO-SILVA, Lucy Leal. Avaliação da intervenção de carreira: a perspectiva dos ex-clientes. *Psico-USF*. v. 15, n.2, p. 225-234, 2010. Dis-

ponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psuf/v15n2/v15n2a10.pdf>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Cláudio Simon. Apoio parental percebido no contexto da escolha inicial e da evasão de curso universitário. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. v. 9, n.2, p. 31-44, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v9n2/v9n2a05.pdf>>. Acesso em: 19 de junho de 2016.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 7.ed. São Paulo: Edições, 2011.

BARRETO, Maria Auxiliadora; AIELLO-VAISBERG, Tania. Escolha profissional e dramática do viver adolescente. *Psicologia & Sociedade*. v. 19, n.1, p. 107-114, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a15v19n1.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. *Orientação vocacional: a estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARANHANA ENCOSTA DA SERRA – COREDEPES. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional*. 2011-2020.

DIAS, M. S. d. L.; SOARES, D. H. P. *Planejamento de carreira*. Uma orientação para estudantes universitários. São Paulo: Vetor, 2009.

FARIA, Liliana da Costa. Influência da condição de emprego/desemprego dos pais na exploração e indecisão vocacional dos adolescentes. *Psicologia: reflexão e crítica*. v. 26. n.4, p. 772-778, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v26n4/18.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da Pesquisa Científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORD, Henry. *Os Princípios da Modernidade: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de emprego e desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre*. PED-RMPA Informe Mulher e Trabalho. 2009.

GRECA, Selena Maria Garcia. A importância da informação na orientação profissional: uma experiência com alunos do Ensino Médio. In: Marilu Diez, LISBOA; Dulce Penna, SOARES (Org.). *Orientação Profissional em Ação*. São Paulo: Summus, 1998. p. 111-133.

GIMENEZ, Patrícia Dias. *Adolescência e escolhas: um espaço ritual para a escolha profissional através do Sandplay e dos sonhos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

GONÇALVES, Carlos Manuel; COIMBRA, Joaquim Luís. O papel dos pais na construção na construção de trajetórias vocacionais dos seus filhos. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. v. 8, n.1, p. 1-17, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n1/v8n1a02.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

HAMMOND, John S; KEENEY, Ralph L; RAIFFA, Howard. *Decisões inteligentes: como avaliar alternativas e tomar a melhor decisão*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

HOIRISCH, Adolpho; BARROS, Dolores Izabel M. de; SOUZA, Ingrid S. *Orientação psicopedagógica no Ensino Superior*. São Paulo: Editora UFRJ, 1993.

HUTZ, Claudio Simon; BARDAGI, Marcia Patta. Indecisão profissional, ansiedade e depressão na adolescência: a influência dos estilos parentais. *Psico – USF*. v. 11, n.1, p. 65-73, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psuf/v11n1/v11n1a08.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 21 de julho de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior de 2015*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 24 de outubro de 2016.

LEAL, Mara de Souza; MELO-SILVA, Lucy Leal; TEIXEIRA, Maria Odília. Crenças para lidar com tarefas de carreira em estudantes do Ensino Médio. *Avaliação Psicológica*. v. 14, n.1, p. 125-132, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v14n1/v14n1a15.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

LEVENFUS, Rosane Schotgues. A escolha profissional diante da dessimbiotização. In: Rosane Schotgues LEVENFUS. (org.). *Psicodinâmica da Escolha Profissional*. 2.ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1997. p. 97-107.

LISBOA, Marilú Diez. Ser quando crescer... a formação da identidade vocacional. In: LEVENFUS, Rosane Schotgues (Org.). *Psicodinâmica da Escolha Profissional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 109-122.

LUCCHIARI, Dulce Helena Soares. O que é orientação profissional? Uma nova proposta de atuação. In: LUCCHIARI, Dulce Helena Soares(Org.). *Pensando e vivendo a orientação profissional*. p. 11-16. São Paulo: Summus, 1993.

MAGALHÃES, Mauro de Oliveira; ALVARENGA, Patrícia. Relação entre estilos parentais, instabilidade de metas e indecisão vocacional em adolescentes. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. v. 13, n.1, p. 15-25, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v13n1/04.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

MANAIA, Maria Manuela da Costa *et al.* Carta aos pais: uma estratégia de comunicação dos filhos sobre a escolha da carreira. *Revista da Spagesp*. v. 14, n.2, p. 19-38, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v14n2/v14n2a03.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

MARTINS, Denise da Fonseca; NORONHA, Ana Paula Porto. Interesse profissional e características socioeconômicas de estudantes do Ensino Médio. *Revista Psico*. v. 41, n.1, p. 76-84, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4538/5219>>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

OLIVEIRA, Oldach Benjamin de. Orientação vocacional e profissional no Ensino Médio. In: M. D. LISBOA; D. H. P. SOARES, (Orgs). *Orientação profissional em ação*. São Paulo: Summus, 2000. p. 98-110.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de Metodologia Científica*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PELLETIER, Denis; BUJOLD, Charles; NOISEUX, Gilles. *Desenvolvimento vocacional e crescimento pessoal*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

PEREIRA, Fábio Nogueira; GARCIA, Agnaldo. Amizade e escolha profissional: influência ou cooperação? *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. v. 8, n.1, p. 71-86, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n1/v8n1a07.pdf>>. Acesso em: 19 de junho de 2016.

REICHERT, Claudete Bonatto; WAGNER, Adriana. Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. *Revista Psico*. v. 38, n.3, p. 292-299, 2007. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1496/2173>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Demandas em orientação profissional: um estudo exploratório em escolas públicas. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. v. 4, n.1/2, p. 141-151, 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v4n1-2/v4n1-2a12.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2016.

ROCHA, Milta Costa da Silva. Projeto de carreira, plano de vida: passos para um gerenciamento de vida profissional e pessoal. In: Rosane Schotgues, LEVENFUS; Dulce Helena Penna, SOARES (org.). *Orientação vocacional ocupacional*. P. 82-91. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos. O papel da família e dos pares na escolha profissional. *Psicologia em estudo*. v. 10, n.1, p. 57-66, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n1/v10n1a07.pdf>>. Acesso em: 19 de junho de 2016.

SIMON, Herbert, A. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

SOARES, Dulce Helena Penna. *O jovem e a escolha profissional*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1987.

_____. *O que é escolha profissional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SOARES, Dulce Helena Penna et al. Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular. *Psicologia: ciência e profissão*. v. 27, n.4, p. 746-759, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a14.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

SOBROSA, Gênesis Marimar Rodrigues et al. Influências percebidas na escolha profissional de jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas. *Psicologia em Revista*. v. 21, n.2, p. 314-333, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9523.2015V21N2P313/9396>>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

SUPER, Donald E; JUNIOR, Martin J. Bohn. *Psicologia Ocupacional*. São Paulo:Atlas, 1975.

TORRES, Maria Luiza Camargos. *Orientação profissional clínica: uma interlocução com conceitos psicanalísticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VENTURA, Cristiane Deantonio; NORONHA, Ana Paula Porto. Autoeficácia para escolha profissional, suporte familiar e estilos parentais em adolescentes. *Avaliação Psicológica*. v. 13, n.3, p. 317-324, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v13n3/v13n3a03.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Darlã de Alves¹

Daniel Luciano Gevehr²

A escola, como instituição social voltada ao ensino, constitui-se como um dos principais espaços de formação dos indivíduos e encontra-se, centralmente envolvida na questão da diversidade étnica existente na sociedade brasileira. Sendo pública, de todos e para todos, deve contemplar uma prática cultural diversificada, evidenciando os pilares étnicos e culturais que compõem a base do ser brasileiro.

Para Santos (2002, p. 89) “A intensificação das interações econômicas, políticas e culturais transnacionais das três últimas décadas assumiu proporções tais que é legítimo levantar a questão de saber se com isso se inaugurou um novo período e um novo modelo de desenvolvimento social”. Em tais circunstâncias, a árdua tarefa da educação de preparar o educando para a vida, levando em consideração sua identidade cultural, redefine-se, perante as atuais demandas sociais, cabendo aos educadores, cidadãos, estarem conscientes da natureza e caráter de tais transformações que mudaram a geopolítica mundial. Aqui relacionando a educação para as relações étnico raciais.

Neste contexto contemporâneo que é o ambiente escolar, observa-se a necessidade de trazer para o ensino da diversidade as diversas experiências culturais e conhecimentos sobre as ancestralidades – antes não contempladas – exigindo do professor preparo suficiente para a mediação deste conteúdo. Para este preparo é de extrema importância a busca pela qualificação por parte do docente. Cardoso e Feitosa (2015) reiteram a necessidade desta formação devido a importância da atuação e mediação que será realizada nos debates e discussões acerca desta temática tão importante e tão presente na nossa sociedade. Os autores reafirmam a importância do estímulo à reflexão crítica nas práticas pedagógicas.

No dia 9 de janeiro de 2003, teve início um novo período na educação brasileira, pois esta recebeu a principal política pública nacional para a promoção da educação para as relações étnico-raciais. Nesta data foi sancionada a lei 10639/2003, esta que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/1996.

Esta alteração trouxe a perspectiva de uma educação para equidade na educação para as relações étnico raciais, através da obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Sua aprovação provocou uma constante reflexão sobre o currículo instituído em nossas escolas, que, historicamente, tem negligenciado as diferenças culturais e valores civilizatórios africanos e afrodescendentes em nossa sociedade (MOREIRA e SANTANA, 2013).

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT/RS. E-mail: darlanb@hotmail.com

² Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) – FACCAT-RS. E-mail: danielgevehr@faccat.br

É importante ressaltar que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais positivas, em virtude da marcante diversidade em seu interior. Porém, não é a única instituição responsável pela educação para tais relações, uma vez que o processo de educar ocorre também na família, nos grupos culturais, nas comunidades, no convívio social proporcionado pelos meios de comunicação, entre outros (VERRANGIA e SILVA, 2010). Sendo assim, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a temática da Educação para as Relações Étnico Raciais na perspectiva do Desenvolvimento Regional.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A educação para as relações étnico raciais é uma temática que vem promovendo inúmeros debates e reflexões no campo educacional. Inserida no currículo escolar por meio da Lei 10639/2003, traz a perspectiva de uma educação para equidade étnico-racial, através da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.

Mas de fato, o que é educação para as relações étnico raciais? Inicialmente entende-se que se trata de um construto de políticas públicas, ações afirmativas e/ou práticas pedagógicas que visam à contemplação da pluralidade étnica com base nos elementos históricos que compõem a nossa cultura. De acordo com Silva (2007) a educação para as relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos empenhados em promover condições de igualdade em direitos sociais, políticos e econômicos.

Já Verrangia e Silva (2010) acreditam que a educação para as relações étnico-raciais é formada por processos educativos que possibilitam às pessoas superar preconceitos raciais, que as estimulem a viver práticas sociais livres de discriminação e contribuam para que elas com-preendam e se engajem em lutas por equidade social entre os distintos grupos étnico raciais que formam a nação brasileira. Amaro (2015) compreende a educação para as relações étnico-raciais como abordagens pedagógicas que possibilitam o conhecimento, identificação e valorização da cultura brasileira, objetivando a equidade racial a fim da erradicação do preconceito.

Ao analisar as falas dos autores, anteriormente citados, percebe-se que a educação para tais relações se desenvolve através das políticas públicas, ações afirmativas e práticas pedagógicas que ao abordarem esta temática objetivam a reflexão à igualdade de direitos para a formação de cidadãos conscientes que lutem pela equidade étnica racial e extermínio do preconceito da sociedade em que vivem.

A história da educação para as relações étnico-raciais teve sua ascensão quando sua principal política pública, a Lei 10639/2003, passou a vigorar. Esta conquista é fruto de um longo e árduo percurso de luta e enfrentamento executados pelo Movimento Negro no Brasil. É importante apontar que essa manifestação pela inclusão dessas temáticas nos currículos escolares, bem como por uma educação mais inclusiva, não são exclusividades da promulgação destas Leis, 10639/2003 e 11645/2008, uma vez que o Movimento Negro, dissociado em diversas organizações, já vinha pressionando há tempos as esferas públicas da educação com essa temática.

A inclusão dessas temáticas no ensino, sobretudo no ensino da História, potencializa a educação das/para as relações étnico-raciais. Para Meinerz (2017), essa novidade chegou

com bastante força no campo da Educação, convidando professores, em especial os professores de História, a repensarem suas práticas docentes. Esses importantes movimentos geraram demandas de formação, sobretudo de professores e profissionais da educação, e colaboraram na criação e/ou ampliação de fóruns e cursos que trabalham essa temática.

Os estudos sobre as relações raciais no Brasil apontam que estas são complexas e que para a compreensão é necessário o conhecimento de como as concepções racistas são construídas historicamente e socialmente e como em torno destas ideias são elaboradas as práticas preconceituosas.

Ao estudar a educação étnico-racial no Brasil, Regueira (2004, p. 24) afirma que a tese da superioridade racial do homem branco foi sustentada pela ciência:

Cabe lembrar que as sociedades ocidentais mais desenvolvidas se inspiraram em teses de superioridade racial do homem branco, afirmadas pela ciência. As teorias darwinianas, com maior difusão em meados do século XIX, e as interpretações oportunistas dos conceitos de seleção das espécies e da vitória do mais apto, foram as responsáveis pela discriminação do negro, através de justificações científicas. Não foi por acaso ou pela vontade divina que o negro foi escravizado, comercializado e “naturalmente” conceitualizado como “raça inferior”.

Seguindo neste mesmo contexto, a autora descreve a relação entre o racismo e a hierarquização das estruturas sociais, afirmando que:

É importante mencionar que a conformação do Brasil em nação teve como pano de fundo, acordos voltados aos interesses das oligarquias nacionais. Nesse contexto, percebe-se, que a questão do negro brasileiro contempla três vertentes significativas de discussão: o racismo calcado no biologismo; a miscigenação, potencializada, em dado momento, pela “ideologia de embranquecimento” e, finalmente, a ideia de “democracia racial”. Essas três vertentes discursivas, de certa forma, explicam a discriminação e desigualdades observadas nas estruturas da sociedade brasileira (*Op.cit.*, p. 27).

Nessa perspectiva, ao relacionar as vertentes do pensamento do biologismo e da ideologia do embranquecimento, era sugerido que o homem negro, tendo porte físico maior que determinadas etnias, por esta condição teria potencial para ser escravizado, trabalhando em serviços braçais. E as mulheres negras, que não tivessem o padrão europeu, seriam indicadas para os serviços domésticos, trabalhando como babás ou cozinheiras.

Apesar da riqueza do Brasil ter sido produzida, principalmente, através do trabalho braçal dos escravizados negros, a transição do regime escravagista para o sistema republicano no país revela uma grande incoerência. Pois os recursos acumulados por este trabalho escravizado de cor negra foram utilizados no processo de imigração de pessoas vindas da Europa, como esclarece Cunha Júnior (2011).

Estes imigrantes europeus aqui se instalaram sob políticas públicas para o desenvolvimento e progresso da nação brasileira. Sem o conhecimento da língua portuguesa, os migrantes não utilizavam as técnicas agrícolas próprias do País. Sendo assim o governo brasileiro teve que investir em educação para melhor adaptação dos imigrantes europeus em nossas terras. E o negro brasileiro, contudo, saía da escravidão para um sistema capita-

lista, sem escolarização e sem outra habilidade profissional a não ser a de ser escravizado (OLIVEIRA, 2012).

A partir da década de 1960 o Brasil passou a ser confrontado em relação ao o fato de que a “democracia racial”, que embasava a nossa afirmação identitária cultural desde a década de 1930, era de fato um mito, uma abnegação da real situação que distorcia as relevantes diferenças sociais que comprovavam as disparidades de condições de vida entre brancos, negros e pardos (SILVA, 2007). Este debate foi intenso até a década de 1980, quando houve o surgimento de diversas pesquisas sobre o tema.

A democratização do país também contribuiu para os movimentos sociais, nomeadamente o Movimento Negro, que exerceram maior pressão na busca por igualdades e pela reparação das desigualdades históricas oriundas da tradição escravista que mesmo depois da abolição e da República foram negligenciadas, promovendo a marginalização social e a exclusão da grande maioria dos afrodescendentes e mestiços.

Respalgadas pelos movimentos antirracistas, que ganharam força a partir do processo de descolonização afro-asiático, e pela influência do movimento negro norte-americano no Brasil, na década de 1980, as questões relacionadas à desigualdade “racial” ocuparam cada vez mais espaço na agenda institucional e intelectual da nação gerando assim diversos debates que visavam mudanças e políticas de enfrentamento que atendessem a valorização à diversidade cultural e combate às desigualdades, privilegiando assim a pluralidade sociocultural característica do povo brasileiro. Onde o princípio ético de uma educação igualitária e inclusiva que considera a todos como sujeitos ativos na cultura, sem discriminar a qualquer grupo étnico seja exercitado.

A educação necessita de novos saberes, pois a mesma é o principal pilar da sociedade contemporânea, podendo assim reafirmar ou não as relações de poder existentes, ou seja, ela não é um espaço neutro e deve ser compreendida como tal. A partir dessa perspectiva, da forte militância do movimento negro e de outros setores, em 2003 foi realizada para o campo educacional, a inclusão da Lei 10.639/2003 que implementa alterações na LDB.

As leis emergem das necessidades levantadas pelos movimentos sociais e seus debates, dentre outros fatores. A transformação da temática africana e afrodescendente em conteúdo escolar trouxe a demanda da incorporação de novos conteúdos escolares e novas formas de aprendizagem, exigindo dos profissionais da educação uma reflexão e uma prática diferenciada das já consolidadas. Tanto o nível básico de ensino, quanto o Ensino Superior foram instigados a procurar novas políticas educacionais após a promulgação da Lei.

As diretrizes ainda ressaltam a importância de uma formação de atitudes que eduquem os cidadãos para que esses tenham orgulho de seu pertencimento étnico-racial. Importante salientar que tais políticas têm como principal enfoque o direito dos negros de se reconhecerem-se como figura importante na cultura nacional. Por extensão, isso acaba expressando sua visão de mundo, manifestando com autonomia seus pensamentos, tendo acesso para cursarem todos os níveis de ensino como os demais cidadãos, com direito à escola e professores com formação de qualidade para lidar com conflitos de racismo e discriminação. Junto a isso, terem sensibilidade para tratar com igualdade e mediar o respeito entre todos os grupos étnicos.

O documento prevê que o Estado e a sociedade tomem medidas cabíveis para resarcir os descendentes de africanos negros a todos os danos gerados pelo regime escravista,

medidas como incentivar políticas de reparações asseguradas na Constituição Federal quando diz que é responsabilidade do Estado assegurar uma educação de qualidade e direitos de desenvolvimento para cada um.

A resolução determina que as instituições de ensino superior incluam a educação das relações étnico-raciais em suas disciplinas e demais atividades, bem como a temática e o tratamento de questões sobre cultura africana e afro-brasileira. Percebe-se a intensidade de trabalho para a consolidação dessas legislações, fazendo com que atualmente essa mesma intensidade de trabalho desdobre-se para a execução real dessas mesmas legislações, isso na educação básica, mas também nas instituições de ensino superior.

A NORMATIVA FEDERAL

A Constituição de 1988 trouxe novamente à escola e, conseqüentemente à educação, um viés de mudança. Ampliando a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, tornando obrigatório e gratuito o ensino fundamental, estendendo o ensino obrigatório e gratuito progressivamente ao ensino médio. O atendimento a crianças em creches e pré-escolas de 0 a 6 anos, a autonomia universitária, a distribuição dos recursos públicos através de diversos programas, dentre outras medidas (ARANHA, 2006).

A reforma constitucional incitou a reformulação das Diretrizes e Bases que regem a Educação Nacional. Assim, através do debate democrático com a comunidade educacional, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi promulgada e está em vigor atualmente com algumas alterações (ARANHA, 2006).

Dentre as diversas mudanças, visou-se atender, por demanda, aos movimentos sociais quanto à temática de valorização à diversidade cultural e combate às desigualdades, privilegiando assim a pluralidade sociocultural, característica do povo brasileiro. Baseando-se no princípio ético de uma educação igualitária e inclusiva que considere a todos como sujeitos ativos na cultura, sem discriminar a qualquer grupo étnico (KADLUBITSKI e JUNQUEIRA, 2009).

Compreendendo a educação como principal pilar da sociedade contemporânea - detentora do poder de reafirmar ou não as relações existentes - ela não é um espaço neutro, devendo assim ser compreendida como dinâmica e espaço de transformação. A partir desta perspectiva e da militância do movimento negro e de outros setores, em 2003 foi realizada para o campo educacional, a inclusão da Lei 10.639/2003 que altera a LDB:

O art. 26 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 estabelece:
Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

O art. 79-B O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A LDB, Lei de 9394/1996, traz em seu primeiro artigo a afirmação de que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (MOREIRA e SANTANA,

2013). Deste modo, conhecer a história e herança africana faz parte do processo de formação dos sujeitos sociais e caracteriza uma significativa etapa da nossa formação histórica (MOREIRA e SANTANA, 2013).

Integrar culturas é seguir por um caminho “pedregoso”, porém, não intransponível. O propósito neste caso é tornar visível socialmente a importância da cultura africana no decorrer da formação étnica brasileira. É fixar na sociedade a reflexão histórica a respeito da significância da influência africana na formação dos pilares étnico-sociais do país. Este exercício social passou a ser defendido tardiamente no Brasil, devido não somente a grande extensão territorial, mas principalmente pela indiferença intencional oferecida a esta questão (GUEDES, NUNES e ANDRADE, 2013).

Promover a descolonização do saber e dar outra possibilidade de visão – que não seja eurocêntrica – é urgente para que esta meta seja atingida. Não se pode apenas acrescentar e ministrar novos conteúdos e acreditar que estamos – com isso – contribuindo para a formação escolar livre de discriminações raciais. Precisamos revisar esses conteúdos que de alguma forma reforçam o preconceito racial inferiorizando o negro (COSTA E DUTRA, 2009).

Para efetivar a aplicação da Lei n.º 10.639/2003, os diretores, a equipe pedagógica e os professores precisam aprofundar o conhecimento teórico-metodológico sobre o tema e viabilizar condições para consolidação deste conhecimento, com a intenção de implantar na escola uma prática antirracista. Uma prática que repudie o racismo e qualquer forma de preconceito nas escolas pode contribuir para melhorar a aprendizagem e ajudar na manutenção dos alunos negros nas escolas, com voz e participação ativa neste processo (PACÍFICO, 2008).

Fernandes (2005), por sua vez, afirma que a inovação dessa nova proposta é a existência de temas transversais que deverão perpassar as diferentes disciplinas curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes) e permitir, com isso, a interdisciplinaridade. O autor ressalta que um dos gargalos do sistema educacional brasileiro reside na qualificação do corpo docente, sobretudo os que exercem o magistério nos anos iniciais do ensino fundamental.

Ainda neste mesmo sentido, Cardoso e Feitosa (2015) alertam que a qualificação dos professores, haja vista que se constituem agentes responsáveis pelas discussões para combater, no ambiente escolar, o preconceito e toda a forma de discriminação social que têm sofrido as pessoas que se encontram à margem da sociedade. Completam dizendo que é necessário que a qualificação docente seja propiciada e incentivada no sentido de formar professores que reflitam criticamente sobre o seu fazer pedagógico.

Mesmo pressupondo ações interdisciplinares, o ensino de história é, no caso dessa regulamentação, considerado campo estratégico. O ensino de história relaciona-se com movimentos e processos de manipulação da memória e com diferentes tentativas de reconfiguração identitária em seus variados matizes (PEREIRA, 2008).

Fernandes (2005), por sua vez, ressalta a importância da abordagem em caráter interdisciplinar, na qual o tema perpassa as disciplinas de forma a interligar os conhecimentos gerados através de suas práticas pedagógicas. Trata-se, de um trabalho árduo, quando nos deparamos com currículos tradicionais de ensino.

Para nos ajudar a pensar sobre esse desafio, o pensamento construtivista de Piaget (1973, p.142) apresenta um conceito claro sobre a interdisciplinaridade, enquanto “Uma

colaboração entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência que conduz a interações propriamente ditas, isto é, a certa reciprocidade nas trocas, de tal modo que haja um total enriquecimento mútuo”.

No Brasil, a CAPES também dialoga sobre esta questão, propondo um conceito sobre a interdisciplinaridade, visto que no âmbito em que opera, já realizou algumas mudanças para a definição correta das atividades e conceitos. Neste sentido, para a CAPES (2013, p.12), a interdisciplinaridade se caracteriza pela “[...] convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas [...]”.

MEMÓRIA E IDENTIDADE

Segundo Pesavento (2002) memória é a “presentificação de uma ausência no tempo” a qual se dá apenas pela força do pensamento, o qual é capaz de trazer de volta aquilo que ocupou seu lugar no passado. Nessa direção, Tomaz (2010) destaca que o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço.

Esta afirmação faz-nos refletir, por exemplo, sobre o pelourinho não como um lugar a ser lembrado ou esquecido pelo negro escravizado que ali sofreu castigos físicos. Mas sim lembrado, pelos afro-brasileiros descendentes deste povo negro escravizado, mesmo com tanto tempo passado, como um local de pertencimento à história da trajetória do povo negro, um “lugar de memória” comum a este grupo.

Identificamos então que a memória não é apenas individual, mas também coletiva, composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não o pertencem somente, e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo. Pollak (1989) sugere a respeito da memória comum a um grupo que esta se constitui para “manter a coesão dos grupos e instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade”.

Criada pelo historiador francês Pierre Nora (1993) a expressão “lugares de memória” traz em seu conceito a importância de questões significativas das sociedades modernas, relacionadas à cultura contemporânea, enfatizando a consciência coletiva, abordando também a memória e a identidade. Para Candau (2012), a memória e a identidade estão diretamente ligadas, pois a memória é propulsora e fomenta a preservação da identidade. Assim entendemos a memória como um contínuo visitar ao passado onde temos um contato de maior proximidade e clareza com o conteúdo identitário.

A partir das inquietações manifestadas até aqui é que refletimos sobre aquilo que Halbwachs (2004, p.150) chama de memória coletiva. De maneira especial, Halbwachs mostra-nos como os lugares – e neste caso os lugares de memória da cultura afro-brasileira – desempenham um papel fundamental na construção da memória coletiva. Para ele, os lugares que percorremos nos fazem lembrar de fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória coletiva. A construção de monumentos, a denominação de lugares e a preocupação com a valorização de personagens do passado estão diretamente associadas a uma memória coletiva.

Memória, conceito amplamente discutido por Maurice Halbwachs em sua obra “Memória coletiva”, contribui com esta pesquisa a partir do momento que estabelecemos que o que sustenta o patrimônio cultural são as memórias, em especial, as memórias coletivas referenciais das memórias individuais. “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos.” (HALBWACHS, 2003, p.30).

Halbwachs afirma ainda que a coletividade é essencial para a permanência da memória, é ela que sustenta as lembranças individuais, usando como exemplo a importância do grupo para que mantenhamos as memórias vivas, uma vez que o indivíduo do grupo se afasta, torna-se muito mais difícil lembrar, a memória é, portanto, um processo coletivo.

Somado a esta discussão é possível relacionar os conceitos de memória e patrimônio, onde Le Goff (1994) faz considerações acerca do pensar e do conhecer, tendo como eixo base a preocupação com a memória, impedindo que os acontecimentos se percam no fluir do próprio tempo. A experiência dos espaços estrutura os padrões de identificação do sujeito com o meio ambiente. Assim traduzindo a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas (LE GOFF, 1994).

Outro autor que também colabora para esta conceituação é Tuan (1983, p. 10), que afirma que “experiência é aprender, compreender; significa atuar sobre o espaço e poder criar a partir dele”. Portanto, é necessário que o processo cognitivo se desenvolva, através da percepção e da apreensão do espaço, para que o indivíduo possa conhecê-lo e ter a consciência da possibilidade de sua atuação sobre ele. Neste contexto, acredita-se que o lugar expressa os significados e o sentido da experiência vivida. Como o próprio autor enfatiza, quando afirma que “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. (TUAN, 1983, p. 6).

Já para Relph (1976), o lugar não pode ser definido em termos de localização, e sim, na construção da identidade das pessoas, ou seja, quanto maior a relação entre a pessoa e o lugar, maior é a identidade entre eles. O autor destaca que na experiência do lugar existe a sensação de pertencimento, da própria vivência prolongada, fundamental para a caracterização do lugar.

Portanto, a memória imprime grande importância no processo de afirmação identitária, sejam elas individuais ou coletivas, viabilizando o reconhecimento à identidade e existência de grupos minoritários ou desfavorecidos, empoderando-os a partir de sua própria historicidade consolidando assim seus direitos (NASCIMENTO, 2015).

Os lugares de memória constituem-se, em materializações dos sentimentos e dos interesses predominantes em cada época. Sentimentos e interesses que acabaram por determinar a condenação ou a celebração, a memória ou o esquecimento dos episódios e de seus personagens.

Todas as construções culturais são feitas em cima de determinadas ideias de identidade, esse conceito por muito tempo firmado nas concepções de nação, nacionalidade, passa no momento por redefinições. Stuart Hall (2014) discute as formas através das quais estamos numa transição entre a identidade nacional para uma pluralidade de identidades concebidas dentro de um mundo global.

Identidade, aqui entendida também como vinculada a etnicidade, uma vez que o município escolhido para o estudo possui fortes indícios de valorização de sua identidade étnica, que remete às origens da colonização alemã. Identidade será aqui entendida como uma relação de pertencimento a certa origem, tradições em comum com um grupo social vinculado a um determinado território.

Como etnia ou etnicidade entendemos “a delimitação teórica agregada a identidade (e seus aspectos subjetivos) e a noção de fronteira (social) que delimita o pertencimento a um grupo ou comunidade.” (SEYFERTH, 2011, p. 47). Nesse caso as comunidades estudadas possuem nas suas origens a ideia de etnia vinculada à nação de origem, assumindo no Brasil a formatação de colônia como comunidade étnica.

A MEMÓRIA, A IDENTIDADE E O DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

O conceito de desenvolvimento ampliou sua abrangência nas últimas décadas. Inicialmente concebido apenas dentro do âmbito econômico, percebendo exclusivamente crescimento econômico como desenvolvimento, a abordagem via aspectos como PIB – Produto Interno Bruto, rendas e a participação no mercado internacional como indicativos de desenvolvimento era o que apontava o estágio de desenvolvimento de um país ou região.

O entendimento mais atual do conceito busca observar mais aspectos como a garantia de direitos dos cidadãos e a qualidade de vida da qual usufruem as pessoas em determinado local. Observar isso leva em conta muito mais aspectos do que a economia e a renda per capita, uma vez que este último índice pode esconder grandes desigualdades sociais, indo contra o desenvolvimento.

Além disso, há ainda a preocupação com a sustentabilidade dos modos de viver atuais, ou seja, perceber até que ponto a utilização dos bens irá viabilizar a presença dos mesmos no futuro. Essa ideia se aplica aos bens naturais, mas também cabe perfeitamente nas preocupações com os bens culturais, a forma de lidar com os mesmos pode fazer com que se esgotem logo ou possam ser usufruídos por várias gerações.

Kashimoto *et al* (2002) tratam de justificar a importância de considerar o viés cultural das comunidades ao planejar desenvolvimento. Inicialmente argumentam que é a perspectiva cultural que vai “humanizar” os projetos de desenvolvimento, no sentido de que é a cultura que “humaniza o homem”, ou seja, é a sua carga de conhecimentos, tradições e educação, recebidos do arcabouço de conhecimentos da humanidade que vai fazer com que o homem se reconheça como tal, perceba a sua essência.

Posto isso, fica clara a importância da cultura numa dimensão global, mas os autores falam ainda da cultura local como mecanismo de reconhecimento de alternativas de desenvolvimento mais apropriadas, ou seja, se a pessoa souber de sua cultura, daqueles elementos que a diferenciam de outras culturas, as chances dela perceber qual o melhor caminho para o seu desenvolvimento são muito maiores. Assim, “portanto, a valorização da cultura popular contribui para que a sociedade fortaleça a individuação e a autoestima diante do Outro, numa busca de desenvolvimento originário de sua própria criatividade e conforme os seus valores, [...]”(KASHIMOTO *et al*, 2002, p. 36).

Reforçando, os autores declaram que as chances de sucesso de projetos de desenvolvimento que respeitem a cultura das pessoas envolvidas são muito maiores, pois há muito menos chances de adesão a projetos que modifiquem as rotinas cotidianas das comunidades.

Nesse sentido, melhor seria se as comunidades pudessem apropriar-se de suas culturas de tal forma que fossem elas mesmas a tomarem a iniciativa em relação ao seu desenvolvimento, reconhecendo os mecanismos e dinâmicas culturais que formam a sua identidade como base da formulação de possibilidades de melhoria na qualidade de vida. “Todavia, mais do que ao pesquisador, importa à comunidade reconhecer essa autoidentificação cultural e assumir esse eficaz instrumento com o objetivo de se tornar protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento local.” (KASHIMOTO, 2002, p. 39).

Andion (2003) traça uma linha de trajetória entre as concepções clássicas de desenvolvimento e as atuais formas de pensar este conceito. Ela coloca inicialmente a concepção geral do termo como “[...] sinônimo de promoção de crescimento, progresso e aumento de riqueza, caracterizando o estágio econômico, social e político de uma dada comunidade com altos índices de rendimento dos fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais)” (ANDION, 2003, p. 1035).

Em contraposição aos modelos globais de desenvolvimento econômico, percebe-se a importância do fortalecimento das redes econômicas, sociais, culturais e ambientais locais. “Na realidade, essa interação com o global, mais do que enfraquecer as relações de proximidade, as reforça, pois leva à definição de estratégias de adaptação que exigem a promoção da solidariedade local e a ampla participação dos atores envolvidos.” (ANDION, 2003, p. 1045).

Ainda sobre desenvolvimento regional a autora finaliza expondo acerca da importância do fortalecimento das redes de interação, explicitando diversos aspectos dessas redes, sobre os quais, dentro das regiões, como fundamentais para o fortalecimento dos elementos locais, garantido mais sucesso para os projetos de desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em comunidades, cujo passado ainda é representado quase que exclusivamente pela presença dos imigrantes europeus a necessidade de se estabelecer políticas de ações afirmativas para a promoção do combate ao racismo e da igualdade racial, são questões urgentes.

A diversidade cultural presente na sociedade é um indicador da pluralidade dos povos de sua formação e composição. Discutir as questões étnico-raciais na perspectiva de desenvolvimento de determinada região, segundo os autores citados, é primordial para o sucesso dos projetos de desenvolvimento instaurados nesta localidade.

Para tanto os conceitos como etnia, diversidade, identidade, diferença, memória e patrimônio devem ser analisados a partir da perspectiva cultural, e relacionados com o contexto ambiental, a fim de promover a construção da relação identitária entre o indivíduo e o espaço em que habita, através do reconhecimento da sua cultura, etnia e afirmação social.

Pensar na extinção do racismo e dos estereótipos de inferioridade étnica, assim como, as expressões preconceituosas em razão da cultura e identidade de um povo, seja talvez, uma questão utópica. Porém, não se pode calar a demanda em meio as constantes propostas que visam o desenvolvimento, seja ele regional ou global. Não há como pensar em desenvolvimento reforçando vícios retrógrados e abdicando visibilidade a todos os povos formadores da nossa sociedade. Cultura e identidade são elementos fundamentais na construção da ambiência cidadã de qualquer indivíduo, seja ele de qualquer etnia.

Não cabe somente a escola o exercício desta reflexão. A Educação para as Relações Étnico-Raciais deve ultrapassar os muros dos prédios físicos das instituições de ensino, e chegar a todos os ambientes sociais, sejam eles espaços públicos ou corporativos. A equidade racial que se busca passa não apenas pelo simples respeitar e conviver, mas vai de encontro com a equidade de oportunidades.

Há uma frase do Hino do Estado do Rio Grande do Sul que ressalta um estereótipo de inferioridade, ao afirmar que “Povo que não tem virtude, acaba por ser escravo” sendo entoada com veemência nas diversas cerimônias oficiais. Em pleno ano de 2018 é extremamente necessário que isto seja revisto. Pois de fato, povo que não tem virtude, acaba por escravizar.

Que todos sejam livres destes pensamentos étnico-separatistas. Que possam ser libertos do aprisionamento racial. E que assim, todos consigam vislumbrar desenvolvimento em todas as áreas.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. *Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2015.

ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. *RAP – Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 1033 – 1054, set/out. 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6512/5096>. Acesso em: 24 dez. 2017.

ARANHA, M. L. A. *História da educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. CAPES. *Documento de Área Interdisciplinar*. Brasília, 2013, 85p. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o_ATT27SET.pdf. Acesso em 06 set. 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 dez. 2016.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 14/05/2016.

_____. *História e Cultura Afro-Brasileira. Lei Federal nº10.639/2003*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 14/05/2016.

- CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo, Contexto, 2012.
- CARDOSO, S. R.; FEITOSA, D. M. *Ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos oficiais: desafios na formação docente*. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí, v.2, n.1, 2015, p. 82-97.
- COSTA, R. L. S.; DUTRA, D. F. *A lei 10639/2003 e o ensino de geografia: representação dos negros e África nos livros didáticos*. Porto Alegre, Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia, ago./set. 2009.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. *Africanidades e educação: pensando sobre a inclusão universitária dos afrodescendentes*. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro (Orgs.). *Responsabilidade ético-social das universidades públicas e a educação da população negra*. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2011.
- FERNANDES, J. R. O. *Ensino de história e diversidade cultural: desafios possibilidades*. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.
- GUEDES, E.; NUNES, P.; ANDRADE, T. *O uso da lei 10.639/03 em sala de aula*. Revista Latino-Americana de História, v. 2, n. 6, ago. 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.
- KADLUBITSKI, L.; JUNQUEIRA, S. *Diversidade cultural na formação do pedagogo*. IX Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. 2009.
- KASHIMOTO, Emilia Mariko, MARINHO, RUSSEF, Ivan. *Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento*. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 35-42, mar. 2002. Disponível em <http://site.ucdb.br/public/downloads/9077-vol-3-n-4-mar-2002.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2017.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- MEINERZ, Carla Beatriz. *Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais*. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.42, n. 1, 2017.
- MOREIRA, M. A.; SANTANA, J. V. J. *Formação docente frente ao ensino de história e cultura afro-brasileira: reflexões a partir do município de Itambé/BA*. V FIPED Fórum Internacional de Pedagogia 2013.
- NASCIMENTO, C.L.D. *Memória e identidade: notas sobre as narrativas de um chefe cigano em Patos - PB*. 2015. Disponível em: <http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1020527_01_07_2015_00-08-49_9306.PDF>. Acesso em: 28 nov. 2016.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. *Projeto História*. São Paulo: Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História PUCSP, n° 10, dez. 1993. pp. 07-28.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37 - 48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~sirb/crescimento%20e%20desenvolvimento%20texto.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2017.
- PACIFICO, T. M. *A implantação da lei n.º 10.639/2003 em uma escola da rede pública estadual, no ensino fundamental, na cidade de Curitiba - PR*, 2008, p. 561-571.
- PEREIRA, J. S. *Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei no 10.639*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n° 41, janeiro-junho de 2008, p. 21-43.

- PESAVENTO, S. J. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PIAGET, J. *A epistemologia genética e a pesquisa psicológica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1973.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 2, n3, 1989, p. 3 - 15.
- REGUEIRA, Aparecida Tereza Rodrigues. *As fontes estatísticas em relações raciais e a natureza da investigação do quesito cor nas pesquisas sobre a população no Brasil: contribuição para o estudo das desigualdades raciais na educação*. 2004. 239 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2004.
- RELPH, E. C. *As bases fenomenológicas da geografia*. Geografia, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25. 1976.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Os processos da globalização*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SEYFERTH, Giralda. *A dimensão cultural da imigração*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 77, out. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>. Acesso em 17 mai. 2017.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil*. *Presente: Revista da Educação*, Ano XXX, n. 63, set/dez. 2007, p. 489-506.
- TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel. 1983.
- VERRANGIA, D.; SILVA, P. B. G. *Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n.3, set./dez. 2010, p. 705-718.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO RURAL, A ESTRUTURA PRODUTIVA E TECNOLÓGICA E A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Alberto Machado de Medeiros¹

Jorge Luiz Amaral de Moraes²

INTRODUÇÃO

Os impactos do processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira, iniciado no final da década de 1950, ainda se refletem nas dinâmicas atuais de desenvolvimento brasileiro (GOLDIN; RESENDE, 1993). Na década de 1960, esse processo trouxe uma aceleração do êxodo rural e um empobrecimento de uma parcela de agricultores familiares que permaneceram no campo. Como resultado, a agricultura familiar teve a sua trajetória histórica marginalizada pelas atividades econômicas predominantes.

Esse processo de modernização, que intensificou a mecanização da agricultura, refletiu diretamente na vida dos agricultores familiares. O modelo aplicado ao meio rural, baseado na utilização, em escala, de insumos agrícolas e tecnologias mecânicas, acabou tendo reflexos sobre o modelo de desenvolvimento da agricultura familiar. Entre outras consequências, essas políticas acabaram provocando, nas áreas rurais, uma maior concentração de terras e de renda, prejuízos ambientais e, principalmente, um importante êxodo de populações rurais em direção aos centros urbanos mais próximos. Como resultado, milhares de famílias que perderam as condições de manter as atividades nas suas propriedades e de concorrer com a produção mecanizada dos grandes estabelecimentos agrícolas migraram para os centros urbanos porque ficaram em desvantagem em relação à capacidade produtiva e nas relações comerciais (VANDERLINDE, 2005).

Para Wanderley (2009), o êxodo rural desencadeado nas décadas de 1950 e 1960 afetou uma parcela de agricultores que possuíam sua subsistência baseada na produção familiar, que ficou vulnerável em relação à manutenção das atividades produtivas e à permanência no meio rural. Conforme Vanderlinde (2005), a dinâmica do êxodo rural é considerada um processo decorrente da aplicação das regras do sistema econômico na produção agropecuária.

Atualmente, as políticas públicas voltadas à agricultura familiar vêm tendo um papel relevante na manutenção desse importante segmento de produção de alimentos e matérias-primas agroindustriais no país. Essas políticas buscam garantir as condições de investimento, por meio de linhas de crédito, como as do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com isso, espera-se que, por meio do custeio

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional (FACCAT). Professor do Departamento de Administração da UNIASSELVI. E-mail:

² Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT-RS. E-mail: jmoraes@faccat.br

e do financiamento das atividades, seja possível assegurar a oportunidade e a competitividade dessa produção nos mercados agrícolas e agroindustriais e, por consequência, a sobrevivência da agricultura familiar e a permanência no meio rural.

Para Abramovay *et al* (2003), o desempenho da agricultura familiar no país, antes de tudo, é um desafio à necessidade de produção de alimentos para uma nação. Grande parte da produção de alimentos, que está presente na mesa dos brasileiros, é produzida pela agricultura familiar. Essa agricultura, no Brasil, além de ser extremamente importante para a produção de alimentos, transforma o campo em um local de oportunidade e crescimento, potencializando a geração de renda, a produção sustentável e a manutenção de relações sociais entre os indivíduos.

Nesse mesmo contexto, mas de forma particular, a imagem da juventude rural no Brasil, vem sendo associada ao processo de migração do campo para a cidade, destacando-se o desinteresse dos jovens em continuar vivendo na área rural ou executando as atividades agrícolas. Relacionado a diversos fatores, ficar ou sair do campo ainda é um dilema para muitos jovens rurais e um fator de risco para a sucessão familiar e para a continuidade das atuais atividades produtivas rurais.

Historicamente, a agricultura familiar sofre com a carência de políticas públicas que incentivem a manutenção das atividades produtivas. Ao longo dos anos, o esvaziamento no campo vem afetando diretamente o volume de produção de alimentos no país. Um dos fatores que mais contribuem para o agravamento dessa situação é a baixa oferta de crédito para financiar a produção e a falta de uma gestão mais profissional por parte dos agricultores.

A oferta de crédito aos agricultores familiares, as formas de acesso destes ao crédito e uma boa gestão dos recursos nas propriedades são fatores de relevância para a geração de trabalho e renda. Esses fatores são determinantes da sustentabilidade desse segmento, tendo em vista que a agricultura familiar, por suas peculiaridades, é um segmento que possui um baixo nível de investimento proveniente de capital próprio. Devido a essa característica, essa categoria torna-se dependente de recursos externos, principalmente provenientes de programas governamentais que possuam, como característica, juros baixos e condições facilitadas ou flexíveis de liquidação.

Dessa forma, o crédito rural poderia ter um papel determinante para o sucesso na agricultura familiar, proporcionando oportunidade e estímulo para um bom desempenho na produção, acesso às tecnologias e manutenção da propriedade, aspectos que refletem, diretamente, na melhoria da qualidade dos produtos e na rentabilidade da propriedade. Esses fatores são fundamentais para a permanência na agricultura e para o fortalecimento do processo de sucessão nesse setor. De acordo com Mattei (2001), a partir da década de 1990, o governo passou a direcionar atenção, também, para a agricultura familiar que, há bastante tempo, cobrava incentivos, por meio de políticas de desenvolvimento rural direcionadas a esse segmento. Com a finalidade de atender às necessidades da agricultura familiar, foram criadas políticas públicas direcionadas a esse público.

Nesse cenário, acredita-se que a busca por melhores condições de vida, emprego e renda e a falta de crédito para a modernização tecnológica da produção agrícola podem ter sido os principais fatores que aceleraram o êxodo da população rural do município de Santo Antônio da Patrulha. Por isso, busca-se, com este estudo, responder à seguinte

questão: as políticas públicas de crédito e financiamento agropecuário e de agroindústrias familiares podem representar um fator determinante para a sucessão familiar, a geração de renda e emprego no meio rural e para a manutenção de suas atividades agrícolas e agroindustriais no município de Santo Antônio da Patrulha?

Particularmente, no caso do município de Santo Antônio da Patrulha, por possuir uma concentração de agricultores familiares e uma extensa área rural, que contribui, significativamente, para a produção de alimentos, torna-se relevante um estudo como este para melhorar o cenário da produção agrícola. As conclusões desta pesquisa somar-se-ão aos esforços em benefício do fortalecimento desse importante segmento para o desenvolvimento da região.

O objetivo principal deste estudo foi analisar os efeitos das políticas públicas de crédito e financiamento sobre a estrutura produtiva e tecnológica da agricultura familiar e a sua importância para a geração de renda e emprego dessas famílias e, conseqüentemente, a manutenção das atividades agrícolas nos estabelecimentos rurais de Santo Antônio da Patrulha/RS.

Mais especificamente, buscou-se verificar os principais fatores que podem contribuir para a geração de emprego e renda no meio rural e para a sobrevivência da agricultura familiar do município, identificar a participação relativa do crédito rural no município e estabelecer um paralelo histórico entre a vigência de políticas públicas de crédito e financiamento no país e a evolução da população rural e urbana do município.

O estudo foi realizado no município de Santo Antônio da Patrulha/RS, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas com 30 agricultores familiares, entre agosto e outubro de 2017, sendo a principal fonte de dados primários do estudo. O estudo fez um levantamento das condições socioeconômicas básicas das famílias dos agricultores entrevistadas, buscando avaliar os resultados das políticas públicas de crédito e financiamento sobre a manutenção das atividades produtivas no espaço rural e as perspectivas futuras da agricultura familiar no município. A pesquisa buscou caracterizar as propriedades em vários aspectos, como seu tamanho, tipos de atividades práticas, composição da renda, mão de obra empregada, sucessão, pluriatividade e acesso ao crédito e financiamento.

Como parte da estrutura do texto do artigo, a seguir apresenta-se uma síntese da revisão teórica que serviu de base para o desenvolvimento do estudo, descrevendo-se algumas características do processo de modernização da agricultura e do papel do crédito rural na produção agrícola familiar. Em seguida, destacam-se aspectos do processo sucessório no contexto da agricultura familiar do município de Santo Antônio da Patrulha. Por fim, apresentam-se os resultados da pesquisa com os agricultores familiares e as considerações finais.

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL

Com o desenvolvimento do processo de modernização, a agricultura sofreu alterações expressivas em sua base técnica, que resultaram, principalmente, na mudança do comportamento das relações de trabalho. Isso se deu devido à dispensa de uma considerável parcela de trabalhadores que, na busca de um aumento da produtividade, foram substituídos por máquinas e tratores. Com o avanço do processo, os estabelecimentos agrícolas familiares menores passaram a ter suas atividades inviabilizadas.

De acordo com Pinto e Coronel (2015), Balsan (2006) e Sepulcri e Paula (2005), a modernização da agricultura no Brasil, na década de 1960, pôde ser auferida, principalmente, pelo aumento do número de máquinas, pelo uso de agroquímicos e fertilizantes minerais, decorrente da maior quantidade de crédito agrícola governamental disponível. O êxodo rural estava relacionado ao processo de mecanização da agricultura, pois quando os agricultores familiares não possuíam mais condições de mecanizar e de adquirir as tecnologias necessárias para implantar esse processo em suas propriedades, passavam a ficar em desvantagem no mercado. Esse fato fez com que esses agricultores tivessem que buscar melhores opções, mesmo que essa oportunidade estivesse nas grandes cidades (CASAGRANDE; SOUZA, 2012).

De acordo com Antonello (1996), a implantação de um modelo modernizado de produção agrícola estaria atribuída à disponibilidade de capital para investimento. Os critérios de acesso a essas linhas não contemplavam os pequenos produtores. Isso ocorria devido à situação de que parte desses produtores permaneciam em um ciclo de reprodução estrutural onde a colheita, resultado da produção, destinava-se à sobrevivência do grupo familiar, inviabilizando o investimento na qualificação da produção. A produção proveniente dessas propriedades não interessava ao mercado externo.

No entanto, Abramovay e Veiga (1999) afirmam que a agricultura familiar se fortaleceu a partir do momento que o Estado passou a considerar esse segmento como peça fundamental para o desenvolvimento do país. O PRONAF, nesse contexto, foi determinante na transferência de renda para a agricultura familiar que exerce papel fundamental no que diz respeito à segurança alimentar e ocupação da população rural. De acordo com o mesmo autor, a inclusão promovida por meio do acesso ao PRONAF possibilitou um fortalecimento da agricultura familiar em função da relevância que esse setor representa na produção de alimentos para o mercado interno. O PRONAF desenvolve o sistema de incentivo à produção sustentável por meio dos estímulos à diversificação da capacidade produtiva no núcleo familiar, com o objetivo de fortalecer a permanência e a geração de renda para o homem do campo.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1995, por meio da Resolução nº2.191, do Banco Central do Brasil. Essa resolução foi instituída em 1996, pelo Decreto nº 1946. A implantação desse programa possibilitou o acesso ao crédito, em larga escala, para a agricultura familiar, propiciou um aumento significativo no número de unidades produtivas que geram renda e um aumento expressivo nos níveis de ocupação e na qualidade de vida.

Esse programa considerou o enquadramento da agricultura familiar com base em três características. A primeira é a gestão da unidade produtiva desempenhada por indivíduos que possuam laços consanguíneos ou casamento. A segunda é que parte do trabalho seja realizado pelos membros da família. A terceira é o fato de os meios de produção serem de propriedade do grupo familiar, possibilitando a transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos líderes do grupo familiar (FAO/INCRA, 1996).

A oferta de crédito pode ser um meio de atender às necessidades produtivas e estruturais das propriedades familiares, assim como também, aliar esforços por meio de ações estatais e municipais, buscando eliminar os gargalos que impedem o desenvolvimento dos territórios rurais onde esteja presente a produção familiar.

3 A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

No final do século passado e início deste, ocorreu no Brasil uma redução drástica da população rural (ZAGO, 2016). Apenas em torno de 20% da população do país ainda vive no meio rural. A migração nas regiões da agricultura familiar, inclusive no sul do país, vem ao longo do tempo ganhando força em proporções relevantes. De acordo com Spanevello e Lago (2008), a agricultura familiar possui características distintas, que se diferenciam de outras categorias sociais. O interior dos estabelecimentos rurais são os locais onde ocorre o surgimento das novas gerações por meio da socialização e estilo de vida. Sendo assim, o indivíduo está naturalmente inserido no meio rural, cabendo a ele optar pelo segmento na agricultura ou pela procura de outro meio profissional.

Um dos responsáveis pelo esvaziamento do meio rural é a baixa remuneração gerada pelas atividades. A estrutura econômica do estabelecimento reflete na manutenção da propriedade, favorecendo ou não a ocorrência de um processo sucessório. Diferentemente da atividade urbana, em que o indivíduo depende dos salários, no meio rural essa dependência se torna relativa, visto que a posse da propriedade permite a sobrevivência (WINCK et al., 2013).

A manutenção da agricultura familiar e da vida nos espaços rurais está atrelada a uma série de fatores. A proximidade entre o rural e o urbano possibilita a comparação entre os estilos de vida presentes em cada um desses espaços. O acesso ao consumo e à capacidade de geração de renda são algumas circunstâncias que despertam a reflexão entre sair ou permanecer no meio rural. Nessa movimentação geográfica e social, destaca-se o percentual de jovens, sendo parte desses do gênero feminino. A continuidade da agricultura familiar está relacionada à permanência dos filhos no meio rural, e que esses possuam a vontade de herdar o patrimônio da família. O processo de migração dos jovens, juntamente com o envelhecimento da população no campo, aliados à seletividade do êxodo, agravam a situação da proporção de indivíduos do sexo masculino no meio rural. Esses fatores impõem restrições à continuidade da criação de novos grupos familiares (SPANVELLO e LAGO, 2008).

O êxodo rural dos agricultores, ou a falta de sucessores, que optam por não assumirem a propriedade e as atividades herdadas, contribuem para a diminuição da produção de alimentos, aumento acelerado das populações urbanas e a falta de oportunidade para a ocupação das pessoas. Nos últimos anos, a tensão vivida pela agricultura familiar, no que se refere à migração dos jovens para o meio urbano, segundo Silva (2015), revela um cenário de preocupação para com a produção e manutenção das propriedades da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.

Alguns fatores ainda contribuem com a permanência dos produtores e de seus sucessores, como a proximidade das propriedades do meio urbano, independência financeira, bem como a oportunidade em manter um laço afetivo com a família. Pelo fato de haver uma desigualdade na colaboração dos trabalhos produtivos, praticados nas propriedades da agricultura familiar, os membros do gênero masculino predominam nesse meio.

A capacidade produtiva, no meio rural, tem influência no processo de migração, principalmente dos jovens. Esse movimento intensifica o aumento da população da terceira idade. Os estudos de Camilotto e Stock (2012) indicam que apenas a metade das

propriedades rurais familiares possuem jovens que tenham o interesse de suceder seus pais na manutenção das atividades. Essa perspectiva revela a necessidade de rever e formular as políticas públicas de incentivos aos produtores rurais. Esses mesmos autores afirmam, ainda, que o suporte da assistência técnica e extensão rural têm proporcionado mecanismos que possibilitam alcançar a motivação, visando à melhoria da qualidade de vida da população rural e, ao mesmo tempo, qualificando tecnicamente as propriedades.

A sucessão, nas propriedades da agricultura familiar, deve ser um assunto discutido e planejado ao longo do tempo. Muitos fatores exercem influências e podem definir a continuidade ou não das atividades agrícolas familiares. Fatores como o tamanho da propriedade, quantidade de herdeiros, modelo de produção praticado e a geração de renda estão entre os principais aspectos que influenciam para o sucesso ou insucesso desse processo.

Stropasolas (2011) explica que não existe uma receita para o bom resultado no processo de sucessão nas propriedades rurais, porém alguns critérios são essenciais, como a necessidade dos jovens em se manter no meio rural e suceder os pais nas atividades produtivas. Devem, também, buscar a qualificação educacional e profissional. Nessa consideração, é preciso absorver o conhecimento técnico e administrativo para dar andamento nas atividades da propriedade, sendo que esses fatores podem refletir positivamente no desempenho produtivo e na rentabilidade da produção agropecuária.

De acordo com Coradini (2011), existem outros fatores determinantes para a permanência e para a ocorrência da sucessão na agricultura familiar, que estão ligados à minimização das diferenças sociais e econômicas, a localização geográfica e a cultura do local. Não se pode esquecer, nessa relação das questões tecnológicas, que possuem um impacto significativo no desempenho das unidades produtivas. O consumo e o lazer já fazem parte do cotidiano do meio rural, a proximidade das propriedades do meio urbano favorece para que os jovens rurais possuam um fácil acesso a serviços e entretenimento, possibilitando construir uma visão comparativa desses dois meios.

Um estudo que buscou identificar e analisar a lógica do processo sucessório na agricultura australiana constatou uma carência de agricultores preparados e com a experiência necessária para realizar a produção de alimentos e assumir o comando dessas propriedades (HICKS *et al.*, 2012). A necessidade de modernizar o processo de transição tradicional é essencial para se reverter o cenário atual, buscar a renovação de forma menos onerosa e conflituosa, garantindo o futuro das próximas gerações.

Kischener *et al* (2015), a partir de seus estudos, procuraram verificar os fatores que interferem na sucessão geracional e que influenciam na estratégia de reprodução social da agricultura familiar. Os autores concluíram que os principais fatores que contribuem para a permanência dos jovens no meio rural estão relacionados aos aspectos de renda, convivência na comunidade e projetos de reprodução social da família.

Entre os principais fatores que determinam a permanência do jovem no campo, de acordo com Silva (2015), destaca-se a visão de uma valorização do meio rural, a possibilidade de obter uma melhor qualidade de vida e a maior liberdade quanto aos fatores ligados à renda e horários de trabalho. A qualidade de vida da população jovem, presente no meio rural, de um modo geral, é classificada como positiva, considerando sua relação com a natureza, a qualidade, a quantidade e diversidade de alimentos e as relações familiares. As dificuldades estruturais, como o acesso à educação e serviços de saúde, ou ao

lazer, aspectos presentes nas discussões e no cotidiano dos agricultores, principalmente, na fase da juventude, evidenciam a necessidade de abordar e propor discussões que venham traçar novos caminhos que possibilitem a continuidade da produção nos núcleos familiares (CAMILOTTO e STOCK, 2012).

No entanto, a diversificação de atividades já vem sendo adotada há bastante tempo, tanto nas famílias agrícolas como nas não-agrícolas. Como afirmam Godoy e Wizniewsky (2013), esse fato não deve ser considerado como uma prática inovadora e recente. A pluriatividade é entendida por Wanderley (1997) como a prova da capacidade de adaptação da agricultura familiar, trazendo um novo contexto social, uma forma de proporcionar que as famílias permaneçam no meio rural. Nesse sentido, a pluriatividade é a forma de viabilizar a sobrevivência da agricultura familiar, proporcionando que famílias permaneçam em suas propriedades.

Então, como afirma Kageyama (2001), a pluriatividade passa a ser um instrumento para entender a produção familiar. A pluriatividade é o fenômeno da redução do peso das atividades agrícolas, quando pensamos na renda dessas pessoas. Como consequência, essas famílias geram múltiplos empregos com uma fonte de renda diversificada. O desenvolvimento das atividades agroindustriais familiares também contribui para a geração de ocupações da força de trabalho. A pluriatividade possui a capacidade de criar um cenário de diversificação e reprodução social da agricultura familiar, possibilitando, assim, o acesso ao mercado de trabalho, renda e estabilidade, oportunidade aos jovens que possuem interesse em manter a produção nas propriedades da agricultura familiar.

Os desafios presentes na fase de sucessão estão entre alguns dos fatores que exercem influências na permanência dos agricultores familiares no meio rural, desempenhando suas atividades produtivas e sociais. Além disso, a sobrevivência desse segmento produtivo, no presente cenário, exige uma capacidade de adaptação constante, principalmente no que diz respeito às condições estruturais, tecnológicas, financeiras e comerciais. A geração de renda está entre os mais importantes pilares da sobrevivência da agricultura familiar, por isso a pluriatividade vem sendo um fator diferencial e estratégico nesse contexto.

O desenvolvimento de fontes de geração de renda na agricultura familiar está relacionado à capacidade produtiva e diversificada da propriedade e da força de trabalho dos indivíduos que compõem as famílias. Porém, o alcance dessas condições depende de políticas públicas que viabilizem o acesso ao crédito e ao mercado.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO

O município de Santo Antônio da Patrulha também é conhecido pela produção de cana-de-açúcar. Essa atividade produtiva foi responsável por reconhecer o município como a “terra da cachaça e da rapadura”. Essa cultura, por muitos anos, foi sinônimo de prosperidade e desenvolvimentos na região que, a partir de sua implantação pelos açorianos, passou a ser, até o ano de 1980, o município com a maior produtividade no estado. Sendo assim, foi-lhe conferido o título de “Terra dos Canaviais”.

Conforme dados do Banco Central (2016), o acesso às linhas de crédito e financiamento do PRONAF, destinadas aos investimentos nas atividades produtivas da agricul-

tura familiar, no município de Santo Antônio da Patrulha, existe um predomínio de linhas relacionadas ao investimento e custeio da produção agrícola, mas que sofreu uma redução na quantidade de contratos formalizados no município, entre 2013 e 2016, quando passou de 400 contratos para aproximadamente 250. No entanto, no que se refere ao volume de recursos liberados, por meio do PRONAF, percebe-se que ocorreu um aumento na quantidade de recursos ofertados para as atividades agrícolas, crescendo de R\$ 40 milhões, em 2013, para mais de R\$ 100 milhões, em 2016. Isso demonstra uma possível concentração dos recursos em uma quantidade reduzida de contratos, revelando, assim, um possível aumento da dependência dos recursos em benefício de manter as atividades produtivas.

Foi possível, também, identificar que a principal cultura beneficiada pelos recursos do PRONAF no município foi o arroz. Outras culturas, como a cana-de-açúcar, mandioca e milho, possuem menores participações em relação ao volume de recursos. O levantamento desses dados também possibilitou perceber as principais destinações dadas aos recursos relacionados aos investimentos, sendo possível perceber que os principais investimentos estão relacionados à mecanização da produção, ganhando destaque a aquisição de tratores, implementos e outras máquinas, destinadas ao cultivo de arroz.

Na tabela 1, apresenta-se a evolução da população no município de Santo Antônio da Patrulha, entre 1970 e 2010. Os dados retratam a diminuição da população total num patamar de 25,9% nesse período. A diminuição da população rural foi responsável por caracterizar essa redução, visto que a população urbana apresentou um aumento considerável de 79% nesse mesmo período (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução populacional de Santo Antônio da Patrulha/RS

Ano	População Total	População Rural	População Urbana
1970	53.626	37.921	15.705
1980	41.363	25.033	16.330
1991	40.607	19.542	21.065
2000	39.035	15.552	23.483
2010	39.685	11.571	28.114

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de informações dos Censos Demográficos IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

De acordo com os dados apresentados na evolução da população do município de Santo Antônio da Patrulha, essa registra uma redução de 27% da população total do município. A população rural teve uma redução total de 69%, destacando-se a década de 1970, quando o índice de redução foi de 34%, ficando, nas décadas seguintes, na média de 23%. Os dados sobre a redução da população rural do município evidenciam o contínuo movimento de êxodo rural que se reflete diretamente, no volume da produção de alimentos em Santo Antônio da Patrulha.

A produção agrícola, no município, apresenta uma expressiva diminuição no volume produtivo de mandioca, feijão e cana-de-açúcar que, juntamente com o milho, são as principais culturas praticadas pela agricultura familiar. A redução média do volume de produção alcançou 76% na comparação entre os anos de 1970 e 2000. A produção de

cana-de-açúcar, utilizada principalmente pela agroindústria familiar, apresentou uma redução de 93% no mesmo período (IBGE, 2006).

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos que fizeram parte da pesquisa, verificou-se que existe uma prevalência daqueles menores, sendo que as propriedades estudadas possuem, em sua maior parte, tamanhos de 4 a 7 hectares. Essa relação contribui para a consideração da concentração de pequenas propriedades dentre a amostra estudada, relacionando, também, ao baixo volume produtivo e a quantidade de pessoas envolvidas nas atividades dessas propriedades que apresentam tamanhos reduzidos.

Em relação à produção nas propriedades, verificou-se que a criação de bovinos, equinos, galinhas e suínos está presente, respectivamente, em 73,3%, 63,3%, 80,0% e 53,3% das propriedades. Dentre as culturas, ganham destaque a produção de cana-de-açúcar, presente em 80% das propriedades, produção de mandioca e milho que, respectivamente, são cultivados em 53,3% e 56,7%. Por fim, outro destaque está relacionado à produção de arroz em casca que, apesar de estar presente em apenas 8 das propriedades pesquisadas, somam uma área de produção que chega a 1.020 hectares.

A produção de gado leiteiro está presente em algumas propriedades, porém destinada, em grande parte, apenas ao consumo dos agricultores, não se desenvolvendo como uma atividade em prol da geração de renda. Da mesma forma, ocorre com o gado de corte, que por sua vez, são utilizados no trabalho produtivo, no preparo das lavouras, inviabilizando, assim, a venda e a obtenção de uma renda constante a partir dessa atividade.

A produção de cana-de-açúcar, conforme foi evidenciado, é uma atividade praticada na maioria das propriedades. Isso foi motivo de desenvolvimento e geração de renda por muitos anos nessa região, que é lembrada, inclusive, como terra da “cachaça e da rapadura”. Muitos dos agricultores entrevistados, principalmente os mais velhos, destacaram que a cana-de-açúcar e o melado de cana, utilizado na produção de rapaduras, eram as principais atividades econômicas dentro das propriedades da agricultura familiar.

Com o desenvolvimento do estudo, percebeu-se que a falta de pessoas para prosseguir com a produção e as exigências sanitárias inviabilizaram o seguimento da atividade de processamento da cana-de-açúcar que resultava no melado. Esse processo de tramitação para uma atividade agroindustrial foi inviabilizado pela falta de recursos financeiros e garantias comerciais quanto à destinação da produção realizada na grande parte das propriedades envolvidas com o processamento da cana-de-açúcar.

Essa produção agroindustrial requer o atendimento de uma série de exigências legais que regulamentam essa atividade. A falta de investimento para adequar a produção agroindustrial na propriedade pode determinar a não autorização e certificação do agricultor como apto a realizar a produção dessa matéria-prima. O volume de recurso necessário para investir e adaptar as instalações da agroindústria, a falta de linhas de crédito e garantias de mercado estão entre os principais fatores que contribuíram para o abandono dessa atividade.

A renda obtida em algumas propriedades é proveniente da produção de melado, destinado, de forma exclusiva, para as indústrias de alimentos. No entanto, as poucas propriedades que ainda produzem, ou que produziam melado, atividade claramente caracterizada como agroindustrial, identificou-se, a partir das entrevistas realizadas, a falta de incentivos e de informações. O melado de cana, produzido na região, é uma das prin-

cipais matérias-primas utilizadas nas indústrias produtoras de rapaduras. A estrutura produtiva presente nessas propriedades não atende às exigências estabelecidas, sendo que a regularização dos estabelecimentos demandaria uma série de investimentos.

Com a escassez do melado de cana, um reflexo do abandono da produção realizada pelas propriedades da agricultura familiar da região, a produção passou a utilizar o açúcar branco e a glucose de milho. Dessa forma, percebe-se uma lacuna que poderia ter sido preenchida por meio de políticas públicas que viabilizassem a manutenção e o desenvolvimento da produção e o processamento da cana-de-açúcar no município.

Outro ponto a ser destacado é o potencial turístico existente no município. Parques temáticos destinados ao lazer desenvolvem suas atividades baseados na abordagem da história da produção da cana-de-açúcar, da cachaça e da rapadura. Além disso, eventos promovidos pela prefeitura municipal contribuem para a comercialização dos produtos e divulgação das marcas. A descontinuidade da produção acaba desestimulando a manutenção dessa identidade, reflexo da falta de incentivos e apreço por essas atividades produtivas.

A quantidade de pessoas que compõem as famílias está diretamente relacionada à quantidade de pessoas envolvidas nas atividades produtivas. Percebe-se que o número reduzido de pessoas, em grande parte das famílias, reflete no desempenho produtivo das propriedades. Aliado a esse fato, alguns dos integrantes das famílias optam por desempenhar outras atividades ou profissões. Isso é percebido entre os que ofertam sua força de trabalho às empresas dos diversos ramos de atividade na região. O direcionamento a essas outras atividades ou profissões influenciam, de forma direta, na futura manutenção dessas propriedades, visto que, possivelmente, esses integrantes não terão o interesse em dar continuidade às atividades agrícolas. Isso se deve, fundamentalmente, à falta de conhecimentos sobre as práticas agrícolas e sobre gestão da propriedade ou à questão da viabilidade financeira discutida e questionada por essa categoria.

Quanto ao nível de escolaridade, relatado pelos agricultores entrevistados, verificou-se que 20% dos entrevistados está na condição de analfabetos, 13,3% são alfabetizados, 26,7% possuem o ensino fundamental completo e 13,3% são agricultores familiares com formação técnica. O município de Santo Antônio da Patrulha tem um indicador de analfabetismo de 9,1% (FEE, 2010), estando bem além do indicador do estado do Rio Grande do Sul, que é de 4,5%. Esse fato contribui para uma percepção pessimista quanto às oportunidades de qualificação técnica e profissional dos agricultores abordados. Observa-se que a ocorrência desse fato está relacionada ao êxodo rural das famílias, ou de parte delas, em especial dos jovens, para as regiões urbanas mais desenvolvidas, buscando a possibilidade de acesso à educação e às oportunidades de emprego.

5 FATORES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA A PERMANÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

Para muitos agricultores, o espaço rural é considerado de bastante tranquilidade. Destacam que, apesar de ter ocorrido um aumento da violência na região, esse meio ainda possibilita uma garantia de uma melhor qualidade de vida. Fatores como violência, aglomeração de pessoas e o custo de vida são os principais fatores que determinam vantagem em relação ao meio urbano.

Alguns agricultores entrevistados destacam que, por mais que o acesso a determinados serviços não esteja disponível no município, a proximidade existente entre o município e a região metropolitana, com destaque para as cidades de Porto Alegre e Gravataí, contribui para a satisfação de muitas das necessidades desses agricultores. Serviços médicos, manutenção de máquinas e implementos agrícolas, acesso ao comércio em geral e lazer estão entre os principais serviços em que os agricultores necessitam recorrer a outras cidades. Essa é uma relação que Coradini (2011) destaca em sua obra. O acesso ao consumo e ao lazer são necessidades presentes no cotidiano dos agricultores.

A partir da fala dos agricultores mais idosos, perceberam-se as suas dificuldades na hora de acessar serviços médicos, indisponíveis na localidade e, dependendo da complexidade, indisponível no município. A exigência de deslocamento, quando do atendimento dessas necessidades, muitas vezes, proporciona gastos e transtornos a esses agricultores, pois alguns serviços de saúde somente são encontrados em Porto Alegre e Gravataí, destacando a importância de estar próximo à região metropolitana, o que facilita o acesso ao comércio e a determinados serviços.

Outro aspecto está relacionado ao acesso à educação. A região metropolitana está entre os principais destinos de muitos estudantes que buscam a qualificação acadêmica. Algumas oportunidades, como o ingresso em universidades públicas, conforme relato de um dos agricultores, somente foi viabilizado perante a mudança para a capital. Na fala de Camilotto e Stock (2012), é possível perceber a relevância dada pelos autores em relação à importância do acesso à educação, saúde e lazer pelos agricultores, principalmente pelos jovens agricultores que almejam dar segmento à manutenção das propriedades rurais.

Os entrevistados também deram destaque ao menor custo de vida no meio rural, alguns agricultores relataram as vantagens em permanecer no meio rural, pois as despesas para manter a sobrevivência nesse espaço são relativamente menores que os custos presentes no meio urbano, dizendo que só se paga a energia elétrica consumida e que ainda não se paga água e IPTU. O custo de vida, no meio urbano, é, constantemente, citado pelos entrevistados quando são questionados sobre os motivos de se manterem no meio rural. Essa relação também é percebida por Winck *et al.* (2013) ao destacar a dependência dos indivíduos residentes nas localidades urbanas de uma renda salarial em benefício de custear sua sobrevivência, enquanto o agricultor possui uma dependência apenas relativa quanto a essa fonte de recursos.

Assim, percebe-se, por meio dos relatos dos agricultores, a importância de estarem próximos ao meio urbano, uma vez que determinadas necessidades dependem do deslocamento dos agricultores a outras cidades. Comércio específicos, como farmácias e lojas dos mais variados segmentos, serviços médicos e de manutenção também estão entre os estabelecimentos comerciais não identificados na localidade rural.

Em relação ao fato de abandonar as atividades produtivas e o meio rural, as entrevistas revelaram que a produção agrícola, em grande parte das famílias, não gera renda suficiente para a manutenção da propriedade e o sustento do grupo familiar. Esse fato pode ser relacionado com a fala de Kautsky (1980) *apud* Schneider (2003) que relaciona a permanência do grupo familiar, no desempenho das atividades agrícolas e a sua capacidade de gerar recursos de capital a partir de sua produção. Em muitas propriedades, a produção restringe-se apenas ao cultivo de hortaliças e aves, produtos destinados ao consumo

próprio, reforçando, dessa forma, que as propriedades, em sua maioria, não sobrevivem, exclusivamente, da sua produção.

Com os dados coletados nas entrevistas, foi possível identificar o destino dos agricultores que decidiram abandonar as propriedades rurais. Os agricultores que decidiram ir embora, foram para a região metropolitana, cidades em que existe uma concentração grande de indústrias e oportunidade de trabalho.

Muitas propriedades, em que a agricultura familiar era desempenhada, deram lugar a vilas, onde são comercializados lotes de terrenos a outras famílias. Na maioria, são trabalhadores urbanos que viram, nessas localidades, a possibilidade de adquirir terrenos com valores acessíveis. Muitos dos proprietários desses terrenos não possuem o registro, isso pelo fato de não haver a devida regularização da antiga propriedade rural que ali existia

5.1 O trabalho familiar e a sucessão rural

Em relação ao processo sucessório, identificou-se que, em 14 das famílias entrevistadas, 46,7%, não incentivam os filhos a permanecerem e darem continuidade às atividades produtivas. Por outro lado, em 53,3% das propriedades os relatos vão ao encontro do incentivo, por parte da família, em discutir e promover a permanência dos jovens e a manutenção da produtividade nessas propriedades.

A realidade encontrada possibilita realizar um paralelo aos estudos de Camilotto e Stock (2012) que, em suas falas, mencionam que, em apenas a metade das propriedades da agricultura familiar, existe a intenção dos jovens em dar continuidade às atividades produtivas. A falta de sucessores, ou a expectativa quanto à permanência dos jovens no meio rural, desempenhando as atividades agrícolas em regime familiar são discussões que não estão mais em pauta em muitas das propriedades. Percebe-se que o responsável por inviabilizar a permanência e a manutenção das atividades agrícolas está relacionado à incapacidade da propriedade em gerar renda suficiente para a manutenção das pessoas que ali vivem e compõem as famílias. A necessidade dos recursos financeiros, em benefício de prover a sobrevivência das pessoas e atender as suas necessidades de consumo, somam-se às condições comerciais restritas, ao baixo volume de produção apresentado, à dificuldade de acesso ao crédito, a conflitos familiares, ao tamanho das propriedades, à estrutura instalada, ao acesso a serviços básicos, dentre outros.

A questão da permanência e sucessão, em algumas das propriedades, ainda é um assunto pouco discutido ou já resolvido, uma vez que alguns dos jovens já desempenham outras atividades fora das propriedades e não possuem interesse em desenvolver as atividades agrícolas. Percebe-se que, entre as propriedades maiores, o assunto sucessão é tratado de uma melhor forma uma vez que, na maioria dessas famílias, os filhos estão inseridos nas atividades das propriedades e conhecem o sistema produtivo desempenhado nessas unidades familiares.

Uma tendência quanto à ocorrência da sucessão, em algumas propriedades, está relacionada ao discurso dos agricultores que destacam a renda gerada na propriedade e a dificuldade para se adaptar às atividades fora das propriedades, como, por exemplo, emprego na indústria. Os hábitos desenvolvidos a partir da relação com as atividades agrícolas, como a flexibilidade de horários e deslocamento, podem ser destacados nesse sentido.

Os rendimentos gerados, apesar de serem caracterizados pela ocorrência da sazonalidade, principalmente nas propriedades produtoras de arroz, possibilitam uma maior comodidade quanto à disponibilidade de recursos para atender às necessidades do grupo familiar.

A perspectiva de um futuro na agricultura familiar é percebida entre as propriedades maiores, principalmente, nas que se dedicam à produção de gado de corte e/ou ao cultivo de arroz. Nessas famílias, identifica-se um perfil de gestão e organização mais claro que nas propriedades menores. A distribuição das atividades, planejamento financeiro e estratégias de plantio estão entre as principais competências percebidas. A estrutura presente nessas propriedades, com destaque para as máquinas agrícolas e instalações de infraestrutura, contribuem para a manutenção das atividades e volume de produção. A maioria dessas propriedades está comprometida com o pagamento de financiamentos de longo prazo. Dessa forma, a produção é considerada uma obrigatoriedade entre elas.

5.2 Geração de renda e de ocupações

A partir das respostas das questões que objetivavam coletar dados a respeito da renda familiar dos agricultores, verificou-se que 40,0% deles possuem rendas provenientes da produção agrícola associada a serviços rurais prestados a terceiros, 16,7% são originadas, exclusivamente, de benefícios previdenciários e, com o mesmo percentual, as famílias que possuem suas rendas advindas de benefícios previdenciários associados à produção agrícola praticada nas propriedades (Tabela 2). Observa-se que os benefícios previdenciários, principalmente as aposentadorias, possuem uma presença relevante na composição da renda dos agricultores. Isso demonstra a relevância dessa fonte de renda para a sobrevivência e a manutenção das propriedades daqueles desprovidos de renda e de capacidade produtiva. Em apenas 10,0% das propriedades a geração da renda familiar provém exclusivamente das atividades agrícolas.

Tabela 2 - Origem da renda das famílias rurais de Santo Antônio da Patrulha/RS

Origem	Qtd. Propriedades	%
Benefícios previdenciários e produção agrícola	5	16,7%
Benefícios previdenciários	5	16,7%
Benefícios previdenciários e arrendamento	1	3,3%
Produção agrícola e prest. de serviços rurais	12	40,0%
Produção agrícola e emprego assalariado	4	13,3%
Produção agrícola (de forma exclusiva)	3	10,0%
Total	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017).

Os benefícios previdenciários, como as aposentadorias e pensões, possuem um importante papel na permanência das famílias no meio rural e na manutenção das propriedades. Muitos dos agricultores possuem como sua principal fonte de recursos. Sendo assim, em alguns casos, pela condição da idade, que os impossibilita desempenhar o trabalho, passam a permanecer nas propriedades familiares, desenvolvendo a criação de ani-

mais e o cultivo de alimentos para o consumo próprio. A importância dos benefícios para a subsistência das famílias pode ser percebida nos relatos dos agricultores entrevistados. Um fato que chama a atenção está relacionado à possibilidade de vincular os benefícios a captações de créditos consignados, que, às vezes, são utilizados para fins de investimentos.

No levantamento realizado, verificou-se, também, que 53,3% das famílias possuem integrantes que exercem atividades de trabalho fora da propriedade, caracterizando, assim, a pluriatividade. As atividades desempenhadas possuem o intuito de complementar a ocupação dos indivíduos e a renda familiar, sendo que as práticas agrícolas se mantêm como a principal fonte de renda. Dessa forma, conforme mencionou Kageyama (2001), a diversificação das fontes de rendas é fator determinante para manter a sobrevivência, ocupação e redução da pobreza nos espaços rurais.

As atividades praticadas fora das propriedades e suas respectivas rendas resultam na própria condição de manutenção de uma parcela expressiva das propriedades. A falta de potencial de geração de renda, proveniente apenas das atividades agrícolas, reflete na necessidade de desenvolver atividades fora do contexto familiar que se estendem desde a troca de serviços entre agricultores familiares até a oferta da força de trabalho no meio urbano.

As atividades relacionadas à prestação de serviços, tanto rurais como urbanas, representam 40% dos casos pesquisados no município, sendo que desse montante, 58,3% estão ligados a serviços prestados com máquinas agrícolas a outras propriedades e 25% à prestação de serviços com tração animal. Quanto aos empregos assalariados, estes possuem uma representatividade de 13,3% das propriedades que apresentaram a prática de alguma atividade fora do contexto familiar, com destaque para a indústria de transformação, com metade deste percentual.

Verificou-se que a pluriatividade está presente em muitas das propriedades pesquisadas, sendo que as atividades praticadas fora das propriedades, em parte, são responsáveis pela sobrevivência das famílias. Uma parcela da renda auferida com essas atividades externas é aplicada na manutenção dos estabelecimentos rurais, reforçando, dessa forma, a dificuldade de algumas propriedades em desenvolver algum tipo de renda a partir das práticas agrícolas.

Uma parcela expressiva dos agricultores possui a composição de suas fontes de renda bem diversificadas, principalmente relacionadas à prestação de serviços a terceiros de modo informal e o emprego nas indústrias da região. Essas fontes viabilizam, além do sustento das famílias, a possibilidade de realizar investimentos nas propriedades. Em especial, nessas famílias, percebe-se que a produção das propriedades apenas complementa algumas das necessidades de consumo do grupo familiar, não possuindo um viés comercial que permita a geração de renda suficiente para a manutenção das atividades. Dessa forma, a prestação de serviço informal fora das propriedades é uma prática corriqueira.

Observou-se, também, que existe uma dependência das rendas obtidas fora das propriedades, sendo que o tamanho do estabelecimento e o modelo de produção presente inviabiliza a sustentabilidade das famílias nessas propriedades que desempenham alguma atividade fora do grupo familiar. Um ponto pertinente está relacionado à cultura praticada em muitas das propriedades. Ocorre um predomínio da produção de cana-de-açúcar, item de baixo valor agregado e demanda de mercado. A produção desse item é destinada, principalmente, à alimentação de animais nas propriedades. A produção de

mandioca é outra cultura predominante, porém, na parte das famílias, esse item é destinado apenas ao consumo próprio, não havendo volume suficiente para a comercialização e a condição de auferir renda a partir dessa cultura.

5.3 A percepção dos agricultores familiares do município em relação à importância do crédito rural

Com base no levantamento realizado, constatou-se que 40% dos agricultores familiares entrevistados nunca acessou qualquer tipo de crédito direcionado para despesas, custeio ou investimento nas propriedades, enquanto que entre os que acessaram linhas de crédito (60%), 38,9% deles acessaram linhas do PRONAF, estando estes vinculados a financiamentos de máquinas, implementos e veículos. Já os 61,1% restantes acessaram outros tipos de recursos, como por exemplo, as provenientes de empréstimos consignados nos benefícios previdenciários dos agricultores ou por meio de recursos provenientes da venda futura de uma parte determinada da produção.

A agricultura familiar tem como uma das suas principais características os estabelecimentos rurais com reduzidas áreas de terra. Esse fato prejudica o seu enquadramento como cliente preferencial, de acordo com as definições estabelecidas pelas instituições de crédito. A ocorrência de um crescimento na área da propriedade ou mudança nas relações de trabalho, que ultrapasse os limites estabelecidos, resulta na descaracterização dessa unidade produtiva.

No que diz respeito à disponibilidade de recursos para os investimentos em benfeitorias e para o custeio da produção, ocorrem situações em que os agricultores demandam por recursos constantes, considerando que, em algumas propriedades, como é o caso dos produtores de arroz, há uma demanda por volumes expressivos de recursos para cobrir despesas operacionais específicas e de insumos. Chama a atenção o fato de que alguns desses produtores recorrem à captação de recursos por meio da antecipação de produção junto a atravessadores ou por empréstimos com outros produtores e agiotas.

Ganha destaque o discurso de agricultores que relatam a falta de disponibilidade de linhas de crédito que sejam adequadas às necessidades de determinados segmentos de produção, visto que as possibilidades ofertadas possuem limites de valores que não atendem as reais necessidades. Nesse aspecto, outro fator refere-se aos prazos e períodos de liberação dos créditos não serem adequados e flexíveis, considerando que muitos agricultores não possuem planejamento e controle das operações. O fator tempo também exerce influência na questão do volume de recursos necessários ao desempenho das culturas, uma vez que a mudança na quantidade da área produzida pode determinar, em certos casos, uma mudança expressiva da quantidade de recurso necessário.

Além disso, o fácil acesso à oferta de crédito, direcionado aos agricultores aposentados, como é o caso do crédito consignado, passa a ser a principal alternativa quando da busca de recursos para investimento nas propriedades. Mesmo tratando-se de uma modalidade que apresenta valores de juros mais elevados, em comparação a outras linhas de crédito, essas estão entre as principais e mais acessadas, devido à facilidade de captação.

A coleta dos dados também possibilitou a identificação das principais tecnologias utilizadas na produção desenvolvida nas propriedades. São ferramentas manuais como

enxadas, pás, facões e foices que foram mencionadas por 100% dos agricultores. A tração animal está presente em 60% dos estabelecimentos familiares, sendo que grande parte deles possui implementos como arados e carretas. Os tratores e implementos associados a esses equipamentos estão presentes em apenas 36,7% das propriedades.

Essa etapa dos dados contribuiu para a identificação do perfil dos agricultores entrevistados no que diz respeito à capacidade de investimento. Entre as propriedades que possuem atividades sólidas e com volumes expressivos, como é o caso das famílias produtoras de arroz, percebem-se os investimentos em máquinas e implementos modernos de valores expressivos. Esses investimentos possuem, por característica, a utilização de linhas de financiamentos direcionadas a esse tipo de investimento. Nesses casos, a principal modalidade utilizada é o PRONAF.

Dentre as demais propriedades, os investimentos em máquinas e implementos estão relacionados a baixos desembolsos financeiros que, por sua vez, não comprometem os orçamentos dos agricultores com longos prazos de pagamento. Dentre esses estabelecimentos, verificam-se investimentos em ferramentas manuais e, principalmente, na manutenção dos implementos já possuídos. Somando-se a isso, a falta de atividades produtivas sólidas, que resultem na geração de renda para honrar os pagamentos, o desempenho das lavouras e os possíveis fatores incontrolláveis, presentes no contexto da agricultura, exercem influências na determinação dos agricultores em optarem pela captação de recursos.

Outro fator relevante destacado pelos agricultores refere-se ao papel das cooperativas de crédito, visto que a agilidade e o baixo nível de exigências garantem, a qualquer tempo, a captação dos recursos, sem que seja necessário um direcionamento quanto às finalidades desse crédito. Esse fato torna-se determinante aos agricultores que, em períodos críticos, como no caso da preparação do solo e do plantio, por exemplo, necessitam de volumes expressivos de recursos para cobrir esse custeio. Muitas vezes, esses recursos não são possíveis de obter por meio de outras linhas de crédito, como o PRONAF e, também, em razão da burocracia e demora na liberação de determinadas linhas em alguns bancos. Conforme mencionam Engelbrecht e Lima (2005), esse papel desempenhado pelas cooperativas passa a ser fundamental para atender às demandas de crédito aos agricultores que, por diversos motivos, não conseguiram acessar outras fontes de recursos.

A falta de uma gestão mais eficiente ou profissional, em grande parte dos estabelecimentos, contribui para a ocorrência de despesas imprevisíveis e urgentes que inviabilizam a captação de recursos com melhores taxas e prazos. Nas propriedades maiores, localizadas nas regiões baixas do município, em que ocorre o predomínio da produção de gado e o cultivo de arroz, os constantes investimentos determinam expressivos volumes de produção e geração de renda. Nessas, a utilização de máquinas e insumos são determinantes para aumentar a produtividade e a renda, necessária para cobrir as despesas operacionais e patrimoniais.

Verificou-se, ainda, que o acesso às políticas públicas de crédito e financiamento beneficiam apenas uma parcela das propriedades, ficando fora desse conjunto de beneficiários, principalmente, as pequenas propriedades que apresentam condições financeiras desfavoráveis e que não possuem estruturas produtivas sólidas. Isso demonstra a manutenção do direcionamento das políticas de financiamento às propriedades com perfis capitalizados, excluindo, dessa forma, as propriedades com baixo desenvolvimento produtivo e situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além das questões relacionadas ao desempenho das atividades agrícolas e à geração de renda, verificou-se, em parte das propriedades, que os agricultores entrevistados possuem prazer em residir na área rural do município. O estilo de vida presente na região e a proximidade relativa à área metropolitana contribuem para a satisfação de uma parte expressiva dos agricultores. O acesso à educação, à saúde e ao comércio de serviços e produtos estiveram entre os principais fatores destacados pelos entrevistados como potenciais motivos para o êxodo rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do PRONAF, na década de 1990, passou a ser um marco histórico e de reconhecimento desse segmento social e produtivo em relação ao atendimento por políticas públicas. Esse Programa, a partir de sua essência de promover o fortalecimento da agricultura familiar, tinha a intenção de inserir as unidades produtivas no mercado, abrindo, assim, a possibilidade da geração de renda sustentável e a manutenção das atividades e do grupo familiar. Porém, as diretrizes do PRONAF, em determinadas situações, apresentam características de um programa excludente e centralizador. Isso determinaria a exclusão de uma parcela dos agricultores familiares, tidos como periféricos, contribuindo para a ocorrência de duras críticas ao programa em detrimento desses fatos.

Nas propriedades que adquiriram máquinas, implementos ou que realizaram outros investimentos de infraestrutura, o acesso ao PRONAF foi o principal meio para viabilizar os investimentos, considerando que essas demandas não influenciam, diretamente, no desempenho da atual safra ou não são emergenciais. Porém, tanto nas propriedades que acessam as fontes de financiamento como nas que não acessam, verifica-se uma carência de gestão qualificada, que vai desde a falta de planejamento financeiro e produtivo até as questões relacionadas à sucessão geracional.

O estudo demonstrou que o processo sucessório na agricultura familiar sofre influências de diversos fatores que podem determinar o sucesso desse processo, isso dependendo da forma como é abordado o assunto nas propriedades. Destacam-se os aspectos relacionados à limitação da renda obtida na produção das propriedades que, algumas vezes, até inviabilizam a manutenção das atividades, obrigando, principalmente, os jovens a buscarem outras oportunidades.

O processo de sucessão na agricultura familiar é ainda um assunto delicado para parte das famílias. A resistência e os conflitos presentes na sucessão são entraves para se alcançar resultados satisfatórios nesse processo. Para que o grupo familiar garanta que essa fase não prejudique o andamento das atividades e sua futura continuidade, é muito importante que se busque, desde cedo, discutir e planejar o processo sucessório.

A modernização das práticas produtivas, qualificação da gestão e a condução do processo sucessório são estratégias determinantes para a sobrevivência da agricultura familiar. A sustentabilidade dessa agricultura envolve, necessariamente, uma mudança imediata e geracional. Torna-se indispensável aumentar os incentivos para encorajar os jovens a permanecerem no campo, possibilitando a eles a manutenção dos costumes, da cultura da região e das famílias. Ou seja, esses incentivos devem, na medida do possível, ser complementados com medidas que incluam os fatores que tornam a vida atraente para as

famílias. As condições de acesso, atendimento médico e a presença de escolas, próximos ao meio rural, são algumas ações que podem determinar a permanência.

É possível perceber que as políticas de crédito e financiamento foram e continuam sendo fatores determinantes para a manutenção das atividades produtivas e, conseqüentemente, para a permanência dos agricultores familiares no meio rural. Essa permanência depende de um conjunto de fatores, como moradia, trabalho, renda e acesso ao consumo de produtos e serviços estão entre os principais aspectos que determinam a manutenção das atividades, o estilo de vida e o desenvolvimento desse segmento de produção. Ficou evidente a exclusão das pequenas propriedades no acesso às políticas públicas de financiamento e a baixa capacidade de geração de renda e emprego da agricultura familiar do município, provocando uma busca por novas oportunidades e formas de geração de renda e emprego, como os empregos na indústria.

O fio condutor deste estudo buscou apresentar as características dos agricultores familiares do município, resultantes da aplicação de políticas públicas de crédito e financiamento, e as perspectivas das famílias que ainda permanecem no espaço rural, principalmente daquelas que ainda continuam atuando em atividades de produção agropecuária. Além dessas, percebe-se a presença de famílias que pretendem exercer atividades não-agrícolas no meio rural, como, por exemplo, agroindustriais, turísticas e de preservação ambiental. E ainda, os resultados deste trabalho refletem a necessidade de se manter a discussão sobre o desenvolvimento rural e do papel da agricultura familiar no município de Santo Antônio da Patrulha-RS.

Esta pesquisa buscou contribuir para a discussão de temas relacionados à permanência da agricultura familiar no meio rural, a diversificação da produção, maior oferta de alimentos e a geração de renda e empregos são alguns dos fatores de importância para o equilíbrio econômico, social e ambiental do país. Por esse motivo, é fundamental que a agricultura familiar receba maior atenção das esferas públicas, com ações que disponibilizem recursos e possibilitem fácil acesso aos mesmos, em favor da qualificação e da viabilização da continuidade das atividades.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. *Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. IPEA. Texto para discussão nº 641/Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, 1999 Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf>. Acessado em: 15 set. 2017.
- ABRAMOVAY, R. et al. *Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar*. São Paulo: Apic, 2003.
- ANTONELLO, I. T. As condições materiais de produção do camponês sertanejo sergipano. In: DINIZ, J. A. F. (Org.). *Agricultura e pequena produção em Sergipe*. Aracaju: NPGeo/UFS e Editora UFS, 1996. p. 41-62.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira/decurent impacts of the agriculture modernization in Brazil. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Matriz de dados do crédito rural: quantidade e Valor

dos Contratos por Município, 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcMunicipio.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Munic%203%ADpio&exibeparametros=true&botoesExportar=true>>. Acessado em 20 set. 2017.

CAMILOTTO, A. H. G.; STOCK, L. A.; Condicionantes do processo de sucessão familiar entre produtores de leite da zona da mata mineira. *Rev. Inst. Latic. "Cândido Tostes"*, São Paulo, v. 67, n. 386, p.91-92, jun. 2012.

CASAGRANDE, A. E. SOUZA, E. B. C. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. *Sociedade e Território*, Natal, v. 24, n. 1, p. 2- 27, 2012.

CORADINI, L.; Projetos profissionais juvenis e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ENGELBRECHT, M. R.; LIMA, E. D. *O processo de modernização da agricultura brasileira e a produção de unidade familiar*. 2º Seminário Nacional Estado e Política Sociais no Brasil, 2005. Disponível em: <<http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco24.pdf>>. Acessado em: out. 2017.

FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília, 1996. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/fao/Perfil.htm>>. Acessado em: jul. 2015.

FEE. *Perfil Socioeconômico Município de Santo Antônio da Patrulha, 2010*. FEE Dados. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!/pesquisa=0>>. Acessado em: 20 set. 2017.

GODOY, C. M. T. WIZNIEWSKY, J. G. O papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar no município de Santa Rosa/ RS. *Desafio Online*. Campo Grande, v. 1, n. 3. 2013.

GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. *A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119 p.

HICKS, J. et al.. Succession Planning in Australian Farming. *Australasian Accounting, Business And Finance Journal*, Austrália, v. 6, n. 4, p.94-110, 2012.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar, primeiros resultados: Brasil, grandes regiões e estado de Federação*. 2009. Rio de Janeiro, IBGE: 2009. 265p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 15 mai. 2017.

IBGE. *Censo Demográfico*. 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t21_rs.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

IBGE. *Censo Demográfico*. 1980. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/75/cd_1980_v1_t5_n22_rs.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

IBGE. *Censo Demográfico*. 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em: 10 out. 2016.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acessado em: jul. 2015.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000847310412200000008473104.pdf>>. Acessado em: jul. 2015.

- KAGEYAMA, A. *As Múltiplas Fontes de Renda das Famílias*. Campinas. UNICAMP 2001. 13 p. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/asmultiplasID-IY3UolJM5D.doc>>. Acesso em: 03 dez. 2017.
- KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A.; Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. *Mundo Agrário*, Pato Branco, v. 33, n. 16, dez. 2015.
- MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4., 2001, Belém. Anais. Belém: SBSP, 2001. 14 p. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/lauromattei/trabalhosbsp.doc>>. Acesso em: 21 nov.. 2017.
- PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. Modernização Agrícola no Rio Grande do Sul: um estudo nos municípios e mesorregiões. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, v. 36, n. 128, p. 167-182, 2015.
- SEPULCRI, O.; PAULA, N., *A evolução da agricultura e seus reflexos na Emater*. 2005 Disponível em <http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/03_Evol_Agri_refl_Emater.pdf>. Acessado em: out. 2016.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99 a 120, fevereiro de 2003.
- SILVA, V. T. C.; *Jovens rurais que permanecem no campo: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos*. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SPANEVERELLO, R. M.; LAGO, A.; Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. *Sober*, Rio Branco, p.1-20, jun. 2008.
- STROPASOLAS, V. L. *Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar*. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2011.
- VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. *R. ra e ga*, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005.
- WANDERLEY, M. N. B. *O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno*. Natal - RN. Resumo dos Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1997. _____. *O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WINCK, C. A. et al.. Processo sucessório em propriedades rurais na região oeste de Santa Catarina. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, Três Corações, v. 11, n. 2, p.115-127, dez. 2013.
- ZAGO, N.; Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, Chapecó, v. 21, n. 64, p.61-78, mar. 2016.

ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA MUNICIPALIDADE DE TAQUARA - RS

Maria Regina de Pellegrin¹

Mario Riedl²

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo avaliar as políticas sociais do município de Taquara-RS, supostamente providenciadas pela municipalidade, tais como assistência à saúde, educação formal, saneamento básico, coleta de lixo, infraestrutura urbana e segurança. Essas questões permeiam em forma de desafio a nossa sociedade.

O poder público, as organizações privadas e a sociedade civil organizada tentam, através da realização de projetos sociais, minimizar tais desafios, que se apresentam cada vez mais complexos.

Segundo Vianna (2002), a política social é entendida como modalidade pública e como ação de governo com objetivos específicos, ou seja, política social é ação governamental com objetivos específicos relacionados com a proteção e a promoção social.

A política social também pode ser considerada uma das fontes de influência no processo do desenvolvimento de um país e, em função da sua diversidade, tanto pode estar associada ao campo propriamente dito social, quanto pode resultar em ampliação da justiça e coesão social, até as interações com a economia, potencializando o crescimento e a produtividade, as mudanças no aparato institucional e ambiental, entre outros (CASTRO, 2012).

Piana (2009) afirma que as políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas no País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos; em outros, como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1991).

Já Oliveira (2004) chama a atenção para a organização e gestão das políticas públicas, ou seja, devem ser efetuadas no sentido de atender às variadas especificidades postas a cada área ou setor, como, por exemplo: saúde, habitação, assistência social, trabalho, etc. Mas, mesmo que uma rede pública de política social atenda à integralidade das especificidades, mesmo que haja um trabalho articulado e complementar entre entidades, serviços, programas e projetos, a mesma não dá conta do atendimento pleno, integral, às necessidades da população.

É necessário, também, para a elaboração de políticas sociais, ter um município interessado e comprometido em avaliar e adequar sua estrutura administrativa, no senti-

¹ Mestra em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT/RS. E-mail: mpellegrin2005@hotmail.com

² Doutor em Sociologia pela University of Wisconsin, Madison, USA. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT-RS. E-mail: marioriedl@faccat.br

do de capacitar servidores e ampliar o relacionamento com o setor privado e a sociedade civil, tendo em vista necessariamente atender aos direitos e interesses dos cidadãos.

Taquara/RS já foi considerado um polo regional, pois tem uma localização privilegiada geograficamente, pois está próximo à capital Porto Alegre, da serra gaúcha e litoral. Na década de trinta, foi um dos maiores produtores de feijão preto do estado. Na década de quarenta, foi considerada capital do “Piretro” pela expressiva produção de flores de piretro utilizadas para fabricação de inseticidas fortemente exportadas para os Estados Unidos. Na década de cinquenta, a criação de gado leiteiro teve destaque juntamente com a produção de calçados onde grande parte produzida era exportada para diversos países. Taquara era, e continua sendo, passagem de milhares de pessoas da região e Estado. Ao longo dos últimos anos, o que tem se destacado é o comércio e a prestação de serviços, mas o município vive, há décadas, uma relativa estagnação, sem desenvolvimento e sem crescimento. De que forma nós, pesquisadores, podemos contribuir para reverter esta situação?

O Desenvolvimento de um município, estado ou país implica o desenvolvimento de pessoas. Cada indivíduo possui valores e uma cultura diferente; é preciso despertar o sentido de pertencimento nesta comunidade, ou seja, desenvolver o capital social da comunidade. O poder público precisa se envolver fortemente nesta batalha por meio de projetos associados à cultura, que consigam inserir o indivíduo nesse ambiente. A educação é o primeiro passo; é necessário despertar o interesse para descobrir as especificidades do ambiente em que se vive; cultura é essencial para a construção da identidade do indivíduo, para que cada um exerça seu papel na sociedade. Sabemos que este processo é lento, mas necessário e deve ser intensificado para que, em um futuro próximo, possamos constatar a mudança que desejamos. O poder público tem a obrigação de prestar assistência social, mas a nós, pesquisadores, cabe apontar, avaliar, sugerir e até participar desta alavanca de transformação. Precisamos de mais atores sociais, pesquisadores, professores, todos engajados verdadeiramente no processo de desenvolvimento social.

Sendo assim, neste cenário marcado por dificuldades crescentes, que abrangem os domínios econômico e social, o poder público tem papel crucial. A complexidade das questões sociais impõe novos desafios, exigindo novos modelos para investigar a relação entre as empresas e a sociedade como um todo. A sociedade, de uma forma geral, precisa agir coletivamente em direção a uma mudança de mentalidade, para que os gestores consigam atingir melhores resultados perante a comunidade.

A proposta da presente pesquisa, que é estudar as políticas sociais no município de Taquara-RS, atende uma demanda relevante não apenas para o meio acadêmico, pois acredita-se que seu resultado possa gerar valor a demandas públicas com o objetivo de articular a criação de novas ações sociais, sejam públicas ou privadas, envolvidas em projetos de desenvolvimento local ou regional que venham a trazer benefícios à população do município de Taquara.

O objetivo geral deste estudo consistiu em realizar uma avaliação das políticas sociais implementadas pela municipalidade e da atuação da Secretaria do Desenvolvimento Social junto às camadas mais pobres do município. E como objetivo específico: Analisar a percepção da população residente em bairros populares frente a atuação da Prefeitura Municipal e da sua Secretaria do Desenvolvimento Social, principal órgão responsável pela implantação das políticas sociais a nível do município.

Por fim, para justificar este estudo, trata-se basicamente de motivação de caráter pessoal, devido ao interesse por áreas que envolvam as relações humanas e a qualidade de vida das pessoas, e por ser este um tema significativo, que busca tratar um dos principais assuntos relacionados ao desenvolvimento.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Fonseca (2002), *métodos* significa organização, e *lógos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

De acordo com Jung (2004), a metodologia é um conjunto de métodos, técnicas e procedimentos que tem por finalidade viabilizar a execução do projeto, obtendo-se como resultado um novo produto, processo ou conhecimento.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em realizar uma avaliação das políticas sociais implementadas pela municipalidade através de uma pesquisa de campo junto ao bairro Empresa o mais populoso do município de Taquara. Para atingir o objetivo deste estudo, realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada.

O estudo, portanto, foi exploratório e descritivo. A Pesquisa descritiva, segundo Prodanov e Freitas (2009), define-se por expor as características de uma determinada população ou fenômeno, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto aos procedimentos metodológicos, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica, documental, e pesquisa de campo. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de instrumentos (FONSECA, 2002).

Os procedimentos utilizados em campo, segundo Lakatos e Marconi (1991), têm o objetivo de conseguir informações e conhecimentos sobre um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Quanto à abordagem analítica, ela foi quantitativa e qualitativa. De acordo com Soares e Castro (2012), a pesquisa quantitativa é proveniente das ciências naturais e os métodos de pesquisa quantitativos também possuem legitimidade nas ciências sociais. Segundo as autoras, tal abordagem é vista como rigorosa e confiável e, em geral, tende a predominar nas ciências físicas. O método quantitativo de pesquisa é visto como o melhor método para acessar a realidade.

Goulart e Carvalho (2005) afirmam que a pesquisa quantitativa enfatiza aspectos como objetividade, a independência entre sujeito e objeto, e a suposta neutralidade do pesquisador. Além disso, os autores citados acima complementam que a pesquisa quantitativa possui uma preocupação com a validade e a confiabilidade de seus resultados para que se possam realizar generalizações.

Quanto à pesquisa qualitativa, Soares e Castro (2012) afirmam que é de difícil definição em função da existência de diferentes perspectivas, epistemologia e ontologias, incluindo a própria base epistemológica que fundamenta a pesquisa qualitativa.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Sendo assim, a integração dos métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa é relevante, uma vez que uma complementa a outra. A integração entre os dois métodos proporciona um olhar mais amplo para a pesquisa, trazendo avanços ao conhecimento.

A fim de viabilizar um maior retorno de questionários, recorreremos ao apoio da Escola Estadual de Ensino Médio Willibaldo Bernardo Samrsla, localizada no bairro Empresa de Taquara. O questionário foi aplicado às famílias que possuem vínculo com a escola deste bairro.

O bairro Empresa do município de Taquara/RS concentra 15% do total da população. Dessa forma evidencia-se como o bairro mais populoso da cidade. Por este motivo, foi escolhido para ser o foco da nossa pesquisa, além disso foram feitas entrevistas com os gestores municipais os quais indicaram que o bairro que melhor representa a cidade em virtude do seu território, população e carência social é o bairro empresa.

Quanto à coleta de dados, foi realizada no período de 01/08/2017 a 31/08/2018 pela própria pesquisadora e obtivemos retorno de 102 questionários devidamente preenchidos pelas famílias do bairro.

Foi mantido o sigilo das informações de identificação das famílias, e os dados coletados foram relacionados, tabulados, interpretados, categorizados e apresentados pela pesquisadora da seguinte forma: análise qualitativa das informações e dados gráficos das análises.

Para complementar a coleta de dados da pesquisa, utilizou-se a técnica de entrevistas junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, valemo-nos de informações repassadas pelo Secretário e pela Coordenadora Técnica da mesma secretaria e também utilizou-se de pesquisa documental sobre as ações sociais através das descrições contidas no Portal da Prefeitura Municipal de Taquara.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto. Mediante uma conversa de natureza profissional, este procedimento é utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS e MARCONI, 1991). Na pesquisa documental, a fonte de coleta de dados fica restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de “fontes primárias” (LAKATOS e MARCONI, 1991).

O conteúdo das pesquisas foi analisado de acordo com os objetivos específicos do presente estudo. Com isso, a análise teve como objetivo organizar e sumarizar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação (GIL, 1999).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Políticas Públicas e Política Social

As políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades, que correspondem a direitos assegurados constitucionalmente, ou que se afirmam graças ao

reconhecimento por parte da sociedade e ou pelos poderes públicos. Estes programas visam assegurar determinado direito de cidadania, podendo ser social, cultural, étnico ou econômico.

É importante ressaltar que as políticas públicas têm um papel fundamental quanto ao desenvolvimento regional, o qual deve ser orientado por princípios sustentáveis, agregando eficiência econômica, ambiental, e contribuindo para o aumento da qualidade de vida das populações.

Para Teixeira (2002), as Políticas Públicas orientam as ações da administração pública, com a utilização de métodos e normas para estabelecer a sinergia entre administração pública e sociedade, entre Estado e atores sociais. A partir da sua elaboração e implementação, as Políticas Públicas demonstram a execução do poder político, que envolve a distribuição e redistribuição de poder, os processos de decisão e seus conflitos, além da repartição de custos e recursos para oferta de bens e serviços públicos.

De acordo com uma observação teórico-conceitual, as Políticas Públicas estão dentro de campos multidisciplinares orientados a explicar a natureza das Políticas Públicas e seus processos, na busca da construção de uma teoria geral, que tenha como objetivo, sintetizar teorias de diferentes ciências sociais, como as da ciência econômica (SOUZA, 2006).

Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas), complementa Teixeira (2002).

As políticas sociais são ações governamentais desenvolvidas em conjunto por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma equânime e justa. Dessa forma, as políticas sociais asseguram à população o exercício de direito de cidadania como a Educação, Saúde, Trabalho, Assistência Social, Previdência Social, Justiça, Saneamento, Habitação Popular e Meio Ambiente.

Jacobi (1999) destaca a importância da administração municipal em relação às políticas sociais e à sustentabilidade, ou seja, através da vontade política, é possível viabilizar ações governamentais pautadas na adoção dos princípios de sustentabilidade ambiental conjugadas a resultados na esfera do desenvolvimento econômico e social. O autor afirma que, no município, é mais fácil que ações sejam desenvolvidas e combinadas de vários programas que tenham o mesmo foco. O município possibilita, neste sentido, a articulação de políticas de caráter intersetorial do desenvolvimento social na medida em que se amplia o campo de análise e de atuação que inclui conceitos como qualidade de vida, exercício de direitos e expansão do desenvolvimento de competências.

Lobato (2004) afirma que a desigualdade é reconhecidamente o principal problema nacional, atestada por uma vasta quantidade de dados, indicadores e medidas de pobreza e exclusão, porém não há indícios de sua redução expressiva em curto prazo. Por outro lado, as políticas sociais têm passado por transformações importantes, como a pluralização e democratização dos processos decisórios, a descentralização, o fortalecimento do poder e das ações locais. Entretanto, pouco se sabe a respeito dos resultados das políticas implantadas ou em implementação.

Oliveira (2004) apresenta reflexões acerca da indispensável articulação entre as políticas sociais públicas, como uma das formas de garantir direitos sociais. O autor ressalta o princípio da necessidade de um trabalho conjunto, que articule de forma integrada e

complementar, os benefícios, serviços, programas e projetos vinculados às políticas sociais, formando, assim, um sistema de atendimento que determina a necessidade daquela política social pública.

Fagundes (2006) faz uma reflexão sobre o tema voluntariado e solidariedade em relação às políticas sociais, bem como sobre o Estado e a sociedade civil. Enfatiza que há uma responsabilização de diversos setores da sociedade civil, sobretudo uma convocação a uma maior participação das pessoas no combate à miséria e à desigualdade social. O conceito moral da solidariedade e o do direito em relação às políticas sociais são dois conceitos que, na atualidade, se interligam, tendo a consciência de que não se pode esperar justiça social somente do Estado e tampouco somente da sociedade civil.

Dessa forma, segundo Fagundes (2006), quando o Estado deixa de cumprir a sua função básica de gerar políticas públicas, transferindo responsabilidades para a sociedade civil, reaparece o apelo à filantropia, para ajudar nas questões sociais. Neste caso, segundo o autor, acontece uma destruição das políticas sociais, a mercantilização dos serviços sociais e a seletividade nos atendimentos, um prejuízo universalizante dos direitos sociais, garantidos constitucionalmente.

Fagundes (2006) destaca, ainda, a teoria keynesiana, que propõe uma política de pleno emprego, tendo como objetivo a elevação das taxas de produtividade com o consequente aumento do consumo e a redistribuição de renda. O Estado deve intervir no mercado, contrapondo-se ao desemprego, aumentando a produção e dando, dessa forma, suporte para a constituição do Estado de Bem-Estar ou *Welfare State*. Keynes propõe a intervenção do Estado que fortalece o conjunto dos direitos frente à comunidade e ao Estado e articula a eficiência econômica, a justiça social e a liberdade individual.

Conforme Rotta *et al.* (2006), o mais importante para a busca do desenvolvimento e das políticas sociais está na habilidade e na vontade dos cidadãos e das suas próprias associações cívicas, em utilizar a decisão aberta e pacífica e os métodos institucionais apropriados para enfrentar os conflitos sociais e políticos.

Neste contexto, Rotta *et al.* (2006) propõem uma nova ideia de desenvolvimento, fundada nos princípios da sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política. Eles expõem, sobretudo, princípios capazes de ampliar as liberdades dos sujeitos e as capacidades humanas para que todas as pessoas possam ter acesso à educação, à participação na comunidade e aos recursos necessários para um nível de melhor qualidade de vida.

Dessa forma, as políticas sociais podem ser potencializadoras e impulsionadoras de processos de desenvolvimento na medida em que capitalizam os processos produtivos locais pela qualificação das habilidades produtivas das pessoas, pela ampliação das oportunidades de negócios, investimentos e espaços de trabalho, pela expansão das capacidades criativas das pessoas, pela melhora generalizada das condições de vida da população e pela criação de um ambiente favorável ao crescimento econômico com maior equidade social (ROTTA *et al.*, 2006).

Sobottka (2006) faz uma reflexão acerca dos motivos pelos quais se fazem políticas sociais no Brasil. O autor menciona que as políticas devem assegurar a continuidade do nível de vida em caso de ocorrência de certos riscos inerentes à vida moderna, como desemprego e a incapacidade para o trabalho, e evitar a pobreza. Conforme o autor, en-

quanto a manutenção de um nível de vida já alcançado se orienta pelo mérito, evitar a pobreza implica necessariamente uma redistribuição de renda.

Goodin *et al.* (2002) mencionam seis razões para a existência de políticas sociais: apoiar a eficiência econômica, minimizar a pobreza, fomentar a integração e evitar a exclusão social, assegurar estabilidade e fomentar a igualdade social e proteger a autonomia individual.

Marques e Mendes (2007) tratam sobre as políticas sociais do governo Lula. O foco de análise foi o Programa Bolsa Família. Os autores salientam a importância deste programa, que beneficia parcela antes excluída da atenção de governos, tirando alguns segmentos da população da situação de miséria absoluta. Ressaltam, ainda, que o salário mínimo sofreu aumento substantivo, embora longe do prometido na campanha eleitoral. Os autores destacam, igualmente, as limitações do Programa Bolsa Família, quando afirmam que o programa não se constitui um direito perene.

Segundo o próprio governo, o carro-chefe de sua política social é o Bolsa Família, programa de transferência de renda para as famílias abaixo da linha de pobreza. Esse programa foi criado para combater a miséria e a exclusão social e para promover a emancipação das famílias mais pobres. Essa iniciativa foi resultado da unificação de vários programas já existentes como o bolsa-escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás (MARQUES e MENDES, 2007).

Segundo Rotta e Reis (2007), as novas reflexões sobre o desenvolvimento que se pressupõe a partir da década de 1990 trazem um conjunto de contribuições importantes para a construção de um novo papel das políticas sociais nas dinâmicas de desenvolvimento.

Deste modo, suas principais conclusões foram: Em primeiro lugar, as manifestações sociais não podem ser tratadas de forma isolada, mas devem ser vistas na perspectiva da totalidade concreta das relações sociais. Em segundo lugar, evidenciam a fragilidade das metodologias de medir o desenvolvimento e aconselhar políticas fundadas apenas no PIB e na renda per capita, consolidando metodologias que coloquem em patamares semelhantes os indicadores sociais. Em terceiro lugar, demonstram a necessidade clara de se abandonar a falsa divisão entre gastos “produtivos” ou “econômicos” e gastos “sociais”, entendendo que os segundos são essenciais para a própria atividade econômica e para a obtenção do desenvolvimento humano. Em quarto lugar, evidenciam que a busca de um novo padrão de desenvolvimento passa pelo compromisso dos diferentes agentes econômicos, políticos e sociais em constituírem espaços de mediação e de articulação do estabelecimento de objetivos comuns. Em quinto lugar, demonstram que os espaços locais são lugares privilegiados para a construção de alternativas que podem se transformar em referências nacionais e internacionais.

Rotta e Reis (2007) analisam os rumos do desenvolvimento os quais apresentam hoje como uma questão fundamental da sociedade, pois esta é balizadora das políticas públicas e privadas e das ações individuais e coletivas. Ao tratar da relação entre desenvolvimento e políticas sociais, os autores pretendem contribuir para a reflexão a respeito dos rumos da sociedade brasileira atual, em meio ao contexto de transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva e societária mundial.

As políticas sociais são entendidas como resultado da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interes-

ses e relações de força; por isso as propostas de desenvolvimento são essenciais para a análise das políticas sociais (ROTTA e REIS, 2007).

O conceito de desenvolvimento surgiu associado ao projeto da modernidade que previa a emancipação do ser humano e da sociedade, através da capacidade do ser humano de gerir sua própria história pelo uso da razão. A modernidade rompeu as formas tradicionais de pertencimento e proteção social, exigindo a produção de novos aspectos e instrumentos que deram origem às políticas sociais. Assim, o desenvolvimento e políticas sociais são produtos da modernidade e como tais devem ser reconhecidos e estudados (ROTTA e REIS, 2007).

Freitas (2008) analisa a crise do Estado social no que se refere a sua estrutura e indica desafios na formulação das políticas sociais contemporâneas. O autor aponta a perda da centralidade do Estado como formulador e gestor das regras da justiça que distribui, transferindo para a trajetória privada a tarefa de definir e implementar políticas públicas. No que toca à formulação de políticas públicas, o novo político da era “pós-socialismo” apresenta grupos sociais que buscam o reconhecimento das suas diversidades e tornaram-se secundárias as questões relacionadas à justiça redistributiva.

Desta forma, são muitos os desafios em relação às políticas sociais, mas a questão central passa unicamente pelo reconhecimento das diversidades. A preocupação com a diferença pouco contribui para uma visão abrangente das necessidades sociais como um todo. Por outro lado, secundariza questões importantes de natureza econômico-política que certamente estariam transpassando grande parte das injustiças sociais que tocam os grupos em questão (FREITAS, 2008).

Rizzini (2006), por sua vez, enfoca o fenômeno da globalização a partir dos impactos gerados na vida das crianças e adolescentes, como, por exemplo, a fome, desastres naturais e ainda as piores práticas de trabalho infantil. O autor analisou as transformações globais a partir das dimensões econômica, política e social. Mediante o estudo, ele concluiu que estes processos de mudança não são isolados e podem apresentar raízes locais.

Questões atinentes às desigualdades sociais e ao reconhecimento social são abordadas por Pizzio (2008). Ele afirma que o reconhecimento social tem assumido caráter de urgência dado o suposto vínculo existente entre reconhecimento e identidade, onde a identidade designa algo como a compreensão de quem somos, de nossas características definidoras fundamentais como seres humanos. O autor faz reflexões, mostrando que as políticas de reconhecimento configuram-se num campo de possibilidades, espaço de formulação e implementação de projetos sociais coletivos, que tenham como objetivo conquistar e ampliar os direitos sociais característicos da cidadania, com reflexos na diminuição das desigualdades sociais em regimes democráticos. No que tange ao enfrentamento da desigualdade social, as políticas de reconhecimento são mais uma possibilidade no campo que se abre para os sujeitos individuais e coletivos buscarem a superação das condições a que se encontram submetidos.

Paiva e Mattei (2009) fazem uma análise das políticas sociais durante a primeira década do Século XXI, período em que ocorreram alguns avanços, mas também muitas dificuldades para a formação de um sistema de proteção social universal. Os autores destacam que, nos últimos anos, ocorreram modificações nas políticas sociais; isto fez com que essas permanecessem subordinadas às políticas macroeconômicas do país, as quais

atuam em perfeita sintonia com a lógica do grande capital. Sendo assim, as políticas sociais atuam apenas para conter os danos do capital, não tendo papel mais efetivo no sentido de impor limites a esta lógica perversa. Os autores concluem que a ampla coesão social que dá apoio ao Governo Lula acaba sendo também um fator limitante das ações das políticas sociais na luta pela efetiva democratização do país.

Almeida (2010) fez um estudo das políticas sociais do governo Luiz Inácio Lula da Silva e de sua ação institucional. Segundo o autor, os resultados (no plano da política e da governança) são amplamente negativos, com o crescimento do número de dependentes do Estado, a reprodução de velhas políticas assistencialistas e com objetivos claramente políticos. Juntamente com a derrubada de restrições de ordem moral ao mais desenfreado oportunismo na utilização dos recursos públicos, e a disseminação da corrupção como o episódio do mensalão, passou a ocorrer uma banalização dos crimes por figuras partidárias, nos mais altos escalões do governo. Esse é, provavelmente, o pior legado a ser deixado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva no sistema político nacional. O balanço a ser feito nessa vertente é desolador, com a deterioração da ética e a destruição das instituições.

Os países de economias desenvolvidas, ao contrário do Brasil, defenderam modelos de Estado de Bem-Estar Social, no pós-guerra, sustentados na teoria econômica keynesiana, o que incluiu condições especiais para a ampliação da geração de empregos, ganhos de produtividade nos salários e ampliação do consumo pela população. Desse modo, o Estado de Bem-Estar se caracterizou por um processo de implantação de programas sociais que compõem as políticas de proteção social, garantidas e efetivadas pelo Estado (VARGAS; VICCARI; BELLINI, 2010).

Almeida (2011) tem um outro olhar a respeito das políticas sociais a partir da definição de “focalizadas” ou “universalistas”. Para ele, depende do modelo de Estado capitalista a que a política se reporta, as políticas focalizadas podem ser associadas ao modelo neoliberal. A partir de seus estudos, a autora conclui que, para se chegar a políticas universalistas (comum a modelos mais voltados ao bem-estar social), faz-se necessário utilizar, como ferramenta, políticas focalizadas. Almeida (2011) ainda destaca que, no Brasil, convivemos com a contradição imposta por uma legislação constitucional de cunho universalizante e adoção, pelos governos, de políticas sociais focalizadas, principalmente a partir da década de 1990, com princípios influenciados por órgãos externos, como FMI e Banco Mundial, orientados por concepção marcadamente neoliberal.

Rotta (2012) aponta a existência de diferentes entendimentos em relação às políticas sociais, nas principais teorias do desenvolvimento regional. Para os globalistas, elas representam mecanismos compensatórios para efeitos negativos da inserção na sociedade global de fluxos, ou são utilizadas como estratégias de competição entre as regiões. Para os regionalistas, elas são elementos ativos e integrantes do processo de desenvolvimento, sendo fundamentais para auxiliar na criação das condições para o crescimento econômico e para efetivar mecanismos que possibilitem ampliar a qualidade de vida da população. Sendo assim, sua definição e orientação estão sujeitas à dinâmica das relações estabelecidas entre os vários atores da sociedade local.

A reflexão sobre desenvolvimento regional, tanto no espaço acadêmico, quanto no meio social, econômico e político dos municípios, tem representado papel fundamental na produção de diagnósticos mais claros a respeito dos problemas, na apresentação de

propostas e na mobilização dos diferentes atores para colocá-las em prática. Neste contexto, percebe-se, com nitidez, a importância das políticas sociais e a dimensão que elas assumem como elementos ativos e integrantes do processo de desenvolvimento, tanto para auxiliar na criação das condições para o crescimento econômico, quanto para efetivar mecanismos que possibilitem ampliar, gradativamente, a qualidade de vida da população (ROTTA, 2012).

Santos (2012) estimula o debate acerca das políticas sociais brasileiras no século XXI, no caso da materialização dos programas de transferência de renda direta às famílias. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, partindo das principais características das políticas sociais no atual contexto e do direcionamento das ações às famílias de baixa renda. Foram investigadas a origem e a implantação de programas desta capacidade, sendo constatado que as propostas iniciais tinham cunho universalista, mas, após emendas constitucionais, transformaram-se em ações focalizadas, seletivas e residuais. Por fim, o autor demonstra como as famílias brasileiras encontram-se cada vez mais sobrecarregadas de funções, sendo responsabilizadas pelo aparelho estatal ao invés de serem amparadas por um Estado de Bem-Estar Social.

Yazbek (2012) analisa a pobreza brasileira, com ênfase nas formas historicamente desenvolvidas para seu enfrentamento. A autora parte de uma concepção de pobreza como fenômeno complexo e multidimensional. Apresenta ainda uma rápida caracterização de iniciativas históricas constituídas na perspectiva de seu enfrentamento.

Entre as abordagens multidimensionais destaca-se o pensamento de Amartya Sen, que enfoca a pobreza não apenas como baixo nível de renda, mas como privação de capacidades básicas, o que envolve acesso a bens e serviços. Para ele, o desenvolvimento seria resultado não apenas do crescimento econômico, mas consistiria “na eliminação das privações de liberdade e na criação de oportunidades” (SEN, 2000, p. 10).

Importante ressaltar que as políticas sociais interferem nos processos de reprodução social da vida, desenvolvendo sua ação em situações sociais que afetam as condições de vida da população em geral e sobretudo dos setores mais empobrecidos da sociedade, objetivando interferir nessas condições sob múltiplos aspectos. Podem produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais da vida de seus usuários, em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens, em seus comportamentos, valores, seu modo de viver e de pensar, suas formas de luta e de participação democrática, sua organização, suas práticas de resistência (YAZBEK, 2012).

Matias e Mascarenhas (2013), por sua vez, discutem as características e a passagem do Estado de Bem-Estar Social para o Estado Schumpeteriano, com a reestruturação do capitalismo em meados da década de 1970. Desde então, o Estado diminuiu sua atuação no atendimento das necessidades humanas e ampliou seu papel na organização e sustentação da acumulação capitalista. Portanto, segundo os autores, o fundo público é canalizado para o atendimento das necessidades do capital e as políticas sociais assumem um caráter de amortecedor das tensões sociais, promovendo a coesão social e, por outro lado, atuam como moeda que impulsiona o crescimento econômico e os lucros dos membros da burguesia.

A partir de uma pesquisa teórica, Simionatto e Costa (2014) reconstróem as categorias gramscianas, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia e ideologia na obra de

Antônio Gramsci, especialmente nos *Cadernos do Cárcere*. A partir das mesmas, analisam, por meio de pesquisa documental, as atuais estratégias ideológicas das classes dominantes no fortalecimento de sua hegemonia, na refuncionalização do Estado e na condução das políticas sociais. As principais conclusões evidenciam como os governos brasileiros da era petista, apoiados em um conjunto de crenças e valores emanados da ideologia neoliberal, mantêm sua hegemonia através do consenso das classes subalternas e do apoio da classe burguesa.

Chies e Passos (2015) trazem à baila a discussão a respeito da política social na área da Previdência Social sobre o auxílio-reclusão. Segundo os autores, o auxílio-reclusão foi criado em 1933, através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM). No seu estudo, eles concluíram que a partir de uma categoria de trabalhadores desenvolveu-se uma consciência sobre a vulnerabilidade ao risco do encarceramento e então instituiu-se como próprio o instrumento de solidariedade.

O que a pesquisa demonstra é que a relação entre as políticas sociais e as políticas penais se constitui através de uma estrutura complexa de elementos, discursos, representações sociais, intervenções e práticas, os quais dialogam para, muitas vezes, complementarem-se em domínios de segregação e de exclusão social (CHIES e PASSOS, 2015).

Falsarella (2015) apresenta um estudo que explora e organiza ideias sobre tendências na avaliação de políticas e programas sociais. Parte dos três primeiros estágios da teoria da avaliação social: em primeiro, está a aplicação rigorosa de métodos científicos; em segundo, o estudo dos fatores que influenciam a utilização da avaliação por quem toma decisões em órgãos públicos; em terceiro, a síntese dos estágios anteriores e análise de seus pontos fortes e fracos. A autora destaca que a pesquisa qualitativa, gradativamente ganhou espaço no universo da pesquisa social. Segundo a mesma, pesquisadores qualitativos visam a uma compreensão aprofundada do comportamento humano e das razões que governam tal comportamento, o que não é possível com a utilização meramente quantitativa de dados.

Falsarella (2015) aponta a atual tendência na avaliação de políticas e programas sociais, que é a realização de estudos de caráter quali-quantitativo (misto ou combinado), entendendo-se que abordagens qualitativas e quantitativas não são incompatíveis, mas sim complementares. Dados quantitativos, sistematizados, são iluminados por componentes qualitativos, assegurando uma melhor compreensão dos fenômenos.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) classificam-se as políticas sociais em: proteção social (seguridade social) e promoção social (oportunidades e resultados).

No que tange à proteção social, estão as políticas sociais vinculadas à seguridade social, tais como não poder prover seu sustento e da família por meio do trabalho, seja por velhice, morte, doença ou desemprego; neste caso, compreende programas e ações da Previdência Social, como aposentadorias, pensões e auxílios- saúde, assistência social e seguro-desemprego (IPEA, 2009).

No tocante à promoção social, essa política visa garantir às pessoas oportunidades e resultados; tais políticas abrangem desde a formação e desenvolvimento do cidadão, educação, cultura, políticas de trabalho e renda que visam à qualificação profissional, bem como políticas voltadas à agricultura familiar, à economia solidária, habitação e a mobilidade urbana (IPEA, 2009).

Por seu turno, Marques (2015) faz uma reflexão das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. Segundo o autor, as políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado, com vocação à universalização, foram fruto de uma correlação de forças estabelecida entre o capital vinculado ao padrão de acumulação fordista e os trabalhadores. Esse padrão de acumulação, fundado na produção de bens e serviços, esgotou-se relativamente quando começou a apresentar taxas de lucro cada vez menores e foi substituído pela presença dominante de um capital que não estabelece vínculo com a produção. Esse capital, chamado de capital fictício, que tem-se expandido significativamente desde os anos 1990, tem auxiliado na manutenção de um baixo nível da atividade mundial e de um elevado desemprego. O autor ressalta que as grandes empresas, sem exceção, possuem aplicações de todos os tipos junto ao mercado financeiro.

Diante de tais ideias, é possível afirmar que o tema desenvolvimento social é bastante complexo e que a economia foi, e ainda é, um grande pilar do desenvolvimento. Pensar em desenvolvimento social implica pensar em uma quantidade de aspectos econômicos, culturais, políticos, educacionais e psicológicos.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada no bairro mais populoso da cidade de Taquara, justamente onde se concentra a população que mais utiliza e mais depende dos serviços sociais supostamente providenciados pela municipalidade, tais como assistência à saúde, educação formal, saneamento básico, coleta do lixo, limpeza urbana e segurança. Como o objetivo principal deste estudo consistiu em avaliar a qualidade da assistência social prestada pela Prefeitura Municipal, partiu-se do pressuposto de que a estratégia metodológica mais adequada para satisfazer este objetivo seria concentrar o levantamento de dados num bairro que melhor representasse essa camada da população.

Segundo todas as pessoas entrevistadas junto à administração pública municipal, esse bairro mais representativo seria o bairro Empresa. A partir da localização da pesquisa de campo, entramos em contato com a Direção da Escola Estadual Willibaldo Bernardo Samrsla, maior escola do bairro e para onde convergem as famílias no acompanhamento dos filhos. Com o auxílio da Direção e do corpo docente, foram aplicados questionários aos pais dos alunos da referida escola. Nela há mais de 770 alunos matriculados, cujas famílias são, em grande parte, beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que torna a amostra mais representativa da população alvo do estudo.

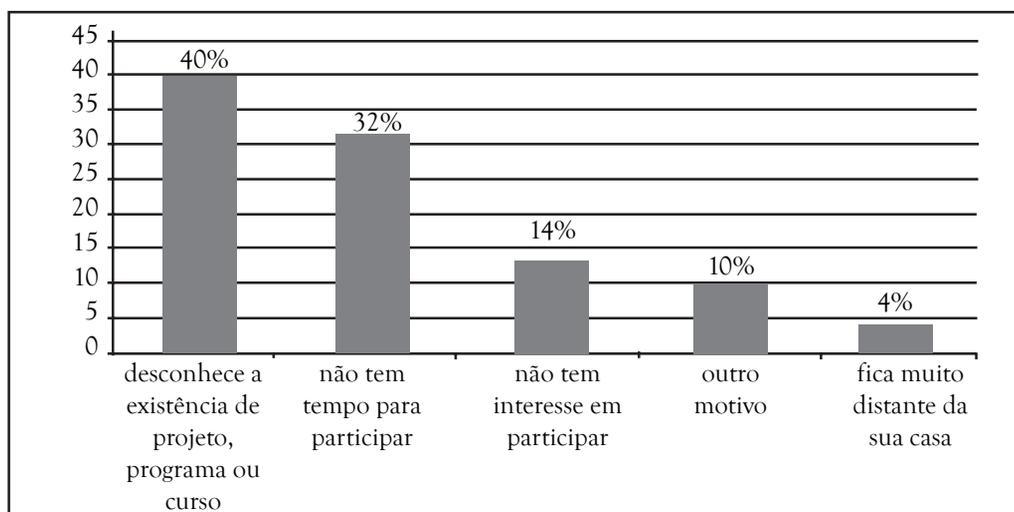
Com o apoio da Direção e dos Professores da Escola obteve-se um retorno de 102 questionários devidamente preenchidos. Todos os dados da pesquisa apresentados a seguir, em forma de gráficos, referem-se a essa amostra de moradores do bairro Empresa, alvo da pesquisa.

Dentre as questões levantadas na pesquisa uma delas foi com relação ao local de nascimento dos respondentes. Pouco mais de 1/5 da população residente no bairro Empresa é originária do próprio município de Taquara. Todos os demais migraram de outras regiões do Estado e também de Santa Catarina e Paraná, atraídos, provavelmente, pela expansão da indústria calçadista na região nas décadas de 1980 e 1990. Chama a atenção o fato de 20% dos entrevistados terem nascido no município de Palmeira das Missões, distante cerca de 400 quilômetros de Taquara.

Esse fenômeno mereceria um estudo específico, focando exclusivamente esse contingente populacional a fim de determinar as causas e consequências desse movimento migratório. Taquara é nitidamente um município receptor de populações migrantes, haja vista que 78% dos entrevistados nasceu em outras regiões. A maior concentração de origem situa-se na região norte do Rio Grande do Sul, a qual se caracteriza pela predominância de pequenas propriedades agrícolas familiares. Essa região historicamente tem proporcionado significativas correntes migratórias, seja para outras regiões do Rio Grande do Sul, seja para os estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Rondônia.

Quando questionados sobre a participação em projeto social público municipal, 92% dos entrevistados responderam que não e somente 8% respondeu que havia participação em algum projeto social. Então foi questionado o motivo pelo qual as pessoas não participavam dos projetos sociais e obtivemos as seguintes respostas.

Gráfico 1 – Motivo da não participação em Projetos Sociais – Taquara, RS – 2017

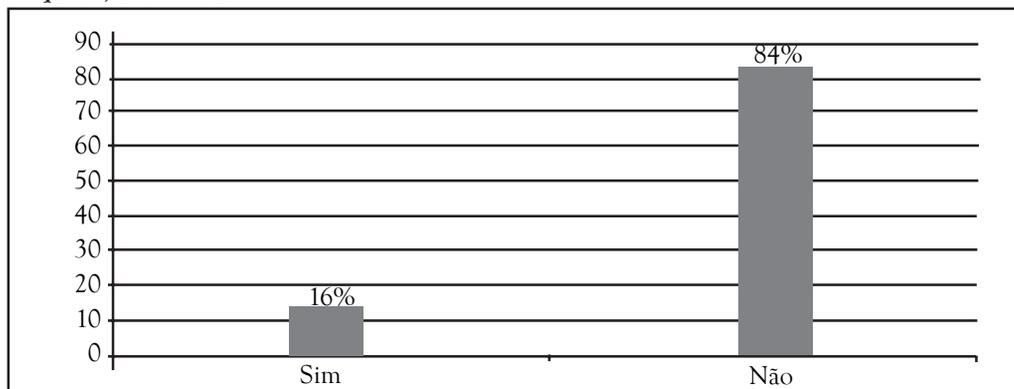


Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Neste item, a maioria respondeu que desconhece a existência de algum projeto social, programa ou curso no município. Isso pode estar atrelado ao fato de não haver a divulgação adequada ou à sua inexistência. Este é um dado muito relevante que deve ser tratado adequadamente pela municipalidade.

Já 32% apontou como principal fator a indisponibilidade de tempo para participar de projetos sociais. Este é um dado importante, pois percebe-se um certo interesse da população, porém é provável que os programas estejam ocorrendo em horário comercial quando estas pessoas estão trabalhando, o que inviabilizaria a participação.

Gráfico 2 – Conhece a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município – Taquara, RS – 2017

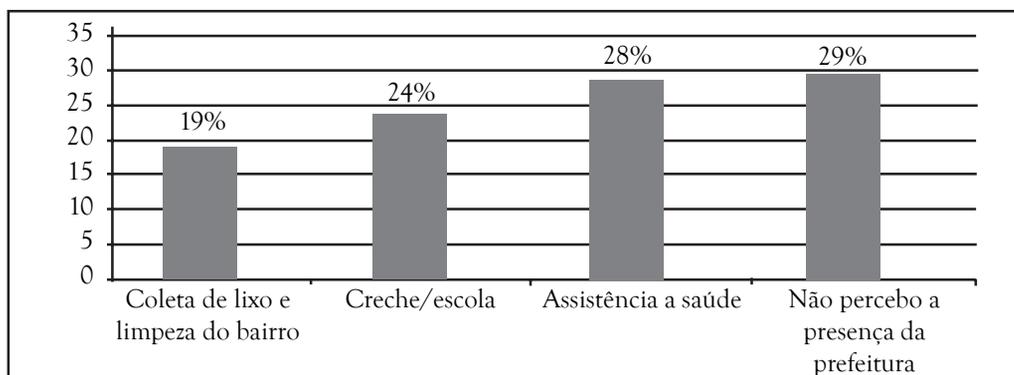


Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Quando questionados sobre o conhecimento da Secretaria de Desenvolvimento Social do município, 84% respondeu que não conhecia, evidenciando a falta de protagonismo da Secretaria junto à comunidade no sentido de promover ações e projetos de desenvolvimento desta população. Apenas 16% informou que conhecia a Secretaria de Desenvolvimento Social do município. Neste dado chama-se a atenção para a seguinte constatação observa-se que em outro item da pesquisa 16% respondeu que recebe o bolsa família, portanto, podemos concluir que essas famílias só conhecem a Secretaria de Desenvolvimento Social em virtude de sua ligação com o bolsa família e o CadÚnico (Cadastro Único) o qual institucionalmente é feito junto a essa Secretaria.

Quando perguntado em relação à participação em projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social, neste ponto, resta evidenciar que o poder público municipal não está chegando a esta população, uma vez que 60% das pessoas respondeu que nunca participou de projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social e 40% não percebe qualquer ação da própria Secretaria de Desenvolvimento Social do município. Há indicação forte de um distanciamento entre Prefeitura Municipal e a população alvo.

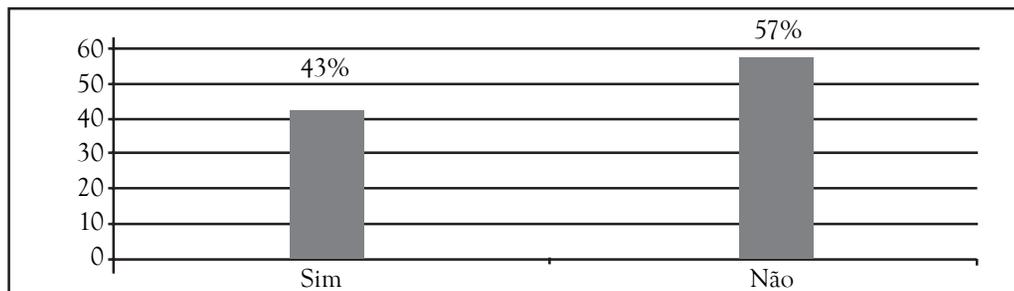
Gráfico 3 – Percepção da Prefeitura no bairro Empresa – Taquara, RS – 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Para completar a análise sobre a presença da Prefeitura Municipal, questionou-se a percepção das pessoas em relação à presença da Prefeitura no seu dia a dia. Obteve-se como respostas que 19% só percebe a presença da Prefeitura através da coleta de lixo e limpeza do bairro; 24% respondeu que percebe a presença da Prefeitura através da creche/escola; 28%, que infere através da assistência à saúde, e 29%, que não percebe a presença da Prefeitura, ou seja, quase um terço dos respondentes.

Gráfico 4 – Percebe a necessidade de projetos ou atividades realizadas pela Prefeitura Municipal – Taquara, RS – 2017



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nesta questão, houve uma clara divisão entre os respondentes já que 43% mencionou que sente a necessidade de projetos sociais promovidos pela prefeitura, enquanto 57% declararam não sentir necessidade de projetos ou atividades realizadas pela prefeitura. De qualquer forma, o interessante é que de fato existam projetos, atividades da Prefeitura com calendário, cronograma de ações e que cada família tenha o livre-arbítrio para escolher o que for do seu interesse, podendo obviamente ser orientada pela assistência social.

E, para finalizar os questionamentos para aqueles que responderam “sim” na questão analisada no gráfico 4, foi perguntado que sugestão teriam em relação a projetos, programas, atividades, etc.

Mediante a análise identificaram-se quatro categorias principais, classificadas a seguir. A primeira categoria, com maior índice de citação foi Equipamentos Sociais. Nesta enquadram-se a construção e ampliação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Creches, Pré-escolas, Quadras Esportivas nas Escolas, Centros de Artes e Esportes, Centros de Iniciação ao Esporte. Da totalidade dos entrevistados, 46% referiu sentir necessidade de desenvolvimento neste sentido.

A segunda categoria mais citada foi Trabalho e Capacitação. O trabalho não só desenvolve o indivíduo como também desenvolve uma cidade, região, estado, bem como um país. É através do trabalho que nós realizamos, adquirimos bens para nos tornar independentes. Segundo São João Paulo II, “É mediante o trabalho que o homem deve procurar o pão cotidiano e contribuir para o progresso contínuo das ciências e da técnica, e sobretudo para a incessante elevação cultural e moral da sociedade”. Dessa forma, não é possível pensar em desenvolvimento sem trabalho ou emprego. Nesta categoria, 21% dos entrevistados respondeu que sente falta de oportunidades de trabalho.

A terceira categoria referida foi Infraestrutura Urbana. O acesso à moradia com as devidas condições de infraestrutura como saneamento básico, ruas asfaltadas, ilumina-

ção, limpeza, recolhimento do lixo, entre outras coisas, não atinge todas as camadas da população. É cada vez mais comum o surgimento e ampliação de bairros desprovidos de serviços públicos. Neste sentido, 18% dos entrevistados respondeu que sente falta, principalmente, da limpeza do bairro: há acúmulo de lixo, o que contribui para a proliferação de insetos e outros animais causadores de doenças. Além disso, foi citada, diversas vezes, a necessidade de pavimentação das ruas do bairro, para facilitar a mobilidade das pessoas que lá vivem.

E, por fim, a quarta categoria apresentada foi Educação e Desenvolvimento. Primar pela elevação da qualidade de ensino das escolas, em especial das escolas públicas, é batalhar pelo desenvolvimento da sociedade. Não há ascensão social sem educação de qualidade. Neste quesito, 15% dos respondentes citou a necessidade de escola em tempo integral de forma a contribuir no desenvolvimento de habilidades, projetos de qualificação profissional para jovens, cursos técnicos profissionalizantes, oficinas educativas nas escolas, atividades de turno inverso para os jovens e projetos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho versou sobre as políticas sociais no município de Taquara/RS. A pesquisa de campo foi realizada no bairro mais populoso e representativo da cidade de Taquara, o bairro Empresa, justamente onde se concentra a população que mais depende dos serviços sociais supostamente providenciados pela municipalidade, tais como assistência à saúde, educação formal, saneamento básico, coleta do lixo, limpeza urbana e segurança. Como o objetivo principal deste estudo consistiu em avaliar a qualidade da assistência social prestada pela Prefeitura Municipal, através dos dados foi possível constatar que 92% da população entrevistada não participa de projetos sociais da Prefeitura Municipal de Taquara, sendo que, destes, 40% desconhece completamente a existência de projetos, programas ou cursos. Isto pode estar atrelado ao fato de não haver a divulgação adequada ou se deve à inexistência dos mesmos.

A análise dos dados demonstrou igualmente que 84% da população entrevistada desconhece a existência da Secretaria de Desenvolvimento Social. Este fato evidencia a falta de protagonismo da Secretaria junto à comunidade. Apenas 16% relatou que conhecia a Secretaria. Cumpre destacar, aqui, que o mesmo percentual dos entrevistados participa do Programa Bolsa Família, ou seja, conhecem a Secretaria em função do Cadastro Único ser realizado no mesmo local físico, junto a essa Secretaria.

A pesquisa apontou que 60% das famílias residentes no bairro mais populoso do município nunca participou de projetos, programas ou cursos da Secretaria de Desenvolvimento Social. Neste ponto, resta evidenciar que o poder público não está atingindo esta população. Há indícios de absoluto distanciamento entre Prefeitura Municipal e população alvo.

Em relação à presença da Prefeitura no bairro Empresa, 29% dos entrevistados responderam que não percebem a presença da Prefeitura Municipal de Taquara. Aqueles que disseram perceber a presença da Prefeitura informaram que isso acontece através do posto de saúde do bairro, da creche/escola e coleta de lixo.

Os dados mostraram ainda que 43% da população sente necessidade de projetos e atividades realizadas pela Prefeitura Municipal de Taquara/RS, principalmente em qua-

tro principais categorias. A primeira categoria com maior índice de citação foi Equipamentos Sociais. A população solicita melhoria no posto de saúde, mais creches, escolas, quadras esportivas, centros de artes, esportes, cursos, etc.

A segunda categoria mais citada foi Trabalho e Capacitação. A população sente falta de mais empresas na cidade, provedoras de empregos, o que ajudaria no desenvolvimento local e regional bem como essas empresas poderiam investir em projetos sociais para obter resultados, que se bem-sucedidos, proporcionariam boa visibilidade, acarretando uma imagem institucional positiva. Além disso, a municipalidade poderia, também, dar preferência a investimento em projetos educacionais voltados às crianças e aos adolescentes, já que a formação educacional e a formação profissionalizante contribuem, a médio e longo prazos, para preparar uma mão de obra qualificada para a região. E neste ponto concordamos com um dito popular que diz que “o melhor programa social é um emprego”.

A terceira categoria apontada na pesquisa foi Infraestrutura Urbana; aqui os entrevistados solicitaram principalmente ruas asfaltadas, limpeza do bairro, recolhimento do lixo. Todas estas questões, se bem administradas, desenvolvem o bairro, melhorando consideravelmente a qualidade de vida das pessoas e a sensação de pertencimento à comunidade.

Por fim, a quarta categoria citada foi Educação e Desenvolvimento. Aqui os respondentes apontaram a necessidade de escola em turno integral de forma a contribuir no desenvolvimento de habilidades bem como cursos de qualificação profissional para os jovens, cursos técnicos, oficinas educativas de turno inverso. Aqui fazemos uma reflexão: somente a educação pode melhorar o desenvolvimento. A falta de educação, ou a baixa qualidade da mesma, contribuem para a persistência do ciclo de pobreza, uma vez que os pais com baixa escolaridade têm dificuldade em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos, o que acaba gerando um ciclo vicioso de continuidade de estagnação e de pobreza.

Estudos como este podem contribuir para a melhoria das Políticas Sociais ao possibilitar um ajuste das necessidades da população, bem como fortalecer a administração pública, melhorar o desempenho e, conseqüentemente, pela boa gestão, ter um município desenvolvido satisfatoriamente na educação, saúde, qualidade de vida e emprego. Amartya Sen (2000) afirma que o desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo à melhoria de vida dos cidadãos e ao fortalecimento de suas liberdades e que tais liberdades são, em último caso, fruto do desenvolvimento. Finalmente, sugere-se a realização de outras pesquisas sobre Políticas Sociais a nível regional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C.; Políticas sociais: focalizadas ou universalistas. É esta a questão? *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, n. 123, p. 145 - 151, ago. 2011.
- ALMEIDA, P. R. Uma avaliação do governo Lula: políticas sociais e área institucional. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, n. 114, p. 165-173, nov. 2010.
- BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 288-338, out. 2004.
- CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, p. 1011-1042, dez. 2012.

CHIES, L. A. B.; PASSOS, R. A. Auxílio-reclusão: o instituto mal(mau)dito das políticas sociais com as políticas penais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 3, set./dez. 2015.

FAGUNDES, H. S. O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Rio Grande do Sul, Ano V, n. 6, dez. 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FALSARELLA, A. M. O lugar da pesquisa qualitativa na avaliação de políticas e programas sociais. *Avaliação*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 703-715, nov. 2015.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, R. S. Aspectos do estado contemporâneo e desafios na formulação das políticas sociais. *Revista Sequência*, Santa Catarina, n. 57, p. 31-46, dez. 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODIN, Robert E. et al. *The real worlds of welfare capitalism. The welfare state: a reader*. C. Pierson e F. G. Castles. Cambridge: Polity Press, 2002, p. 170-188.

GOULART, S.; CARVALHO, A. O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em administração. In: VIEIRA; M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Org.). *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____. *Censo*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Gastos com políticas sociais: alavanca para o crescimento com distribuição de renda*. Comunicado IPEA, Brasília, n.75, fev. 2009.

_____. *Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias*. In: *Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*, v. 3. p. 779-795. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2010.

JACOBI, P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 8, p. 31-48, 1999.

JUNG, Carlos Fernando. *Metodologia para pesquisa e desenvolvimento: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos*. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

LOBATO, L. V. C. Avaliação de políticas sociais: Notas sobre alguns limites e possíveis desafios. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 2, 239-265, 2004.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, jan./jun. 2007.

MARQUES, R. M. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 7, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2015.

MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. As transformações da atuação do Estado e as políticas sociais contemporâneas. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 5, n.1, p. 120-134, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, M. Acessando direitos sociais: redes municipais de políticas sociais – espaço de articulação entre as políticas sociais públicas. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 3, n. 1. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/976>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

- PAIVA, B. A; MATTEI, L. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre v. 8, n.2, p. 175-194. jul./dez. 2009
- PIANA, M. C.; *As políticas públicas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, 233 p. 2009.
- PIZZIO, A. As políticas sociais de reconhecimento como elemento de redução das desigualdades sociais. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 44, n. 1, p. 80-86, jan./abr. 2008.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.
- RIZZINI, I. Infância e globalização: análise das transformações econômicas, políticas e sociais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, 2006.
- ROTTA, E. Desenvolvimento regional e políticas sociais: um estudo do noroeste do Rio Grande do Sul na primeira década do século XXI. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 74-91, jan./jul. 2012.
- ROTTA, E. et al. As políticas sociais como potencializadoras do desenvolvimento local-regional. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, n. 5, ano V, nov. 2006.
- ROTTA, E.; REIS, C. N. Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6 n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007.
- SANTOS, R. Política social brasileira e neofamiliarismo: contribuições para o debate. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, v. 13, p. 87-99, 2012. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras 2000.
- SIMIONATTO, I.; COSTA, C.R. Estado e Políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2014.
- SOARES, V. B.; CASTRO, D.C. Ou isto ou aquilo? A integração entre pesquisa qualitativa e quantitativa em estudos organizacionais no Brasil. *VII Encontro de estudos organizacionais da ANPAD*, EnEO, Curitiba/PR, maio 2012.
- SOBOTKA, E. A. Por que se faz políticas sociais no Brasil? *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./jun. 2006.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, dez. 2006.
- TAQUARA. *Prefeitura de Taquara*. 2017. Disponível em: <<http://www.taquara.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. AATR-BA 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2002.
- VARGAS, T. M.; VICCARI, E. M.; BELLINI, M.I. B. O “isso” e o “aquilo” das políticas sociais brasileiras. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 16, p. 15-41, jul./dez. 2010.
- VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. *Em torno do conceito de política social: notas introdutórias*. Dez. 2002. Disponível em: <<http://antigo.ena.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.
- YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

A UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS DAS INDÚSTRIAS LOCAIS NA ECONOMIA CRIATIVA DO VALE DO PARANHANA/RS

Mário André Leal Dos Santos¹

Carlos Fernando Jung²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho apresenta dados dos resíduos sólidos industriais do setor calçadista e moveleiro do Vale do Paranhana, para analisar as possíveis potencialidades de cada resíduo com a finalidade de serem empregados em uma economia criativa. O Vale do Paranhana engloba os municípios de Três Coroas, Igrejinha, Parobé e Taquara que, segundo o IBGE (2010), contava com uma população aproximada de 162 mil habitantes, sendo o setor calçadista a principal economia do Vale. A partir do início do século XX devido ao desempenho do comércio exterior passou a ter destaque o setor moveleiro (KROH, LOPES e PARRÉ, 2007). Desta forma, a pesquisa propõe a reutilização de resíduos industriais moveleiros como forma de uma economia criativa do Vale do Paranhana que é um canal que salienta novas oportunidades, com base em propostas de desenvolvimento de novos produtos. “A “economia criativa” ou “economia cultural” tem como matéria-prima a criatividade, abrangendo atividades relacionadas à *design*, moda, arquitetura, artes, produção cultural, cinema, turismo, mídia entre outros” (DALLA COSTA; DE SOUZA-SANTOS, 2011, p.1).

Este é o motivo pelo qual a aplicação do conceito de Economia Criativa é um requisito fundamental para sair do lugar comum da competição predatória por participação de mercado em produtos e serviços. A Economia Criativa foca a criatividade, a imaginação e a inovação, e não se restringe somente a produtos, serviços e tecnologias, engloba também processos, modelos de negócios e modelos de gestão, entre outros.

Este trabalho abre um vasto campo de pesquisa, buscando levantar dados para uma futura geração de uma economia criativa, voltada à reutilização dos rejeitos da indústria moveleira do Vale do Paranhana que venha a conceber produtos que tenham em sua essência o apelo sustentável. Pois é de conhecimento geral que os nossos recursos ambientais são limitados e que o equilíbrio natural do nosso planeta está desestruturado, devido a diversos problemas, um deles é a forma de produção que, na maioria das vezes, não é ecoeficiente. Este desejo incessante de novos produtos sustentáveis encontra-se incorporado na vida moderna de muitas pessoas e, é crescente a cada dia.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT/RS. E-mail: designer.mario@gmail.com

² Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT-RS. E-mail: carlosfernandojung@gmail.com

A chave para um futuro sustentável reside em encontrar uma maneira de satisfazer o nosso estilo de vida atual (BROWER, MALLORY e OHLMAN, 2005), sendo sua essência voltada para o modo de produção sustentável, tornando um produto com grandes diferenciais competitivos.

O trabalho se consistiu em averiguar as potencialidades econômicas e sociais com base nos rejeitos da produção industrial, levando em consideração as principais sobras de materiais da indústria moveleira no Vale, para avaliar a viabilidade da utilização destes materiais na produção de novos produtos por meio do *design* e que venham contribuir para uma futura geração de renda, emprego e inclusão social.

Criar e desenvolver projetos de *design* e engenharia que minimizem o impacto ambiental é o fator principal do *ecodesign*, que integra questões ecológicas em todas as suas fases de desenvolvimento sustentável, principalmente com a redução do uso de recursos e matérias-primas. Pode-se utilizar o exemplo de Platcheck (2003), como um caso de sucesso que sugere uma metodologia de *ecodesign* para a concepção de produtos com cunho sustentável, através da aplicação dos 3R's (reduzir, reusar e reciclar), oportunizando assim, abrandar o impacto ambiental do produto em questão, juntamente com a metodologia de Pahl *et al* (2005), para produção de um determinado produto, que foi adaptada pelo autor para a pesquisa em questão.

A reutilização do MDF (Medium Density Fiberboard) é o núcleo desta pesquisa, com base em referências de pesquisas similares como a de Silva e Figueiredo (2010), que utilizou o reaproveitamento de resíduos de MDF da indústria Moveleira de Linhares, Espírito Santo. Pesquisa na qual foram apresentados conceitos como *design* sustentável, utilizando os resíduos da indústria para serem aproveitados de forma mais efetiva, bem como a possibilidade de projetar produtos aproveitando os tamanhos variados dos resíduos da indústria, evitando o descarte e a extração desnecessária de matéria-prima da natureza.

3R'S - REDUZIR, REUTILIZAR E RECICLAR

Para que a criação de produtos sustentáveis seja viável é de suma importância conhecer o tipo de matéria-prima e o processo que ela sofreu. A conscientização é um dos fatores mais importantes para a criação de produtos sustentáveis. A partir deste alicerce, podem-se utilizar inúmeros resíduos de materiais, com viabilidade e potencial de reaproveitamento, assim como praticidade econômica. Porém, a eliminação total pode continuar no processo, dependendo do material escolhido. Diante disso, John (2001), vê alternativas na redução dos resíduos gerados nos diferentes processos produtivos, em que os materiais apresentam limites técnicos de suas propriedades.

Os custos de reciclagem representam um fator de limitação por várias razões, dentre elas, se destaca o fato de rotularem as empresas geradoras de resíduos como “inimigos”. A reciclagem, por outro lado, é uma oportunidade de transformação de uma fonte importante de despesa, em uma fonte de faturamento ou, pelo menos, de redução das despesas de deposição. O material na indústria cimenteira, dentre outras, mesmo se comercializado a baixo preço, é um excelente negócio, pois elimina as despesas com o gerenciamento e deposição do resíduo. Se, na ponta geradora do resíduo a reciclagem significa redução de custos e até mesmo novas oportunidades de negócio, na outra ponta

do processo a cadeia produtiva que recicla reduz o volume de extração de matérias-primas, preservando recursos naturais limitados e melhorando questões como a redução do consumo de energia. A correta reutilização dos materiais traz benefícios ao meio ambiente, reduz a utilização de matéria-prima e gera menos custo.

O trio reutilizar, reduzir e reciclar, afamadas como 3R's, já foram concebidas em muitas ações e estão cada vez mais sendo aplicadas pelas empresas na concepção de seus produtos, que aspiram a melhoria da ambiência e, por conseguinte, a qualidade de vida. Essa realidade retrata a relevância do emprego da separação e seleção de materiais para um melhor reuso ou reciclagem desses produtos, e para a incrementação de novos itens ecoeficientes.

A utilização de novo material, resíduo do MDF, segundo Silva e Figueiredo (2010), demonstrou que a forma de corte do MDF e o reaproveitamento das sobras da produção com auxílio de um software, contribuiu para a redução e um melhor reaproveitamento destes resíduos para o desenvolvimento de novas concepções de uso e aplicação no design de produtos.

O couro é um material que ganha destaque na reutilização e comercialização, aliado ao ecodesign. É uma matéria-prima abundante em regiões com vasto complexo de indústrias calçadistas e se torna passível de reutilização no meio comercial da moda por meio da marchetaria.

O processo utilizado é passível de ser aplicado em diversos tipos de produtos, assim como foi possível perceber que os produtos desenvolvidos pela Brantê obtêm destaque no mercado por apresentarem valor estético e simbólico resultantes desse processo de design diferenciado.

ECODESIGNER

Para Kluge (2009), a indústria Coureiro-Calçadista gaúcha é detentora de resíduos fabris, com uma vasta gama de materiais descartados que, ao se desenvolver novos produtos ou agregar novas características e funções, podem ter um ciclo de vida maior no ecodesign. É preciso, entretanto, uma devida atenção ao fator ambiental. É possível aplicar os conceitos de forma, função, materiais, fabricação, custo e consumo, reciclagem ou reaproveitamento para o descarte de resíduos, visando diminuir os impactos ambientais gerados nos ciclos de produção. Diante disso, podemos perceber que o setor calçadista necessita ainda desenvolver seu próprio entendimento e percepção em relação ao destino adequado das suas sobras, sendo que o design de novos produtos se revela uma alternativa cabível de reaproveitamento consciente do resíduo. A reutilização de materiais sustentáveis se apresenta como uma forma eficaz e ecológica para o desenvolvimento de produtos, criando assim, um diferencial competitivo.

A reutilização é uma característica na criação de novos produtos, utilizando-o para a melhor forma de reaproveitamento. Para Piccoli (2013), o reaproveitamento e reutilização viabiliza e otimiza a vida útil da matéria-prima do produto, sem depreciá-lo. Esses diferenciais reforçam a preocupação da empresa com o destino e aproveitamento correto de seus resíduos.

O ecodesign busca, portanto, evidenciar e analisar as contribuições advindas da reutilização, com o foco na compreensão da relação que se estabelece entre resíduos sus-

tentáveis, assim como na reutilização de resíduos no contexto da utilização de sobras de materiais para a produção de novos produtos.

RESÍDUOS

Atualmente, os resíduos industriais são considerados os responsáveis pelas maiores agressões ao meio ambiente. Conforme Cavalcanti (1998) e Leripio (2004), somos a sociedade do lixo, cercados totalmente por ele. Nos últimos 20 anos, a população mundial cresceu menos que o volume de lixo por ela produzido. Enquanto que de 1970 a 1990 a população do planeta aumentou em 18%, a quantidade de lixo sobre a Terra passou a ser 25% maior.

Para Ribeiro (2009), basicamente, toda sobra da produção industrial que não pode ser descartada sem controle, exige um método específico para sua eliminação. Essa especificidade existe porque, uma vez que os resíduos são originados de processos industriais, sua composição é mista e muitos podem até ser perigosos, trazendo consequências negativas não só para o meio ambiente, mas também para a saúde pública. Para classificar os resíduos, adota-se a NBR – Norma Brasileira Regulamentadora N° 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Visando acatar as definições da PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e estabelecer uma gestão própria para os resíduos sólidos, o Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Pró-Sinos, em conjunto com a consultoria Key Associados e com o auxílio de recursos provenientes do convênio 041/2007, firmado entre o Fundo Nacional de Meio Ambiente e o Pró-Sinos, elaborou o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PRGIRS), do qual, inicialmente, fizeram parte 22 municípios. Recentemente, quatro novos municípios da Bacia aderiram ao Consórcio e ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de cada um dos municípios do Vale do Paranhana.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (BRUNTLAND, 1991). A preservação requer ampla discussão, além de pesquisa de alternativas no âmbito da valorização dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável.

Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente. Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. Atividades econômicas podem ser encorajadas em detrimento da base de recursos naturais dos países. Desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade

de biológica, como o próprio crescimento econômico. Para Sachs (2000), o conceito de recursos naturais enfatiza o poder de auto regeneração da natureza para sua criatividade prodigiosa, chamando a atenção para o essencial respeito que deve existir no relacionamento entre seres humanos e a natureza, mantendo o zelo com ela. Segundo Morais (2009), o desenvolvimento desejável pelas sociedades contemporâneas deve promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais. Trata-se de um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado com base na reutilização.

ECONOMIA CRIATIVA

O conceito é extremamente abrangente e nada limitador, profissionais de artes, *design*, publicidade, comunicação, podem tanto desenvolver seus potenciais artísticos e intelectuais em projetos diferenciados de empreendedorismo. Os profissionais reinventam formas de criar, de fazer, de pensar. Para Howkins (2002) a economia criativa pode ser todas as atividades que envolvam conhecimento, criatividade e cultura, mas que tenham geração de renda envolvida, com profissionais das mais diversas áreas, que consigam produzir bens, serviços ou ideias criativas com caráter econômico. Ao contrário da economia tradicional, a economia criativa foca em recursos que se renovam e podem se multiplicar em parcerias. A criatividade é algo ilimitado e depende somente dos recursos humanos envolvidos, contribuindo na relação à geração de renda, criação de empregos, novos produtos, serviços, inovações para diversos setores e exportação.

No Brasil, a economia criativa atualmente corresponde a cerca de 3% a 7% do PIB. Segundo o mapeamento mais recente da FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), feito em 2016, as empresas da economia criativa já movimentam R\$ 381 milhões por ano. Além de animar a economia brasileira, as empresas do setor também geram uma série de empregos. Para Oliveira, Araújo e Silva (2013) estima-se que o número de profissionais da indústria criativa tem crescido muito e os salários são bem maiores do que os oferecidos no mercado. Economia criativa na prática demonstra exemplos de ideias, empresas, projetos que fazem parte da indústria criativa. O Brasil é atualmente uma grande incubadora do empreendedorismo e há muitos projetos e *startups* interessantes no mercado.

INDÚSTRIA CRIATIVA

A indústria criativa tem sido um tema recorrente e importante, tanto na atuação pública, quanto na privada, e é objeto de estudos e interesse da academia, de agências governamentais e organizações multilaterais. Tem tido, ainda, importância nos processos de formulação das políticas públicas, que almejam o desenvolvimento local e econômico.

Castells (2002), sustenta que o nosso mundo está em processo de transformação estrutural há duas décadas e que este processo, que se revela multidimensional, está associado a emergência de um novo paradigma tecnológico, sendo este, por sua vez, baseado nas tecnologias de comunicação e informação que começaram a tomar forma nos anos 1960 e que se difundiram de forma desigual por todo o mundo. A indústria criativa surge como uma resposta à massificação que estava ocorrendo na indústria após a Revolução

Industrial. Surge então na Austrália em 1900, sob influência da mudança social estabelecida, o conceito da Indústria Criativa, que, ao ser usado no Reino Unido, atingiu visibilidade global. O termo descreve a atividade na qual o valor econômico está conectado ao conteúdo intelectual e cultural, com a sua origem na criatividade do indivíduo.

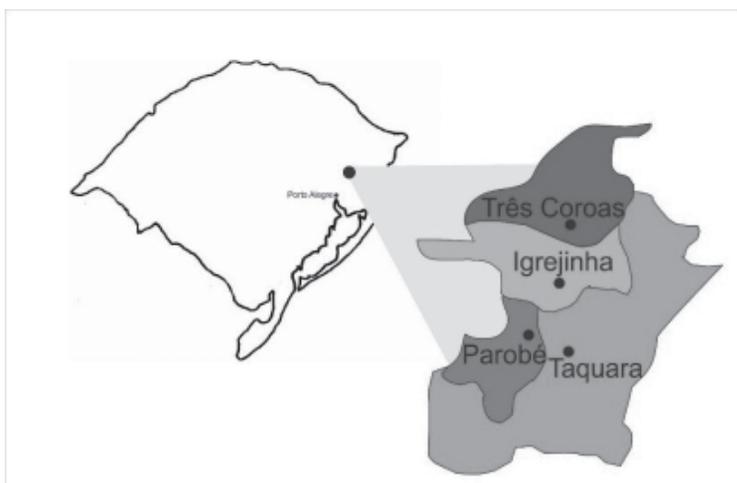
METODOLOGIA

O desenvolvimento desta pesquisa tem caráter exploratório, qualitativo e experimental, a fim de conhecer os tipos dos resíduos da indústria no Vale do Paranhana, bem como analisar o volume destes resíduos e seus respectivos destinos finais. É desenvolvido uma metodologia própria do autor baseada em Pahl *et al* (2005), para produção de um determinado produto, com etapas que englobam mapeamento dos resíduos, tipos e quantidades, para que se tome conhecimento do funcionamento do fluxo e organização destes resíduos, tais como a realização da triagem, identificação e rastreamento do material até seu destino de coprocessamento. Assim, estudarão a viabilidade da utilização dos resíduos, com base em análise de dados, mapeamento de materiais com potencial para emprego do MDF, utilizando como matéria-prima para a criação de produtos na indústria criativa do Vale do Paranhana.

CENÁRIO A SER ESTUDADO: VALE DO PARANHANA

A pesquisa em questão visa estudar as possíveis alternativas econômicas sustentáveis no Vale do Paranhana (RS), com base no *ecodesign* através da reutilização de resíduos provenientes das indústrias locais. Composto por quatro municípios o Vale do Paranhana: Três Coroas, Igrejinha, Parobé e Taquara está localizado a aproximadamente 80 km da

Figura 1- Mapa da Região do Vale do Paranhana



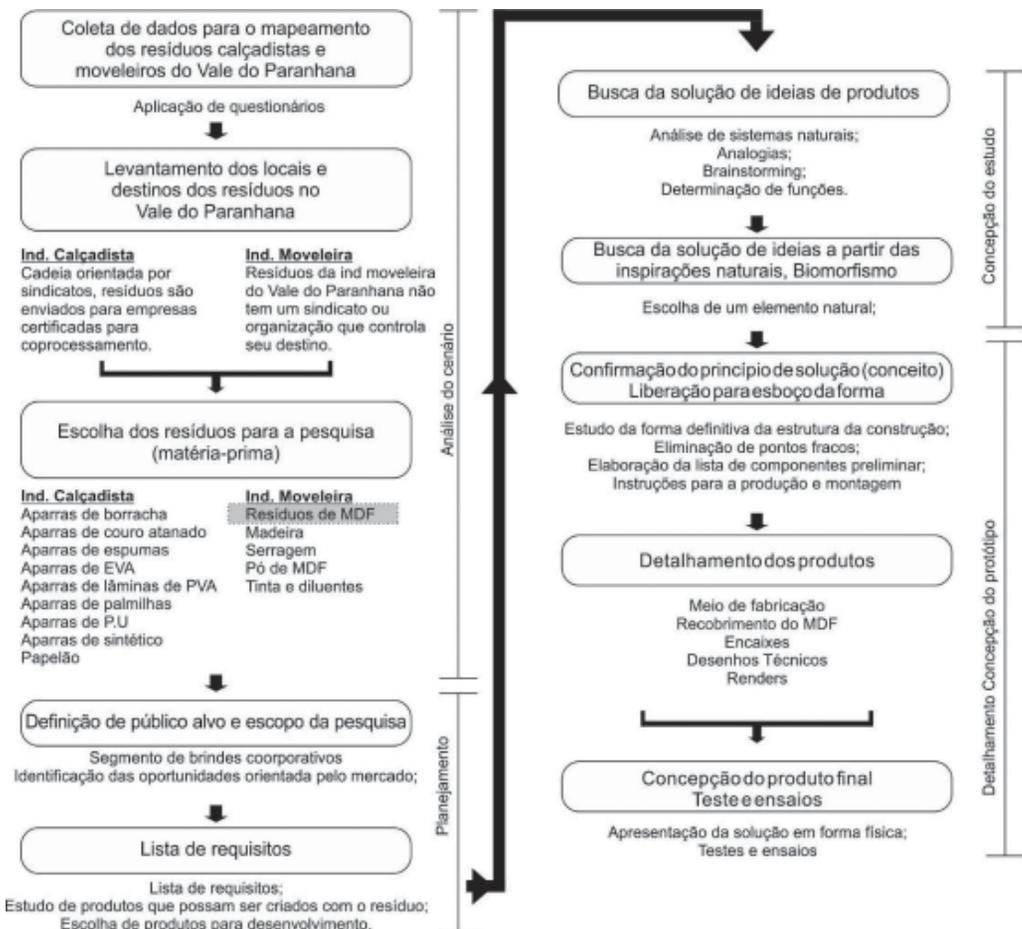
Fonte: Vale do Paranhana (2014). Adaptado pelos autores (2018).

ANÁLISE DE DADOS

Para o mapeamento dos resíduos industriais do Vale do Paranhana, foram elaboradas perguntas qualitativas que tiveram como objetivo identificar quais são os tipos de resíduos produzidos pelos setores moveleiro e calçadista. A partir deste levantamento, compreendeu-se quais são os destinos dos principais resíduos destes setores industriais, assim foi possível analisar a viabilidade de aplicação e utilização destes resíduos.

A realização de uma metodologia própria do autor, baseada em Pahl et al (2005), identificando as etapas da pesquisa é uma ferramenta essencial de orientação e direcionamento, ver figura a seguir.

Figura 2 - Fluxograma das etapas da metodologia proposta pelo autor



Fonte: Pahl et al (2005). Adaptado pelo autor (2018).

A Figura 2 ilustra etapas como o levantamento dos locais e destinos dos resíduos no Vale do Paranhana, mapeamento dos resíduos, tipos e quantidades, escolha dos candidatos como a matéria-prima, aplicação de uma metodologia de desenvolvimento de produtos até a concepção do produto protótipo. O fluxo da metodologia é baseado em Pahl *et al* (2005), seguindo os seguintes passos para especificação de materiais: mapeamento dos resíduos do Vale do Paranhana, seguido por levantamento dos locais e destinos destes resíduos no Vale.

Com a metodologia obteve-se a quantidade de resíduos do Vale do Paranhana, sendo o setor calçadista a principal economia do Vale, a qual contribui para o grande número de resíduos da região somente na frente do setor moveleiro, com seu destino orientado por empresas certificadas. O mesmo não acontece com setor moveleiro, que os resíduos do MDF têm seu descarte sem uma fiscalização rigorosa como ocorre no setor calçadista. A destinação dos resíduos do setor calçadista ocorre por meio de empresas licenciadas que cobram das empresas destinatárias um valor para o coprocessamento ou reciclagem destes resíduos, considerando a existência de uma organização para cada resíduo, ligando a origem ao destinatário para o coprocessamento, com uma fiscalização de dados da empresa, tipo de material e peso.

O destino dos resíduos da indústria moveleira do Vale do Paranhana não sofre nenhum tipo de controle, não possuindo nenhum sindicato ou organização no Vale. O setor moveleiro mostrou-se relevante para a análise dos resíduos gerados, já que seus resíduos são tóxicos e não existe um controle eficaz no descarte do MDF. As empresas licenciadas que recebem esses resíduos devem dar o destino final ou coprocessar os resíduos dentro dos padrões ambientais, o que muitas vezes não ocorre. O material de MDF contém resinas tóxicas, que causam prejuízos à natureza e a saúde, quando incinerados.

Coleta de dados para o mapeamento dos resíduos calçadistas e moveleiros do Vale do Paranhana é baseada em questionários que serviu como base qualitativa dos dados relacionados ao descarte dos resíduos de produção. As perguntas foram direcionadas para o indivíduo responsável pela empresa ou para o sindicato, com o objetivo de possibilitar o entendimento do funcionamento do fluxo de descarte dos resíduos calçadistas e moveleiros.

A partir disso, a finalidade é descobrir qual destes resíduos contém um direcionamento não apropriado, sendo passível de reaproveitamento em uma indústria criativa, que poderá utilizar o resíduo descartado como matéria-prima. Analisando a gama de resíduos materiais calçadistas, verificamos uma cadeia praticamente fechada do destino dos resíduos, onde somente o PU (Poliuretano) e a espuma teriam potencial para um trabalho de reutilização. Atualmente esses materiais são enviados para a incineração ou, no caso da espuma, reutilizada para artesanato local.

Tabela 1 - Quantidade em quilos dos principais resíduos calçadistas e moveleiro no Vale do Paranhana

INDÚSTRIA CALÇADISTA	Quantidade em Quilogramas - MÊS	INDÚSTRIA MOVELEIRA	Quantidade em Quilogramas - MÊS
Aparas de borracha	2.996,24	Resíduos de MDF	11.850
Aparas de couro atanado	132.747,07	Serragem	200
Aparas de couro	299.657,19	Maravalha	90
Aparas de espumas	24.599,88	Latas de cola	72
Aparas de EVA	2.088,64	Embalagens plásticas	60
Aparas de lâminas de PVC	1.173,90	Fita bordo	12
Aparas de palmilhas	645,97	Aluminio	82
Aparas de PU	108.425,67		
Aparas de sintético	40.535,70		
Papelão	69.393,25		

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

No setor moveleiro os resíduos são compostos por restos de MDF, serragem, maravalha, latas de cola, embalagens plásticas, fica bordo e aluminio, ver Tabela 1. A partir da identificação do resíduo de MDF como um resíduo com potencial de reaproveitamento, inicia-se uma proposta de criação de um portfólio com produtos sustentáveis e com base na reutilização de resíduos, direcionados às esferas de uma economia criativa. Dada a relevância do tema, bastante atual, pretende-se que seja mais uma contribuição para a discussão acadêmica sobre sustentabilidade, especialmente em relação à adoção de estratégias de reaproveitamento para o desenvolvimento de produtos, levando em consideração o benefício econômico que pode se obter dessa prática.

A criação de produtos sustentáveis visa trabalhar a reutilização inteligente dos resíduos, assim como conceituar e debater o quanto é viável promover esse tipo de atitude por parte das empresas e melhorar a consciência local, melhorando assim a eficiência dos diferenciais competitivos, encontramos a reutilização de materiais como sendo a base de estudo deste trabalho, onde consegue-se verificar a adaptação de um novo material para o desenvolvimento de novos produtos. Para Cândido (2008), a reutilização de materiais consegue determinar a diminuição do impacto ambiental, criando uma forma eficaz de novas etapas para o desenvolvimento de produtos.

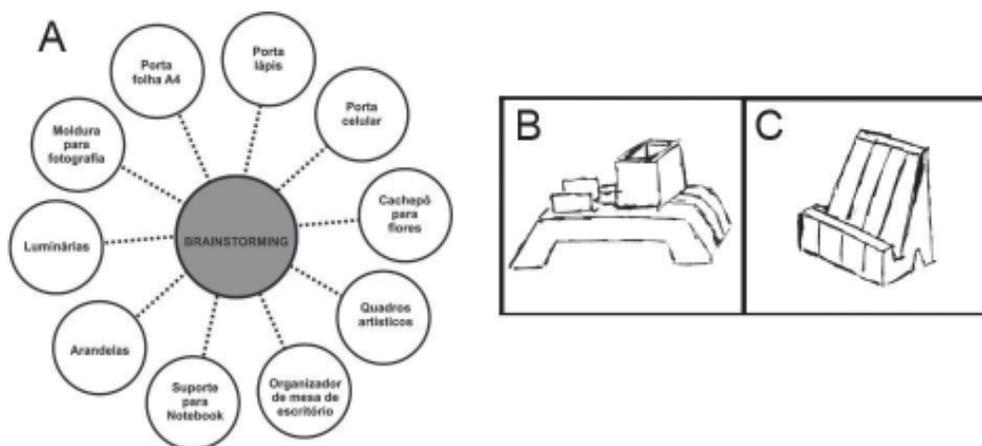
O público-alvo a qual a demanda de produção de produtos irá atender é voltado para estabelecimentos comerciais, que Segundo a Rais (2016) demonstra que o vale do paranhana tem 1409 estabelecimentos que são identificados como clientes de potencial de absorção de brindes corporativos personalizados em resíduos de MDF.

RESULTADOS OBTIDOS

Na formulação da lista de requisitos os objetivos e as condicionantes sob as quais as exigências devem ser satisfeitas precisam ser destacados claramente. Para a compilação dos requisitos necessários para o desenvolvimento de brindes sustentáveis com base em resíduos de MDF, os requisitos consistem em conhecer o material, suas etapas de construção, recobrimento ecológico, de fácil repetição em escala, baixo número de peças, conhecimento do meio de fabricação que devem conter condições para o desenvolvimento de projeto de produto. A partir da proposta de criação de um portfólio com produtos sustentáveis e com base na reutilização de resíduos de MDF. As ideias foram geradas pelo brainstorming ou tempestade de ideias e têm como requisitos atender ao reaproveitamento do MDF das empresas moveleiras do Vale do Paranhana, ser de fácil montagem e desmontagem, recobrimento com tinta ecológica, de fácil repetição em larga escala, baixo número de peças; fácil fabricação e ser ergonômico para o usuário.

Na aplicação do *brainstorming* foram discutidas ideias que contemplam os requisitos da pesquisa e ampliam a visibilidade e opções de produtos como o uso dos resíduos de MDF para a criação de cachepôs de flores, quadros artísticos utilizando formatos que se encaixam montando uma textura, luminárias, moldura para porta fotografia, organizador de mesa de escritório, porta folhas A4, arandelas, suporte para notebook, porta celular e porta lápis, conforme Figura 3.

Figura 3 - Ideias geradas pelo *brainstorming*

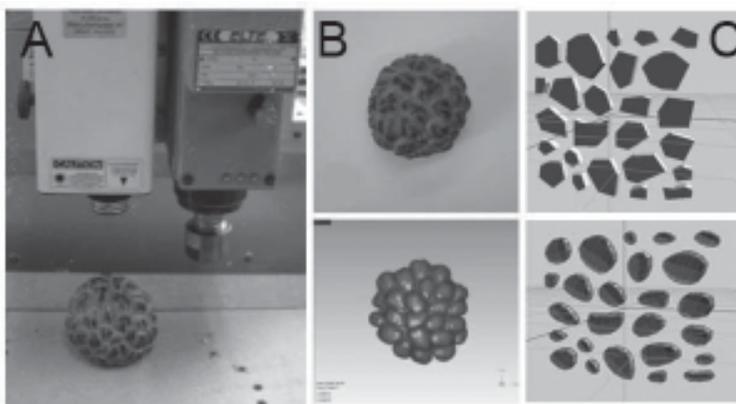


Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Foram discutidas as ideias geradas no *brainstorming* que estão descritas na Figura 3 (A) e foi realizado uma votação entre os desenhos descritos, onde o organizador de mesa (B) e o porta celular (C) foram eleitos como produtos para o desenvolvimento dos protótipos, iniciando assim um estudo de sua forma de design que contenha design inspirado em elementos da natureza em sua concepção, para reforçar o apelo sustentável.

O Biomorfismo foi adotado na pesquisa que aspira a participação na natureza, constituindo uma maior sustentabilidade, caracterizando a inspiração orientada pela natureza para o design. Para obter um estudo com base no Biomorfismo, Allgayer (2009) utilizou a tecnologia de digitalização a laser 3D do LdSM-UFRGS Figura 4 (A), posicionando a fruta sobre a mesa para que sua superfície fosse escaneada, para conseguir captar, assim, cada detalhe da fruta-do-conde Figura 4 (B) e após e feito o tratamento da malha 3D Figura 4 (C).

Figura 4 - Digitalização da fruta-do-conde

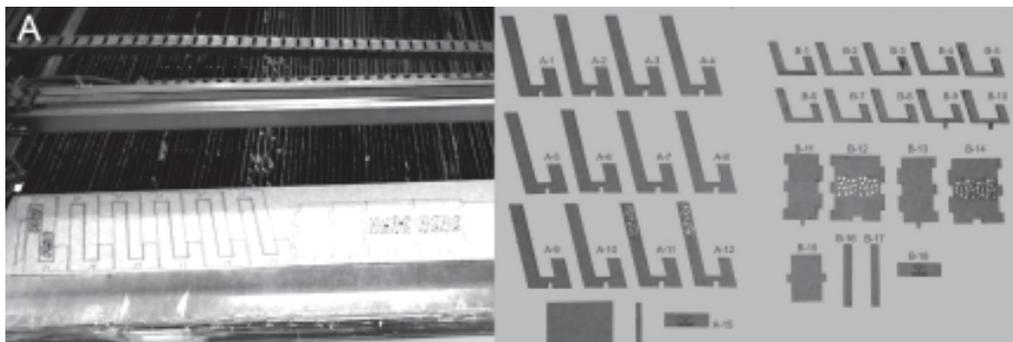


Fonte: Allgayer (2009, p. 5, 6, 8)

A textura obtida pela operação 3D será aplicada nos produtos. Para isso é proposto uma escala de proporções de dimensões, partindo da dimensão original analisada, onde Allgayer (2009) gerou o resultado do escaneamento tridimensional que é inserida do design do produto. Este panorama da pesquisa de formas do Biomorfismo reforça o princípio de que é possível, através de referências naturais, conceber novas idéias e contribuir de forma efetiva com o design.

Para o processo de fabricação foi utilizado o corte a laser, que tem a precisão no corte das peças. As peças foram cortadas para a replicação do processo posteriormente, na Figura 5 (A) que demonstra o MDF no laser sendo cortado, e ao lado as peças já cortadas do (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14 e A15) do suporte de celular e, ao lado, as peças cortadas e do (B1, B2, B3, B4, B5, B6, B7, B8, B9, B10, B11, B12, B13, B14, B15, B16, B17 e B18) do organizador de mesa, correspondendo as partes

Figura 5 - Peças de resíduos de MDF 6 mm, do suporte de celular e o organizador de mesa, com suas peças cortadas no corte a laser

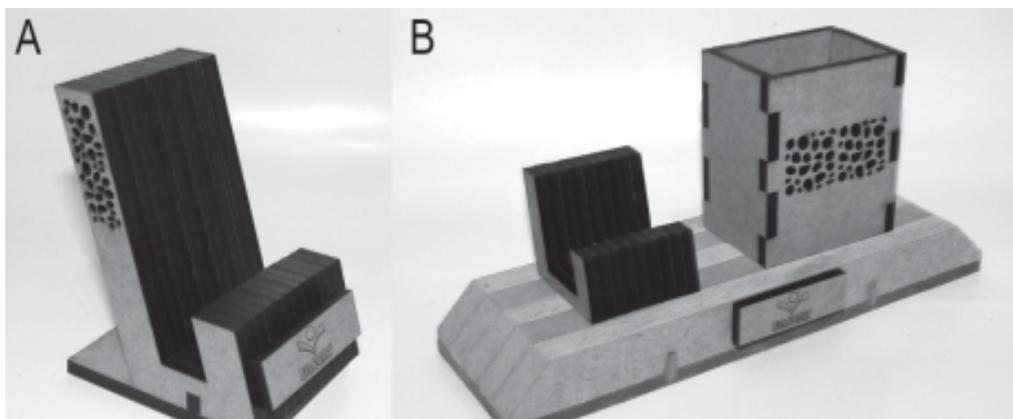


Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Após o corte a laser as peças são montadas para a concepção do produto final, obedecendo os encaixes e uniões previstas, para garantir a segurança e eliminar possíveis riscos aos usuários os protótipos foram testados atendendo a norma ABNT NBR 15236:2016 - Segurança de artigos escolares, que realiza testes em materiais escolares, certificando que o produto não possa conter riscos de pontas após cair 3x de uma altura de 1m em um piso com uma superfície de ladrilhos de composição vinílica.

Após realizados dos testes e dos respectivos desenhos técnicos e das definições do processo de fabricação do suporte de celular e do organizador de mesa, os protótipos são concebidos em MDF de 6 mm cortados no corte a laser, e 18 mm com corte de serra, e montados com os encaixes e cola que vão dar uma maior segurança e fixação para as peças do produto, demonstrado na Figura 6.

Figura 6 - Produto final concebido com as peças de MDF, A-Suporte de celular e o B-organizador de mesa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Este produto tem a proposta de compor um mix de produtos destinados para os estabelecimentos do Vale do Paranhana, como brindes corporativos sustentáveis, voltados para o apelo da reutilização de resíduos do MDF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa realidade cada vez mais iminente de escassez de recursos naturais e resíduos industriais sem destino correto, é comum práticas que visam a sustentabilidade. Entre elas, os 3Rs, que se utiliza da prática da reutilização, a qual norteou todo o trabalho. O reaproveitamento de resíduos de MDF demonstra uma alternativa criativa e viável de uma sobra sem utilização.

Os resíduos são comuns a todos os segmentos industriais e representam uma parcela considerável de todo o lixo do país, em uma geração que a produção de lixo superou o crescimento da própria população. Os resíduos, na sua maioria, são tóxicos, e geram danos ao meio ambiente e à população. Frente a essa situação é, de suma importância uma ação alternativa viável para solucionar esse problema. Não são poucos os resíduos tóxicos provenientes da indústria, mas o mal gerado pode ser evitado, começando com ações práticas que visam minimizar o desperdício de materiais e produtos se valendo do uso dos 3R's da sustentabilidade (Reduzir, Reutilizar e Reciclar).

Na compilação dos dados coletados, foi identificada a existência de resíduos produzidos pelo setor calçadista e moveleiro do Vale do Paranhana, sendo que o setor calçadista contém um controle sobre seus resíduos, orientados por sindicatos e empresas certificadas e autorizadas. O mesmo, entretanto, não acontece no setor moveleiro do Vale do Paranhana, que não tem um sindicato que controle o destino dos seus resíduos, tóxicos, tanto para o meio ambiente quanto para as pessoas.

Frente a esse problema uma solução muito viável, para o uso desses resíduos, parece ser uma atitude sustentável aliada à criatividade, por meio da reutilização. Esta, envolve diretamente o *ecodesign*, economia criativa, indústria criativa e a sustentabilidade, cada uma com sua influência, mas todas com sua importância.

A economia criativa demonstra uma alternativa de desenvolvimento econômico a partir da criatividade. Nesse sentido, reutilizar resíduos do setor moveleiro mostra-se como uma forma criativa de utilizar o MDF, para a fabricação de produtos corporativos. Uma forma de potencializar a criação de riquezas aliada a geração de empregos e por meio de resíduos que apresentam qualidade e durabilidade, que proporcionam produção de produtos mais duráveis e que tenham um desempenho melhor, a fim de gerar menos resíduos dando ao produto uma vida útil maior. Assim, é possível criar um padrão de produção ecológico e sensibilizar as pessoas através de um consumo inteligente por meio de produtos ecoeficientes.

A definição do MDF como matéria-prima a ser trabalhada se deve por sua abundância dos resíduos, e pela qualidade da matéria-prima, pode ser empregado em produtos que tenham como objetivo a sustentabilidade que se dá através do uso consciente dos recursos e pela reutilização dos mesmos. A pouca fiscalização, em relação ao seu descarte, que, lamentavelmente, é um fator relevante e que merece um olhar mais profundo, por falta ou desconhecimento da lei na sua essência, por comodidade ou por barateio do destino dos

resíduos, faz com que o destino não seja adequado, causando danos ambientais.

Uma solução viável para os resíduos moveleiros, é sua utilização para a criação de produtos corporativos sustentáveis voltados para os estabelecimentos comerciais do Vale do Paranhana, já que os municípios do Vale apresentam um bom desempenho econômico. Levando em consideração que a geração desses resíduos no Vale do Paranhana é oriundo do grande número de indústrias localizadas na região. Essa situação mostra-se favorável a criação de novo produto, seguindo a metodologia desenvolvida pelo autor, que demonstra um grande potencial de comercialização, partindo de ideias geradas pelo *brainstorming*, foram desenvolvidos desenhos a mão a fim de se debater sua funcionalidade e utilização do MDF como os fatores principais para sua concepção. O Biomorfismo contribuiu para os processos de *design* através da estrutura orgânica da fruta-do-conde, cedendo suas formas da natureza como alicerce de inspiração estética, baseado nas curvas e formas que evocam seu arranjo natural. A tecnologia de corte a laser é um processo de alta precisão, com custo médio, mas que contém valor agregado nos detalhes. O corte de serra tradicional é o método prático e com menor custo, podendo ser utilizado na própria indústria moveleira parceira. Os encaixes proporcionaram maior estabilidade ao produto, juntamente com colas inseridas em pontos estratégicos para facilitar a desmontagem. A tinta à base de água contribuiu para um melhor acabamento e proteção do MDF.

Como uma forma de valorizar os resíduos provenientes da indústria moveleira do Vale do Paranhana, a reutilização dos resíduos do MDF demonstram um caminho criativo e inovador, tornando um resíduo novamente em matéria-prima se valendo de sua vida útil elevada, de forma criativa e sustentável, demonstrando assim uma solução viável de baixo custo para o resíduo moveleiro que atualmente é destinado à queima, aterro ou coprocessamento. Assim, portanto, é uma alternativa econômica sustentável para os resíduos moveleiros do Vale do Paranhana, além de proporcionar maiores benefícios ao meio ambiente.

A reutilização do MDF no *ecodesign* e sua apuração demonstra ser uma peça-chave para a concepção de produtos, buscando ideias inteligentes para a sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável consiste em manter algo constante ou estável por longo período, com aplicação de métodos e técnicas para alcançar um objetivo que aumente a utilização, de formas criativas, ao se traçar soluções para o melhor aproveitamento do MDF.

A utilização de um método de desenvolvimento de produtos baseado em Pahl et al., (2005), que estabelece passos de uma criação desde a origem do problema até a concepção do protótipo, se reflete no mapeamento dos resíduos do Vale do Paranhana, o levantamento dos locais dos destinos dos resíduos, a escolha da matéria-prima, e definição do público alvo, lista de requisitos, busca de soluções, busca de ideias, confirmações de solução, detalhamento dos produtos, testes e ensaios, e, por último, a concepção do produto final. Todo esse processo demonstrou um caminho orientado da forma metodológica de desenvolvimento de produto. A metodologia e as questões de reaproveitamento da matéria-prima, demonstraram novos horizontes para trabalhos futuros de pesquisa, voltados para a reutilização de outros resíduos industriais moveleiros, como o alumínio e o cavaco de MDF

Diante de maiores benefícios advindos de uma melhor reutilização de matéria-prima, o trabalho demonstra a importância de um melhor direcionamento dos resíduos,

fazendo com que eles voltem para a produção, de forma sustentável. O crescimento dos resíduos da produção industrial é indiscutivelmente uma das questões fundamentais nos debates contemporâneos sobre o destino mais adequado dos resíduos. Percebe-se a importância de um olhar para o *ecodesign*, com parâmetros que favoreçam o crescimento sustentável, promovendo poderosas vantagens ao meio ambiente, transpondo a visibilidade que uma mentalidade ambiental pode trazer para uma região, voltada para o reaproveitamento de resíduos que não seriam mais utilizados, como um item de promoção local criativo e sustentável. Uma estratégia de trabalho voltado ao *design* se torna um fator recomendado que alia o apoio das empresas moveleiras, articulando perspectivas de um desenvolvimento sustentável, visando facetas de reaproveitamento e orientando futuras contribuições que potencializam o destino de um resíduo para a reutilização em produtos ecologicamente corretos.

REFERÊNCIAS

- ALLGAYER, Rodrigo. *Formas naturais e estruturação de superfícies mínimas em arquitetura*. 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado em Design e Tecnologia) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10.004: Resíduos Sólidos - Classificação. Rio de Janeiro, 1987b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15236: Segurança de artigos escolares. Rio de Janeiro, 2005.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem et al. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- BROWER, Cara MALLORY, Rachel; OHLMAN, Zachary. *Experimental EcoDesign, Architecture, Fashion, Product*. Switzerland: Roto Vision, 2005.
- CÂNDIDO, Luis Henrique Alves. *Contribuição ao estudo da reutilização, redução e da reciclagem dos materiais com aplicação do ecodesign*. 2008. 130 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Lisboa, Portugal; Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- CAVALCANTI, J. E. A década de 90 é dos resíduos sólidos. *Revista Saneamento Ambiental*, n. 54, p. 16-24, nov./dez. 1998. Disponível em: <<http://riosvivos.org.br/a/Noticia/A+decada+de+90+e+dos+residuos+solidos/3223>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- DALLA COSTA, Armando; DE SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo. *Economia criativa: novas oportunidades baseadas no capital intelectual*. Revista Economia & Tecnologia, v. 7, n. 2, 2011.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. FIRJAN. *Índices FIRJAN de desenvolvimento municipal*, 2012.
- HOWKINS, John. *The creative economy: How people make money from ideas*. Penguin UK, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2017.
- JOHN, V. M. Aproveitamento de resíduos sólidos como materiais de construção. In: Casa, JCS et al., (Orgs.). *Reciclagem de entulho para a produção de materiais de construção*. Salva-

dor: UDUFBA, 2001.

KLUGE, Anelise. *Contribuição ao estudo do aproveitamento de resíduos de couro: uma abordagem holística do ecodesign focado em calçados infantis*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

KROTH, Darlan Christiano; LOPES, Ricardo Luis; PARRÉ, José Luiz. *A indústria moveleira da Região Sul do Brasil e seus impactos na economia regional: uma análise em Matriz de Insumo-Produto Multirregional*. Ensaios FEE, Porto Alegre v. 28, n. 2, 2007.

LERIPIO, A. A. *Gerenciamento de resíduos*. 2004. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/~lgqa/Coferecidos.html>>, 2004 Acesso em: 12 nov. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. MTE. *Bases de dados Rais/Caged*. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

MORAIS, Roberto Tadeu Ramos; ETGES, Virginia Elisabeta. Planejamento estratégico municipal para a sustentabilidade da região do Corede Paranhana-Encosta da Serra. *Revista RACE*, Unoesc, v. 8, n. 1, p. 135-154, 2009.

OLIVEIRA, João Maria de; ARAUJO, Bruno Cesar de; SILVA, Leandro Valério. *Panorama da economia criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

PAHL, Gerhard; BEITZ, Wolfgang; FELDHUSEN, Jörg; GROTE, Karl-Heinrich. *Projeto na engenharia: fundamentos do desenvolvimento eficaz de produtos, métodos e aplicações*. São Paulo: Blucher, 2005.

PICCOLI, Mariana. *Reutilização de tubos de papelão: estudo de parâmetros técnicos visando aplicação no design de produtos*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

PLATCHECK, Elizabeth Regina. *Metodologia de ecodesign para o desenvolvimento de produtos sustentáveis*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PRO-SINOS. *Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PRGIRS)*. Disponível em: <<http://www.consorciosprosinos.com.br/planos-e-aco/es/planos-de-residuos-solidos>>. Acesso 02 nov. 2017.

SACHS, Wolfgang (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Aline Freitas da; FIGUEIREDO, Carolina Finamore de. Reaproveitamento de resíduos de MDF da indústria moveleira. *Design & Tecnologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 77-87, 2010.

RIBEIRO, Daniel Verás; MORELLI, Márcio Raymundo. *Resíduos sólidos: problema ou oportunidade?* Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

VALE DO PARANHANA (RS). *As seis cidades que compõem essa micro-região*. 2014. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1776564>>. Acesso em 11 abr. 2018.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA CONTINGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGINAL

Shirlei Alexandra Fetter¹

Daniel Luciano Gevehr²

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Discute-se a relação entre pesquisa e prática docente, as quais têm se constituído uma preocupação central na formação de professores na contemporaneidade. Tal inquietude provoca as universidades a uma revisão e reflexão sobre sua estrutura pedagógica e suas concepções epistemológicas, a fim de se adequarem às exigências de formação e preparação de professores habilitados para atuarem num contexto complexo como o atual.

Na conjuntura do ensino superior, especial atenção deve ser dada à formação de professores considerada a importância da universidade na formação desses profissionais e na produção de conhecimentos socialmente relevantes. A formação para a pesquisa e o desenvolvimento profissional dos professores tem sido objeto de constante estudo (ASSMANN, 2004).

Leite, Genro e Braga (2011) consideram a pesquisa científica como algo imprescindível na formação dos profissionais da educação, aprofundando a relação entre o ensino e a ação de investigar como meio de produção do conhecimento. Dessa forma, ao referir-se à formação docente no âmbito universitário, o presente estudo justifica-se pela necessidade de formar professores pesquisadores, ainda que, na sociedade atual, ele seja o mediador de processos que formam a essência da cidadania no aluno, estabelecendo pressupostos para a transposição de inúmeros desafios colocados aos estabelecimentos de ensino.

Justifica-se, também a pesquisa pela necessidade de formar profissionais qualificados, que primem pela excelência do ensino e do fazer educativo. Discorre-se, assim, sobre a necessidade de mudanças no ensino tradicional, apontando para a valorização da relação entre ensino e pesquisa na formação de professores, visto que a relação pedagógica ocorre no entrelaçamento dessas dimensões. Para Gamboa (2015), o ensino sem a pesquisa não realiza o movimento crítico da relação entre renovação e transformação.

Pensar na educação como renovação e transformação pressupõe uma compreensão da realidade onde se está inserido, bem como das necessidades, agindo e comprometendo-se com a mesma. Busca-se o conhecimento sobre a educação superior e os fatos que lhe são correspondentes em razão do consentimento e responsabilidade pela formação de pessoas capacitadas, com atitudes investigatórias e práticas problematizadas, a fim de compreender sua realidade e promover as mudanças necessárias.

¹ Aluna PEC do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFRGS. Mestre em Desenvolvimento Regional-FACCAT. E-mail: fettershirlei@gmail.com

² Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) - FACCAT-RS. E-mail: danielgevehr@faccat.br

Em virtude dos fatos mencionados, a formação de professores busca prezar pelo envolvimento de profissionais competentes e comprometidos com as realidades locais e regionais. Dessa forma, pensar no processo de desenvolvimento local e regional é compreender as necessidades de formar pessoas capazes de iniciativas transformadoras. Essa necessidade e essa determinação serão fundamentais para olhar com empenho os modelos dominados ou emergentes, através dos quais é possível aprender uma nova espécie de relacionamento entre os diversos saberes (SANTOS, 2013).

Ao se referir à transformação da realidade, revela-se a dimensão da responsabilidade social das instituições universitárias, que precisam estar em constante interação com o seu entorno social. Sustentada pelo Art. 207 da Constituição Federal de 1988, o pilar da universidade sustenta-se por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de tal forma que a produção do conhecimento universitário, a partir de atividades educativas, abrange e diverge, contemplando aspectos formais e não formais, mas, sobretudo, experimentais, e compromete-se com a inclusão e a diversidade entre os diferentes setores (FURTADO, 2000).

Outro fator que se aborda é o desafio posto à universidade, no âmbito regional, em formar profissionais capazes de criar alternativas e que tenham potenciais, articulando-as as necessidades regionais com os conhecimentos produzidos e sistematizados em seu interior. Para contribuir com o desenvolvimento regional, há que se desenvolver uma dinâmica de conhecimento democratizado do território regional, centrado no seu progresso.

A proposta educacional voltada para o desenvolvimento local e regional está diretamente vinculada à compreensão da necessidade de se formar pessoas que, no futuro, possam participar ativamente das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas, e, assim, transformar por meio da educação o sujeito num ser consciente de sua transitividade crítica, racional e questionadora (FREIRE, 2011). Nesse sentido, os cursos de licenciatura são instrumentos fundamentais para o atendimento dessas necessidades.

Tendo em vista a importância da universidade para o desenvolvimento local e regional, torna-se imprescindível a reflexão em torno da formação de professores por ela operacionalizada, haja vista ser essa uma das atividades de maior impacto direto na formação cidadã e humana da comunidade regional. Buscando fazer uma análise, o presente estudo reflete sobre as contribuições em torno da relação existente entre pesquisa e docência na formação de professores, evidenciando a função que exerce a universidade no desenvolvimento local e regional.

O desenvolvimento regional e social dispõe de espaços que, se analisados, destacam as instituições de ensino que fomentam a pesquisa, descritas como responsáveis não somente pela formação de mão de obra qualificada, mas pela promoção e geração de conhecimentos multiplicadores, além das técnicas, das tecnologias, agregando novos conhecimentos pela produção científica nas relações pedagógicas dos professores. Desse modo, as universidades, enquanto instituições de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, assumem importância e habilidades no processo de desenvolvimento.

A presente reflexão partiu à busca de compreender a relação entre pesquisa e docência na formação de professores. Desse modo, para centrar os aspectos a serem estudados, especificaram-se os caminhos do estudo, tendo como meios contextualizar conceitos teóricos sobre a inserção e a importância da prática de pesquisa nos cursos de licenciaturas.

Enquanto abordagem metodológica, inicialmente, adotaram-se os moldes de pesquisa qualitativa, buscando esclarecer o tema a que se remete o estudo, ou seja, o de ensinar pela pesquisa durante o processo de formação dos professores, processo este que visa não só à inovação pedagógica no seu fazer docente em sala de aula, mas à consolidação desse processo em nível de formação.

Apresentam-se as relações entre a educação e o desenvolvimento regional. Para tanto, partiu-se de duas questões centrais: uma encontra-se especificamente na relação entre educação e processo de desenvolvimento; a outra discute qual é o papel que a universidade exerce em formar professores pesquisadores comprometidos com as questões sociais. Assim, busca-se apontar e analisar o contexto e o advento dessa vinculação, identificando e explorando as formas que propiciam o desenvolvimento regional (BOISIER, 1996).

Portanto, a compreensão do processo de consistência do ensino e aprendizagem na escola envolvem as relações com o contexto no qual se inserem essas instituições e que atuam sobre ele. Dessa forma, ao utilizar o conhecimento sobre as realidades econômicas, cultural, política e social, busca-se compreender as relações e o contexto em que está inserida a prática educativa. Em vista disso, a instituição utiliza-se dos resultados de pesquisa realizadas para o aprimoramento de sua prática de formação profissional.

Estende-se a discussão sobre as ações pedagógicas enquanto uma abordagem possível para se pensar o desenvolvimento regional. Não se pode deixar de ressaltar que as ações interdisciplinares buscam novas posturas diante do conhecimento, provocam mudança de atitude humana que influencia o contexto do conhecimento em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural - e se constituindo como projeto coletivo diante das comunidades. Com isso, os aspectos culturais foram associados ao processo de desenvolvimento, como um conjunto de valores estabelecidos na sociedade.

2 ALÉM DO ECONÔMICO: CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Com referência à educação, a universidade proporciona os conhecimentos necessários para que o educando possa agir e transformar sua realidade, isto é, desenvolver e exercer sua cidadania. Freire (2011) aponta a formação universitária como campo próprio do estudo científico, com vistas à tendência a assimilar melhor os próprios conceitos científicos, a realidade, passando a adquirir, ou estabelecer relações de sentido, não ficando apenas na superficialidade dos acontecimentos.

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional³ (PNDR), deve-se considerar a educação como uma necessidade de transformação local⁴; sendo assim, edu-

³O desenvolvimento regional é um processo de mudança estrutural localizado, ou seja, acontece em uma região específica. A região, neste caso, é entendida como um território organizado que possui potencial e fatores que promovam o próprio desenvolvimento, sem considerar o seu tamanho. Este tipo de desenvolvimento está associado ao seu progresso (BOISIER, 1996).

⁴O desenvolvimento local está relacionado às preferências e podem ocorrer em diferentes tamanhos de territórios. Local é entendido como a identidade que caracteriza um lugar, podendo ser uma região, um país ou até mesmo um município, no entanto torna-se impossível analisar o local sem considerar o global, ou seja, o ambiente no qual ele está inserido (BOISIER, 1996).

car-se é adquirir os experimentos para transformar e tornar compreensíveis os problemas locais. A experiência se conceitua e se assume como algo pessoal de cada sujeito, que é inerente às suas estruturas culturais, afetivas e cognitivas (CUNHA, 2008).

As dimensões pedagógicas estão diretamente ligadas às inovações. Nesta perspectiva, Veiga (1996) destaca a prática pedagógica como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, que vai além da prática docente conteudista, sua intencionalidade abrange os diferentes aspectos do projeto pedagógico da escola e as relações desta com a comunidade e a sociedade. O que se espera é que a educação não seja só o mero conhecimento reproduzido, mas que compreenda como se materializa, possibilitando meios e ações práticas no plano de desenvolvimento de uma região⁵.

Atualmente, percebem-se indícios do baixo nível de escolaridade, mas, para que o cidadão exerça sua cidadania e saiba de suas responsabilidades, a educação tem que, de forma sensata, desenvolver a compreensão crítica sobre a realidade. Freire (2000) entende que a democracia, a liberdade, a autonomia são processos de construção de uma sociedade justa, fundada na liberdade e na igualdade de oportunidades para todos, sendo composta, inclusive, por classes ou grupos de despossuídos, sem poder econômico, sem autonomia cultural, sem dominação política.

As mudanças que permeiam os procedimentos pedagógicos na sociedade do conhecimento, na qual evoluímos rapidamente, e a instituição de ensino defronta-se com as dificuldades de trabalhar com ações de entendimento e a informação. Essa relação, que tem acompanhando os sujeitos durante suas vidas, é uma associação entre a educação formal, esta adquirida em instituições educacionais, e a vida profissional, a prática. De acordo com Cunha (2008), esse processo constitui-se na docência, quer dizer, os saberes das disciplinas, os saberes curriculares e os saberes da experiência vivida.

Articular a educação com a formação integral dos sujeitos, ou, ainda, articular a escola com a comunidade educativa, é uma necessidade da sociedade atual. Nesta sequência, a sociedade contemporânea demanda que seus cidadãos administrem os conhecimentos científicos e tecnológicos. Em razão disso, há urgência em envolver os diferentes fundamentos de ensino na formação do indivíduo. Conforme Libâneo (2008), diante da priorização de uma formação ética, desenvolvimento intelectual e pensamento crítico, a educação formal exige mudanças no desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor em sala de aula e do conteúdo em todas as áreas de ensino.

Aspectos de reestruturação dos conceitos abordados fazem a ponte entre o que é ensinado e o que é vivido na realidade cotidiana concreta. Sendo assim, o corpo docente está em contato com as diversas necessidades advindas das realidades locais, e, portanto, de certa maneira, mediando a prática pedagógica científica de um território regional⁶.

³ Milton Santos define que o conceito de região tem se constituído, ao longo da história moderna do pensamento geográfico. Um dos seus conceitos-chave, os outros sendo os de paisagem, espaço, lugar e território.

⁶ Desenvolvimento territorial nos remete à ideia de que um lugar contém outro e consequentemente este é contido por outro, isto é, refere-se à escala geográfica, onde se apresentam cortes territoriais, como, por exemplo, continente, país, estado, região, municípios, entre outros (BOISIER, 1996).

Nesse sentido, o processo pedagógico requer mudanças na forma de entender o conhecimento (CUNHA, 2008).

O sistema educacional local, incluindo a universidade local ou regional, pode articular parcerias e preparar a integração com os diversos setores regionais. Em sentido amplo, caracteriza-se, de um lado, como formador de futuros profissionais, pessoas empreendedoras das ações existentes na região, e, de outro, a universidade transformando e enriquecendo o sistema educacional. O conhecimento voltado às ações é entendido por Freire (2003) como sendo a práxis, isto é, a reflexão sobre a ação verdadeiramente transformadora da realidade, fonte do conhecimento reflexivo e criativo.

No campo educacional, mudam-se os paradigmas do conhecimento, mas o procedimento pedagógico de ensino permanece tradicional. Hoje o conhecimento descortina a estocagem de conteúdos, de práticas tradicionais, por meio de textos e imagens no papel, os quais já não se consideram como base. Segundo Cunha (2008, p. 22), essa prática “[...] requer uma ruptura necessária que permita reconfigurar o conhecimento para além das regularidades propostas pela modernidade”, como também reorganizar a concepção de ensinar inovando as práticas aplicadas.

3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR PESQUISADOR: MÉTODOS, REFLEXÕES E PESQUISA NO TRABALHO DOCENTE

A universidade é um local em que se privilegia o conhecimento científico, além de ser uma instituição investigadora, baseada no estímulo à curiosidade. Ela também contempla a realidade histórica/cultural, política e social. Assim, entendida por Leite e Lima (2012) como um espaço de formação científica, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, pode-se afirmar que produzir e propagar o conhecimento científico é uma atividade que traduz toda a experiência vivenciada na universidade.

A IES, enquanto formadora de pensamentos críticos, trabalha por meio da pesquisa científica. Embasa sua filosofia de trabalho em dois campos: um envolve a função básica exercida pela pesquisa científica; outro, o foco cultural da propagação à pesquisa e à ciência. Apontado como o impasse entre o saber e a socialização do conhecimento, Fávero (2003) ressalta o trabalho universitário como inadiável e imprescindível para a reconstrução entre a teórica e a prática, porque é o espaço em que as descobertas teóricas promovem os avanços do conhecimento e onde se fundem as experiências do saber e do saber-fazer, com medidas de aplicações técnicas inovadoras, reconstituindo as necessidades que os seres têm de conhecer, diferenciar, explicar e de entender seu próprio mundo.

A prática da pesquisa como promotora de conhecimento científico deve ser firmada como forma de propiciar ao aluno o conhecimento construído por ele mesmo, sobrepujando os processos de aprendizagem e desenvolvimento que são constituídos por opressão de gestão (FAGUNDES, 2016). Entretanto, esta prática ainda é insuficientemente desenvolvida nos cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior. A produção de conhecimento na vida acadêmica não possui méritos, por ser ensinado apenas a copiar, isto é, não há produção de conhecimento próprio, é a presença artificial da pesquisa (DEMO 2003).

A didática universitária realizada em sala de aula e laboratório é desvalorizada se comparada às atividades de pesquisa e extensão. Dessa forma, a pesquisa bem-conceituada apresenta os “produtos” que podem ser sistêmicos e construir novos conhecimentos, ou dar sustentabilidade a algo pré-existente. Cunha (2008) ressalta que as inovações pedagógicas na prática docente universitária vêm para alterar uma certeza e produzir dúvidas, considerando que a qualidade do processo de ensino é buscada não só pelo empenho do aluno, mas também pela relação docente. Isto é, uma prática acompanhada de conhecimento sobre a dinâmica de aprendizagem que pode adaptar-se ao seu propósito.

Nas universidades, ainda se instauram modelos cartesianos⁷ de apenas ensinar e prestar serviços para a comunidade, sem uma reflexão teórica aprofundada. Dedicar atenção para a pesquisa e agir de modo que essa formação se configure com base no conhecimento e, assim, ocorra a produção de conhecimento científico é um aspecto quase inovador nas universidades. A pesquisa, na universidade, não pode ser tratada e condicionada como um “subproduto” é necessário repensar os programas dos cursos das IES para que suas ações se fundamentem em concepções teóricas e práticas de produção científica na formação acadêmica (FÁVERO, 2003).

O desenvolvimento e a atuação dos professores estão diretamente ligados à melhoria do ensino (GOULART, 2004). Porém, o processo de formação dos educadores hoje é o grande desafio para desconstrução e reconstrução de nova concepção pedagógica. Esta proposta de trabalho apresenta a forma clara e objetiva de se desfragmentar o currículo, estabelecendo relações entre as diferentes áreas do conhecimento. Fazenda (2008) acredita que os aspectos interdisciplinares, abrangendo a pesquisa como recurso pedagógico nos cursos de formação docente, refletem sobre as vivências, os saberes interligados.

O ensino, por sua vez produz produto invisível no espaço pedagógico universitário. Essa preparação demanda longo prazo, isto é, preparar o profissional para o mercado de trabalho demanda, pelo menos, quatro longos anos de estudo. Acrescenta Nunes (2008) que a forma como professores percebem, incorporam e realizam pesquisas na escola, como prática docente, está também relacionada a essa experiência de passagem pela vida acadêmica, uma vez que os saberes da experiência não se resumem somente às experiências prévias dos professores com os alunos, mas também a saberes adquiridos na prática pedagógica cotidiana.

Analisando a situação de como integrar a prática docente à pesquisa universitária, na medida em que se faz a relação da pesquisa com o saber docente, são claras as evidências de que a pesquisa poderia ser indicada como fonte de estudo para envolver os profissionais da educação. Nesta oportunidade, professores que desenvolvem pesquisas com aceitação e conceituação envolvem os temas e as abordagens próximas e metódicas para o

⁷O cartesianismo é um movimento filosófico cuja origem vem do pensamento do francês René Descartes, considerado o fundador da filosofia moderna e pai da matemática. O método cartesiano seria considerado um instrumento que bem manejado conduzia o homem à verdade absoluta, consistindo em aceitar apenas aquilo que é certo e incontestável, eliminando todo o conhecimento prévio. Deste modo, o fundamento principal da filosofia cartesiana consiste na pesquisa da verdade, com relação à existência dos objetos, dentro de um universo de coisas reais. Fundamentando-se no princípio de jamais acreditar em nada que não tivesse fundamento para provar a verdade (REALE; ANTISERI, 1991).

desenvolvimento de seus argumentos, buscam a superação de parte desses problemas. Faz-se necessário pensar na reorganização curricular das licenciaturas, aproximando as disciplinas da prática pedagógica cotidiana, para envolver o professor como sujeito do processo, e não só aquele que aplica o que lhe ensinaram (LÜDK, 2001).

Realizar investigação por iniciativa própria é objetivo fundamental para desenvolver alternativas investigativas. As circunstâncias pelas quais os professores empregam o exercício investigativo como ferramenta pedagógica comprova que este é um meio de aprimorar realmente suas próprias situações de prática educacional. Então, pode-se dizer que o ensino tem por objetivo orientar o processo de construção da aprendizagem por meio da compreensão de como se constrói o conhecimento, e este se refere ao modo pelo qual se aprende e processa a informação sobre algum conteúdo (CONTRERAS, 2002).

Pensar a formação no espaço universitário implica aprender a ensinar, concentrando ações que façam sentido para professores e alunos. A razão para a falta de entusiasmo dos professores pela pesquisa acadêmica sobre educação é a frequência com que eles a descrevem de forma negativa (NUNES, 2008). Na universidade, as atividades de pesquisa têm função elogiável na formação dos alunos, tentando reduzir a distância entre o que é ensinado e a aplicação prática desse conhecimento, sendo que, para André (2001), as atividades acadêmicas são essenciais para o bom desempenho das funções de ensinar e aprender.

Compreender o processo de formação e construção do conhecimento pedagógico é tão fundamental quanto aprender a aprender. Além disso, a capacidade de realizar aprendizagem em diversificados contextos e situações favorece as aquisições interativas, desenvolvendo a capacidade de adquirir ou absorver conhecimento. Os professores estimulam o processamento das informações por meio do fazer pedagógico, de suas ações didáticas, com atividades de pesquisa e qualidade intelectual, oportunizando o diálogo com a realidade, buscando, pelo planejamento didático, envolver operações mentais que ativem formas de agir e organizar os processos de sua ação docente (GOULART, 2004).

Produção do conhecimento na universidade, também é relativo à pesquisa nos cursos de formação dos professores durante o período acadêmico. Mas, para que ela possa ser utilizada pelo professor como recurso pedagógico na escola em que atua, este deve atingir seu domínio já durante o processo de formação, o que lhe permitirá realizá-la em sua prática de forma satisfatória e coerente. Visto que a universidade é apresentada como o berço das práticas de pesquisa, como campo fértil para que faça parte da essência do professor em formação, isto é, não basta ter o domínio dos conteúdos e saberes escolares, é necessário ter acesso e preponderância de conhecimentos e esquemas que não são aprendidos dentro da sala de aula (DEMO, 2003).

Pensar quais são os esforços a serem realizados para produzir bons resultados nos processos enfrentados hoje pela universidade, é pensar no assunto que atualmente domina tanto a IES como a sociedade, visto que, na área de formação dos professores, nas últimas décadas, revela-se uma estratégia defasada pela desqualificação da instituição, como, por exemplo, o mercado de diplomas de formação docente. Segundo Santos (2011), os cursos de formação tornaram-se um local de treinamento e capacitação, sendo um dos segmentos prósperos do emergente mercado.

Ensinar consiste de saberes precisos entre a teoria e a prática, ou melhor, o discurso sobre a teoria deve ser o exemplo concreto, prático. Em contrapartida, Costa (2015) salienta a aprendizagem como um momento categórico. Sobre as formas deste processo de produção universitária, a diferenciação entre conhecimento científico e outros conhecimentos é absoluta, tal como é a relação entre ciência e sociedade. Santos (2011) diz que a universidade, ao produzir conhecimento, tem como irrelevante o fato da sociedade aplicá-lo ou não, esta é uma alternativa relevante socialmente, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido.

Porém, a pesquisa científica nem sempre é parte integrante dos cursos de graduação. O conhecimento proporcionado pela universidade limita-se ao ensino transmissor e reprodutor, negando a pesquisa como estratégia pedagógica nesse período. Sobre isso, Lüdke (2001) considera importante a formação para a pesquisa ser oferecida na graduação, na especialização e na pós-graduação. O distintivo da pesquisa está na estratégia pedagógica abordada pelo docente, sendo esta que conduz o aluno a problematizar conceitos, provocando-o à descoberta de novos conhecimentos. Toda pesquisa científica exige proposição, assim como não há solução apontada sem uma profunda averiguação. Para isso, a investigação compreende questionamentos que fundamentam a pesquisa, e o aluno edifica e expande seu panorama, originando a produção do conhecimento científico.

A pesquisa, no fazer docente, tem características que contrariam o ensino reprodutivo e abrange inquietudes no pensar e no fazer, levando à reflexão e ao diálogo, do estado complexo ao simplificado. Pereira (2013) sintetiza que a maioria das pesquisas científicas e humanísticas é conduzida nas instituições de ensino superior. Neste caso, distingue-se uma universidade conservadora de outra progressista, uma em que se ensina e pesquisa, e a outra que nada faz. Para Freire (1992), o papel da universidade, tanto progressista⁸ ou conservadora⁹, é o de agir com seriedade, é ensinar, é formar, é pesquisar.

Proporcionar a formação reflexiva do processo em discussão é evidenciar a curiosidade. E é na busca pelo processo lógico que se caracteriza o processo criativo, e não o reprodutor. A prática desenvolvida pelo professor formador tem como centralidade o modelo curricular, porém o processamento prático e criativo depende de cada docente, buscando e desenvolvendo os aspectos de aprendizagem. Assim, as implicações são defini-

⁷ Progressista é um termo utilizado para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Parece claro, porém, que a Pedagogia Progressista não tem como se institucionalizar numa sociedade capitalista, mas pode ser um instrumento de luta dos professores ao lado do desenvolvimento de outras práticas sociais (SNYDERS, 1974, p. 504).

⁸ O conservadorismo é um pensamento político que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais, como a família, a comunidade local e a religião, além dos usos, costumes, tradições e convenções. O conservadorismo enfatiza a continuidade e a estabilidade das instituições, opondo-se a qualquer tipo de movimentos revolucionários e de políticas progressistas. Mas é importante entender que o conservadorismo não é um conjunto de ideias políticas definidas, dado que os valores conservadores variam significativamente de acordo com os lugares e com o tempo, ou melhor, conservadorismo é um fenômeno mais especificamente moderno, uma reação às vastas mudanças (SCRUTON, 2015, p. 9).

das pela reflexão sobre sua ação, o que requer postura frente aos processos formativos e a compreensão da própria autenticidade educativa (FÁVERO, 2013).

O ato de pesquisar, como instrumento reflexivo sobre a atuação prática no fazer docente, apresenta especificidades; todavia, na formação do professor, fundamenta-se entre o saber e o saber fazer. A pesquisa fornece pistas para melhorar o planejamento, ação e participação ativa nos processos de inovação (CUNHA, 2008). Dessa forma, professores que pesquisam e produzem conhecimento sobre sua prática profissional tendem a desenvolvê-la de forma reflexiva. Esse profissional reflexivo dispõe em si da satisfação de transformar e mudar, constituindo-se na pessoa que detém o conhecimento e é capaz de multiplicá-lo através da relação de troca com seus pares, reconhecida como saberes da experiência, da reflexão, atribuindo ao professor o protagonismo do próprio processo de desenvolvimento profissional (BARROS e LEHFELD, 2013).

O elemento que caracteriza o educar pela pesquisa está relacionado, especialmente, à capacidade de leitura e de escrita. Esta última, sistematicamente, implica na elaboração de argumentos, isto é, na capacidade argumentativa do sujeito. Para Galiuzzi e Moraes (2002), no entanto, os licenciados apresentam pouca experiência anterior ao ingresso nessas atividades práticas, o que dificulta a aprendizagem, visto que, necessariamente, é preciso uma construção gradativa do conhecimento, respeitando os potenciais dos alunos nos diferentes estágios de sua formação. No entanto, argumentar é uma parcela importante do experimentar, do questionamento reconstrutivo incessante do sujeito. Em consequência disso, argumentos surgem em resposta a questionamentos, críticas e a verdades já existentes.

A pesquisa tem importância na formação e atuação docente, visto que tem sido despertada pelo interesse em formar um docente questionador, investigador, reflexivo e crítico, que, com essa formação, questione criticamente a realidade em que atua, adote uma postura progressista no cotidiano da escola e se torne um profissional comprometido em sua atuação profissional. Leite e Lima (2012) intitulam o fazer pedagógico como ação específica de professores, integrada pela relação com e entre sujeitos, que se faz em contínuo processo de desenvolvimento.

Os paradigmas contemporâneos tendem a agir não pelo acúmulo do conhecimento. Dessa forma, a universidade é o espaço social onde reflexões conflituosas e sociais de cunho intelectual constituem-se pela educação, uma vez que essa se expandiu, embora ainda ocorra o reducionismo de pensar a formação dos profissionais da educação sob os aspectos complexos de um aprendizado humano para a vida prática. Nesse sentido, o processo ensino-aprendizagem se restringe à reprodução do conhecimento, no qual o docente assume um papel de transmissor de conteúdos, cabendo ao discente a detenção e repetição dos mesmos em atitude receptiva. Não é, pois, o domínio de conhecimentos específicos o que o identifica, é a pesquisa como exercício profissional (ZABALA, 1998).

A formação de professores para a pesquisa parte das iniciativas do professor acadêmico em desprender um olhar sistemático e conduzir os alunos ao questionamento acerca de problemas do seu campo do conhecimento, repensar os cursos de licenciaturas e oferecer aos alunos subsídios para relacionar teoria e prática. De maneira indubitável, tais propósitos diferenciam a pesquisa acadêmica. Portanto, são as ações que possibilitam a expansão da consciência individual à coletiva, buscando alcançar méritos e tendências

por métodos inovadores, que possibilitem a prática baseada na ética, na criticidade, na transformação e na reflexão, para, assim, ultrapassar as barreiras do treinamento técnico e alcançar a formação pela ação-reflexão (OLIVERI e NUNES 2010).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação docente apontam o exercício de pesquisa como procedimento importante na formação inicial do professor (BRASIL, 2005). Neste sentido, falar em formação docente é pensar num profissional competente. Acrescenta-se, que o exercício pedagógico é uma atividade complexa, que desafia e exige a permanente disposição de aprender e inovar, principalmente diante de uma sociedade pautada por novos paradigmas, ainda que a maioria das licenciaturas não discuta a formação do professor pesquisador (LÜDKE, 2001).

Ao levar em conta os saberes construídos pela ação e reflexão, aflora o conhecimento oculto, à medida que o conceito de professor reflexivo é a aplicabilidade dos conceitos alternativos, com técnicas e possibilidades de reconstrução da sua formação. Portanto, o professor pesquisador ou reflexivo é aquele que repensa seus objetivos singulares, assumindo a realidade escolar como objeto de pesquisa, articulando seu currículo de acordo com a necessidade de aprendizagem do aluno, sem limitar o seu fazer pedagógico ao simples ato de transmitir as informações. Assim, considera-se como professor reflexivo aquele que indaga e se assume enquanto protagonista de sua própria realidade, porém, através dela, busca o objeto de pesquisa e de exploração (FAGUNDES, 2016).

A preocupação com a formação do professor pesquisador está fundamentada na intenção de tirar a educação apenas da transmissão de conhecimento já formulado, e, para tanto, a pesquisa possibilitaria aos professores exercerem um trabalho significativo com os alunos. Assim, apresenta-se o compromisso assumido pelos cursos de formação de professores. Neste sentido, a necessidade de formação de um professor pesquisador se apresentaria pela necessidade da educação para o pensamento, e não simplesmente para a recepção de informações (FAZENDA, 2006).

Para assumir sua função na formação de professores, os profissionais da educação necessitam reeducar-se, para que seus estudantes aprendam a aprender. Dessa forma, sua função agrega ao conteúdo científico o fazer pedagógico, um elemento significativo pela participação do fazer prático. Reforça André (2001) que a função científica no processo de formação de professores continua por si só isolada, desconsiderando o conhecimento baseado na experiência. Sua amplitude abrange o conhecimento epistemológico, o qual não se limita ao estudo ordenado das competências científicas, mas relaciona a realidade com as ações práticas das descobertas - que são problemáticas - que nós encontramos de modo frequente.

Limitações na formação técnica concedem poucas habilidades de manobra, dotando apenas das aptidões do notável saber. No entanto, a formação de professores carece de tendências que abrangem conhecimento, reflexão e dinâmica de trabalho, quando se refere à formação pedagógica, para o fazer educativo e o desenvolvimento das concepções, representações e consciências. Afirma Nóvoa (1992) que é preciso uma formação profissional com atuação e percepção das suas representações. Contudo, há necessidade de discussões entre professores para que ocorram mudanças e experiências e, assim, a busca por compreensão.

O trabalho desenvolvido está relacionado aos aspectos culturais docentes. Sua definição se caracteriza por um conjunto de fatores, tais como crenças, valores, hábitos, ideologias, modo de agir e pensar, sentir, atuar e se relacionar. De maneira explicativa, a cultura docente se acentua pelos métodos didáticos utilizados na ação docente como parte completa do segmento educativo, aos quais os discentes são dispostos para viver em ambientes sociáveis. Desta forma, desenvolver métodos é de grande relevância no processo, uma vez que auxilia o desenvolvimento de habilidades cognitivas (GESSER e RANGHETTI, 2011).

No decorrer dos tempos, a formação dos profissionais da educação tem sido uma atividade com problemas específicos, na qual o exercício pedagógico tem se apresentado como uma preocupação seguidamente existente. Em decorrência do exposto, existe uma forma de analisar e configurar o papel docente em três dimensões: teoria, prática e objeto de estudo, este definido como práticas educativas que dizem respeito à atuação, formação e desenvolvimento do ser como caráter mediador nas dinâmicas que se desenvolvem com o grupo sociocultural (GOULART, 2004).

Formação continuada é o processo que atravessa diferentes maneiras e direções. Tomar a questão de formação, permitindo o movimento para que a produção de conhecimento se estruture de forma sólida e prática, é arriscar-se à mudança. Acrescenta Costa (2015) que, na formação dos professores, há a necessidade de incluir outros rumos: flexibilizar, produzir e socializar, ainda que coletivamente, tentar aprofundar a crítica e transformar a proposição em projetos que ajudem a superar os receituários curriculares, e até mesmo fazer um esforço para identificar as questões de experimento, discussão e revisão sistematizada.

Ao profissional que tem como trabalho a promoção da aprendizagem exige-se um contínuo movimento de reflexão. Para que os professores possam ensinar seus alunos, é preciso que revejam seu próprio modo de aprender e de construir a experiência, quer dizer que, na hora de transpô-la para a prática. Assim sendo, a preparação e a formação do professor em nível superior tornam-se necessária para que a prática pedagógica se efetive também de forma reflexiva. Sobre este aspecto, a universidade tem como objetivo a reflexão e a busca na formação do profissional em educação (NERVO e FERREIRA, 2015).

Discussões acerca da formação inicial dos professores colaboram para o desenvolvimento das atividades docentes, escolares e extracurriculares. Tais reflexões envolvem valores, atitudes, independência, responsabilidade, flexibilidade e autocrítica, questões que reincorporaram aos conteúdos relacionados à execução metodológica, no sentido investigatório e sistemático, refletindo na pesquisa. Assim, observa-se uma relação entre a preparação educacional com a preparação profissional e sua integração criativa, transformando os contextos educativos, onde se integram universidade, escola e ação do professor em formação (CUNHA, 2008).

A problemática nos cursos de formação de professores está na conformidade de sua prática. O essencial na formação dos professores vai além de um modelo estrutural, de apropriação de conteúdos específicos. O domínio pedagógico se estrutura também nas relações entre professor e aluno. Deste modo, para Barros e Lehfeld (2013), os conhecimentos pedagógicos devem ser construídos por intermédio das ciências educacionais, articuladas à produção de conhecimento para o aluno e com o aluno. Construir significa-

dos destaca a urgência de transformação, a qual envolve várias perspectivas sobre as convivências, entre os processos curriculares e pedagógicos entre o ensinar e o aprender.

A educação para a formação de professores, seu desempenho e o modo de transmitir o conhecimento é de fundamental importância para o surgimento de novos rumos na prática pedagógica, do mesmo modo que o estudo do professor no seu cotidiano como ser histórico e socialmente contextualizado, pode auxiliar na definição e na intervenção da realidade. No entanto, o desenvolvimento institucional - em especial na universidade - com vínculos comunitários contribui para o desenvolvimento social. Por qualidade social entendem-se, como apontado por Leite, Genro e Braga (2011), os princípios éticos que sustentam a formação cidadã como um conjunto de elementos que compõe a essência de ser professor.

A universidade, como produtora de novos saberes, ainda apresenta lapsos no sistema de ensino, como, por exemplo, a ausência do estímulo à pesquisa científica dos currículos antigos, caracterizando as organizações educacionais como incentivadoras do alto individualismo, desprovendo-se do consenso (LAMPERT, 2009). Pode-se afirmar que a formação baseada na produção do saber relacionado à prática configura-se numa verdadeira práxis, constituindo-se numa forma de proporcionar ao aluno a reflexão, para que este esteja apto a agir e transformar sua realidade quando necessário. É, então, o exercício sensato da discussão, bem como a expressão e a intervenção do saber sistematizado, para si e para o mundo (BARROS e LEHFELD, 2013).

Um dos problemas que prevalecem atualmente nas universidades públicas e privadas é a escassez de indícios de formação à pesquisa nos cursos de graduação. Integrado, a realidade de pesquisa, que busca uma possível articulação entre a ação investigativa e o ensino no trabalho do docente. Responsáveis pela formação desses professores, as universidades, sobre a importância, a necessidade e a viabilidade da pesquisa, tanto na sua formação quanto na sua realização prática. Pereira e Lacerda (2009) corroboram a afirmação de que a universidade, já no século XXI, deve oferecer programas de formação profissional com currículos caracterizados por trabalhos multidisciplinares¹⁰ de preparação para a pesquisa, sendo que a qualidade do ensino se destaca pelo desempenho dos professores.

As políticas curriculares de formação inicial para professores se caracterizam por múltiplas influências em diferentes contextos, sendo elas as protagonistas do trabalho docente contemporâneo. Esses processos de protagonismo da profissionalização investigativa são processos de formação e são necessários como forma de acompanhar os espaços reflexivos, com práticas que buscam resultados satisfatórios e viabilizam os eixos de referências ao desenvolvimento da formação profissional dos professores (CUNHA, 2008).

O processo dialógico da pesquisa, na prática docente, caracteriza-se por uma problemática além do social. A situação-problema aqui apontada é a discussão entre as rela-

¹⁰ A multidisciplinaridade é o conjunto de disciplinas que são trabalhadas simultaneamente, sem fazer aparecer as relações entre ambas, destinadas a um sistema de um só nível e de objetivos únicos, sem nenhuma cooperação. Assim, a multidisciplinaridade corresponde à estrutura tradicional de currículo nas escolas, o qual se encontra fragmentado entre várias disciplinas, recorrendo-se a informações separadas de várias disciplinas, não demonstrando preocupação de interligar as disciplinas entre si (MENEZES, 2002).

ções que se estabelecem pelas bases curriculares, que auto gerenciam a formação do sujeito por meio do conhecimento teórico. Pereira e Lacerda (2009) contestam essa ideia, afirmando que a prática pela pesquisa tem a intenção de romper com o sentido único, passando a dialogar e sistematizar o conhecimento produzido pela aprendizagem significativa, a partir da qual as ações tornam-se favoráveis, envolvendo métodos em constante desenvolvimento por meio de intervenções e questionamentos.

Pesquisa como ação pedagógica, apresenta-se com envolvimento, exige-se disposição, planejamento e interferência. Da mesma forma, são fundamentais para dar origem a novos conhecimentos, visto que os avanços e melhorias no processo de ensino e aprendizagem se concretizam por efeitos de interferência. Damiani *et al* (2013) concordam com a ideia, apontando a pesquisa como intervenção pedagógica que se desenvolve e promove melhorias, objetivando o princípio prático e o protagonismo do aluno.

Sistematicamente, os planos educacionais fazem parte da ação do professor. Discutir os fundamentos teóricos nos processos de pesquisa é uma estratégia de formação e trabalho qualificado. As estratégias são desenvolvidas pela base curricular, como proposta obrigatória de construção da dimensão ética de pesquisa exercida pelo profissional em formação. Porém, o estudo científico, como afirma Richartz (2015), consiste na reflexão e no discernimento entre o trabalho consciente desenvolvido por professores e alunos, como pilares para a investigação.

Novas políticas de ensino, de currículo, de pesquisa e de prática incluem uma reflexão crítica da educação. O desafio lançado é uma didática pedagógica proposta no currículo como desafio para professores, nas disciplinas que lecionam, estimulando a eficiência profissional não só por recursos técnicos, mas com o intuito de formar profissionais de competências à sociedade atual. O ensino e a prática docente requerem preparação específica com relação à qualidade, sendo que a ação docente não pode ficar limitada e conduzida pelo entendimento reducionista, conforme as expectativas organizacionais da instituição (CONTRERAS, 2002).

Pesquisar faz parte do fazer docente, seja na sua formação ou na sua prática profissional (FREIRE, 1996), tendo em vista que a pesquisa, na formação docente, no contexto universitário, pode ser integrada ao projeto inicial, assim como uma reestruturação curricular, objetivando desenvolver habilidades investigativas nos futuros professores. De acordo com Fazenda (2008), ao tratarmos de formação de professores, é preciso analisar a estrutura curricular, que são os modelos que orientam os cursos de formação. O currículo parte da ideia de que os diferentes conteúdos são partes de um todo e que cada função dessas partes é explicar esse todo, sem redução e separação das partes.

A conscientização do trabalho investigativo, centrado na formação profissional docente, como começa a tomar forma. Os planos e programas de estudos caracterizam o professor como um técnico da educação, por aquilo que lhe é apresentado. Esta perspectiva, segundo Pereira (2013), engessa os professores no eixo reprodutivo do conhecimento, inviabiliza o trabalho investigativo, além do caráter político da prática pedagógica, o compromisso do educador com as classes populares.

O espaço pedagógico inovador é visto como ponto central na formação de professores durante o seu período de formação acadêmica, bem como as demandas por um ensino de qualidade, baseado na pesquisa, conforme cita Cunha (2008). Buscar a qualida-

de do ensino nos espaços acadêmicos está estreitamente relacionado à busca por inovação e pesquisa. Todo tempo e espaço pedagógico é produtivo, mas, na universidade, parece ser um espaço oculto e encoberto, no qual o docente e os alunos se movimentam diariamente (NEUMANN, 2014).

Esta proposta desestabiliza o pensamento reprodutivo e instala em seu lugar a inquietação, a busca constante pelo saber e saber fazer, sendo o ensino e o espaço pedagógico os impulsionadores de inovação pedagógica no ensino superior. Cunha (2008) aborda como desafiadora, aos docentes, a mudança do cenário, com a perspectiva de proporcionar aos discentes melhores aprendizagem e, assim, ampliar sua prática além da dimensão técnica e científica, inovando com as rupturas do ensino tradicional.

Competências pedagógicas são necessárias para o desenvolvimento de atividades em sala de aula. Coerência entre as atividades é uma das ferramentas que se apresentam como motivação e competência no exercício da docência, tendo como ferramenta os conteúdos, abordados numa sequência significativa de atividades aos futuros professores. Ainda sobre a formação profissional dos professores, enfatizando os programas, é relevante o manifesto de que os estudantes necessitam assumir a experiência de sala de aula, porquanto a intenção dos cursos de licenciaturas é preparar professores no período de estudos (FÁVERO, 2003).

Para tanto, o professor universitário pode propiciar aos alunos não somente o conhecimento já construído, mas criar oportunidades à aquisição de novos significados, adquiridos com a realização de pesquisas. Assim, a formação profissional se realiza como processo de movimento, isto é, de mudança (CUNHA, 2008). Nesta conjuntura, a formação universitária e a produção do conhecimento científico, na formação do profissional, denunciam-se como fato dissociado entre a teoria e a prática na formação docente. Para Barros e Lehfeld (2013), todo conhecimento científico é um processo progressivo, que emerge da coexistência ou da relação entre a teoria e a prática.

Partindo das atividades práticas realizadas nos cursos de licenciaturas, é possível problematizar a estratégia de ensino e aprendizagem, porém cabe salientar que o processo problematizador baseia-se na metodologia ativa, e essa se destaca como pesquisa-ação, onde a função do docente é mediar o processo. É importante que neste processo o aluno licenciando passe pela experiência de ser um possível professor pesquisador, uma vez que a prática pedagógica é um campo fecundante (RICHARTZ, 2015).

Pesquisar é uma ação intrínseca à função do professor. O ato de aprendizagem deve ser constante e criativo, valorizando o domínio subjetivo, que está atrelado à pesquisa em termos de trabalho e aprendizagem, convertendo-se na valorização e na reflexão sobre a aula, que, inicialmente, apresenta-se como reprodução de conhecimento. A busca pela ação da pesquisa como atividade pretenciosa e planejada nos termos de ensino se consolida entre as atividades produtoras voltadas aos conhecimentos culturais (GOULART, 2004).

As relações entre a pesquisa e a prática são decisivas na educação. Talvez seja necessário ir além do modelo que segue a linearidade, sem que o conhecimento teórico adquirido pelo professor seja desprezado por novos métodos científicos. Esse conhecimento, que se aliam aos conceitos teóricos e procedimentos práticos, é utilizado em situações em que são considerados os contextos cognitivo e afetivo. Nunes (2008) referencia-se ao fato

de professores em formação levarem em consideração os aspectos estratégicos que estão “acostumados” a realizar.

Assim, consagra Cunha (2008), que a transformação por intermédio da própria atividade educativa, se volta à capacidade do discente em fazer suas escolhas, superando o paradigma de alienação. Isto posto, passa a contribuir na formação e no desenvolvimento de suas competências, para além da compreensão da sua realidade, refletindo e conscientizando-se sobre a aprendizagem cooperativa. Esse processo educacional, segundo a mesma autora, é constituído pelos participantes, os quais ajudam e confiam uns nos outros para atingir um determinado objetivo definido que conduz a pesquisa.

A formação de professores tem, há décadas, sido constituída por ideias, desejos ou projetos, e todos apresentam direção distinta. Os programas de formação inicial apresentados necessitam de estudo e reflexão de uma forma significativa, tanto para a renovação como para a inovação. Freire (2003) confirma que o pensamento reflexivo é algo que se constrói e que faz parte do processo de ensino e aprendizagem, por isso a formação baseada na reflexão recorre a um conjunto de práticas.

O ato de pesquisar vai além de um determinado tema escolhido, urge de necessidades e curiosidades desenvolvidas pelo pensamento humano. A proposta exige inovação, reflexão e adequação científica ao fato e aos objetos manipulados. A realidade imaginária passa a ser a ideologia que começa a fazer nexos com a realidade científica. Sustentam Almeida, Pereira e Claro (2012) que o pensar complexo também respeita a realidade constatada, mas dialoga e se entrelaça à complexidade, fazendo, assim, a inovação simplificada pela necessidade de aprender através das interações.

Os aspectos de discussão apresentados relacionam-se às tarefas do trabalho acadêmico docente baseado na e pela pesquisa. É por meio da reflexão sobre a origem do conhecimento que a universidade contextualiza a investigação no espaço acadêmico-pedagógico. Nesta amplitude, coloca-se em evidência a pesquisa como agente associativo da investigação com a educação, objetivando a qualidade da formação docente como processo de desenvolvimento acadêmico criativo (RICHARTZ, 2015).

Entende-se que os trabalhos educativos que se desenvolvem por professores, dentro de um contexto de complexidade, são compostos por interesses e demandas. Partindo desse pressuposto, ao desenvolverem estratégias pedagógicas inovadoras, aqueles que as desenvolvem são, certamente, considerados competentes. Quanto a isso, Feldmann, Masetto e Freitas (2016) apontam que é necessário equilíbrio e dedicação para haver benefícios.

Transmissão e socialização do saber são hoje desafios no cenário da sociedade contemporânea. As funções exercidas pela escola, em sua estrutura organizacional de conteúdos e métodos, entrelaçam o pensamento prático à formação profissional docente. A percepção profissional reflexiva vai abordar, além das considerações sobre a sociedade atual, as questões que articulam a escola, o ensino e o currículo, descartando a ideia do professor como um técnico de seus afazeres pedagógicos, mas como alguém com atitudes reflexivas sobre seu fazer docente (FÁVERO, 2013).

A relação entre a pedagogia e a didática tem se caracterizado por meio de diferentes concepções abordadas historicamente. Dentro dessa problemática de formação dos professores, a participação investigativa, que busca contribuir com a educação, é o objetivo do

trabalho, principalmente num momento de mudanças e incertezas, quando a necessidade é a de resgatar valores importantes e condizentes com a sociedade atual (PEREIRA, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos levantados, considera-se que a universidade deve primar pela produção e disseminação do conhecimento, não só nas estruturas administrativa e pedagógica, mas evidenciando a inovação em todas as dimensões. A cultura universitária necessita pôr em prática um currículo dinâmico, flexível, que permita as abordagens interdisciplinares. Ou seja, inovar através da pesquisa, da contextualização e da problematização dos conteúdos.

Distingue-se a qualidade interdisciplinar, como necessidade de superar a fragmentação das disciplinas. Ela envolve o diálogo, e, dessa forma, é um modo de trabalhar o conhecimento teórico-acadêmico e expandi-lo às situações locais e regionais. Para tanto, ela anseia a passagem da concepção fragmentada à conciliação, relacionando, para isso, participativamente, o conhecimento, numa interações de teorias e metodologias pertinentes e relevantes a diversas áreas do conhecimento, a serem ensinadas e estimuladas a partir do currículo.

Acredita-se ser de suma importância desenvolver a pesquisa de forma detalhada no decorrer da formação de professores, justamente para oferecer ao aluno as condições e as competências que emergem dessa prática metodológica. Por esses aspectos contempla-se, nesta pesquisa, a promoção do desenvolvimento regional e local. Com efeito, não se permitiu classificar diferente um estudo que traz diagnóstico de instituições de ensino configuradas e caracterizadas pelas dimensões política, econômica, histórica e social.

O parecer que se estabelece aponta para o sistema educacional local, incluindo a universidade e suas parcerias, na busca pela preparação e integração dos diversos setores regionais, entre eles o da educação. Nota-se, em sentido amplo, que a formação de professores consiste em ações existentes na região, por intermédio de pesquisas, para os futuros profissionais. A universidade transforma e enriquece as ações pedagógicas; assim, o estudo compreendeu a relação existente entre educação e desenvolvimento regional. Tal semelhança foi validada por meio de evidências constatadas, as quais destacaram a importância da educação proveniente da integração da pesquisa nos processos pedagógicos.

Em suma, conclui-se a importância de se compreender como os saberes docentes [professorais] são constituídos e mobilizados, cotidianamente, no desempenho das tarefas no ambiente escolar. É contundente reforçar a necessidade de revisão dos processos de formação de professores pela IES, ao destacar as diferenças entre o contexto universitário voltado apenas para a pesquisa acadêmica. Vale destacar a necessidade de uma formação que discute com a comunidade regional, da qual participem professores e alunos.

Em vista dos argumentos apresentados, o desenvolvimento é o crescimento mediante da inter-relação dos campos econômico, social, científico e tecnológico. Faz-se necessário questionar onde ficam e qual o papel que desempenham os aspectos culturais, educacionais e humanos do desenvolvimento. Entende-se que o desenvolvimento, que não é semelhante ao crescimento econômico, ocorrerá quando o conjunto de uma sociedade for contemplado.

No que tange à pertinência social, bem como a relação de profissionais pesquisadores com a proposta de desenvolvimento regional, sustenta-se que a educação é o elemento desta análise, proclamada aqui - enquanto pesquisa científica no campo do desenvolvimento regional - como princípio essencial, inerente a todo processo humano, histórico, social e político. Dado o exposto, o desenvolvimento, por sua vez, pressupõe uma dinâmica e o exercício da própria ação docente, e, em vista disso, novas abordagens deverão ser realizadas, buscando-se aproximar a formação continuada das atividades de ensinar e aprender, agregando-as ao processo de desenvolvimento regional.

É imprescindível compreender, de forma ampla e complexa, o fenômeno do desenvolvimento local e regional, uma vez que a dinâmica social do homem é marcada pela ação contínua e descontínua, que desencadeia a reflexão e a ação dentro do seu contexto político, econômico e social. Indispensável, diante dos argumentos expostos, que as IES se conscientizem sobre sua influência e que contemplem o desenvolvimento regional, o que exige conhecimentos, tomada de consciência e reflexão sobre suas realizações, o que lhes possibilite rever os conceitos de educação, currículo e práticas educativas sociais, permitindo os devidos ajustes em consonância com o tempo e a realidade em que atuam, já que o conhecimento é uma peça fundamental em qualquer relação de trabalho e para a melhoria da qualidade de vida da coletividade.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Julio Cesar Touguinha de; PEREIRA, Vilmar Alves; CLARO, Lisiane Costa. (Org.) *Epistemologia & Metodologia nas Pesquisas em Educação*. Passo Fundo: Méritos, 2012.
- ANDRÉ, Marli (Org.). *O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores*. Campinas: Papirus, 2001.
- ASSMANN, Hugo. *Curiosidade e prazer de aprender*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFLD, Neide Aparecida de Souza. *Projeto de Pesquisa: Propostas metodológicas*. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BOISIER, Sergio. *Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: Entre a Caixa Preta e o Projeto Político*, 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- _____. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. 2010. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- _____. *Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia*. Apresentada em 13 de dezembro de 2005. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 27/12/16.
- CONTRERAS, José. *A autonomia dos professores*. São Paulo: Cortez, 2002.
- COSTA, Eduardo Antônio de Pontes. A pesquisa como construção coletiva: olhares em trilhas para pensar a formação continuada de professores. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 325-344, 2015. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2015.193.03/4886>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

CUNHA, Maria Isabel da. Inovações pedagógicas: desafios da reconfiguração de saberes na docência universitária. *Cadernos Pedagogia Universitária*, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 5-38, 2008. Disponível em: <http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_6_PAE.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

DAMIANI, Magda Floriana *et al.* Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. *Cadernos de Educação*. Pelotas, n. 45, p. 57 - 67, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/3822/3074>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2003.

FAGUNDES, Tatiana Bezerra. Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 65, p. 281-198, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n65/1413-2478-rbedu-21-65-0281.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Reflexões sobre universidade, pesquisa e iniciação científica. *RBPAAE*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/25443/14786>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carine; ROMAN, Marisa Fátima. A formação de professores reflexivos: a docência como objeto de investigação. *Educação*, Santa Maria, v. 38, n. 2, p. 277-288, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1171/117127493003.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FAZENDA, Ivani. *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A formação do professor pesquisador – 30 anos de pesquisa. *Revista E-Curriculum*, São Paulo. v. 1, n. 1, p. 1- 16, 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/3111/2051>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FELDMANN, Marina Graziela; MASETTO, Marcos Tarciso; FREITAS, Silvana Alves. Formação inicial de educadores: currículo, trabalho pedagógico e inovação. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v.14, n.03, p. 1130-1150 jul./set. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/download/29312/20686>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisas em educação métodos e epistemologias*. 2. ed. Chapecó: ARGOS, 2015.

GESSER, Veronica; RANGHETTI, Diva Spezia. O currículo no ensino superior: princípios epistemológicos para um design contemporâneo. *E-curriculum*, São Paulo, v.7 n.2, p. 1-23 ago. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/6775/4902>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

GOULART, Audemaro Taranto. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 60-73, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/580/61>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

LAMPERT, Ernani. A universidade e o currículo: possibilidades de redimensionar o fazer-pedagógico. *Linhas*, Florianópolis, v. 10, n. 02, p. 144-155 jul. / dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1423/1472>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

LEITE, Denise; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. *Conhecimento, avaliação e redes de colaboração: produção e produtividade na universidade*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz; BRAGA, Ana Maria e Souza (Org.). *Inovação e Pedagogia Universitária*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

LIBÂNIO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* 10. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

LÜDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. *Educação & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 22, n.74, p. 77-96, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a06v2274.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MENEZES, Ebenezer Tacuno de. SANTOS, Tais Helena dos. “*Pluridisciplinaridade*” (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2002.

NERVO, Alessandra Cristiane dos Santos; FERREIRA, Fábio Lustosa. A importância da pesquisa como princípio educativo para a formação científica de educandos do ensino superior. *Educação em Foco*, Parana, UNISEP, v. 1, n. 7, p. 31-40, 2015. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2015/importancia_pesquisa_paraformacao_cientifica.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

NEUMANN, Laurício (Org.). *Desafios da educação para os novos tempos*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

NÓVOA, Antônio. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NUNES, Debora Regina de Paula. Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor-pesquisador. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n.1, p. 097-107, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n1/a07v34n1.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

OLIVERI, Rosa Maria da Exaltação Coutrim; NUNES, Celia Maria. Como se forma o professor pesquisador? Primeiras aproximações a partir de um estudo de caso. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 293-311, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/1355/1/ARTIGO_ComoFormaProfessor.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

PEREIRA, Júlio Emilio Diniz; LACERDA, Mitsi Pinheiro de. Possíveis significados da pesquisa na prática docente: ideias para fomentar o debate. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1229-1242, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a15.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

PEREIRA, Júlio Emilio Diniz. A construção do campo da pesquisa sobre formação de professores. *Educação e Contemporaneidade*, Bahia, v. 22, n. 40, p. 145-154, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/758/531>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia*. Paulinas. SP 1991.

RICHARTZ, Terezinha. Metodologia Ativa: a importância da pesquisa na formação de professores. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações*, v. 13, n.1, p. 296-304, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2422/pdf_308>. Acesso em: 18 fev. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SCRUTON, Roger. *O que é conservadorismo*. Tradução Guilherme Ferreira Araújo. São Paulo: É Realizações, 2015.

SNYDERS, Georges. *Pedagogia progressista*. Coimbra: Almedina, 1974.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A Prática Pedagógica do Professor de Didática*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1996.

ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: como ensinar*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

